UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

Natália Bouças do Lago

JORNADAS DE VISITA E DE LUTA
Tensões, relações e movimentos de familiares nos arredores da prisão

Versão Corrigida

São Paulo
2019

NATÁLIA BOUÇAS DO LAGO

JORNADAS DE VISITA E DE LUTA

Tensões, relações e movimentos de familiares nos arredores da prisão

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutora em Antropologia.

Orientador: Prof. Dr. Júlio Assis Simões

Versão Corrigida

São Paulo

2019

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na publicação
Serviço de Biblioteca e documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

L177j Lago, Natália Bouças do
Jornadas de Visita e de luta: tensões, relações e
movimentos de familiares nos arredores da prisão /
Natália Bouças do Lago ; orientador Júlio Assis
Simões. - São Paulo, 2019.
231 f.

Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras
e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
Departamento de Antropologia. Área de concentração:
Antropologia Social.

1. Gênero. 2. Prisão. 3. Família. 4. Agência. 5.
Ativismo. I. Simões, Júlio Assis, orient. II. Título.

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE

Termo de Ciência e Concordância do (a) orientador (a)

Nome do (a) aluno (a): Natália Bouças do Lago

Data da defesa: 11/11/2019

Nome do Prof. (a) orientador (a): Júlio Assis Simões

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 17/12/2019.

(Assinatura do (a) orientador (a))

LAGO, N. B. **Jornadas de visita e de luta: Tensões, relações e movimentos de familiares nos arredores da prisão.** Tese apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutora em Antropologia.

Aprovada em: ____ / ____ / ____

Banca Examinadora:

Prof(a). Dr(a).

Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof(a). Dr(a).

Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof(a). Dr(a).

Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Para a Isadora.

*Presença morena que se
espalha no campo
derrubando as cercas.*

Agradecimentos

Fazer um doutorado é também viver uma jornada. São mais de quatro anos investindo em um determinado tema que se vai transformando ao longo do tempo – assim como nos transformamos nós, percorrendo os caminhos que a pesquisa nos abre. Nesses caminhos, por obra do acaso e muita sorte, encontrei pessoas que me ajudaram a seguir e que fizeram do tempo do doutorado um tempo de crescimento, de mudança e de boas novidades. Esses caminhos envolveram uma mudança de cidade que ampliou minhas conversas de pesquisa, criou outras redes de apoio e amizade e causou confusão na cabeça de muitas pessoas – “onde você faz seu doutorado, afinal?”. Se termino a jornada do doutorado em um ano difícil para as universidades, que seguem em meio aos ataques e cortes de verbas que parecem não ter fim, ainda assim tenho muito a agradecer: vivi uma jornada bonita porque foi cheia de encontros.

O primeiro agradecimento é ao meu orientador (e amigo querido) Júlio Simões. Que baita sorte ser sua aluna! Júlio me acolheu no mestrado, quando eu não sabia bem o que era vida acadêmica e como mobilizar seus códigos – ele é uma pessoa generosa e paciente. Caminhamos juntos desde 2011, e Júlio sempre foi acolhedor sem deixar de ser provocativo. Ele me ensinou que uma relação de orientação pode ser uma das coisas mais bonitas e estimulantes na jornada do doutorado: as conversas sobre a pesquisa me enchiam de ideias e renovavam meu fôlego para seguir o trabalho. Júlio é brilhante e compartilha do que sabe contando histórias, amarrando pontas soltas, ensinando a pensar novos caminhos. Ele é presença que me deu (e dá) segurança para confiar em meu trabalho e enfrentar o campo, a pesquisa, a escrita, a vida. Nenhum agradecimento consegue traduzir o quanto sou grata por esse encontro.

Percorrer os caminhos da pós-graduação com o Júlio significou encontrar os colegas mais incríveis de orientação e de grupo de pesquisa, o Numas. Agradeço a cada uma (e a cada um) com quem convivi em eventos, reuniões, discussões de textos e cervejas. Faço um agradecimento especial a Bernardo Fonseca Machado, Gibran Teixeira Braga, Lais Miwa Higa, Lauren Zeytounlian, Lucas Bulgarelli, Marcio Zamboni, Marisol Marini, Michele Escoura, Paula Alegria, Pedro Lopes e Valéria Alves.

Entrei no doutorado em 2015, em uma turma cheia de pessoas cujas contribuições foram essenciais na discussão do meu projeto de pesquisa. Agradeço a cada uma (e a cada um) de vocês. Quem discutiu o meu projeto naquele momento foi o Rafael Godoi, que

também me apresentou a pessoas que foram fundamentais para a realização da pesquisa. Agradeço por todo o apoio e pelas trocas ao longo desses anos.

Aproveito para agradecer o apoio que tive da Capes ao longo dos quatro anos do doutorado. Junto à bolsa concedida, tive auxílio do PPGAS para a realização de pesquisa de campo. Receber a bolsa e contar com o apoio do Programa foram fundamentais para que eu pudesse me dedicar à pesquisa. Agradeço ainda à Juciele Borges, que sempre foi solícita nas dúvidas que eu tinha e nos pedidos que eu fazia ao Programa.

O período inicial do doutorado me permitiu conviver com professores em disciplinas que contribuíram para minha formação e para a conformação de minha pesquisa: agradeço a Dominique Gallois, Laura Moutinho, Silvana Nascimento e José Miguel Olivar. Agradeço ainda às professoras Heloísa Buarque de Almeida e Lilia Schwarcz (e de novo à Laura Moutinho) pela convivência no Numas e em outros momentos de trocas acadêmicas em que tanto aprendi.

Agradeço ainda às professoras Adriana Vianna e Bibia Gregori pela leitura generosa do meu texto de qualificação e pelas tantas sugestões de caminhos para a pesquisa. Junto com Taniele Rui, ambas comporão a banca da defesa. Só tenho a agradecer às três por aceitarem fazer parte desse momento.

Em 2017, eu estive por um mês na Universidade Jaume I, na Espanha, e fui (muito bem) recebida pelo José Diaz Lafuente. Obrigada, José, pela disposição e pelos diálogos.

A participação no Numas me deu amigos queridos que estão comigo há tempos (mais sorte): Gibran Teixeira Braga, Lais Miwa Higa, Lauren Zeytounlian, Marcio Zamboni e Pedro Lopes. Obrigada por tudo, querides. Gibran foi meu parceiro firmeza num curso de extensão do Numas que me deu o gosto da sala de aula. Marcio virou um amigo parceiro de pesquisa e de escrita que me ensinou que escrever juntos é pura potência.

Pedro Lopes é um cara com um coração gigante que me faz pensar o que raios eu fiz para merecer uma amizade dessas. Foram incontáveis as conversas sérias, divertidas e sérias/divertidas, as trocas de ideias, os abraços, cuidados, cigarros e a presença. O Pedro faz parecer mais curto o caminho São Paulo / Campinas nos fins de semana que ele vem para o interior e se diverte com a gente por aqui. Obrigada por isso, talvez você não saiba a importância que sua presença tem. No fim da tese, Pedro ainda veio para minha casa e se sentou comigo para conversar sobre pontos do texto que eu não sabia bem como encaminhar. É muita disposição para apoiar e estar aqui, e eu sinto muita gratidão e amor por tanto companheirismo.

Pedro ainda trouxe o Paulo Victor Leite Lopes para o eixo São Paulo – Campinas e eu não poderia ser mais agradecida por isso. Obrigada, PV, pelas risadas, castanhas, conversas que tanto ensinam e pela intimidade que a gente constrói junto. O Jorge Leite Jr. (que eu conheço por Cabelo) vira e mexe aparece com o Pedro e traz, sempre, assuntos interessantes, sugestões de filmes de terror e uma doçura em meio ao furacão. A paixão do Cabelo pela vida contagia – obrigada por isso, Cabelinho.

Tenho a sorte de ter amigos que também são família. Agradeço ao Felipe Moreira, Mariana Sucupira e Tiago Rangel Côrtes pela vida compartilhada de muitas maneiras e pelos pousos na Barra Funda – que eu aprendi a amar com vocês. Marina Gurgel Neves é irmã que conversa e faz companhia com suavidade e bom humor (por favor, volte aos cursos na Unicamp!). Mariana Tavares e Roberta Jereissati são parceiras que me acolhem nos cafés da manhã mais gostosos da capital. Lucas Brandão – que voou para Brasília – segue sendo a companhia doce e animada de sempre, em qualquer lugar. A Mari e o Tico têm esse talento de juntar gente ao seu redor e espalhar amizades por aí. Através deles, eu conheci pessoas-maravilhas e passei a conviver mais com outras que já conhecia: Barbara Vallejos (e o maravilhoso Eusébio!), Bruno Ranieri, Carlos Freire, Gabriela Mainardi, Gustavo Cavarzan, Leandro Benicio, Rebecca Gendler, Polyanna Costa. Junto com Felipe, Mari, Marina e Tico, vivemos coisas lindas em terras paulistanas e nas areias de Itanema. Obrigada, pessoal!

Agradeço ao Flávio Mendes por ser uma presença querida e constante que compartilha conversas, risadas e acolhimento em qualquer lugar do mundo, de Campinas a Paris (espero que a gente siga testando lugares novos).

A Miriã Granato é amiga querida que, além de me ensinar francês, ensina a ter coragem e a ouvir e olhar as coisas de peito aberto. Obrigada, Mi, por estar presente e por trazer as boas novidades da vida através da pequena Isadora.

As pessoas que eu conheci na Ação Educativa me apoiaram em muitos momentos da jornada. Sinto saudades do predinho e da convivência com todos, e só tenho a agradecer pelos períodos em que estive por lá. Agradeço especialmente a Bárbara Lopes, Magi Freitas, Raquel Luanda e Raquel Souza, a mulherada incrível com quem dividi sala e caminhos.

Quando me mudei para Campinas, ou melhor, para Barão Geraldo, tive a sorte de encontrar um grupo de pessoas generosas que acolheram e fizeram festa com nossa presença: Artionka Capiberibe, Bertrand Borgo, Christiano Tambascia, Daniela Araujo, Gustavo Rossi, Marília Giesbrecht, Nashieli Rangel e Ronaldo Almeida. Arti e Ronaldo

nos abriram os braços e a casa. Arti compartilha bolos e a risada mais gostosa; Ronaldo desafia minha memória musical e ainda faz troça quando falho – a gente briga bem. Os dois nos trouxeram Antonio, juventude e serenidade, rock’n roll e brigadeiros. A família toda me acolheu nos momentos da escrita da tese com tanto cuidado que não tenho mesmo como agradecer – só posso dizer que vocês são incríveis. Bertrand e Nash dividiram com a gente a diversão e a doçura de Sofia e Gael, maiores a cada dia, queridos cheios de abraços e de graça. Também nos alimentaram com crepes e moles que encheram o estômago e fizeram essas relações ainda mais saborosas. Do Chris, eu ganhei cigarros, caronas ao som de punk e boas conversas. Ele e Dani nos receberam tantas vezes na casa da saudosa Julia, em momentos que viraram lembranças cheias de calor. Chris também foi generoso comigo e com meu trabalho quando leu e comentou papers e capítulos da tese – obrigada por toda a disposição e pelo cuidado de sempre, querido. Gustavo e Marília são duas pessoas que também fazem essa coisa de juntar gente ao redor: nós fomos adotadas por eles assim que chegamos a Barão e não sei o que seria de nós por aqui sem tê-los por perto. Foram muitas as conversas, cervejas e comidas, risadas, cigarros e sugestões de leituras e de caminhos de pesquisa e de escrita que aprendi com vocês, Gu e Má. Aprendi que cachorros podem falar e fazer piadas terríveis. Aprendi a dirigir. Aprendo sobre música, churrasco, gin tônica, madeira e principalmente sobre parceria.

Em Barão, eu também conheci um mundo de “unicampers” que acolheram a uspiana perdida e fizeram do IFCH um lugar familiar. Agradeço especialmente a Carolina Bonomi, Cilmara Veiga, Stephanie Lima, Thais Lassali, Thiago Falcão e Vanessa Sander. Cil é dessas pessoas que chegam devagarinho e de repente a gente se pergunta como era a vida antes delas (era como, Cil?). Obrigada, amor, pelos cafés, chocolates e planos de construir fibra juntas. Stephanie é uma força da natureza que malandramente me arrebatou. São muitas conversas e aprendizados em uma só amizade, é muita potência e energia em uma só mulher.

Agradeço a Natália Corazza Padovani e a Natalia Negretti, xarás-luxo que tanto me ensinam. As Natalias já eram amigas queridas e já eram “unicampers” quando cheguei aqui. Foram parceiras de conversas sobre prisão e de cineclubes libertadores. São ouvidos e colo para angústias e dilemas de pesquisa e de vida. Meu amor e minha admiração por vocês só aumentam.

A vida em Campinas me trouxe o Paulo de Luna Freire, a quem tenho muito a agradecer. Obrigada por me ajudar a ficar de pé, Paulo. Com o Paulo, eu aprendi que

mexer o corpo é bom e mantém a cabeça acima do pescoço, e nesse caminho eu conheci a Mayara Lindsay, o Igor Leme e o Clebson Moura, o trio que me ajudou a descobrir que um corpo pode muito. Obrigada aos três pela força e pelo estímulo.

A Carolina Branco é uma das pessoas mais bonitas que conheço. Ela ajuda a pensar em textos e enquadramentos, apoia nos momentos de escrita e ensina a dançar. Só tenho gratidão por tudo, Carol. Com ela eu conheci o Kiko Aranha, unicamper quase IFCHiano, o médico-e-louco que é generosidade e carinho à flor da pele. Obrigada pelo sabor da caminhada contigo, Kikinho.

O Sérgio Carrara veio para uma temporada em casa e eu não poderia ser mais feliz. Obrigada pelos cafés da manhã, pelos afetos com a gente e com os gatos e pelas conversas, Sérgio. Sobrevivi às eleições porque você estava por aqui. Junto ao Sérgio, agradeço à Silvia Aguião por um mundo de coisas: os pousos cariocas, as conversas e reflexões, os debates em eventos, os livros e filmes que descobri por sua causa.

Regina Facchini foi uma das pessoas que mais me estimulou durante a jornada do doutorado. Ela debateu meu trabalho, deu sugestões, incentivou-me (ao vivo e pela internet). Sou muito grata pela sua generosidade, Rê, e pelo carinho que você tem comigo. Taí outra sorte da vida.

Com Roberto Efrem Filho, vivi road trips ao som da Karina Buhr, conheci os lugares e as pessoas mais incríveis e aprendi sobre amizade e afeto, comprometimento e luta, e também sobre antropologia. Beto ainda me mostra os livros mais lindos e me ensina a escrever – tanto que revisou o texto desta tese. Ele trouxe junto o Iran, serenidade e sorriso largo. E, com eles, aprendi que Recife é a cidade mais bonita do mundo. Obrigada por tudo, Beto: pelo estímulo, pelo apoio, pelo amor e pelo exemplo.

Quando eu achava que a jornada do doutorado estava quase no fim, tive mais uma sorte: fui parar na Croácia em uma summer school repleta de não-antropólogos que me ensinaram que sair do conforto da casa é aventura que vale enfrentar. Agradeço às professoras Arlene Clemenha, Esther Hamburger e Laura Izarra pela oportunidade. Arlene e Esther foram adoráveis companhias durante os dez dias exaustivos e maravilhosos de discussão. Thiago Moyano foi parceiro de viagem que virou amigo querido: obrigada pelas trocas e pela cumplicidade. Fiza Vasudeva, Megna Bhardwaj, Saib Laval e Vinko Draca, junto com Thiago, ensinaram-me que o coração da gente é do tamanho do mundo.

Agradeço a todas as pessoas que colaboraram diretamente com a pesquisa. Heidi Cerneka foi apoiadora desde sempre, compartilhando sua caminhada e me ajudando com

materiais e indicações. Fabiana Leibl abriu todas as portas possíveis para mim. Janaína Homerin, Rachel da Cruz Lima e Marcelo Novaes se dispuseram a conversar com a antropóloga impertinente. Henrique Finoti me enviou dados importantes.

Na cidade que chamei de Tamara, eu fui recebida por uma família generosa que me acolheu e guiou. Agradeço imensamente a todas e todos eles e jamais será suficiente.

Minha gratidão à Railda Silva, que se tornou amiga querida e amada, presença inspiradora na vida. A Railda é dessas pessoas que conquistam a gente com sua intensidade e seu brilho. Fui arrebatada. Railda me adotou, guiou – e guia – com o amor e o bom humor que ela divide com o mundo. Só desejo que ela voe cada vez mais alto.

Miriam Duarte sempre foi um poço de carinho, sorriso e força. Para além das leões Railda e Miriam, na Amparar eu encontrei um grupo de pessoas que passei a admirar, pessoas das quais desejo estar perto: Batia Jello, Daniela Araújo Fernandes, Fabio Pereira Campos, Leia Santos, Leonardo Martins, Milton Barbosa, Pedro Rivellino e Regina Santos. Obrigada por me tornarem parte da Amparar.

Meu pai e minha mãe, Divino e Aidée, apoiam-me muito e desde sempre. Eu me sinto feliz e agradecida por eles acharem bacana essa história de virar antropóloga: eu nem teria começado a vida de pesquisa se não fosse pelo estímulo de vocês dois. Aidée e Divino ainda conquistam toda e qualquer pessoa que conhecem com afeto, música e pão de queijo. O Samuel é meu irmão e está sempre no apoio, interessado e disposto a prostrar. Ele ainda trouxe a Adriana para nossa vida e os dois fizeram a Manuela, bichinho que me ensina a ser tia. Que bom é poder contar com vocês.

Durante os agradecimentos, percebi que ora mencionava a primeira pessoa do singular, ora a primeira pessoa do plural para fazer menção aos meus trajetos ao longo do doutorado. É que esse caminho nem existiria se não fosse a Isadora Lins França, que compõe o ‘nós’ que aparece no texto. A Isadora é companheira de jornada. Faz casa e família comigo. A gente descobre o mundo lado a lado e faz planos de grandes navegações. Para além do amor, da vida e da família que a gente tem juntas, com Lenin Felpudo e Chiquinha, a Isa leu tudo o que escrevi durante a pesquisa, ouviu incontáveis histórias de campo, aguentou os choros e me estimulou a seguir. Deu ideias e se ansiou com a tese – ela também parecia viver um processo de escrita. Segurou as tensões e me segurou em meio às tensões. Obrigada, Isadorinha, pelo amor, pela força, por topar essa jornada.

Suas irmãs magras levantaram mais cedo,
antes que clareasse no quadro.
E ninguém viu quando seguiram em fila
do lado não pintado da tela.

[Trecho do poema “As mulheres de Rubens”, de
Wisława Szymborska]

RESUMO

LAGO, N. B. **Jornadas de visita e de luta: Tensões, relações e movimentos de familiares nos arredores da prisão.** Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2019.

Esta tese trata de mulheres que circulam pela prisão como familiares de presos, que vivem suas vidas e desenvolvem seus projetos em meio a tensões de múltiplas ordens que têm a prisão como seu fulcro. Abordo a prisão através das possibilidades imaginadas a partir dela e dos limites impostos pela instituição prisional em regras, relações e intervenções. Segui os agenciamentos dessas mulheres, assim como seus limites, as desigualdades e a produção de diferenças entre mulheres marcadas pela prisão. A tese articula três diferentes contextos etnográficos: i) a fila de visitas da prisão e uma hospedaria para mulheres de preso em uma cidade do interior paulista aqui chamada de Tamara; ii) as atividades da associação de familiares de presos Amparar, localizada em São Paulo-SP; e iii) os debates sobre a prática da *revista íntima*, a denúncia de seu caráter *vexatório* e as disputas em torno de sua proibição que envolveram ONGs, movimentos de Direitos Humanos, legisladores, defensores públicos, familiares de presos e os próprios prisioneiros. Os contextos etnográficos foram desvelados a partir de narrativas de *mulheres de preso* e de *mães e familiares de preso* que descrevem tensões e violações que atravessam suas vidas e corpos nas relações com a prisão e que também dão ensejo aos seus esforços de caminhar por entre as tensões. Seus agenciamentos e as regulações nos arredores da prisão operam a partir de convenções de gênero que fazem emergir modos de ser *mulher de preso*, de ser *mãe de preso* e de ser *movimento de familiares*.

Palavras-chave: gênero; prisão; família; agência; ativismo.

ABSTRACT

LAGO, N. B. **Journeys of visiting and fighting: Tensions, relations, and relatives' movements on the outskirts of prison.** Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2019.

This thesis focuses on women who circulate in prison as prisoners' relatives, and live their lives and develop their projects amid tensions of multiple orders that have prison as their fulcrum. I approach prison through the possibilities it envisions, and the limits imposed by the prison institution on rules, relationships and interventions. I followed the agency of these women, as well as their limits, inequalities, and the production of differences among women marked by prison. The thesis articulates three different ethnographic contexts: i) the prison visitation line and a rooming house for *women of prisoners* in a city located in São Paulo named here as Tamara; ii) the activities of the Amparar Prisoners' Family Association, located in the city of São Paulo; and iii) the debates regarding the practice of the *intimate bodysearch*, the denunciation of its *vexatious* character and the disputes about its prohibition involving NGOs, human rights movements, legislators, public defenders, family members of prisoners and the prisoners themselves. Ethnographic contexts have been unveiled from narratives of *women of prisoners*, *mothers of prisoners*, and *relatives* who describe tensions and violations that cross their lives and bodies in prison relations, and also give rise to their efforts to walk through the tensions. Their agencies and regulations around the prison operate from gender conventions that give rise to ways of being a *woman of prisoner*, being a *mother of prisoner*, and being a *family member activist*.

Keywords: gender; prison; family; agency; activism.

Lista de siglas

Alesp – Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo
Amparar – Associação de Familiares e Amigos/as de Presos/as
CDP – Centro de Detenção Provisória
CESeC – Centro de Estudos de Segurança e Cidadania
CIDH – Comissão Interamericana de Direitos Humanos
CNPCCP – Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária
ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente
Febem – Fundação Bem-Estar do Menor
Fundação CASA – Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente
FBDH – Fundo Brasil de Direitos Humanos
Gajop – Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares
IBCCrim – Instituto Brasileiro de Ciências Criminais
IDDD – Instituto de Defesa do Direito de Defesa
IDDH – Instituto de Defensores de Direitos Humanos
ITTC – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania
LEP – Lei de Execuções Penais
MNU – Movimento Negro Unificado
NESC – Núcleo Especializado de Situação Carcerária da Defensoria Pública de São Paulo
ONG – Organização não governamental
OSF – Open Society Foundations
PL – Projeto de Lei
PLS – Projeto de Lei do Senado
SAP – Secretaria de Administração Penitenciária do estado de São Paulo

Sumário

Introdução Costurando diálogos ao redor da prisão	1
Antecedentes: a montagem do problema	2
A pesquisa e suas frentes: mulheres nos arredores da prisão	7
Situando posicionamentos.....	15
Perspectivas sobre gênero, sexualidade e prisões	21
Mapa da tese.....	27
Parte I: Dias e noites em Tamara	29
Capítulo I Visitar é uma jornada: uma pensão em Tamara e a porta da prisão.....	30
Chegar em Tamara e conhecer a pensão	31
Na pensão e na cozinha: fazer comida e fazer relações.....	37
A preparação de uma visita: regras, informações e conversas na fila da prisão.....	43
Tamara em dois tempos: da cidadezinha qualquer à correria das visitas	53
Encontros religiosos através da prisão	61
Rumores de corres, batidas policiais e moralidades em jogo	66
Considerações finais: sair da pensão e chegar às filas	75
Capítulo II <i>Mulheres de preso</i> e outras mulheres: agenciamentos e diferença em visitas à prisão	78
A pesquisadora em campo: gênero, sexualidade, diferença e o perigo da sapatão	80
Mulheres de preso e outras mulheres	89
“Mulher de preso nunca está sozinha”: cobranças e ganchos em Tamara	95
“O melhor ator é o preso”: atuações, agenciamentos e uma implosão narrativa	104
Para chegar às mães: Isabel, seu filho e a mulher sem juízo.....	108
Considerações finais: mulheres de preso e seus esquemas	111
Parte II: Prisões, <i>familiares</i> e movimentos.....	113
Capítulo III Relatos da luta: gênero, prisão e ativismo em uma associação de <i>familiares de presos</i>	114
Encontrando Railda: uma associação em movimento	117
Railda no vórtex da prisão: família e luta, sofrimento e humilhação.....	125
Alianças e seus limites em três atos	139
Estado inimigo, Estado parceiro: tensões em uma Audiência Pública.....	151
Considerações finais: seguindo em movimento	163
Capítulo IV Íntima e vexatória: disputas narrativas, violação e organizações de defesa de Direitos Humanos.....	165
Nomes, números mágicos e documentos: de revista íntima a revista vexatória.....	172
Leis e ambiguidades na proibição da revista (e na morte da discussão)	178
Escaneamento de fronteiras prisionais e corporais.....	184
Disputas em torno da revista: produzir um caso, demonstrar violação	189
Revista é ruim, scanner é pior? Ambivalências em torno da revista.....	199
Considerações finais: corpos em disputa.....	206
Considerações Finais Fins e recomeços de uma jornada: reencontrar filas, cadeias, movimentos e saberes.....	208
Referências Bibliográficas	216
Anexos	226

Introdução | Costurando diálogos ao redor da prisão

Quando penso em alguma imagem que poderia traduzir o que é fazer uma tese, penso em costura. Costurar é processo com muitas etapas. Requer escolher um tecido e marcá-lo com o auxílio de um molde e de giz. Recortar os pedaços sabendo reconhecer as tramas do tecido para garantir seu caimento impecável. Uma vez alinhavados, os recortes serão outra coisa que não um pedaço de pano. Colocar os aviamentos, pregar botões, cortar as linhas que sobram – estas eventualmente escapam a despeito dos cuidados do acabamento e podem aparecer na medida em que se encara o resultado da costura. Fazer uma tese é costurar diálogos. Se a perspectiva de escrever uma tese me parecia assustadora, a possibilidade de *costurar diálogos* me incitou. A tentação do diálogo foi também o que transformou o processo antes assustador em algo desafiante e, em muitos sentidos, prazeroso. Começo este texto, então, afirmando que persegui a costura de diálogos ao longo das próximas páginas.

Cabe definir então os sujeitos, contextos e enquadramentos mobilizados nos diálogos que costuro. Esta tese trata de mulheres que vivem suas vidas e desenvolvem seus projetos em meio a tensões de múltiplas ordens que têm a prisão como seu fulcro. Essas mulheres circulam ao redor da prisão atravessando e sendo atravessadas por portarias, regras e revistas: são *visitas, mulheres de preso, mães, familiares*¹. A prisão é produtora não apenas das tensões que permeiam os caminhos dessas mulheres, mas é também parte constitutiva das ferramentas mobilizadas por elas para deslizar entre tensões e perseguir seus projetos. Prisão é força-motriz que massacra, limita e dá ensejo a alguns projetos. Este é o tecido sobre o qual costurei os diálogos da tese.

Apresentar os moldes e linhas me ajuda a seguir: abordo as movimentações das mulheres ao redor da prisão, seus projetos e os limites a eles, compreendendo-os como inscritos em uma linguagem de gênero. Afinal, são as “convenções” de gênero circulantes nos arredores da prisão que possibilitam entendimentos sobre *mães, familiares e mulheres de preso*². Como elas manejam suas possibilidades de decisão? Ainda que esses espaços,

¹ As palavras e expressões grafadas em *itálico* foram utilizadas pelas pessoas com quem conversei nos diferentes contextos etnográficos da pesquisa. Para facilitar a leitura, as expressões mais longas e frases ditas em contextos de pesquisa serão marcadas ao longo do texto com o uso de aspas. Quando as frases compuserem citações, estas serão destacadas no texto em fonte 12 – maiores, portanto, do que as citações bibliográficas, marcadas em fonte 11.

² Mariza Corrêa (2004) escreve sobre “convenções culturais” e o pouco que refletimos sobre o “dissenso” em relação a elas. A autora argumenta que nem as sociedades “ditas primitivas” estão livres do dissenso,

em alguns casos, sejam mínimos? É a partir dessas convenções que as mulheres se movimentam, seja reforçando (ou negando) determinados aspectos sobre o que é ser *mulher de preso*, seja mobilizando os atributos de *mãe* para falar sobre si e seus filhos, seja envolvendo a perspectiva dos *familiares* para abordar a presença das prisões em suas vidas.

O interesse primordial da tese não é a prisão, e sim as mulheres que se movimentam através dela. Ao mesmo tempo, os movimentos, projetos e narrativas de mulheres nos contam sobre prisões e relações tecidas através de seus muros, e nos mostram estratégias e limites em meio a tensões, de diversas ordens, que emergem da prisão e se espalham pelos seus arredores. Abordo a prisão, portanto, através das possibilidades imaginadas a partir dela e dos limites impostos pela instituição prisional em regras, relações e intervenções. O disparo inicial para pensar a prisão na tese é o encarceramento de um familiar. A partir daí, surgem tensões que infiltram territórios, físicos e morais, atravessados pela prisão e percorridos pelas mulheres.

Voltando à imagem inicial, para se costurar é preciso molde, recortes, linha, tecido e agulha, acabamento. Sigo na Introdução apresentando, com mais detalhe, os tecidos, moldes e linhas que anunciei. Faço uma breve retomada das questões e perspectivas que orientaram a produção de meu escopo de pesquisa e sigo com a indicação dos contextos etnográficos que compuseram o universo empírico da tese. Com isso, explico o percurso da pesquisa em seus supostos iniciais e os caminhos que terminaram por compor as frentes de investigação que apresento ao longo dos quatro capítulos. Concluo a Introdução mobilizando a contribuição de autoras e autores, também moldes, tecidos e linhas que fizeram parte da costura da tese, alinhavados às narrativas de *mulheres de preso*, *mães* e *familiares*.

Antecedentes: a montagem do problema

A pesquisa teve início com a proposta de explorar as relações entre *dentro* e *fora* da prisão a partir da sua articulação com gênero e família³. O caminho seguia pistas

nem as sociedades “ditas ocidentais” estão livres das convenções culturais. Corrêa pensa que é preciso investigar a relação convenção/dissenso com mais atenção: ainda que as pessoas pensem de acordo com determinada lógica prescritiva, é importante notar que elas muitas vezes atuam em desacordo com essa lógica. Gênero pode ser pensado constituindo-se nessa relação complexa entre convenção/dissenso.

³ A pesquisa, então intitulada “Nem *dentro*, nem *fora*: gênero, trânsitos e associações de mulheres que circulam pela prisão” foi desenvolvida sob orientação de Júlio Assis Simões e contou com apoio da

deixadas por minha dissertação de mestrado, que discutiu elaborações produzidas por mulheres em privação de liberdade em sua negociação de posições e projetos que conectavam os mundos de dentro e de fora da prisão (LAGO, 2014; 2015; 2017a). Naquele momento, gênero – articulado à classe social – apareceu como marcador central para compreender o posicionamento das mulheres com quem conversei. Eu pretendia, no doutorado, avançar na discussão abordando particularmente os modos como o *dentro* e o *fora* da prisão se produziam não apenas dos lados internos aos muros, mas também nas relações “de fora para dentro”, ou seja, a partir das mulheres que mantinham relações familiares ou afetivas de diferentes ordens com pessoas em privação de liberdade. Pensava em prisão a partir das porosidades e fluxos de pessoas, bens e informações entre *dentro* e *fora* de seus muros, assumindo como perspectiva mais ampla que gênero seria central para entender os trânsitos e também as regulações que operavam nas relações entre administração prisional, pessoas presas e seus familiares.

Uma perspectiva que compunha essa hipótese central era a de que a prisão transbordava para além dos seus espaços físico-institucionais e se fazia presente também nos lados *de fora*, onde era parte da criação e da reconfiguração de vínculos e de trajetórias⁴. O encarceramento de um membro de uma família implicaria, nesse sentido, não apenas a ausência desse ente, mas também a presença da prisão reestruturando relações e atravessando as dinâmicas cotidianas. As categorias *dentro* e *fora* da prisão eram então utilizadas para demarcar a diferença entre estar privado(a) de liberdade e transitar pela prisão na condição de visita; mas nunca tiveram a intenção de demarcar uma cisão entre *dentro* e *fora* que desconsiderasse as porosidades da prisão e os inúmeros fluxos que a atravessam, ou seus “vasos comunicantes” (GODOI, 2010), a despeito dos constrangimentos e regulações estabelecidos pela instituição.

Apostei em seguir os trânsitos de mulheres entre *dentro* e *fora* da prisão elegendo as visitas prisionais como um potencial posto de observação. Desde o desenho da pesquisa, eu sabia que esses momentos de visitação contavam com a presença massiva de mulheres. Os dados obtidos junto à Secretaria de Administração Penitenciária (SAP) pela

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) - Código de Financiamento 001 - entre junho de 2015 e maio de 2019.

⁴ Abordar as prisões tendo suas porosidades como perspectiva não é exclusiva deste trabalho. Entendo que essa é uma aposta de caráter coletivo que, se não se desdobra em uma agenda única de pesquisa, vem informando as diferentes contribuições, os diálogos e complementariedades entre trabalhos como os de Natália Padovani (2015; 2017; 2018), Rafael Godoi (2015; 2016; 2017) e Fábio Mallart (2014; 2019). No âmbito internacional, as pesquisas de Manuela Ivone da Cunha (2003; 2002) e Gwenola Ricordeau (2012; 2008) ajudam a pensar nas porosidades em contextos prisionais distintos.

Defensoria Pública do Estado de São Paulo (DPESP) reiteraram essa impressão, indicando que as mulheres correspondiam a mais de 65% das pessoas cadastradas para a realização de visitas nas unidades penitenciárias do estado de São Paulo⁵.

O caminho através das visitas às prisões era também parte do objetivo de descrever as inúmeras regulações às quais estavam sujeitas as mulheres que visitavam seus familiares privados de liberdade. Elas pareciam de certo modo institucionalizadas a partir da prisão das suas pessoas queridas: reorganizavam suas vidas em torno dos dias de visita, quando não reorganizavam seus próprios locais de moradia (GODOI, 2017; SILVESTRE, 2012). As regulações estatais que se impunham desde o início da pesquisa eram inúmeras: visitar uma pessoa presa no Estado de São Paulo requeria (e ainda requer) fazer um cadastro junto à Secretaria de Administração Penitenciária (SAP), que é o órgão responsável pela gestão das unidades prisionais paulistas. Nos casos em que as mulheres visitam companheiros, é necessário apresentar um documento que comprove o relacionamento – uma certidão de casamento ou *declaração de amásia*, um tipo de comprovante de união estável. Por fim, entrar na prisão na condição de visita requer submeter-se a procedimentos de revista corporal que envolvem *revistas íntimas*⁶ ou o escâner corporal.

Os mecanismos institucionais de regulação de entrada e permanência das visitas no interior dos presídios pareciam um caminho profícuo para entender os limites das porosidades da prisão – limites estes que se marcavam nos corpos das mulheres revistadas e/ou escaneadas. As discussões em torno da *revista íntima* e da sua proibição, que já aconteciam no início da pesquisa, pareciam sintetizar debates que se instauravam a partir dos trânsitos de pessoas através das fronteiras prisionais e que envolviam tensões e disputas em meio a pessoas presas e suas visitas, governos, organizações nacionais e internacionais de Direitos Humanos e operadores da Justiça⁷.

⁵ Os dados têm como base o ano de 2014 e foram obtidos pela DPESP por meio da Lei de Acesso à Informação. As informações foram compartilhadas comigo após contatos com o Núcleo Especializado de Situação Carcerária da Defensoria – NESC entre 2016 e 2017. Agradeço ao Núcleo pelo pronto envio das informações solicitadas.

⁶ As *revistas íntimas* (nomeadas, por movimentos de defesa de direitos, como *revistas vexatórias*) consistem na realização de revista para verificação dos corpos das pessoas que entram nos estabelecimentos prisionais sob a alegação de que objetos proibidos/ilegais (como celulares e drogas) podem ser escondidos em seus corpos e entregues aos presos. A revista requer que a pessoa se desnude e exponha suas partes íntimas – vagina e ânus – agachando-se sobre espelhos e, muitas vezes, tossindo para que eventuais objetos escapem das cavidades.

⁷ A lei 15.552, que proíbe a realização das *revistas íntimas* nos presídios paulistas, foi aprovada em 2014. Desde então, as unidades penitenciárias paulistas vêm “aderindo” à legislação com a instalação de escâneres corporais que funcionariam sem a necessidade de nudez para a revista. Contudo, os relatos de visitantes

As regulações existentes na prisão (e nos seus arredores) não seriam efeito exclusivo da SAP. As visitas nas prisões certamente estariam em consonância com procedimentos estabelecidos também pelo Primeiro Comando da Capital (PCC), presente dentro e fora das prisões⁸. Ao mesmo tempo em que eu reconhecia a importância do PCC no contexto que propunha para a pesquisa, optei por tratar os modos de organização em torno da sigla como um dos vetores de força nos arredores da prisão e não como seu vetor primordial.

Os diversos tipos de constrangimentos e regulações que envolviam a visita de mulheres na prisão, bem como sua conduta do lado de fora, revelavam com muita intensidade as porosidades entre estar *dentro* e *fora* da prisão. Essas mesmas regulações indicavam que, à revelia das porosidades e trânsitos, a instituição prisional estava presente estabelecendo procedimentos e submetendo corpos à intervenção, de modo a reiterar que “os sistemas punitivos devem ser recolocados em uma certa ‘economia política’ do corpo.” (FOUCAULT, 2008[1975]:23).

Se as relações entre *dentro* e *fora* surgiam nos trânsitos das mulheres pelas prisões, essas mesmas relações possivelmente ressurgiriam em outros aspectos do cotidiano dessas mulheres que se relacionavam com pessoas em privação de liberdade. Nesse sentido, busquei ampliar o campo da pesquisa extrapolando os momentos das visitas e incorporando outros caminhos para a discussão – entre eles a articulação de uma associação de familiares de pessoas presas. As discussões em torno da *revista íntima* e o engajamento de organizações e de familiares de pessoas presas pareciam representar uma disputa em torno dos limites da instituição e, em última análise, uma disputa da própria política penitenciária.

As visitas nas prisões e a participação das mulheres nesses processos contribuem para pensar os trânsitos entre prisão e rua em diferentes contextos. As noções de “prisionização secundária”, em que a pena de prisão é entendida como se estendendo aos familiares (COMFORT, 2008) e a compreensão dos sentidos de liberdade e de

indicam que a instalação dos escâneres aumentou o tempo de espera para entrada na prisão e não extinguiu, em alguns casos, a exigência de que as visitas se dispam para passar por ele. A discussão é retomada no Capítulo IV da tese.

⁸ O Primeiro Comando da Capital surgiu nas unidades prisionais masculinas no estado de São Paulo e hoje figura como vetor importante na configuração de modos de proceder na maior parte das prisões paulistas, de mulheres e homens, e em bairros das periferias. Uma série de trabalhos vem se propondo a discutir o PCC, suas formas de organização e os efeitos de sua presença dentro e fora das prisões – com interpretações que, inclusive, apontam convergências e divergências entre pesquisadores; destaco Adorno e Salla (2007); Feltran (2018; 2011a); Biondi (2014; 2009); Marques (2009); Hirata (2010); Nunes Dias (2011); Ferraz de Lima (2013); Mallart (2014).

aprisionamento vivenciados tanto por visitas quanto por pessoas presas (RICORDEAU, 2012) permeiam algumas das reflexões a esse respeito em diferentes contextos nacionais. Nesses trabalhos, as relações de afeto entre-muros são centrais para o entendimento da prisão e das suas formas de expansão para além do seu espaço físico-institucional e para além das pessoas às quais ela serviria como punição. Nesse sentido, olhar para as redes de relações e de afetos constituídas através da prisão é parte de um olhar mais amplo sobre a própria prisão (PADOVANI, 2015). Em consonância com essa perspectiva, outras contribuições argumentam sobre a importância teórico-política de explorar as articulações entre gênero, sexualidade e prisões para além dos contextos etnográficos que têm sido costumeiramente associados a gênero – como as unidades femininas e as que recebem população LGBT. Tal esforço é produzido seja mobilizando trabalhos que se propõem a discutir gênero e sexualidade nas prisões, seja em leituras “a contrapelo” (MCCLINTOCK, 2010) de trabalhos relacionados ao mundo prisional (LAGO e ZAMBONI, 2016).

Reitero, por mais óbvio que pareça, que a prisão atravessa as relações das mulheres com seus homens, presos. A prisão é presença e é parte importante da relação. Ao entrar na prisão para encontrarem-se com os seus, as mulheres se deparam com regras, constrangimentos e violações perpetradas pela instituição prisional. Essas mulheres – e sua possibilidade de entrar e sair da prisão – são fundamentais para o fluxo de informações, auxílios e mercadorias entre o dentro e o fora, e são centrais para o abastecimento da prisão e para agilizar processos judiciais que envolvem seus familiares (GODOI, 2015).

Ao longo da pesquisa, passei a pensar na prisão como um campo alargado que concebe os limites físicos da instituição, mas que também envolve as movimentações que ocorrem ao seu redor – o fluxo de pessoas através dos muros institucionais, as articulações familiares para realizar as visitas, as preparações na cidade de origem e nas cidades-sede das prisões, os acordos e desavenças entre familiares que acabam por envolver as pessoas privadas de liberdade e vice-versa. Seguir as mulheres que circulavam por essa prisão expandida conformaria, assim, uma situação privilegiada para a análise que abarcaria o cotidiano das visitas e as movimentações e tensões em torno do ativismo e do engajamento político de familiares de pessoas presas.

A pesquisa e suas frentes: mulheres nos arredores da prisão

Segui, então, as porosidades que fazem da prisão não uma instituição fechada, mas permeável, que se interpõe nas vidas atravessadas pela sua presença. Constituí três frentes de observação etnográfica que se mantiveram ao longo da pesquisa, mas que produziram, ao longo do tempo, novas questões e caminhos para as perspectivas que eu tinha.

A primeira das frentes envolveu uma pensão e a porta da prisão de Tamara, uma pequena cidade do oeste paulista, cujo material é explorado nos dois primeiros capítulos da tese. A segunda foi conformada pelas atividades em torno da Associação Amparar, organizada por *mães e familiares de presos* e sediada em São Paulo - SP, tema do terceiro capítulo. A terceira frente de observação envolveu as tensões e disputas em torno da ocorrência e da proibição da *revista íntima* (nomeada *revista vexatória* entre defensores de Direitos Humanos), apresentadas no quarto e último capítulo. O caminho pelas três frentes permitiu entender diferentes modos de envolvimento de mulheres com a prisão. Tamara me apresentou o cotidiano das visitas e as tensões relacionadas às *mulheres de preso* e ao terreno minado que é a *fila* de visitas. O trabalho com a Amparar me permitiu explorar um aspecto específico do campo ao redor das prisões – a atuação política de *mães e familiares de presos*. A pesquisa sobre a proibição da *revista íntima* (ou *vexatória*) partiu de um tema que circula ao redor das prisões e que envolve não apenas *familiares*, mas prisioneiros, organizações não governamentais, governos, legisladores e militantes de Direitos Humanos.

As três frentes da pesquisa, portanto, contribuem de maneiras distintas, mas dialogam umas com as outras, permitindo compreender a presença e as movimentações de mulheres nos arredores da prisão a partir de diferentes ângulos. Nos caminhos percorridos, acompanhei fluxos de pessoas, coisas, conhecimentos e informações. Persegui porosidades e me deparei com mulheres que as atravessavam: as mulheres mobilizavam os espaços de movimentação possíveis e eram também interpeladas – e violentadas – por regulações que, uma vez presentes, lembravam-nos com vivacidade que nem tudo é trânsito e comunicação através das portarias e muros prisionais. Há movimentações e há pontos de parada. Há agenciamentos e há seus limites. O que faz a prisão com as mulheres que visitam os seus? O que as mulheres fazem a partir dela? De que modo os agenciamentos dessas mulheres – assim como seus limites – ganham sentido e se fazem inteligíveis nos arredores da prisão?

É importante dizer que persegui tais questões e produzi informações sobre mulheres ao redor das prisões a partir da participação em diferentes situações em que elas estavam envolvidas e das narrativas que elas compartilhavam. Observei movimentos e fiz perguntas. Escutei e conversei muito. As inúmeras conversas com minhas interlocutoras sobre os mais diversos assuntos trouxeram maior complexidade ao tema das porosidades da prisão. As narrativas presentes ao longo da tese são tributárias em grande parte das duas *guias* da pesquisa: Flora, em Tamara, e Railda, na Amparar. Ambas me receberam e me permitiram conhecer os projetos nos quais se envolviam ao redor da prisão, conduziram-me em meio a pessoas, tensões, disputas, rumores e eventos. Cada uma à sua maneira me orientou pelos momentos de espera e escuta e pelos deslocamentos que fazíamos juntas. James Clifford (2002) comenta sobre como uma “longa lista de reconhecidos antropólogos” traz em seus trabalhos a marca de ter compartilhado com alguns de seus interlocutores uma “visão distanciada, analítica e mesmo irônica dos costumes”, tornando-os “informantes privilegiados” ou “etnógrafos” indígenas, por compreenderem o que “implica uma atitude etnográfica diante da cultura” (Idem:53). Guardados os devidos contextos de produção antropológica, compartilho com Clifford da ideia de que o fazer etnográfico é plural. Reconheço como, em muitas situações de campo, Flora e Railda guiaram meu olhar e meus passos a partir de uma compreensão sutil sobre seus próprios campos de atuação, o que faz com que minha escrita seja em grande parte mediada pela presença de ambas no campo e pelo modo como elas narram e interpretam as situações em que estão implicadas.

As mulheres que atravessam as prisões e a tese emergiram nas narrativas e observações em algumas categorias êmicas: são as *mulheres de preso* as principais personagens em Tamara (assim como suas oposições, as *prostitutas*, as *garotas de programa* e as *amantes*). As *mães* e *familiares* são as categorias mobilizadas nos contextos de ativismo da Amparar – ambas parecem ora englobadas, ora diferenciando-se a depender do contexto e da necessidade de evocar o lugar das *mães* em uma intervenção. *Mulheres de preso*, *mães* e *familiares* compõem ainda as discussões em torno da proibição da *revista íntima* ou *vexatória*.

Descrevo, a seguir, como cheguei a cada um dos três pontos de observação que exploro nos quatro capítulos da tese.

Avistar Tamara na companhia de Flora

Em dezembro de 2014, Rafael Godoi me convidou para acompanhá-lo em uma viagem até uma das cidades que compuseram sua pesquisa de doutorado (GODOI, 2015; 2017). Ele se hospedaria na pensão de Flora e de Ítalo, um casal que mantinha negócios relacionados à prisão e vivia na cidade que, na tese, eu chamo de Tamara⁹. Na penitenciária de Tamara, as visitas aconteciam ao longo do fim de semana. Sábado e domingo eram dias de fila e de visitas.

Além de hospedar pesquisadores interessados nas movimentações provocadas pelas prisões, a pensão abrigava mulheres que passavam o fim de semana na cidade para visitar seus maridos, irmãos e filhos presos. Ao longo desse primeiro fim de semana, conversei com algumas das mulheres que visitavam seus familiares, convivi com Flora e Fabiana – a filha mais velha de Flora, então adolescente – e acompanhei o trabalho de ambas na gestão da pousada e do outro pequeno negócio da família, a barraquinha na porta da prisão que vendia refeições previamente encomendadas, lanches rápidos, refrigerantes e, nos tempos de mais dinheiro, roupas compradas no comércio popular do bairro do Brás, em São Paulo – sobretudo calças legging, camisetas e tops, peças escolhidas mediante as estritas regras prisionais para o vestuário das visitas.

A pensão era, portanto, um local para onde confluíam *mulheres de preso* que saíam de São Paulo a fim de visitar seus *presos*. Os donos da pousada tiveram uma trajetória marcada pela prisão e ainda viviam dos ganhos proporcionados pela vida ao redor da prisão. Decidi, então, realizar parte da pesquisa em Tamara e na pensão. Voltei à cidade em outras cinco oportunidades para acompanhar o final de semana de visitas: em dezembro de 2015 e em maio, julho, outubro e dezembro de 2016. Minha estada em julho prolongou-se por dez dias para estar ali por dois finais de semana e acompanhar a rotina de Flora e Fabiana nos dias em que a pensão estava mais vazia. Enquanto eu viajava para a cidade com regularidade e mesmo depois que interrompi as viagens a Tamara, eu e Flora mandamos notícias uma à outra via facebook ou whatsapp.

No município de Tamara, a proporção de mulheres cadastradas para visitar pessoas na penitenciária era de quase 70%¹⁰. Na fila para entrada da prisão, essa

⁹ O nome da cidade é fictício para garantir o anonimato das pessoas com quem conversei – também mencionadas com nomes fictícios. A cidade e o detalhamento da pesquisa ali realizada serão apresentados na Parte I da tese (Capítulos I e II).

¹⁰ O dado diz respeito aos cadastros relativos a janeiro de 2017 e inclui mulheres adultas. Se incluirmos as mulheres adultas, adolescentes e crianças, a proporção de mulheres chega a 77% das pessoas cadastradas.

proporção parecia ainda maior, ou seja, eram as mulheres quem efetivamente viajava até a cidade para visitar pessoas presas. Isso reforçava a aposta da pesquisa de que pensar sobre a prisão requeria olhar para as mulheres, suas movimentações e as implicações das suas relações com a instituição e com as pessoas privadas de liberdade.

Chegar à prisão para visitar uma pessoa presa era um dos trechos de uma jornada que demandava tempo, recursos, relações e mudava a vida das mulheres que passavam a viajar, com mais ou menos frequência, para visitar seus maridos e filhos presos. Eram muitas as paradas envolvidas desde a saída da cidade de origem até a porta da prisão. Da porta “para fora”, havia tempo e dinheiro empregados nas longas viagens, na estadia e na preparação dos alimentos que seriam levados aos presos. Da porta “para dentro”, outras paradas e interlocuções com agentes penitenciários se impunham. O *jumbo* era revistado (a sacola com alimentos e itens de higiene e limpeza que a *visita* leva ao *preso*). As mulheres desnudavam-se e se submetiam à revista. Caminhavam, nuas, por um detector de metais que poderia *apitar* indicando (ou não) a tentativa de entrar com objetos proibidos e motivar um *gancho*, ou seja, uma proibição temporária de realizar visitas. As tensões motivadas pelos muitos pontos de parada estavam presentes ao longo de todo o fim de semana de visitas e eram temas de conversas e negociações entre as mulheres.

Os recursos envolvidos na viagem, na compra de alimentos e outros bens e nos trajetos até a porta da prisão não eram apenas parte da jornada da visita, mas constituíam possibilidades de ganhar a vida. Flora, Ítalo e Fabiana viviam do dinheiro que a prisão trazia. Flora se movimentava e ofertava mercadorias as mais diversas justamente no contexto da jornada e da presença das *mulheres de preso* em Tamara.

Ao longo dos dois primeiros capítulos da tese (a Parte I), exploro as observações e narrativas resultantes da pesquisa na pensão em Tamara. O Capítulo I apresenta a jornada da visita, Flora e seus campos de relações emaranhados em torno da prisão. Sendo uma das *guias* da pesquisa, Flora fez parte da construção das narrativas de Tamara, da pensão e das inúmeras tensões de uma vida ao redor da prisão. No Capítulo II, parto da descrição sobre a pensão e a *fila* para concentrar a análise nas relações entre *mulheres de preso* e outras mulheres, que fazem parte da produção de gênero e sexualidade em meio a agenciamentos e limites.

Os dados sobre os visitantes cadastrados na penitenciária de Tamara foram obtidos por mim junto à Secretaria de Administração Penitenciária (SAP), via Lei de Acesso à Informação.

Os caminhos com Railda em uma Associação de familiares

Em 2014, em uma reunião de organizações de defesa de direitos, eu ouvi, pela primeira vez, o nome da Amparar – Associação de familiares e amigos de presos/as, localizada em São Paulo - SP. O encontro propunha pensar em estratégias para encaminhar denúncias de violações de direitos de adolescentes internados na Fundação Casa¹¹ e contou com a presença de diversas organizações, incluindo a ONG Ação Educativa, onde na época eu atuava como assessora de projetos. A partir daí, comecei a seguir as movimentações da Amparar pelo facebook e a buscar mais informações sobre a Associação. Intrigava-me, naquele momento, a movimentação política produzida por *familiares de vítimas do Estado*¹² – no caso da Amparar, o que parecia aglutinar seus participantes era a partilha da vida na prisão através de um familiar.

Pensei, então, que acompanhar a Amparar seria uma forma de acompanhar movimentações de mulheres pelas prisões a partir de um posicionamento específico – o ativismo. Eu seguia, de longe, as ações das *Mães de Maio*, mulheres cujos filhos foram mortos no âmbito dos *crimes de maio*, em 2006¹³. As mães apareciam como figuras importantes no contexto apresentado por Adriana Vianna e Juliana Farias (2011) sobre as associações de “mães” que mobilizavam a “luta por justiça” diante da morte de filhos que se encontravam sob custódia do Estado. O termo “mãe” e a linguagem de gênero acionada por ele concediam autoridade moral às mulheres que reivindicam a responsabilização do

¹¹ A Fundação Casa, antes conhecida por Febem, é a responsável pelas medidas socioeducativas de privação de liberdade voltadas a adolescentes acusados de cometer atos infracionais e previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, art. 112, itens V-VI; BRASIL, 1990). As medidas socioeducativas têm, em teoria, objetivos diferentes da privação de liberdade no sistema penitenciário, direcionado aos adultos. Na prática, a pesquisa de Fábio Mallart indica que as unidades da Fundação – que são regidas pelo sistema socioeducativo, e não pelo sistema de justiça criminal – aparecem como reprodutoras de violações e de relações que seriam próprias de unidades prisionais para adultos. O autor argumenta que a medida socioeducativa de internação é estruturada e também encarada por parte dos internos como uma prisão e, nesse mesmo sentido, que a divisão entre unidades prisionais e socioeducativas é inteligível no âmbito normativo, mas não encontra eco entre adolescentes e jovens privados de liberdade na Fundação (MALLART, 2014).

¹² A categoria “vítima do Estado” (ou “vítima da violência de Estado”) aparece nos contextos da pesquisa junto à Amparar como uma espécie de termo guarda-chuva para referir-se a pessoas e grupos violentados e/ou mortos por pessoas vinculadas a instituições estatais – sendo a polícia e as prisões as principais instituições denunciadas.

¹³ As *Mães de Maio* são um grupo que se organizou no estado de São Paulo após os chamados *crimes de maio*, ocorridos em 2006, quando mais de 500 civis foram mortos por policiais e “grupos de pessoas encapuzadas” em retaliação aos ataques do PCC ocorridos em São Paulo. Para mais informações sobre os *crimes de maio*, ver: Cano e Alvadia, 2008 e <https://ponte.org/?s=crimes+de+maio>.

Estado pela morte dos seus filhos. As autoras argumentavam que a compreensão dos processos envolvidos na “luta” dessas mulheres passava, necessariamente, por

pensá-los como inscritos em dinâmicas de gênero que modelam os corpos, as cartografias poéticas e pragmáticas presentes nas cenas coletivas e públicas (...) e, por fim, o próprio sentido dessas “lutas” (VIANNA e FARIAS, 2011:85)¹⁴.

Minha hipótese era a de que as integrantes da Associação Amparar mobilizariam atributos de gênero ao buscar legitimidade às suas pautas e à sua ação política, dando relevância à importância das *mães* e, em última análise, da família e dos afetos na produção de um discurso ativista.

Para além do interesse, a aproximação com a Amparar foi em si uma jornada. Minhas relações com integrantes e articuladores da Associação esbarraram por algum tempo nos *amigos* de presos e demoraram a chegar aos *familiares*. Em 2015, tentei, via e-mail, os primeiros contatos com duas pessoas da Associação, entre elas Railda Silva, coordenadora da Amparar¹⁵. As mensagens enviadas e apresentações sobre mim e sobre a pesquisa não foram respondidas. Ainda naquele ano, em novembro, fui à sede da associação em um evento chamado *Quebrando as grades*, que se propunha a discutir desigualdades de classe, raça e gênero. Para minha frustração, Railda não estava ali. Decidi acompanhar a atividade e reconheci um dos coordenadores do evento. Eu sabia de sua trajetória na defesa de direitos de crianças e adolescentes e o conhecia, de vista, por ter frequentado atividades de um partido político ao qual ele era filiado. Nesse dia, apresentei-me e falei sobre meu interesse em acompanhar as atividades da associação. Ele foi simpático e disse que era ótimo ter interlocuções com a *academia*, considerando que eu era pesquisadora e desenvolvia um doutorado sobre prisões. No entanto, ele ressaltou que os integrantes da Amparar tinham *cuidados com pesquisadores*, uma vez que muitos se aproximavam da associação, coletavam informações e desapareciam sem colaborar com as atividades. Esse temor foi retomado em outros momentos e por outras pessoas – entendi que seriam necessários paciência e cuidado em minhas conversas e tentativas de estar presente nas ações da associação.

¹⁴ Para além das mulheres que se organizam em grupos de “mães” no Rio de Janeiro, as autoras citam iniciativas semelhantes ocorridas em outros locais, como as próprias *Mães de Maio*.

¹⁵ Utilizo o nome de Railda com seu consentimento. Em relação à Amparar, o anonimato me parece ter o efeito de um apagamento das trajetórias ativistas que Railda, entre outras pessoas, luta para construir.

Em 2016, segui tentando aproximar-me das atividades da Associação. Estive na sede da Amparar e conversei com alguns dos *amigos* que então acompanhavam as atividades. A participação em panfletagens nas portarias das prisões era um dos caminhos que eu considerava possível para demonstrar meu interesse e minha disposição em tomar parte das ações da Amparar. Cheguei a me voluntariar para uma comissão que organizaria as panfletagens naquele ano – nenhuma delas, no entanto, concretizou-se.

Em paralelo às panfletagens frustradas, tive a chance de reiterar que meu compromisso com a Amparar não repetiria as ações de outros *pesquisadores*. O militante de direitos humanos que eu encontrara na Associação entrou em contato comigo no início de 2016, dizendo que estava preparando uma publicação sobre a Amparar como produto de um projeto que chegava ao fim. Ele perguntou se eu não poderia escrever um texto sobre *mulheres encarceradas* para compor a publicação – “não foi esse o tema do seu mestrado?” Enviei uma versão do capítulo ainda no primeiro semestre de 2016.

Depois dessa primeira colaboração, ele propôs que eu conduzisse uma entrevista com um *egresso*¹⁶ do sistema penitenciário para a produção de um segundo texto. Chegamos a trocar algumas ideias sobre os temas a serem abordados na entrevista, mas ele deixou de responder às minhas mensagens. O militante de direitos humanos era então minha única interlocução na Amparar e percebi, pelo facebook, que ele estava engajado em sua candidatura a vereador da cidade de São Paulo. Resolvi suspender as tentativas de contatar a Associação durante esse período.

Em 2017, ele voltou a me enviar mensagens. A publicação para a qual escrevi o texto sobre *mulheres encarceradas* não estava pronta e ele queria minha ajuda para fazer duas entrevistas: a primeira retomava a ideia de falar com um *egresso* do sistema prisional e a segunda entrevista seria com Railda, uma das fundadoras da Amparar e com quem não consegui falar em dois anos de tentativas. Aceitei a proposta.

No dia marcado para a primeira conversa com Railda, em março de 2017, fui até a sede da Amparar. Apresentei-me e falei de minha pesquisa para ela. Conteí que cheguei a participar de algumas reuniões da Associação e que me dispunha a colaborar como possível. Ela aceitou que eu trabalhasse com o conteúdo de nossas conversas na tese de doutorado *desde que eu me envolvesse na luta*.

¹⁶ *Egresso* é um termo utilizado para referir-se a quem saiu do sistema penitenciário – um ex-pres/a. É um termo compartilhado entre diferentes contextos prisionais, sendo inteligível tanto no âmbito da gestão prisional quanto no campo do ativismo em torno das prisões. Mais recentemente, pessoas da Amparar vêm usando a expressão “sobrevivente” da prisão para se referirem às pessoas que passaram pelo sistema penitenciário.

Eu me envolvi na luta. Sigo, no momento em que escrevo, como uma das *voluntárias* da Associação. Desde o primeiro encontro com Railda, passei a acompanhá-la nas andanças e conversas com *mães, familiares*, defensores públicos e integrantes de ONGs parceiras da Associação. A pesquisa só foi possível porque Railda, a segunda *guia* da tese, acolheu-me e me carregou consigo em meio às atividades que desenvolve. Foi seguindo seus passos que construí a narrativa do Capítulo III, no qual percorro as atividades da Associação em paralelo à produção da trajetória ativista de Railda, as parcerias com outras instituições (assim como seus tensionamentos) e as ideias de Estado que emergem entre *mães e familiares* de presos.

Revista Íntima/Vexatória em disputa

A *revista vexatória* (chamada de *revista íntima* nas unidades prisionais) consiste em verificar os corpos das pessoas que entram nos estabelecimentos prisionais e ocorre sob a alegação de que esses corpos podem esconder objetos proibidos/ilegais (como celulares e drogas). A revista requer o desnudamento e a exposição das partes íntimas – vagina e ânus – e pode incluir agachamentos aliados a algum esforço físico (tossir, por exemplo) para que eventuais objetos escapem das cavidades corporais. Ao longo da tese, utilizo os dois nomes nos contextos em que aparecem e componho a noção de *revista íntima/vexatória* para mencionar a prática.

O tema da revista aparece ao longo de toda a tese. As questões em torno de sua proibição ocorreram anteriormente ao meu ingresso no doutorado, e desde o início da pesquisa busquei acompanhar as discussões e atividades a ela relacionadas. Entendia que a *revista* era um momento drástico de intervenção nos corpos das pessoas que atravessavam as fronteiras prisionais e marcava com intensidade os limites das porosidades entre o dentro e o fora da prisão. A proibição da *revista* por uma lei estadual (SÃO PAULO, 2014) e a continuidade da prática a despeito da nova normativa adicionavam complexidades à atuação de pessoas e instituições que se opunham à revista e denunciavam seu caráter de violação.

Buscando mapear o debate em torno da *revista*, eu segui documentos, discussões e uma campanha, organizada por um conjunto de ONGs, que defendia o fim da *revista vexatória*. Também conversei com integrantes das mesmas ONGs que se opunham à prática e com um defensor público que atuou em processos relacionados à revista

abordando-a como um “estupro institucional”. A montagem dessa trama de documentos, perspectivas de Direitos Humanos e teses debatidas no âmbito da Justiça foi, enfim, tensionada pelas conversas entre *mulheres de preso* sobre a revista e sobre seu substituto, o escâner corporal.

O último capítulo da tese (Capítulo IV) retoma a costura entre discursos e documentos para explorar as disputas e ambiguidades que atravessam a *revista íntima/vexatória*. O tema é, enfim, um conector entre os diferentes campos etnográficos que explorei ao longo da pesquisa: a *revista* é parte da produção da fronteira prisional que se inscreve no corpo de quem a atravessa.

Situando posicionamentos

Retomo o enunciado na primeira página da Introdução: esta tese é sobre mulheres que vivem e fazem seus projetos – ou tocam suas vidas – em meio a tensões de múltiplas ordens que têm a prisão como seu fulcro. A prisão é produtora não apenas das tensões que permeiam os caminhos dessas mulheres, mas é também parte constitutiva das ferramentas mobilizadas por elas para deslizar entre tensões e perseguir seus projetos. Prisão é força-motriz que massacra, limita e dá ensejo a movimentações.

Se a prisão de uma pessoa é um evento disparador das relações que se reconfiguram e se constituem nos caminhos através da instituição, meu trabalho concentrou o olhar para os movimentos resultantes do evento disparador que são percorridos pelas *mulheres de preso*, *mães* e demais *familiares*. Seus caminhos através das prisões nos ajudam a entender a montagem prisional e a complexidade das relações por ela atravessadas. Meu foco em direção à prisão constitui-se, nesse sentido, através das possibilidades de agência e seus limites – quando a agência encontra violações.

Agência (ou agenciamentos) e seus limites (ou violações) não são aqui entendidos como movimentos opostos e voltados à resistência recíproca. Localizo os limites e violações no contexto da pesquisa não apenas nos momentos de intervenção explícita de corpos, como na *revista íntima/vexatória*: os limites são muitas vezes impostos por procedimentos cotidianos de revista do *jumbo* e das comidas preparadas pelas mulheres de preso; pelos rumores que circulam e que compõem tensões de diversas ordens; pela estigmatização de mulheres identificadas com o mundo prisional que emerge de relações

comerciais e entre vizinhos. Os limites e violações serão apresentados e explorados ao longo de toda a tese¹⁷.

Assim como localizo a violação não apenas nos momentos explícitos de intervenção e controle nos corpos das mulheres com quem conversei, localizo seus agenciamentos não apenas nos termos da resistência à sujeição. Agência pode dizer sobre resistência e também pode dizer sobre perseguir projetos que aprofundam o envolvimento em direção a relações que pareciam, à antropóloga feminista, ter um caráter conservador (ou mesmo violador, em certos casos). Agência tem, portanto, uma perspectiva de formulação, prática e intencionalidade no que se faz e no que se diz. Amparo-me nas elaborações de diversas autoras que possibilitam pensar em agência em contextos de profunda desigualdade (MCCLINTOCK, 2010); percebem agência como resistência e como obediência (MOORE, 2015); enquadram-na como a capacidade de formular projetos e tentar realizá-los a partir de uma interpretação de sua própria situação (ORTNER, 1995); entendem-na como a capacidade de empreender determinadas ações que é adquirida mediante a submissão a disciplinas específicas (BRACKE, 2016).

Os trabalhos de Lila Abu-Lughod, cuja discussão passa por pensar nos usos da burca e dos véus entre mulheres muçulmanas (2012; 1986), e de Saba Mahmood, que trabalhou com mulheres de movimentos pietistas no Egito (2006), foram fundamentais para formular a perspectiva de agência em direção a caminhos que podem parecer conservadores – e confrontar minhas próprias definições a respeito. Embora Lia Zanotta Machado (2014) afirme que Mahmood não se pergunta “sobre os efeitos conservadores da posição subordinada de mulheres” (Idem:25) que fazem parte dos movimentos pietistas, a autora reconhece a importância do trabalho de Mahmood para pensarmos em agência para além do “binômio resistência ou subordinação” (Idem:25) e para o reconhecimento da intencionalidade das mulheres que seguem o caminho da devoção conservadora – caminho que lhes confere prestígio.

A discussão sobre agência nos ajuda a entender que os projetos e intencionalidades ocorrem dentro da norma – não há ação fora da norma (BUTLER, 2003). A prisão, também composta por suas margens (DAS e POOLE, 2004), é atravessada por distintos,

¹⁷ A inspiração de olhar para agenciamentos e seus limites em cenas cotidianas é ainda tributária de Saidiya Hartman, que se debruçou sobre “cenas de sujeição” do período da escravidão nos Estados Unidos. A autora discute agência e violação não em seus momentos mais evidentes (como no açoitamento performado por escravistas ou na resistência de escravizados à violência); seu investimento passa por discutir agência, terror e violência em situações cotidianas de negros escravizados classificadas “sob a rubrica de prazer, paternalismo e propriedade” (HARTMAN, 1997:4).

simultâneos e conflitantes processos de normatização: a Secretaria de Administração Penitenciária, os diretores das unidades, os diferentes plantões de funcionários que compõem o “checkpoint” que conforma as portarias prisionais (JEGHANATAN, 2004; PADOVANI, 2017); as regulações que se produzem e se reproduzem nos arredores da prisão em nome do Primeiro Comando da Capital (PCC); as organizações e os ativistas reconhecidos como *os direitos humanos*; pessoas presas e seus (e suas) familiares. Não quero dizer que os distintos processos de normatização se equivalem, mas que se justapõem em disputas que atingem limites – reconhecidos pelas mulheres como mais e menos humilhantes, mais e menos excessivos.

Agenciamentos e seus limites são inteligíveis a partir de “convenções de gênero” e sexualidade, e convenções que constituem a relacionalidade (CARSTEN, 2000) das mulheres com seus *presos*. Entendo gênero em sua dimensão relacional e produtora de feminilidades e masculinidades, e como campo de articulação de poder (SCOTT, 1990). Ainda, reconheço que se gênero tem um peso nas discussões ao longo da tese, a produção de categorias de diferenciação, ou marcadores sociais da diferença, é parte da perspectiva teórico-política que orientou a pesquisa e a produção da tese (SIMÕES, FRANÇA E MACEDO, 2010; GREGORI, 2016; ALMEIDA, SIMÕES, MOUTINHO E SCHWARCZ, 2018). Em outras palavras, meu olhar sobre prisões persegue a produção de diferenças, desigualdades e agenciamentos – assim como seus limites – entre mulheres e homens marcados pela prisão. Essas diferenças, produzidas em contextos sociais e históricos determinados, são percebidas em termos de gênero, sexualidade, raça, classe e geração. Reconheço que essas categorias de diferenciação são mutuamente constituídas, não existindo em separado umas das outras (MCCLINTOCK, 2010).

Gênero e sexualidade são linguagens que atravessam as relações de mulheres e homens não apenas entre si, mas também com a própria instituição prisional. Argumento que, nesse movimento, tanto gênero e sexualidade como a própria prisão se produzem mutuamente. Indico, então, a quem lê: esta tese trata de gênero, sexualidade e prisões a partir de mulheres. Elas foram as presenças quase que exclusivas nos campos que compuseram meus dados. Isso não equivale a entender gênero como um sinônimo de mulheres, ou como uma discussão “específica” que concerne às mulheres. Gênero é relação, e ao longo da tese exploro a produção de gênero – relacional – através das prisões, inclusive entre mulheres. É evidente que outras questões poderiam ser exploradas nos campos de pesquisa que constituí; outros caminhos, no entanto, não seriam os meus. Reconheço minha perspectiva parcial, situada (HARAWAY, 2009) e tributária de

esforços, anteriores e contemporâneos a esta tese, para entender produção de diferenças e agenciamentos tendo gênero como uma linguagem.

No caso das *mulheres de preso*, figuras centrais nos Capítulos I e II da tese, tanto a instituição prisional quanto as disposições PCC normatizam e tensionam suas relações. É navegando pelos processos de normatização que elas produzem e mobilizam diferenças entre si, no contexto das *filas de visita*, e constroem um território moral que diz sobre o que é ser *mulher de preso*. Esse território mobiliza suas relações com *seus presos*, suas experiências com religião e com a polícia e é permeado por rumores de perigos e de ações em meio a ilegalidades. Imersas nesse território moral, as *mulheres de preso* falam sobre si e sobre outras e compreendem situações-limite ocorridas no contexto das prisões.

No caso das *mães e familiares* que circulam pela Associação Amparar, tema do Capítulo III, a prisão é ponto central de suas narrativas de sofrimento não porque o inaugura em suas vidas, mas porque abre a possibilidade de construir trajetórias ativistas, de se aproximar e dialogar com outras *mães e familiares*, de se articular a outros movimentos e de liderar embates, também contra *Estado*. As trajetórias ativistas são enquadradas a partir do reconhecimento como *mãe e/ou familiar*, movimento que potencializa a *luta* em determinados espaços, mas também as limita a determinados tropos – maternos e relacionais com os prisioneiros.

Já a discussão sobre a *revista íntima/vexatória*, tema do Capítulo IV, diz sobre a produção de um “caso” que conecta discursos circulantes em diferentes campos que envolvem Direitos Humanos, familiares de presos, Estado e os próprios prisioneiros. Os embates em torno da proibição da *revista* expõem os diferentes enquadramentos, potências e limites das mulheres com quem conversei – que atravessam as fronteiras prisionais e lidam de forma vívida com a instituição, mas não são acusadas de crimes. No “caso” da *revista*, as mulheres são a corporificação de múltiplas tensões: Estado e ONGs, Direitos Humanos, narrativas prisioneiras e de *familiares*, agência e violação.

Criminalização e humilhação

As observações, conversas e narrativas que constituem o material etnográfico da tese me permitem afirmar que, em meio aos projetos e agenciamentos de mulheres ao redor das prisões, a criminalização de suas ações e movimentações apresentou-se como um limite. Compartilho com Roberto Efrem Filho a perspectiva de que “crime é inexoravelmente criminalização. (...) O crime é o sujeito. Corporifica-se” (EFREM

FILHO, 2017b:35). Penso, nesse sentido, em uma criminalização que transborda a dimensão evidenciada por processos jurídicos e punições como o próprio aprisionamento; criminalização aqui diz sobre corpos, intenções e presenças colocados sob suspeita em inúmeras situações que atravessam os capítulos da tese.

Os corpos das mulheres são criminalizados e criminalizáveis por meio de procedimentos diversos que podem ocorrer ao longo de qualquer ponto de seus trânsitos através das prisões: na estrada que as leva à cidade de destino de uma *visita*; na hospedaria onde dormem durante o final de semana de visitas; na porta da prisão, enquanto aguardam na *fila*; no ato de atravessar as fronteiras prisionais e submeter-se a uma revista com desnudamento, feita por mãos humanas ou por uma máquina; no ativismo reconhecendo-se como uma *familiar de preso*. Se já afirmei que entendo a prisão ao longo da tese como um campo alargado que concebe os limites físicos da instituição, mas que também envolve as movimentações que ocorrem ao seu redor, a criminalização que se impõe nesse campo alargado diz sobre os efeitos do encarceramento em marcar não apenas aquelas e aqueles privados de liberdade, mas também suas relações.

Os corpos colocados sob suspeita são, por fim, sexuados e racializados – ou são colocados sob suspeita justamente porque sexuados e racializados. Com isso quero dizer que os corpos que circulam nos contextos da pesquisa são feminizados, no sentido de serem considerados violáveis, e dispõem sobre a racialização da prisão: ainda que a população prisional seja majoritariamente negra, o dado estatístico não importa à dimensão de que a porta das prisões – ou a prisão como um campo alargado – é um espaço cuja racialização opera pela chave da criminalização. Se “o crime é o sujeito”, como argumenta Efreim Filho, alguns corpos são mais criminalizáveis do que outros também porque transitam em lugares criminalizados.

Os processos de criminalização que atravessam os capítulos da tese tiveram como um de seus efeitos o surgimento de uma categoria que também atravessou os diferentes campos da pesquisa: a *humilhação*. Entender parte das questões da tese pela chave da criminalização foi uma escolha analítica e política. A ideia de *humilhação*, por sua vez, apareceu nas falas de mulheres em Tamara e nas ações e atividades relacionadas à Associação Amparar. *Humilhação* foi também central nos discursos que buscavam evidenciar o caráter violador da *revista íntima/vexatória*, como veremos no último capítulo da tese.

Indico que a *humilhação* apareceu como categoria para descrever e adjetivar situações cujos sentidos excediam o *sofrimento* provocado pela prisão. O *sofrimento* em

si era de certa forma esperado, ou inserido num marco de inteligibilidade que o tornava suportável; a *humilhação* transcendia o *sofrimento* e não era explicável senão por um *vício* institucional de aprofundar o sofrimento das mulheres que entravam e saíam da prisão. *Humilhação* era o excesso.

Daniel Ian Miller (1993) investe em demarcar diferenças entre humilhação, vergonha e embaraço (*humiliation*; *shame*; *embarrassment*). As duas últimas foram, para o autor, mais trabalhadas do que a humilhação. Miller se propõe a discutir humilhação nas suas formas cotidianas, na família e no público – argumentando que esta, envolta na moralidade do controle social, é a que inspira a humilhação do perverso e do extremo¹⁸, e não o contrário¹⁹.

Maria Elvira Díaz-Benítez (2019) propõe uma discussão sobre humilhação que a toma como “atos relacionais”, em diálogo com os trabalhos de Maria Filomena Gregori (1993), de Debert e Gregori (2008) e como “formas de comunicação”, referenciando-se em Maria Claudia Coelho (2001)²⁰. Díaz-Benítez argumenta que a humilhação opera como “um dispositivo para ler a atuação de diversos marcadores sociais da diferença” (DÍAZ-BENÍTEZ, 2019:54), ou seja, permite entrever hierarquias e desigualdades de gênero, classe, raça e sexualidade na sua produção relacional. A dimensão relacional e comunicativa da humilhação não exclui, da análise da autora, o reconhecimento de que seus efeitos são hierárquicos e geralmente operam na diminuição ou aniquilação de corpos femininos. Quando se propõe a discutir as relações entre humilhação e violência, a autora reconhece a humilhação “em seu sentido mais forte como o desnudamento do humano, como uma desqualificação que atua no âmbito moral, simbólico e psicológico” (IDEM:71).

A percepção da humilhação a partir do rebaixamento e da inferiorização, também mencionados pela autora, articulada à noção de que humilhação é um dispositivo para

¹⁸ Como a relativa a campos de concentração e salas de tortura.

¹⁹ O autor também se propõe a discutir o problema da tradução da vida emocional (pensando na humilhação) através do tempo e do espaço – quando, por exemplo, a palavra humilhação ainda não existia para definir o sentimento que já era descrito em poemas com os quais o autor trabalha. A dificuldade de traduzir o sentimento através do tempo me pareceu presente também na tradução entre idiomas. Apresentei parte de minha pesquisa na Croácia, em julho de 2019, e uma professora estadunidense me questionou se a ideia de humilhação que aparecia em meu trabalho não dizia respeito mais à vergonha (em uma disputa entre *humiliation* e *shame*).

²⁰ Díaz-Benítez (2019) ainda explicita que humilhação é entendida, em sua análise, como “um ato e simultaneamente como uma emoção que se desdobra em e se constitui por meio de outros múltiplos atos e emoções que podem ser distinguíveis entre si e receber diferentes nomes” (IDEM:53). A autora persegue a discussão a partir de dados relativos à sua pesquisa com mulheres que trabalharam em filmes pornográficos.

pensar em produção de diferenças, ajuda a descrever as perspectivas das mulheres com quem conversei. Se *humilhação* aparecia em suas falas para mencionar situações que extrapolavam os sofrimentos já esperados, a sensação de “desnudamento do humano” oferece mais uma chave de inteligibilidade para a *humilhação* em contextos nos quais o corpo das mulheres é o território que recebe (e suporta) a *humilhação*. Jack Katz (2013) afirma que “o corpo humilhado é insuportavelmente vivo” (Idem:236)²¹. No Capítulo IV, que trata da *revista íntima/vexatória*, a *humilhação* é categoria-chave para produzir a *revista* como um caso de violação – o desnudamento do corpo pode então ser entendido como tentativa de desnudar a humanidade de quem é revistada.

Perspectivas sobre gênero, sexualidade e prisões

Antes de seguir para os capítulos da tese, encerro a Introdução mobilizando alguns trabalhos que permitem um olhar para a prisão através de suas conexões com gênero e sexualidade, que em minha leitura são linguagens que dão sentido às relações e à produção de feminilidades e masculinidades. Ao mesmo tempo em que penso que a emergência desses trabalhos constituiu e aprofundou um campo de estudos que articula gênero, sexualidade e prisões, entendo que as investigações também abriram possibilidades de análise ainda pouco exploradas. Se as mulheres privadas de liberdade aparecem recorrentemente como marcadas pelo gênero nas pesquisas prisionais, as mulheres que visitam familiares presos permitem observar a dimensão relacional do gênero nas prisões masculinas, que usualmente não são analiticamente marcadas nesses termos. A pesquisa que realizei é, assim, passível de produzir contribuições a esse campo sem deixar de considerar os achados de pesquisadoras/es que também se debruçaram sobre a prisão.

A emergência de trabalhos como os de Natália Padovani (2010; 2011; 2015; 2017), que discute os afetos de mulheres presas e as tramas envolvidas nos

²¹ O autor discute as relações entre humilhação e ira em casos de homicídios não premeditados. Ao mencionar o sentimento da humilhação no corpo, escreve: “A humilhação e a ira são sentimentos holistas, vivenciados como algo que transcende os limites corporais. Na humilhação, a pessoa é tomada por um desconforto intolerável. A humilhação a força a sentir-se como alma, a ganhar uma intensa consciência de que seu ser é espiritual e não está protegido por limites físicos entre o interno e o externo. Ao contrário do embaraço, que pode atingir somente o rosto por meio do rubor, a humilhação não fica confinada ao estômago, como uma ansiedade branda; também não se limita ao topo da cabeça, como um sentimento de vertigem; ou não se localiza precisamente no peito, como no reconhecimento de um amor não correspondido. A humilhação toma conta da alma invadindo o corpo inteiro. O corpo humilhado é insuportavelmente vivo; a essência do ser está humilhada” (KATZ, 2013:236).

relacionamentos amorosos dessas mulheres, o de Natalia Negretti (2015), que discute a prisão a partir das memórias de um casal de mulheres que viveram a instituição nas condições de presa e de agente penitenciária, e a minha pesquisa de mestrado (LAGO, 2014), indica que a prisão vem sendo cada vez mais debatida a partir de discussões atravessadas por gênero e sexualidade. Bruna Bumachar (2016) também discutiu mulheres na prisão considerando as redes transnacionais de afeto que envolvem o encarceramento de presas estrangeiras no Brasil. Vale dizer que a produção desses trabalhos representa um esforço em construir enquadramentos que discutem a prisão a partir de perspectivas que entendem gênero em sua dimensão relacional; nesse sentido, não se trata de considerar tais trabalhos como contribuições no âmbito das prisões femininas, e sim como contribuições no campo de estudos sobre prisões.

Mais recentemente, outros trabalhos vêm discutindo a privação de liberdade de travestis e transexuais, considerando os efeitos desse aprisionamento na estrutura institucional das prisões e nas políticas carcerárias (ZAMBONI, 2016, 2017) e as conjugalidades de travestis privadas de liberdade (SANDER, 2016).

Mobilizo esses trabalhos para argumentar que as perspectivas que articulam gênero, sexualidade e prisões não são exclusivas de meu trabalho, mas são parte de um campo mais amplo, de pesquisadoras e pesquisadores que abordam a questão prisional em sua tensão com gênero e sexualidade – inclusive sem deixarem de ver nas prisões masculinas, geralmente tomadas como a-gênero, questões de gênero e sexualidade a serem desveladas. Refiro-me à ideia, vez ou outra presente em estudos sobre prisões, de que questões de gênero e sexualidade dizem respeito a mulheres – ou a prisões femininas, ou às familiares de presos. Nessa perspectiva, não seria possível abordar as prisões masculinas em uma perspectiva informada por gênero e sexualidade. Ainda que meu trabalho possa parecer reiterar essa perspectiva, reafirmo o que já mencionei: entendo gênero em sua dimensão relacional, na produção de feminilidades e masculinidades e nas regulações, constrangimentos e agenciamentos daí decorrentes.

Com distintas abordagens, alguns trabalhos já foram realizados a partir das relações de mulheres que circulavam pela prisão como visitas. Jacqueline Ferraz de Lima (2013) explorou as noções de “família” produzidas por mulheres, intituladas *cunhadas*, que visitavam homens próximos ao PCC em prisões do interior paulista²². As *cunhadas*, nas

²² O termo *cunhada* alude à proximidade das mulheres com os membros do PCC, intitulados *irmãos*, e também serve para mencionar as mulheres que se relacionam com homens que não são membros *batizados*, mas que são próximos do PCC.

palavras da autora, “assinalavam um ambiente *ético* que se manifestava como solo referencial para a produção da *moral*” (FERRAZ DE LIMA, 2013:22, ênfase da autora). O ambiente ético e o “pluriverso” moral produzido pelas *cunhadas* que experimentavam o “evento-prisão” (o encontro entre mulher, preso e cadeia) derivavam em noções de família mais ou menos atravessadas pela prisão. Esse encontro produzia também definições sobre as próprias mulheres – que poderiam ser *fiéis*, ou o seu oposto: *recalcadas*, *talaricas*. Ainda que a proposta da autora não tenha sido produzir uma análise enfatizando as relações de gênero presentes em sua pesquisa, alguns dos pontos levantados pela etnografia permitem que façamos essa leitura.

As noções de “família” circulantes entre as *cunhadas* indicam que a prisão não rompe os vínculos produzidos e é parte da sua reconfiguração, ponto explorado em outros estudos (LAGO, 2014; GODOI, 2015; PADOVANI, 2015). Na argumentação de Ferraz de Lima, é possível perceber que as mulheres são as personagens centrais na manutenção dos vínculos por meio do *sacrifício*, categoria que faz parte da produção de família e das modulações que a família ganha na medida em que a prisão está ou não presente. A “família imperfeita” é atravessada pela prisão e produzida mediante o *sacrifício* das mulheres em visitar seus maridos, em “estar na *disciplina* e ter *proceder*” (FERRAZ DE LIMA, 2013:110); a “família completa” é alcançada apenas após a liberdade do preso. Nesse sentido, há um ideal de família a ser perseguido que passa pela produção de arranjos familiares outros, ainda que temporários.

Os atributos vinculados a essas mulheres são atributos de gênero. Às mulheres cabe a responsabilidade de manter a família, ainda que atravessada pela prisão; ao mesmo tempo, o *sacrifício*, a *disciplina* e o *proceder* produzem noções a respeito das condutas mais ou menos desejáveis para as *cunhadas*. Tais condutas culminam na ideia da *mulher fiel*, que enfrenta o *sacrifício* e que gosta do preso. Estas possuem o seu oposto – as mulheres que gostam de preso, que gostam da cadeia, que são *talaricas*, ou seja, que se envolvem com os homens das outras. Há um ideal de mulher a ser perseguido que passa pela relação com o homem preso – o cuidado e o *sofrimento* que mantêm a relação e a família – e passa, ao mesmo tempo, pela mulher que não responde às configurações que a categoria *mulher fiel* resguarda. A *mulher fiel* é relacional em um duplo sentido: produz-se na relação com o marido e produz-se na relação com as mulheres que não correspondem às suas delimitações.

O trabalho de Rafael Godoi (2015) propõe uma abordagem do sistema prisional paulista que também parte de mulheres que visitam seus maridos e filhos presos,

considerando especialmente os seus trânsitos e mobilizações. O autor percebe a necessidade de discutir gênero no contexto prisional ao reconhecer que:

Se é verdade que, ao pesquisar o funcionamento do sistema penitenciário, nunca persegui as relações de gênero que o constituem - e que nele se constituem -, essa questão nunca deixou de se impor, por diferentes vias e de diversas maneiras (GODOI, 2015:211).

Para o autor, a “questão de gênero” torna-se ponto de debate incontornável pela “centralidade da mulher” nas dinâmicas consideradas (GODOI, 2015: 212). Tal “centralidade” é parte do seu argumento de que as relações entre as mulheres e os homens presos são centrais para a produção e o funcionamento do dispositivo prisional. Ao mesmo tempo em que as relações de afeto articulam-se à prisão a partir dos cuidados e do abastecimento promovido pelas mulheres que visitam seus presos, o argumento de Godoi explicita que a presença das mulheres no mundo prisional não diz apenas respeito àquelas que estão presas, mas também às que transitam entre *dentro e fora* dos muros na condição de visitas. Essa afirmação nos ajuda a expandir o olhar sobre a presença das mulheres na prisão para além dos contextos onde elas são as pessoas privadas de liberdade. Godoi argumenta:

Sobre a “inseparabilidade da díade mãe-filho” (VIANNA, 2014a, p. 228), sobre a fidelidade da mulher ao preso que ama (FERRAZ DE LIMA, 2013), o sistema penitenciário se apoia para poder funcionar – também para se expandir e interiorizar. São esses vínculos fortes que estão pressupostos, que são mobilizados e capitalizados num regime de processamento que funciona por provocação da parte interessada, num sistema de abastecimento que regula fluxos de bens partindo de muito além dos limites institucionais, e mesmo num processo de expansão que calcula e projeta o desenvolvimento econômico em áreas interioranas do estado. Em suma, todo o sofrimento que é imposto às famílias não deixa de ser também a capitalização dos afetos por parte das agências estatais. Essa ordem de considerações permite conceber a inscrição da mulher no mundo prisional para muito além do crescente encarceramento feminino (GODOI, 2015:214).

Se as relações de afeto mantidas entre os muros da prisão são capitalizadas pelas agências estatais e tornam-se centrais para o funcionamento e a expansão da instituição, essas mesmas relações podem também ser abordadas a partir de um outro aspecto de sua dimensão produtiva, de resistência, que ilumina as porosidades e as articulações políticas dos afetos. Em sua tese de doutorado, Natália Padovani (2015) discute a centralidade dos afetos para entendermos a prisão perseguindo relacionamentos produzidos através de prisões femininas paulistas e catalãs. Parafraseando Judith Butler (2015), para quem os poemas escritos por prisioneiros de Guantánamo são “uma rede de comoções transitivas”

(BUTLER, 2015:97) que representam um “risco incendiário” para a política estadunidense, Padovani argumenta que as redes de afeto tramadas nas prisões são “poemas transitivos” e suas “porosidades possíveis”, mas não só. As histórias de amor e de afetos vividas nas prisões são, para Padovani, “parte extremamente relevante da articulação política produtora destas instituições” (PADOVANI, 2015:49) que não se limitam aos agenciamentos produzidos pelas instituições estatais e permitem formas de atuação das mulheres envolvidas nas tramas de afetos. O amor nas penitenciárias femininas seria, para a autora, a “dobradura entre regulação e possibilidades de agência” (PADOVANI, 2015:344).

Padovani ainda argumenta que o amor através das prisões é nutrido pelos cuidados e bens que atravessam os muros das instituições. O *jumbo*, o dinheiro enviado, as visitas semanais alimentam a relação e concedem ao amor a possibilidade de agência diante da instituição prisional e de seus funcionários. A dimensão de nutrição, material e simbólica, é visível também nos trabalhos de Godoi (2015), Ferraz de Lima (2013) e Silvestre (2012), que olham desde o lado de fora das prisões. O supermercado da cidade foi um local importante para a pesquisa que Giane Silvestre produziu com as *mulheres de preso*, que compravam itens para levar às visitas. Os alimentos e demais bens preparados e transportados pelas mulheres que visitam seus maridos e filhos nas prisões são indispensáveis ao funcionamento da instituição, como argumenta Godoi (2015), e servem à manutenção das relações atravessadas pela prisão. Ao mesmo tempo, é no trânsito de alimentos, roupas, cuidado e afetos entre *dentro* e *fora* da prisão que podemos ver, com maior ênfase, a produção de gênero. Uma das mulheres com quem Padovani conversou, que firmou um relacionamento após sua prisão e em decorrência dos cuidados recebidos, articula em sua história a importância dos cuidados entre os muros e um certo olhar para uma masculinidade que não dialoga com o “mundo do crime”:

A “bandida” que “dormia com arma de baixo do travesseiro”, se fantasiava de “patricinha de shopping, trabalhadora e boa pra casar” com seu esposo “zé povinho” que, até então, era um “peguete”. Foi com a prisão da “bandida” que o “zé povinho” tornou-se, através do suporte dado a ela por meio das visitas, dos “jumbos” e dos cuidados que ele passou a ter com o seu pai, o “meu bandido bananão”. Afinal, quer maior prova de amor do que ir visitar cadeia todo domingo? (PADOVANI, 2015:343).

A mulher do “bandido bananão” coloca sua vida e suas relações com o “mundo do crime” em contraste com o companheiro, que sabe pouco sobre como se movimentar em meio às prisões e não maneja bem os códigos das filas de visita. Ao mesmo tempo, o escárnio com a conduta do “bandido bananão” é misturado ao reconhecimento de que

enfrentar o mundo prisional e apoiá-la dentro e fora da prisão são uma “prova de amor”. A prisão não é apenas mediadora da relação, mas sua impulsionadora.

[O amor era] articulado como a ferramenta privilegiada para a produção de arranjos inéditos na vida da “bandida”. Arranjos que a faziam produzir “amor” pelo “seu bandido bananão”, o qual pagaria com a vida caso a traísse. Arranjos que a faziam produzir os cuidados de ensiná-lo como se portar em relação às outras visitas da cadeia, arranjos vinculados às comidas e as atenções que ela recebia dele e que faziam de sua prisão mais fácil. Por fim, era através de seu “encarceramento” que ela havia se tornado “esposa do bandido bananão” (PADOVANI, 2015:343).

Estão em jogo, aqui, certas masculinidades e feminilidades produzidas em articulação, e também em contraste, que definem modos mais ou menos desejáveis de ser mulher e homem, presa/o e visita. Uma das mulheres apresentadas em minha dissertação (LAGO, 2014) considerava-se “*corajosa e destemida*”, características que seriam fundamentais para o envolvimento com atividades consideradas ilegais. Quando falava sobre seu marido, que a visitava regularmente, ela o definia como alguém que “pensa demais – para além do que seria razoável para uma pessoa corajosa” e um pouco “filhinho da mamãe” (LAGO, 2014:84). Na mesma medida em que se considerava corajosa pelas suas ações, ela indicava que as ações do marido (ou a falta delas) produziam modos de ser que não correspondiam a certas expectativas de gênero.

Os relacionamentos produzidos através da prisão e impulsionados pela instituição envolvem, outras vezes, pessoas que vivem a experiência prisional em diferentes posições. O trabalho de Natalia Negretti (2015) explora a relação entre Madá e Lena, mulheres que se conheceram na prisão enquanto a primeira trabalhava como agente penitenciária na instituição que aprisionava a segunda. O fato de Madá ser *polícia* era acionado quando Lena justificava que a companheira “não entende *o bagulho como ele é*” (NEGRETTI, 2015:107). Ao mesmo tempo, a *polícia* Madá entendia que “sua vida foi tão louca que ela poderia estar ou ter estado do outro lado do muro, mas que Deus a colocou no lado de funcionária” (NEGRETTI, 2015:78). Os lugares de *polícia* e *presa* de Madá e Lena continuavam a mediar as disputas da relação mesmo após o desligamento de ambas do mundo prisional e contribuía para a produção de um nexo para suas diferentes visões de mundo. A prisão, produtora da relação, era presença mesmo quando ambas já não se viam entre os muros da instituição, e permanecia como elemento definidor de aproximações e diferenças entre as duas mulheres.

Com efeito, uma gama crescente de trabalhos tangencia o problema aqui colocado, seja discutindo o gênero a partir de uma perspectiva de dentro da prisão, seja discutindo

questões diversas relacionadas aos trânsitos entre *dentro* e *fora* das prisões. As contribuições que se propõem a pensar nos trânsitos a partir de quem está fora da prisão, ainda que não tenham esse como um percurso a ser seguido, permitem uma leitura interessada que argumenta em favor da centralidade do gênero nas relações dessas mulheres, atravessadas pela instituição prisional. Minha proposta foi a de aprofundar o caminho analítico do gênero na relação com a prisão. É nesse sentido que busquei produzir uma contribuição aos campos de estudos prisionais e de gênero.

Mapa da tese

Apresentadas as questões e os enquadramentos que orientaram os caminhos da pesquisa – os moldes, recortes e linhas disponíveis à minha costura –, retomo breves descrições dos capítulos da tese já mencionados ao longo da Introdução:

Parte I: Dias e Noites em Tamara

A primeira parte da tese é composta por dois capítulos. O primeiro, “Visitar é uma jornada: uma pensão em Tamara e a porta da prisão” apresenta a pensão onde conduzi parte da pesquisa e sua dona, Flora, a principal mediadora das narrativas apresentadas na primeira parte da tese. Seguindo as atividades e relações de Flora, discuto as preparações para uma visita na prisão, os efeitos das movimentações das visitas na cidade de Tamara e as articulações entre os campos sociais de Flora com os ocorridos em torno da prisão. Nesse caminho, tensões de múltiplas ordens se interpõem na vida e nos negócios que Flora constrói ao redor da prisão.

O segundo capítulo, “*Mulheres de preso* e outras mulheres: agenciamentos e diferença em visitas à prisão”, trata da produção de diferenças entre mulheres nos arredores da prisão – na pensão de Flora e na fila de visitas. Nele, exploro o jogo de exhibições mútuas entre *mulheres de preso* que envolve as demais mulheres que circulam por ali, incluindo a antropóloga. Nas negociações entre *mulheres de preso*, as relações com o *preso* são também mobilizadas.

Parte II: prisão, familiares e movimentos

O terceiro capítulo da tese, “Relatos da luta: gênero, prisão e ativismo em uma associação de *familiares de presos*”, apresenta o trabalho da Associação Amparar através

das narrativas de Railda Silva, uma de suas principais articuladoras. Os caminhos de Railda na conformação de sua carreira ativista são o fio condutor da discussão, que passa pelo sofrimento de ter um filho preso e pelo encontro com outras *mães* na descoberta de caminhos coletivos. Os diálogos e articulações de Railda e da Amparar com outras organizações e instituições públicas dão ensejo a discussões sobre perspectivas de *Estado* que circulam entre *familiares de presos* e sobre as potencialidades e os limites da atuação política enquanto *mãe* e *familiar*.

O quarto e último capítulo da tese é intitulado “*Íntima e vexatória*: disputas narrativas, violação e organizações de Direitos Humanos”. Nele, persigo os debates sobre a prática da *revista íntima*, a denúncia de seu caráter *vexatório* e as disputas em torno de sua proibição que envolveram ONGs, movimentos de Direitos Humanos, legisladores, defensores públicos, *familiares de presos* e os próprios prisioneiros. Apesar de reconhecerem o caráter violador da prática, algumas perspectivas de familiares trazem ambivalências ao debate que envolvem agenciamentos e humilhação, tecnologias de intervenção em corpos e tentativas de contorná-las.

Nas considerações finais, retomo brevemente as indicações de cada um dos capítulos e proponho uma reflexão sobre os saberes produzidos por familiares através das prisões.

Parte I: Dias e noites em Tamara

Caminha-se por vários dias entre árvores e pedras. Raramente o olhar se fixa numa coisa, e, quando isso acontece, ela é reconhecida pelo símbolo de alguma outra coisa: a pegada na areia indica a passagem de um tigre; o pântano anuncia uma veia de água; a flor do hibisco, o fim do inverno. O resto é mudo e intercambiável — árvores e pedras são apenas aquilo que são.

Finalmente, a viagem conduz à cidade de Tamara. Penetra-se por ruas cheias de placas que pendem das paredes. Os olhos não veem coisas mas figuras de coisas que significam outras coisas: o torquês indica a casa do tira-dentes; o jarro, a taberna; as alabardas, o corpo de guarda; a balança, a quitanda. Estátuas e escudos reproduzem imagens de leões delfins torres estrelas: símbolo de que alguma coisa — sabe-se lá o quê — tem como símbolo um leão ou delfim ou torre ou estrela. Outros símbolos advertem aquilo que é proibido em algum lugar — entrar na viela com carroças, urinar atrás do quiosque, pescar com vara na ponte — e aquilo que é permitido — dar de beber às zebras, jogar bocha, incinerar o cadáver dos parentes. Na porta dos templos, veem-se as estátuas dos deuses, cada qual representado com seus tributos: a cornucópia, a ampulheta, a medusa, pelos quais os fiéis podem reconhecê-los e dirigir-lhes a oração adequada. Se um edifício não contém nenhuma insígnia ou figura, a sua forma e o lugar que ocupa na organização da cidade bastam para indicar a sua função: o palácio real, a prisão, a casa da moeda, a escola pitagórica, o bordel. Mesmo as mercadorias que os vendedores expõem em suas bancas valem não por si próprias mas como símbolos de outras coisas: a tira bordada para a testa significa elegância; a liteira dourada, poder; os volumes de Averróis, sabedoria; a pulseira para o tornozelo, voluptuosidade. O olhar percorre as ruas como se fossem páginas escritas: a cidade diz tudo o que você deve pensar, faz você repetir o discurso, e, enquanto você acredita estar visitando Tamara, não faz nada além de registrar os nomes com os quais ela define a si própria e todas as suas partes.

Como é realmente a cidade sob esse carregado invólucro de símbolos, o que contém e o que esconde, ao se sair de Tamara é impossível saber. Do lado de fora, a terra estende-se vazia até o horizonte, abre-se o céu onde correm as nuvens. Nas formas que o acaso e o vento dão às nuvens, o homem se propõe a reconhecer figuras: veleiro, mão, elefante...

As cidades e os símbolos I, trecho de *As cidades invisíveis* (CALVINO, 1999:17-18).

Capítulo I | Visitar é uma jornada: uma pensão em Tamara e a porta da prisão

Cheguei em Tamara²³ às oito da manhã após uma viagem que levou a noite inteira. Seria minha segunda estadia na cidade para acompanhar o fim de semana de visitas na prisão. O ônibus, que saiu da Barra Funda às 22h30 da noite anterior, estava cheio de pessoas que desceram, aos poucos, no pinga-pinga de cidades e pequenas rodoviárias. No mesmo ônibus viajava Celina, de quem eu me lembrei – eu a conhecera na pensão de Flora, em 2014. Na rodoviária de Tamara, nós nos reapresentamos. Eu já tinha ligado para Flora nos buscar, então esperamos juntas. Celina também pegaria carona com Flora. Perguntei como ela estava, se tinha feito boa viagem. Ela disse que não conseguia dormir direito desde o ano anterior, quando foi vítima de um assalto e tomou um tiro. Disse ainda que precisaria encontrar um dentista com urgência, pois parte de sua prótese dentária tinha caído. Celina teve que reconstruir a arcada depois do tiro, que acertou em sua bochecha, e carregava consigo os exames que comprovariam a reconstrução, caso o detector de metais da prisão *apitasse* em sua revista²⁴. Perguntei se ela ficaria na casa de Flora e ela disse que não, que preferia ficar no hotel onde ela tem um quarto individual e as moças são mais *discretas*. Celina diz que há muita *confusão* na casa, que ela não gosta dessa *mistura*, mas que gosta de Flora e sempre passa por lá para conversar. Flora e Fabiana então chegaram para nos buscar. Fabiana, que tinha acabado de fazer aniversário, ganhou um presente de Celina. Comentei “que legal, Fabiana, parabéns! Cê fez dezoito, né?”. Celina comentou “é, agora a Fabi tem que tomar cuidado, porque ela pode ser presa”. Flora respondeu que era isso que ela vinha dizendo à filha desde o aniversário.

Flora e Fabiana, sua filha mais velha, administram em sua casa uma pensão que recebe *mulheres de preso*: mulheres que vão a Tamara para o fim de semana de visita a seus maridos e filhos privados de liberdade na penitenciária da cidade. A pensão não é o único negócio relacionado à prisão que a família organiza: elas também mantêm uma barraca na porta da prisão que vende desde alimentos preparados por elas a mercadorias procuradas por *mulheres de preso* para completar a sacola do *jumbo* – a sacola com

²³ Os nomes da cidade e das pessoas neste capítulo são fictícios para assegurar a não identificação de quem colaborou com a pesquisa.

²⁴ As palavras e expressões grafadas em *itálico* destacam termos utilizados pelas pessoas com quem conversei em campo. Para facilitar a leitura, as frases mais longas ditas nos mesmos contextos são marcadas com o uso de aspas.

alimentos, itens de higiene e produtos de limpeza, roupas e cigarros que cada visita pode semanalmente levar ao *preso*. O marido de Flora e pai de Fabiana, Ítalo, também faz parte da configuração de uma série de serviços relacionados à prisão e organizados pela família. Durante os finais de semana, sua tarefa é garantir o transporte das *mulheres de preso* em viagens que percorrem um circuito composto primordialmente pela pensão, a porta da prisão e os supermercados da cidade.

Neste capítulo, apresento parte da pesquisa realizada em Tamara junto a Flora e sua família, explorando algumas das movimentações que ocorrem em torno da prisão e que fazem parte de um fim de semana de visitas em uma cidade do interior do estado de São Paulo. Construo, a partir de observação e de narrativas, mediadas sobretudo por Flora, o terreno físico e moral pelos quais mulheres de preso circulam e se relacionam. Para isso, sigo a correria da família que me recebeu no contexto da pesquisa, as muitas atividades que desenvolvem e que têm seu fulcro na prisão, e as redes que construíram e que permitem a continuidade de seus trabalhos ao redor da prisão. Flora e sua família se movimentam em diferentes campos e buscam manter boas relações com pessoas e grupos por onde circulam: administração prisional, *mulheres de preso* e presos – alguns deles associados ao Primeiro Comando da Capital (PCC)²⁵. Nesse meio, o pertencimento religioso de Flora também faz parte dos modos pelos quais ela tece e maneja relações nos contextos da prisão e da sua pensão.

Como descrevo na abertura do capítulo, a possibilidade de ser presa foi mencionada assim que Fabiana fez dezoito anos, ainda que em tom jocoso. A prisão é presença constante na vida da família. Os posicionamentos em relação à instituição, no entanto, transformaram-se ao longo dos anos.

Chegar em Tamara e conhecer a pensão

Tamara localiza-se na região do estado chamada de “Nova Alta Paulista” ou, como dizem presos e familiares, no *fundão*. O apelido não é fortuito. As cidades do *fundão* ficam a cerca de 600 quilômetros da capital, próximas ao rio Paraná e à divisa

²⁵ Adianto que minha abordagem sobre o PCC descreve alguns dos efeitos de sua presença nos arredores da prisão a partir das narrativas de mulheres com quem conversei – as formas organizativas da sigla e sua presença no cotidiano prisional não foram, em si, objetos da pesquisa. As pessoas em campo manejavam a sigla PCC e diferentes níveis de conhecimento acerca de suas diretrizes nas negociações com outras mulheres, nos contextos da fila e da pensão de Flora. Para saber mais sobre o PCC, sugiro a leitura de Biondi (2014; 2009) e Feltran (2018).

com o estado de Mato Grosso do Sul. A maior parte dos pequenos municípios da região tem, ao menos, uma prisão, resultado do processo de “expansão interiorizada” dos presídios que Godoi (2015) discute em sua tese. Tamara tem perto de 20 mil habitantes e uma penitenciária que, com cerca de 850 vagas, abriga quase 1500 homens²⁶. Assim, 7,5% da população do município é constituída por homens presos e a eles se dirigem todas as semanas as visitas, compostas majoritariamente por mulheres que com eles se relacionam e que viajam, muitas vezes, centenas de quilômetros para chegar a Tamara, entrando e saindo da cidade – e, eventualmente, como Flora e sua família, permanecendo ali.

Minha primeira visita a Tamara foi em companhia de Rafael Godoi, que costumava se hospedar ali durante sua pesquisa de doutorado (GODOI, 2015; 2017). Na época, Flora, a dona da pensão, geria o negócio praticamente sozinha, com alguma ajuda da filha mais velha, Fabiana. O marido estava preso por um processo que ainda seria julgado, e aquela não era sua primeira privação de liberdade. Em uma detenção anterior, Ítalo já havia sido transferido para o presídio do município e foi para ficar mais perto dele que Flora se mudou para Tamara.

Desde minha primeira ida a Tamara, em 2014, explicitiei a Flora e sua família que faria uma pesquisa com mulheres que têm familiares presos porque queria entender os efeitos da prisão em suas vidas. Flora, portanto, sabia dos objetivos da pesquisa. Ela fazia questão de me apresentar às demais hóspedes como *a pesquisadora de São Paulo* que queria saber das *dificuldades* de suas vidas. Em diversos momentos, Flora e Fabiana fizeram as vezes de co-pesquisadoras, seja indicando pessoas com quem eu deveria conversar, seja fazendo perguntas ‘desinteressadas’ às mulheres, perguntas que as faziam falar sobre pontos que – Flora e Fabiana sabiam – interessavam-me. Por outro lado, nenhuma das duas demonstrou interesse em acompanhar o desenrolar da tese. Algumas mulheres queriam saber mais sobre a pesquisa e conversavam comigo sobre seus percursos e relacionamentos em bate-papos ao longo do fim de semana – na cozinha e nos quartos da pensão, na feira livre da cidade, na porta da prisão ao lado da barraquinha de Flora e Fabiana. Outras assentiam quando as donas da pensão me apresentavam, mas

²⁶ Os números são imprecisos para garantir a não identificação da cidade. A despeito disso, a proporção de pessoas presas em relação às vagas informa sobre a superlotação que é regra nas penitenciárias paulistas. Dados disponíveis no site da SAP e relativos a 2 de setembro de 2019. Disponível em: <http://www.sap.sp.gov.br/>. Acesso em 03/09/2019.

não queriam saber de pesquisa alguma e logo saíam para cuidar de suas muitas e variadas tarefas.

São alguns os caminhos que levam a Tamara. Em todas as minhas viagens, fui em um ônibus regular de uma empresa que sai do Terminal Barra Funda, em São Paulo, e tem uma das suas muitas paradas na rodoviária de Tamara. Esse não é o transporte geralmente utilizado pelas mulheres que visitam seus familiares presos na região, pois é o mais caro²⁷. Celina, apresentada no início do capítulo, tinha mais recursos disponíveis para a viagem e a estadia na cidade – o que se presume pela sua viagem no ônibus regular e sua opção pela hospedagem em um quarto individual de um hotel de Tamara. Algumas vans e ônibus fretados transportam familiares de presos para o *fundão* pela metade do preço cobrado pelos ônibus regulares. Saindo da Barra Funda ou do metrô Carandiru, respectivamente nas zonas oeste e norte da capital, esses ônibus são organizados pelas *guias*, mulheres cujos maridos também estão presos. As *guias de ônibus* são as responsáveis por controlar a lista de passageiros e garantir que a viagem ocorra sem incidentes. Godoi mostra, em sua pesquisa, como a organização e a saída desses ônibus dá início a uma fila de “centenas e centenas de quilômetros” (2017:214) que atravessa o estado para desembocar nas unidades prisionais do *fundão*.

Optei por não viajar nos ônibus das *guias* por dois motivos: o primeiro deles foi porque não me aproximei significativamente de nenhuma *guia* ao longo da pesquisa. O segundo foi porque decidi seguir a orientação de uma amiga que atuou por mais de dez anos na Pastoral Carcerária e que temia as consequências de eventuais batidas policiais nos ônibus das *guias*: “todo mundo está em solidariedade, mas, na hora em que chegar a polícia as pessoas entregam até a mãe. Vão sentir, ‘que pena’, mas não vão poupar você”. A fala da agente pastoral alude aos rumores de que algumas *visitas* fazem *corres*, ou seja, atravessam as fronteiras prisionais com objetos ilícitos ou proibidos, em suas cavidades corporais. O suposto transporte de objetos nas cavidades corporais é a principal justificativa para os diversos procedimentos de revista corporal de visitas na entrada das prisões²⁸.

²⁷ As passagens de ônibus de São Paulo a Tamara custam cerca de 360 reais para o trajeto de ida e volta. Esse valor deve ser somado às despesas com a hospedagem para o orçamento da viagem e, no caso das famílias, as despesas com os alimentos, roupas e produtos de higiene que são levados nas visitas – o chamado *jumbo*. Parte das minhas viagens a Tamara foram financiadas pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da USP, com base nos recursos do Proex/Capes, fundamentais para a realização da pesquisa.

²⁸ Discuto, no último capítulo da tese, as disputas e debates envolvendo a proibição da revista *íntima/vexatória*, que requer o desnudamento de quem é revistado, e sua substituição pelo *scanner* corporal.

Visitar alguém na prisão é enfrentar uma jornada – com características por vezes épicas. Requer planejamento, preparação, informações e dinheiro. Como toda jornada, o caminho tem perigos de diferentes ordens que podem implicar relações de *mulheres de preso* entre si, com seus *presos*, com a administração prisional, a polícia e com o que circula associado ao Primeiro Comando da Capital – o PCC. Ao longo deste capítulo, demonstro como esses perigos são constitutivos das relações estabelecidas nos arredores da prisão. Os perigos e alguns dos mecanismos para sua evitação são ainda agenciados por Flora, Fabiana, Ítalo e *mulheres de preso* que passam pela pensão e pela barraquinha da porta da prisão.

Flora, Ítalo e Fabiana navegam pelas regras prisionais com desenvoltura – incluindo as que circulam sob o nome PCC – talvez porque tenham vivido as prisões desde diferentes posicionamentos. Os três trabalham e se sustentam a partir dos negócios que produzem em torno das visitas em Tamara. Essa relação de sustento com a prisão nem sempre foi a única, como dito: Ítalo teve ele mesmo passagens pela instituição; Flora e Fabiana se mudaram para Tamara para estar mais perto de Ítalo quando ele foi transferido para a cidade.

Como já mencionado, Tamara tem perto de 20 mil habitantes e situa-se na região oeste do estado de São Paulo, a algumas centenas de quilômetros da capital e já próxima à divisa com o Mato Grosso do Sul. O processo de “expansão interiorizada” dos presídios paulistas (GODOI, 2017) fornece o contexto histórico de construção da penitenciária de Tamara, como de outras pequenas cidades da região, sobre o qual vale a pena abrir um parêntese. O primeiro ponto a destacar, de acordo com Godoi (2017), é o de que a profusão de unidades penitenciárias no interior do estado é efeito da política prisional paulista que se consolidou a partir da década de 1990 – ou seja, é relativamente recente. O autor apresenta dois fatores como catalisadores desse processo: primeiro, o Massacre do Carandiru, ocorrido em 1992, no qual ao menos 111 homens ali privados de liberdade foram assassinados por forças policiais. O massacre provocou uma profusão de verbas para a construção de novas unidades prisionais paulistas com vistas à desativação da Casa de Detenção, ainda que seu fechamento tenha ocorrido apenas em 2002. Segundo, o surgimento do Primeiro Comando da Capital, em 1993. A megarrebelião de presídios paulistas ocorrida em 2001, sob o nome do PCC, promoveu a interiorização e o isolamento de determinados prisioneiros em unidades de Regime Disciplinar

Diferenciado²⁹ como parte da política prisional. Nas palavras de Godoi: “distância, isolamento e segurança foram cada vez mais se tornando indiscerníveis na racionalidade do Estado (GODOI, 2017:159)³⁰.”

Isso não quer dizer que unidades penitenciárias afastadas de grandes cidades sejam novidade, tampouco a existência de prisões em cidades interioranas de caráter eminentemente rural. O autor alude às unidades penitenciárias rurais de outros tempos, como as colônias penais agrícolas, que já não são mais o modelo das unidades prisionais como a sediada em Tamara. A novidade, nesse caso, é a conexão das cidades de interior com a “urbanidade metropolitana”:

Entre o fim da década de 1990 e o começo dos anos 2000, proliferaram as unidades de regime fechado no interior, em especial as que seguem o modelo arquitetônico de penitenciária compacta. O ambiente rural circundante passou a ser visto como um fator que duplica a segregação das muralhas. O campo deixa de ser qualificado por suas propriedades terapêuticas para ser apreciado em suas potencialidades securitárias; não está em relação de oposição ao urbano, mas de complementaridade (GODOI, 2017:156-157).

O argumento da segurança, portanto, é mobilizado na justificção da política que leva unidades penitenciárias para o interior do estado. Os homens presos no *fundão* – e também suas *mulheres* – lidam com a “segregação duplicada” conformada não apenas pelo confinamento, mas também pela distância das prisões. Muitas vezes, a distância entre o local de moradia e o local de aprisionamento leva familiares a se mudarem para as cidades do interior, de forma a facilitar as visitas (SILVESTRE, 2012). A distância e o trabalho de percorrê-la dão ensejo a mudanças que envolvem reconfigurações de relações diversas: trabalho, vizinhança e amizades. Esse é o caso de Flora, dona da pensão, e de outras mulheres que encontrei durante a pesquisa.

A própria pensão de Flora era um local que recebia *mulheres de preso* em estadias mais longas em Tamara: Vitória, uma das mulheres que conheci, viveu alguns meses na pensão. Essa estadia prolongada envolveu uma amizade entre Vitória, Flora e

²⁹ O Regime Disciplinar Diferenciado (RDD) é uma “sanção disciplinar” incluída na Lei de Execução Penal em 2003. O RDD prevê o aprisionamento em cela individual com direito a saída da cela para “banho de sol” por no máximo duas horas diárias – a mesma quantidade de tempo estabelecida para o recebimento de visitas. A lei estabelece um período máximo de 360 dias para o RDD, mas define que uma nova “falta grave da mesma espécie” pode motivar a renovação do regime (BRASIL, 2003).

³⁰ A respeito dos efeitos do Massacre, Giane Silvestre (2012) coloca como um deles a própria criação da Secretaria de Administração Penitenciária (SAP) de São Paulo, datada de 1993.

Fabiana, e a hospedagem era barganhada por ajuda nos serviços domésticos e na preparação das comidas durante o fim de semana³¹.

Outra justificativa à instalação de unidades prisionais no processo de “expansão interiorizada” concerne à construção das prisões como uma forma de movimentar a economia e a geração de renda em pequenas cidades. Essa suposta dinamização na economia era a principal impulsionadora dos esforços de prefeitos dos municípios vizinhos a Tamara para conseguirem a construção de um presídio em suas cidades, conforme apresentado por Godoi (2017). A justificativa, no entanto, não produz efeitos concretos para além do concreto da prisão. O autor menciona, baseado em outros estudos (GLASMEIER & FARRIGAN, 2007), que “a instalação de unidades prisionais em áreas não metropolitanas tem pouco ou nenhum impacto econômico na região” (GODOI, 2017:162). E a respeito da potencial diversificação promovida por prisões na economia dos municípios da região onde se situa Tamara, Godoi lembra que a emergência das prisões ali é concomitante à expansão do agronegócio, sobretudo por meio do plantio e do beneficiamento da cana-de-açúcar. Ou seja, os potenciais e questionáveis benefícios econômicos que a prisão poderia trazer para a região podem ser efeitos do negócio da cana.

Angela Davis (2018[2003]) também menciona a “promessa de progresso” em áreas rurais como impulsionadora da ampliação das prisões californianas. Em diálogo com a geógrafa Ruth Gilmore, também mobilizada no trabalho de Godoi, Davis argumenta que a instalação de unidades prisionais foi acompanhada de um discurso de dinamização da economia, valorização das terras e geração de empregos em áreas rurais empobrecidas – promessas que não se concretizaram.

Vale dizer que tanto o trabalho de Godoi quanto a discussão de Davis não encerram suas questões nas promessas econômicas cumpridas ou não pela expansão da malha penitenciária nos contextos em que discutem. Ao contrário, os autores questionam os efeitos da prisão e do aprisionamento. Godoi afirma a “necessidade imperiosa de desencarcerar pessoas, de esvaziar e, no limite, desconstruir prisões” (GODOI, 2017:148). Davis estrutura seus argumentos de modo a defender o fim das prisões – a começar pela pergunta-título do livro: “estarão as prisões obsoletas?”. A autora considera que “o desafio mais difícil e urgente hoje é explorar de maneira criativa novos terrenos para a justiça nos quais a prisão não seja mais nossa principal âncora” (DAVIS, 2018:22).

³¹ Falo mais sobre Vitória no próximo capítulo, dedicado à discussão sobre *mulheres de preso*.

Há, nesse sentido, um horizonte ético, ao qual me alio, em que se questiona a própria existência das prisões.

Ambos os autores contribuem para desconstruir as justificativas calcadas em promessas de desenvolvimento econômico para determinadas regiões através da construção de prisões – e através do aprisionamento de pessoas. Esse passo é necessário para que a própria prisão seja colocada em questão. Ao mesmo tempo, a discussão sobre os efeitos da prisão na economia de uma região é apenas um dos aspectos ao redor desse processo de interiorização e expansão de unidades prisionais. A pesquisa que apresento volta-se para outros aspectos também constitutivos desse processo, explorando como a prisão transforma o cotidiano das pessoas em Tamara, altera as vidas de quem viaja até a cidade e estabelece relações comerciais, de aproximação e de evitação com seus moradores. Demonstro, também, como a prisão faz parte da constituição de projetos de famílias como a de Flora, que ganha seu sustento a partir das movimentações relacionadas à unidade. Para chegar às relações tecidas nos arredores da prisão, contudo, é preciso apresentar como funciona a pensão de Flora e os esforços de sua família em trabalhos atravessados pela prisão. É o que proponho fazer no próximo tópico.

Na pensão e na cozinha: fazer comida e fazer relações

Para além da pensão de Flora, há hotéis e pousadas em Tamara que também recebem mulheres que visitam presos. Todos, no entanto, são mais caros do que a pensão, cuja diária custava cerca de 30 reais durante o período da pesquisa. Durante o tempo em que ali me hospedei, a pensão funcionava em uma casa cuja configuração permitiu que Flora fizesse cinco quartos, além de uma sala ampla e de duas cozinhas³².

A cozinha era o centro nervoso da casa e das relações que ali se instituíam durante os finais de semana de visita. Ali, as donas da pensão, Flora e Fabiana, passavam parte considerável do dia executando tarefas com velocidade para dar conta de todas as demandas. A cozinha era também o lugar das mulheres, fossem as donas da pensão, a *pesquisadora de São Paulo* ou as *mulheres de preso*. Ítalo, o marido de Flora, não era bem-vindo no espaço, assim como qualquer outro homem que estivesse de passagem pela pensão, um entregador de gás ou de galões d'água, ou um raro hóspede do sexo

³² Em conversas recentes pelo whatsapp Flora me contou que a família se mudou para outra casa, que eu não cheguei a conhecer.

masculino. A cozinha era o espaço da casa que melhor cristalizava a sociabilidade que operava em Tamara, dividida entre homens e mulheres.

A cozinha maior ficava onde antes deveria funcionar uma garagem. O espaço era recortado por um balcão de madeira longo e estreito, coberto por uma toalha de plástico grosso e geralmente ocupado por copos plásticos, garrafa de café, caneta e um caderno controlado por Fabiana, cheio de anotações das refeições encomendadas. O fim do balcão se encontrava com um freezer horizontal desgastado que criava, então, um espaço interno onde se dispunha um fogão industrial, duas geladeiras, um guarda-comida e uma televisão que estava sempre ligada. Uma das geladeiras era de uso exclusivo das donas da pensão. Outra era utilizada para guardar alimentos da pensão e comidas cozinhadas pelas hóspedes. Em uma das geladeiras havia um recado lembrando às hospedes que as donas da pensão não emprestavam ingredientes culinários, não adiantaria insistir. No espaço exterior ao balcão da cozinha havia um corredor que terminava em uma pia, geralmente cheia de louça – havia, de todo modo, um cartaz lembrando às hóspedes que quem sujasse louça era a responsável por lavá-la. Acima da pia, prateleiras amparavam panelas, potes de plástico e assadeiras desgastadas pelo uso. Pregos e ganchos afixados na parede penduravam colheres, escumadeiras e demais utensílios. Era também do lado externo do balcão que havia um sofá e cadeiras, onde as hóspedes se sentavam para conversar umas com as outras e com as donas da pensão.

A cozinha era reservada para uso de Flora e Fabiana e utilizada por elas para organizar o café da manhã das hóspedes – pão com margarina e café –, cozinhar as muitas encomendas de refeições que chegavam durante todo o fim de semana e preparar os lanches rápidos vendidos na porta da prisão: sanduíches, salgados fritos e assados, tortas salgadas e bolos doces. Estes eram comprados pelas *mulheres de preso* na barraquinha que Flora e Fabiana montavam na porta da prisão e poderiam incrementar o *jumbo* ou servir mesmo para matar a fome das mulheres que esperavam.

A quantidade de comida produzida na cozinha justificava a quantidade de louça empilhada sobre a pia. Quando a louça começava a atrapalhar, Flora gritava pela filha mais nova para que a lavasse – Fernanda, adolescente durante o período da pesquisa, acatava as ordens da mãe com o maior vagar possível, em uma espécie de ‘operação padrão’ que irritava Fabiana e era motivo de brigas entre as irmãs.

Ao longo da pesquisa, pude acompanhar as mudanças no cardápio dos lanches vendidos na porta da prisão, que variavam de acordo com a demanda e com os ingredientes disponíveis para o trabalho: se o mercado fazia uma promoção no preço do

frango, certamente teríamos tortas recheadas ou coxinhas; se as *mulheres de preso* perguntassem pelos bolos ou pedissem por algum sabor específico, Flora e Fabiana corriam para incluir sua produção em meio às demais tarefas que cumpriam. O trabalho de ambas na cozinha da pensão era determinado, então, pelas encomendas que chegavam por diferentes canais, sobre as quais falarei ao longo do capítulo, pelas demandas das clientes e por uma racionalidade da economia doméstica que se aproveita dos ingredientes disponíveis com os menores preços.

A segunda cozinha da casa, menor do que a primeira e improvisada onde antes deveria ser uma área de serviço, era alugada para as hóspedes que queriam, elas mesmas, cozinhar para seus maridos e filhos. O cômodo era equipado com um fogão de quatro bocas e um tanque que fazia as vezes de pia. A escolha das hóspedes por cozinhareem elas mesmas passava pela vontade de oferecer uma boa comida aos homens que visitariam, mas não só. “Nem que seja um ovo que você cozinhe, eu quero comer da sua comida” foi algo dito pelo marido a uma das hóspedes da pensão. Ela, que não gostava de cozinhar, via-se comprometida a fazer alguma coisa – ou a comprar a comida feita por Fabiana e dizer ao marido que ela mesma tinha feito. A comida era o *tempero caseiro* que fazia falta ao marido. A feitura das refeições pelas suas próprias mãos – ou a narrativa dessa feitura, quando ela comprava a comida de Fabiana e dizia ser sua – era demonstrativa de seu compromisso com o marido.

Enquanto algumas cozinham, outras apenas ficavam ali pelo movimento: assistiam à televisão, fumando e conversando. Essa postura de não cozinhar não passava despercebida. Passando pela cozinha, Ítalo certa vez gritou “ôôô Natália, vem aqui na mesa com as meninas, vê se aprende alguma coisa!”. Eu ri, pois não sabia mesmo cozinhar e achei graça na proposta. Outras mulheres presentes também riram. Flora não riu e o repreendeu por estar na cozinha sem camisa. Eles discutiram brevemente e Ítalo deixou o espaço das mulheres.

A centralidade do saber cozinhar e o esforço em fazer a própria comida para levar a quem se visita indicam duas dimensões. Os alimentos e itens levados pelas visitas são fundamentais para abastecer a prisão, como discutido por Godoi (2015); mas a comida feita pela mulher é também “substância” que mantém laços, cria vínculos e não alimenta apenas o corpo, mas as relações entre as pessoas. Penso em substâncias criando vínculos e alimentando corpos e relações a partir das contribuições de Janet Carsten (2000; 2004; 2014). A autora é tributária da discussão sobre parentesco de David Schneider (2016 [1968]), mas tensiona a divisão proposta pelo autor entre “substância” e “código de

conduta” (ou a distinção entre a “ordem da natureza” e a “ordem da lei”). Refletindo sobre o que o parentesco faz e como faz, e não sobre o que ele é, Carsten propõe borrar fronteiras entre ordens natural e social do parentesco para pensar, em seus termos, em “relacionalidade”³³. Em sua proposta, gênero e parentesco têm uma dinâmica relacional, constituindo-se mutuamente. Substâncias – comida, sangue, sêmen, suor, saliva – são transmitidas e trocadas entre pessoas na convivência, na comensalidade, nas relações sexuais; as substâncias trabalham pelo parentesco, ou seja, fazem parte de sua produção e de sua manutenção ao longo do tempo³⁴. A autora ainda lembra, mencionando Veena Das (1995), que o parentesco e os vínculos em seu nome nem sempre têm qualidades positivas, podendo assumir “qualidades mais ambivalentes ou negativas, às quais os antropólogos tendem a não dar a devida atenção” (CARSTEN, 2014:105).

O compromisso de fazer a comida para levar ao *preso*, “nem que seja um ovo”, ou o ato de comprar a comida feita por Fabiana para levá-la como substância de sua autoria mostra a dimensão ambivalente assumida pelo trabalho de manter os vínculos através da prisão. A ambivalência remete, por um lado, à obrigatoriedade de alimentar corpos e relações e, por outro, à possibilidade de projeção de si no ato de cozinhar, embalar e levar a comida. Cuidar dos maridos através da comida é também uma forma de agenciar o trabalho da cozinha em seu favor.

Fazer a comida, organizá-la nos potes e garantir que ela atravessasse as fronteiras prisionais são maneiras pelas quais também gênero se produz nas relações entre as mulheres e seus *presos* e constituem um dos campos de agência dessas mulheres. As mulheres ocupando a cozinha e cozinhando para seus homens também repõem, em certa medida, a ideia de um cotidiano doméstico que, atravessado pela prisão, reconfigura-se de outras formas. É evidente que o cotidiano doméstico não pode ser completamente repostado quando os alimentos são objeto de intervenção dos funcionários que os revistam, remexem e estabelecem limites para os agenciamentos laboriosamente cozidos na pensão. Servir a comida adequadamente é tão importante quanto prepará-la. Foram incontáveis as reclamações de mulheres sobre como o capricho para organizar a comida era desfeito

³³ Carsten aponta que esse borramento de fronteiras entre dimensões natural e social do parentesco está presente também na discussão de Kath Weston (1991; 1998) sobre parentesco entre gays e lésbicas na São Francisco dos anos 1980. O parentesco como “solidariedade difusa e duradoura” era questionado em seu viés de “sangue” (as famílias de origem que os rejeitavam) e reafirmado nas “famílias de escolha” que se mantinham presentes ao longo do tempo.

³⁴ Para além do que as substâncias fazem, a autora ainda menciona que “substância” enquanto categoria analítica tem a capacidade de “desestabilizar as práticas dicotomizantes nas quais a análise do parentesco se baseava” (CARSTEN, 2004:133, tradução minha).

nas revistas do *jumbo*, pois os alimentos eram misturados, retalhados e muitas vezes chegavam ao *preso* “parecendo lavagem”. Ainda assim, mesmo que transformada em algo parecido com “lavagem”, essa comida carregava qualidades outras dos alimentos disponibilizados pela instituição.

As duas cozinhas da pensão foram organizadas do lado externo da casa para que os cômodos internos pudessem comportar mais hóspedes. Os cinco quartos da pensão não eram individuais. Abrigavam entre duas e quatro pessoas em camas e beliches e havia um quarto coletivo com seis camas – organizado onde, em outros tempos, funcionava uma cozinha. Era nesse quarto coletivo que Flora e Fabiana guardavam e mostravam as roupas que compravam no Brás, em São Paulo, e vendiam também às hóspedes da pensão e expunham na barraquinha na porta da prisão.

A sala da casa era grande e toda cheia de sofás que acomodavam as hóspedes nos momentos de descanso e na hora da novela, já que ali também havia uma televisão. Os lugares nos sofás próximos às tomadas do cômodo eram os mais disputados: possibilitavam descansar um pouco e seguir mexendo no celular. Nos finais de semana mais cheios da pensão, algumas hóspedes se acomodavam nos sofás e dormiam por ali enquanto não se levantavam para começar os preparativos da visita.

O único banheiro da casa era disputado nas madrugadas de sábado e domingo, quando as mulheres se aprontavam para a visita. Aquelas que queriam tomar banho formavam uma fila informal que organizava o revezamento no uso do banheiro. Havia, na porta do cômodo, uma folha de papel afixada por Flora que relembra a todas a condição coletiva do cômodo e pedia agilidade nos banhos.

Flora, Fabiana, a filha mais nova e Ítalo dormiam em um conjunto de cômodos que ficava atrás da cozinha grande. O ‘puxadinho’ tinha uma sala, dois quartos e um banheiro que costumava ser oferecido às hóspedes mais próximas da família quando o único banheiro da pensão estava ocupado.

Além da pensão e da barraquinha na porta da prisão, a família também ganhava dinheiro com o transporte das visitas na perua de Ítalo. Ele era geralmente o responsável por levar e trazer *mulheres de preso* nos trajetos que envolviam a pensão, a porta da prisão, o supermercado, a rodoviária e qualquer outra *corrida* que aparecesse. Quando Ítalo não podia fazer as *corridas* – por exemplo, quando esteve preso, ou quando estava indisposto – Flora era quem se responsabilizava pela perua. As *corridas* também eram feitas em um segundo veículo, o carro da família, quando a perua não era suficiente para

acomodar todas as hóspedes ou quando a *corrida* envolvia trajetos para as cidades da região.

A descrição da pensão e das principais atividades de Flora, Fabiana e Ítalo durante um fim de semana de visitas evidencia que o ritmo de trabalho de Flora e Fabiana entre a manhã de sexta-feira e o fim de tarde do domingo era frenético: elas coordenavam o transporte de mulheres que chegavam à cidade e precisavam se deslocar entre a rodoviária, a pensão, o mercado e a prisão, ainda que Ítalo fosse o motorista em parte das vezes. Flora e Fabiana cozinhavam durante horas a fio, e eram constantes suas idas e vindas ao mercado para a compra de ingredientes que acabavam durante os preparos. Elas ainda conversavam e conviviam com as hóspedes e cuidavam de fazer a manutenção dos espaços da pensão, sobretudo do banheiro, enquanto as mulheres visitavam seus familiares. A faxina pesada da casa – lavar roupas e roupas de cama, varrer, limpar o chão e os móveis com um pano, lavar a cozinha – ficava para o período durante a semana, quando geralmente não havia hóspedes. Além da pensão e das encomendas de comida, Flora e Fabiana ainda cuidavam da barraquinha que montavam e desmontavam na porta da prisão aos sábados e domingos, nos horários de entrada e de saída das visitantes, respectivamente o fim da madrugada e o fim da tarde. As poucas horas de sono que elas tinham durante o fim de semana ocorriam após a desmontagem da barraquinha da manhã, mais ou menos às dez horas, até cerca de uma da tarde, quando se levantavam para cozinhar o que venderiam na barraquinha no horário de saída das visitantes, entre três e meia e quatro horas da tarde.

Outro ponto a iluminar na descrição da pousada e dos trabalhos de Flora e Fabiana ao longo do fim de semana de visitas é que a prisão era a fonte principal dos recursos da família. Isso não quer dizer que eles ganhassem muito dinheiro em torno das visitas à prisão. Ao longo de toda a pesquisa, percebi que a família se desdobrava para fazer dinheiro com o que podiam. As comidas vendidas, a casa cheia de hóspedes, o transporte das mulheres pela cidade e para cidades vizinhas, as horas sequenciais de trabalho e a quase inexistência de descanso faziam ver que Flora e Fabiana se esforçavam para manter a família e garantir a própria continuidade de suas atividades. Como veremos mais à frente, esse trabalho envolvia também um esforço para se manter em boas relações com administração prisional e PCC – um caminho para a família seguir com suas possibilidades de sustento.

A preparação de uma visita: regras, informações e conversas na fila da prisão

As conversas que tive com as mulheres que visitavam seus maridos e filhos privados de liberdade ocorriam na porta da prisão, enquanto elas esperavam sua *senha* ser *cantada* pela *guia da fila*. Mas ocorriam também nos cômodos da pensão, na cozinha, durante o preparo das refeições, no alpendre da casa, entre cigarros, nos quartos, enquanto fazíamos as diversas arrumações necessárias para montar o *jumbo*. O fato de *o preso* ter o direito de receber um *jumbo* por semana não quer dizer que todos recebam. Segundo as mulheres de preso que conversavam comigo, e de acordo com Flora e Fabiana, parte significativa dos presos em Tamara não recebia visitas regulares ou que levavam o *jumbo* consigo. Ainda que alguns pudessem também receber um *sedex*, o nome dado aos mantimentos enviados por correio, a impressão das visitantes e das donas da pensão era a de que muitos dos homens privados de liberdade na cidade não recebiam mantimentos de fora da prisão³⁵.

O cruzamento das impressões a partir da *fila* com as informações que constam no site da SAP a respeito da penitenciária de Tamara ratifica as interpretações de Flora e Fabiana: como já mencionado, a penitenciária da cidade tem cerca de 1500 homens presos (em uma unidade cuja capacidade é para cerca de 850 pessoas); entretanto, a despeito da quantidade de aprisionados, as *senhas* da *fila* de visitas chegavam, em média, ao número 200. Ou seja: muitos presos ficavam sem visitas.

Em sua tese, Rafael Godoi (2017) ressalta a centralidade dos familiares para o abastecimento da prisão com os itens mais básicos, como comida, roupas e sabonete. Em seu argumento, é central a ambivalência da situação: as mulheres que levam comida e roupas aos seus acabam por se emaranharem na manutenção da própria engrenagem que os encarcera. Sem o “abastecimento” garantido pelas mulheres que visitam, a vida dentro da prisão seria ainda mais inviável, ou seja, são elas quem garantem as condições a partir das quais a prisão opera. A ambivalência não esconde a necessidade: receber o *jumbo* é fundamental dentro da prisão³⁶.

³⁵ A possibilidade de enviar mantimentos a pessoas presas via *sedex* abre todo um espaço para atividades econômicas relacionadas à prisão em um tipo de “empreendedorismo” carcerário. Destaco a existência do “Jumbo CDP”, site especializado em montar e enviar *jumbos* de acordo com as regras de cada unidade prisional paulista: <https://www.jumbocdp.com.br/>. Acesso em 04/09/2019.

³⁶ Railda Silva, coordenadora da Amparar que é apresentada no capítulo III desta tese, fala sobre o *jumbo* e seu caráter indispensável dentro das prisões – ainda que seja um “gasto” para as famílias.

A montagem do *jumbo*, por seu lado, requer atenção a detalhes e regras que se misturam às escolhas ou demandas (e aos limites orçamentários) do que levar para o marido ou o filho preso. Certa vez, passei uma tarde ajudando uma *mulher de preso* a desembulhar alguns pacotes de balas e juntá-las, uma a uma, em um único saco transparente – a única maneira permitida para que integrassem o *jumbo*. Descascar balas, retirar os sabonetes das embalagens, agrupar os diferentes pacotes de biscoito em um único recipiente, contar os chocolates para não extrapolar a cota máxima permitida pela prisão para cada prisioneiro, colocar os cigarros industrializados ou o fumo picado *fedido* e as sedas para a confecção do cigarro.

Foto 1: produtos à venda na barraquinha de Flora e Fabiana (arquivo pessoal/2016)

Toda essa preparação é demanda da administração penitenciária que, em Tamara, estabelecia desde o material da sacola aceita como *jumbo* até a cor do sabonete que poderia entrar na prisão. Não era qualquer sacola a aceita na revista do *jumbo* pelos funcionários da SAP: a única aprovada era feita de plástico transparente. A transparência permitia que não apenas os funcionários da penitenciária vissem o que cada sacola levava, mas também que as demais pessoas na fila o fizessem. Flora dizia que *morria de pena* quando via o conteúdo de algumas sacolas que não levavam produtos comprados em supermercados e se limitavam aos dois potes com comida caseira – o que o dinheiro disponível permitia levar.

A montagem do *jumbo* explicita que as coisas têm de estar acessíveis na sua versão mais transparente para entrarem na prisão. A exemplo das coisas, as pessoas também têm

de se livrar ao máximo da propriedade de disfarçar que é inerente aos tecidos. Assim, o “uniforme” constituído por calça legging, camiseta e chinelo – o vestuário permitido para entrada na visita – funciona quase como uma segunda pele, sem bolsos ou dobras de tecido além do estritamente necessário para que as mulheres se cubram. A escolha (ou imposição) das roupas tem uma dupla intenção: evitar o olhar dos outros presos para o corpo das mulheres e evitar a sobreposição de tecidos que possam ocultar qualquer objeto. Num contexto em que coisas e pessoas são colocadas em suspeição porque podem dissimular e esconder, tudo e todos que entram na prisão se devem despir de qualquer opacidade. Das balas aos corpos, atravessar as fronteiras prisionais requer desnudamento – como exploro ao longo da tese³⁷.

Algumas sacolas geralmente estavam disponíveis para venda na barraquinha de Flora e Fabiana e tinham o plástico costurado com detalhes coloridos que reforçavam a estrutura da sacola para aguentar o peso dos mantimentos. Uma sacola de *jumbo* cheia de alimentos e demais itens é extremamente pesada. Parte das sacolas eram também estampadas com desenhos de personagens, como a Minnie Mouse, e os modelos que eu me lembro de ver continham uma bolsinha interior com o tamanho suficiente para guardar os documentos fundamentais para a entrada de cada visita: o RG, a *carteirinha da SAP* e uma tarjeta de madeira com o número da *senha* para entrada na prisão.

Para que se consiga emitir uma *carteirinha da SAP* é necessário um passo anterior: solicitar à pessoa presa que seu nome seja colocado no *rol de visitas*, ou seja, a lista das pessoas autorizadas a visitar cada *preso*. Com o nome incluído no *rol*, o próximo passo é comprovar a relação de parentesco com a pessoa presa e entregar uma série de documentos – cópia do RG, comprovante de endereço e atestado de antecedentes criminais. A relação de parentesco é comprovada com certidões de nascimento, casamento ou uma *declaração de amásia* que atesta a relação entre a *visita* e o *preso* que não foi oficializada via casamento. Filhos adotivos dificilmente têm assegurado o direito de visitar seus pais presos, dificuldade que repercute também entre membros da família estendida, como primos, por exemplo³⁸. A Secretaria informa seu trabalho de credenciar

³⁷ Agradeço a Isadora Lins França por chamar minha atenção para o paralelo das transparências e opacidades de pessoas e coisas na entrada das prisões.

³⁸ No site da SAP uma das respostas a “perguntas frequentes” diz que “[o]s presos podem receber visitas de parentes de até 2º grau (pai, mãe, irmão, filhos, netos, avô, avó), do cônjuge ou da companheira de comprovado vínculo afetivo, desde que registradas no rol de visitantes e devidamente autorizadas pela área de segurança e disciplina, após entrevista com o serviço social da unidade”. Disponível no endereço: <http://www.sap.sp.gov.br/>. Acesso em 02/09/2019.

e permitir a entrada de visitantes a partir de noções de família que se baseiam em laços consanguíneos e na produção de documentos que atestam relações (PADOVANI, 2018)³⁹. Visitar uma pessoa presa requer, portanto, uma série de preparos que tem início mesmo na produção documental e na emissão de uma carteirinha que atesta a relação aos olhos da SAP e da unidade prisional. Como vimos, nas dinâmicas entre mulheres e seus presos, esses laços atestados e reconhecidos via carteirinha da SAP são refeitos também em outras bases: o cuidado, o compartilhamento de substâncias, o compromisso e a presença. A presença e o cuidado se entrelaçam à comprovação de vínculos através de documentos, evidenciando duas formas de produção e manutenção de relações que fazem família.

De volta ao *jumbo* e ao trabalho contido em sua sacola plástica: conversar com as demais visitantes e informar-se das regras estabelecidas sobre como acondicionar cada item são maneiras de garantir que os produtos comprados cheguem ao *preso*. Além disso, ter o *jumbo* barrado na portaria da prisão pode resultar em um *gancho*, termo utilizado para a punição estabelecida pela direção prisional às visitantes que alegadamente descumprem regras da unidade.

Essas regras são variáveis de acordo com as direções das penitenciárias. Isto significa que quando um marido ou filho é transferido, as visitas devem buscar familiarizar-se com as exigências da nova unidade que, se não obedecidas, impedem a entrada da visitante e dos suprimentos que ela carrega consigo. As regras podem também operar em caráter temporário, como forma de castigo. A proibição da entrada de refrigerantes em Tamara, em um certo período de 2016, consistiu numa retaliação da direção porque os presos foram flagrados com *maria louca*, bebida alcóolica obtida a partir da fermentação de restos de comida e cascas de frutas. Questionada a respeito dessa proibição em específico, uma *mulher de preso* me disse que *o preso estraga a cadeia*, argumentando que a administração prisional cria novas regras em vista das ações dos presos – em sua opinião, por *culpa dos presos*. Ela ainda completou: “Em [cidade do interior paulista que sedia uma penitenciária] antes podia entrar tudo. Depois foi proibindo uma coisa, uma coisa, agora tudo é proibido. Tem que saber falar não pros maridos”. Em sua interpretação, o *preso* e as *visitas* que não sabem negar coisas aos

³⁹ Natália Padovani explora, entre outros temas, a produção de documentos que atestam relações geradas e geridas através de prisões, no Brasil e na Espanha, envolvendo mulheres privadas de liberdade e seus amores, homens e mulheres. Ver Padovani, 2018.

maridos são co-responsáveis pelas alterações das regras impostas pela direção penitenciária.

A já mencionada *guia da fila* cumpre um papel também na explicação dessas regras da unidade prisional às visitantes neófitas do que pode e do que não pode entrar, de que forma acondicionar os produtos e alimentos, dos limites de quantidades de cada produto para o *jumbo*. Mas a principal atribuição da *guia da fila* é organizar a distribuição das *senhas* e *cantar as senhas* na porta da prisão, gritando nomes e organizando as próximas mulheres que serão chamadas pelos funcionários da Secretaria de Administração Penitenciária (SAP). Estes ficam em um balcão contíguo a um pequeno portão da prisão e conferem os documentos das visitantes: RG e a carteirinha expedida pela Secretaria. Se as mulheres são fundamentais para o abastecimento da prisão, o trabalho de organização da fila executado pela *guia* também evidencia que a presença e a atuação delas na porta da prisão são parte da engrenagem que mantém a instituição em funcionamento.

Para as visitas no final de semana, a *guia da fila* começa a distribuir as senhas em sua casa, ainda na quinta-feira. Quem chega antes na cidade recebe uma *senha baixa*, colocando-se entre os primeiros lugares da *fila*. Na sexta-feira à tarde, a administração penitenciária abre o guichê que troca a senha obtida junto à *guia da fila* pela senha que efetivamente será utilizada no fim de semana, um pedaço retangular de madeira com um número impresso. A ordem de chegada na saída dos ônibus que partem de São Paulo já faz parte da distribuição das *senhas* na cidade-sede da prisão (GODOI, 2017), de modo que as *guias* dos ônibus e a *guia da fila* devem conversar para estabelecer a ordem de quem chega em cada final de semana.

Há ainda, em toda essa produção complexa da *fila* por parte da *guia*, uma lista paralela com as *preferenciais*: mulheres com mais de seis meses de gravidez ou com crianças pequenas, ou pessoas idosas. Estas são *encaixadas* entre os nomes da *fila* geral para que consigam entrar sem muita espera. Além das *preferenciais*, a *guia* deve organizar *encaixes* também para as *bate-volta*, pessoas que chegam para a visita apenas aos domingos. Os *encaixes* das *preferenciais* nem sempre eram bem-sucedidos e causavam reclamações entre *mulheres de preso*, muitas vezes porque não beneficiavam quem tinha o direito. A presença das *bate-volta* aos domingos adiciona uma camada de complexidade ao trabalho da *guia*, pois a porta da prisão se enche de pessoas e de possibilidades de desacordos em relação à organização da *fila*.

A *guia da fila* tem, portanto, um trabalho que demanda arranjos complexos de diferentes fluxos de pessoas que chegam à porta da prisão e querem entrar o mais rápido possível para estar com *o preso*. A mulher que ocupa o posto de *guia* geralmente tem um marido privado de liberdade na unidade prisional onde atua, mas há exceções a esta regra. Segundo Flora, a *guia* deve ser a *primeira a chegar* na porta da prisão e a *última a entrar* para a visita, para garantir que todas as *visitas* entrem. O trabalho de *guia da fila* é pago e o salário – cerca de 300 reais semanais na época da pesquisa – não é custeado pela SAP. A *guia* é contratada para o trabalho pelos homens presos na unidade que se referenciam sob o nome do Primeiro Comando da Capital, o que indica as tramas que enredam o PCC na gestão do cotidiano das penitenciárias.

Flora e Fabiana começaram a dizer que eu nem devia conversar com a *guia da fila*, pois ela é muito chata. Fica *se mostrando* e se fazendo de coitada para ganhar coisas dos outros. Que *de coitada ela não tem nada*, pois *andou ganhando a rifa do Comando*. Que o marido dela nem está mais preso aqui e que a *guia* só fica nessa posição porque tem um *padrinho* dentro da cadeia. (Trecho de diário de campo, dezembro de 2015).

Flora e Fabiana tinham suas rugas com algumas mulheres, inclusive com a *guia* que trabalhou na organização da *fila* em Tamara durante a pesquisa. Eu de fato não conversei com a *guia* pensando na manutenção de minhas relações em campo, mas perguntei a Flora e Fabiana sobre os arranjos da *fila* em incontáveis momentos. Elas sempre me respondiam com paciência, tentando explicar os ajustes entre *senhas*, *preferenciais* e *bate-voltas* que compunham a *fila* de todos os finais de semana. Flora mesmo já foi *guia da fila* da penitenciária de Tamara, mas dizia não ter saudade da posição: *era muito buchicho*. Considerando que a decisão de quem ocupa o posto vem *de dentro*, a alegação de que aquela *guia* tinha um *padrinho* parecia responder ao questionamento que Flora fazia sobre a legitimidade da *guia* permanecer no posto a despeito de seu marido já ter sido transferido. Outro boato (ou rumor) que corria a respeito dizia, segundo Fabiana, que a *guia* tinha informações sobre alguns presos e negociava esse conhecimento em favor da posição que ocupava.

Veena Das (2007) argumenta que rumores têm o potencial de nos fazer experimentar eventos e de produzi-los no próprio ato de falar sobre eles. Os rumores não têm autoria, mas dialogam com imagens que circulam nos discursos. Em outras palavras, eles se apropriam de elementos reconhecíveis e reverberáveis nos contextos em que são criados e disseminados. Os boatos ou rumores que circulavam em Tamara produziam

informações a respeito de pessoas e de conexões entre pessoas e faziam parte de assuntos na pensão e na porta da prisão. Essas histórias que circulavam compunham um contexto permeado por perigo e ameaças constantes que serão desdobradas ao longo deste e do próximo capítulo. Para retornar a Das, o terreno do rumor pode configurar um mundo que remete à “estrutura da paranoia”: “*Meu medo do outro é transformado na noção de que o outro é temível*” (DAS, 2007:134, grifos da autora, tradução minha)⁴⁰.

A manutenção das boas relações de Flora não apenas com os *irmãos* do PCC, mas também com a direção da penitenciária, era fundamental. Parte dos ganhos da família vinha das vendas realizadas na barraquinha da porta da prisão. Sem a anuência do diretor e de funcionários da penitenciária, a barraquinha teria dificuldades de se manter no local. Um episódio ilustra os esforços que a família fazia para se manter em bons termos com o diretor e com agentes prisionais: a conta do facebook de Fabiana, a filha mais velha, foi invadida e o(a) responsável fez uma publicação no perfil com uma série de fotos de agentes penitenciários da cidade acompanhadas de xingamentos. Assim que perceberam a invasão e a publicação do conteúdo potencialmente disruptivo, Ítalo foi prontamente à delegacia fazer um boletim de ocorrência pela invasão da conta. “Fiz o B. O. pra me garantir”. Ele ainda telefonou para o diretor da penitenciária para explicar a situação e desfazer qualquer mal-entendido. Se o diretor desconfiasse da sua história a respeito da invasão da conta de Fabiana, o boletim de ocorrência seria um documento válido na argumentação em uma eventual desavença que, no limite, poderia arriscar a permanência da barraquinha na porta da prisão.

A produção de documentos e a tática de acionar mecanismos da Justiça não são exclusivas de Ítalo. Conheci Cátia em um dos fins de semana de pesquisa. Ela estava recém liberta da prisão e foi visitar o marido em Tamara. No entanto, Cátia só conseguiu vê-lo no *parlatório*, uma sala onde a visita ocorre através de um vidro que separa o preso e a pessoa que veio visitá-lo. O *parlatório* é a imagem ‘padrão’ das visitas penitenciárias retratadas em filmes, por exemplo, em que visita e preso sentam-se em lados opostos de um vidro e conversam pelo telefone⁴¹. No caso do *parlatório* de Tamara, Cátia conta que “o interfone estava quebrado e a gente tinha que gritar pra se ouvir”. Ela não teve acesso ao pátio e à visita comum sob a justificativa de que seu processo criminal seguia em

⁴⁰ No original: “*My fear of the other is transformed into the notion that the other is fearsome*”.

⁴¹ Gwénola Ricordeau (2012) trata das visitas em *parlatórios* de prisões francesas com enfoque nas relações familiares entre pessoas presas e suas famílias.

aberto, a despeito da liberdade recém adquirida, e um atestado de antecedentes criminais imaculado é obrigatório para obter a permissão de se aproximar do *preso* nas visitas às prisões. Mas Cátia continuava ligando para o diretor da unidade, argumentando que *era seu direito* visitar o marido e que entraria com um *mandado de segurança* para garantir a visita, se necessário fosse. Em relação ao seu próprio processo, ela dizia que, se algo a obrigasse a voltar à prisão, ela escreveria uma carta “de próprio punho para aquele desembargador de Brasília, o Ricardo Lewandowski. As meninas escrevem para ele e o processo começa a andar”⁴². A prisão demanda conhecimentos e acaba por ensinar como proceder em determinados casos, inclusive através dos procedimentos normativos possíveis.

Além da barraquinha na porta da prisão e do tempo em que ocupou o posto de *guia da fila* Flora já prestou outros tipos de serviços, possíveis apenas pelas suas relações cordiais com os *presos* que respondem, na prisão de Tamara, pelo *Comando* – outro nome para o PCC. Por algum tempo, Flora foi a responsável por fazer a *comida dos peregrinos*. A expressão era dita assim no contexto de Tamara, com ‘l’, e designava as refeições que entravam semanalmente na prisão e que tinham como destino os presos que estavam há mais de seis meses sem receber visitas ou mantimentos pelo correio – o *sedex*. Fabiana me explicou que “se o preso recebe um sedex que seja, ele já não pode mais [comer a comida dos *peregrinos*]”. Flora era então paga pelo *Comando* para cozinhar as refeições e garantir que elas chegassem dentro da prisão. Para tanto, era necessário mobilizar o apoio de mulheres que não carregavam consigo a cota máxima de refeições que cada visita poderia levar para dentro da prisão. Um pote de comida com uma, outro pote de comida com outra, toda a *comida dos peregrinos* entrava graças às negociações de Flora com suas conhecidas da *fila*.

Flora perdeu a feitura da *comida dos peregrinos* para outra mulher da cidade que também vendia refeições encomendadas. A despeito disso, ela continuava ajudando na distribuição das refeições entre *visitas* que ainda poderiam levar um pote ou outro de comida. O esforço para o transporte das comidas para dentro da prisão, no entanto, não era pago. Flora já não recebia o dinheiro que ganhava quando fazia ela mesma as marmitas.

⁴² A mobilização de mecanismos jurídicos para a garantia dos direitos no âmbito das prisões ocasionalmente mobiliza nomes de juristas vinculados a instâncias de decisão, como o Supremo Tribunal Federal. Cátia menciona Lewandowski; mulheres que se mobilizavam via Amparar citavam Carmen Lúcia, a presidente do STF à época (ver Capítulo III da tese).

São dois os pontos que gostaria de destacar aqui. O primeiro deles é o de que são muitas as regras que envolvem o trânsito de pessoas e de bens de fora para dentro da prisão. Essas regras são produzidas em diferentes instâncias estatais, desde a SAP até as unidades penitenciárias. Algumas das regras também têm origem entre prisioneiros reconhecidos como PCC e entre *mulheres de preso* que organizam *jumbos*, ônibus e *filas*. Não afirmo que as regras da SAP, as regras prisioneiras e as regras da *guia da fila* são equiparáveis. Afinal, a não expedição de uma carteirinha da SAP e a desobediência dos critérios do *jumbo* inviabilizam a entrada da *visita* e podem inclusive ser a justificativa na imposição de *ganchos*, ou impedimentos de entrada, por tempo indeterminado. Meu ponto é o de atentar para a existência de fluxos de regramento na entrada das prisões que são simultâneos e sobrepostos. Ainda que tenham efeitos diferentes, esses fluxos sobrepostos fazem parte da constituição da porta da prisão e da *fila*, e demandam das *visitas* uma atenção constante.

As *mulheres de preso* se movimentam por meio das regras penitenciárias que se alteram constantemente e que dependem da unidade penitenciária e das relações entre direção da unidade e *presos*. Visitar um *preso* requer dominar essas regras e entender quem pode oferecer ajuda. É certo que essas regras e procedimentos são aprendidos no próprio processo de fazer uma *visita*. As regras são aprendidas, ensinadas e discutidas na espera da *fila*. Mas a plasticidade do que é permitido e proibido, sobretudo em se tratando dos itens do *jumbo*, requer uma atenção constante que não pode ser diminuída mesmo entre as visitantes mais experientes.

O segundo ponto a ser destacado é o de que Flora e sua família – incluindo o marido, Ítalo, e a filha mais velha, Fabiana – ganham a vida com a prisão. Eles gerem a pensão, preparam refeições encomendadas, vendem comida na barraquinha da porta da prisão, transportam mulheres nos trajetos por Tamara. Eles ainda dominam as regras da administração penitenciária e conseguem garantir o transporte de alimentos através dos muros. Flora maneja, com talento, as mercadorias que tem disponíveis e que são palpáveis em diferentes níveis: há comida e há informação, há hospedagem e relações tanto com a administração penitenciária quanto com o *Comando*. Ainda que Flora não receba mais o dinheiro com a *comida dos peregrinos*, ela é fundamental para garantir o funcionamento da engrenagem, ou seja, colocar a comida para dentro.

O que parece é que não é apenas o dinheiro que está em jogo, mas também a manutenção de boas relações com o *Comando*. Pois, se é necessário fazer um *B.O.* para garantir as boas relações com a direção da penitenciária, é necessário ter atenção para se

manter em bons termos com o *Comando*. A abordagem que Venna Das (2004) propõe para pensar em "lei" ecoa nos arranjos de Flora e Ítalo para que se mantenham em boas relações com a administração prisional, por um lado, e com o PCC, por outro. A autora nos mostra que a lei se traduz, no cotidiano, através de linguagens implícitas, dúbias e permeadas por incerteza. Seguir esse caminho faz aflorar a relevância dessas linguagens – entre elas o rumor e a fofoca – como caminhos de análise. Em Das, “lei” diz respeito a

um poder distante, mas esmagador, trazido para a estrutura da vida cotidiana pela representação e performance de suas regras em formas de rumor, fofoca, deboche e representações miméticas, e também como um recurso para buscar certos direitos, embora um recurso cujo uso é repleto de incerteza e perigo (DAS, 2004:226, tradução minha)⁴³.

As relações de Flora e Ítalo em torno da prisão são atravessadas pela atenção a perigos que se aproximam e ganham corpo em rumores e desconfianças e que demandam produzir provas e mobilizar testemunhas para garantir seu lado da história e escapar de retaliações. Se as representações da lei (e de normas de conduta) aparecem em rumores, manejar essa linguagem é um modo de se manter de pé em meio aos perigos – e em meio ao poder “distante e esmagador” da lei. Na medida em que o PCC é, ao menos na retórica das pessoas com quem converso em campo, considerado como um dos elementos da gestão prisional, a sigla parece também compor esses meios de representação, materialização e performatização do poder da lei.

São constantes as tensões em torno das relações que existem através da prisão. O clima de tensão e de desconfiança – remetendo à “estrutura da paranoia” – provoca uma necessidade contínua de produção de evidências que, se necessário, podem atestar a razão em eventuais desavenças envolvendo Flora, Fabiana, Ítalo e *mulheres de preso*. Não confiar em ninguém na porta da prisão é conselho repetido a todo momento, e os rumores aparecem para justificar essa disposição de não-confiança nas pessoas que circulam nas entradas e saídas da prisão.

⁴³ No original: “(...) a distant but overwhelming power brought into the framework of everyday life by the representation and performance of its rules in modes of rumor, gossip, mockery, and mimetic representation and also as a resource for seeking certain rights, although a resource whose use is fraught with uncertainty and danger”.

Tamara em dois tempos: da cidadezinha qualquer à correria das visitas

Tamara teve sua unidade penitenciária instalada no final da década de 1990. A unidade prisional e a circulação de pessoas por ela fomentada se misturam à cidade e ao seu clima rural-interiorano. Carroças e carros dividem o espaço das ruas estreitas do centro da cidade. Na praça central onde ficam as agências bancárias, homens sentados nos bancos conversam sem pressa. A rua principal da cidade abriga dois dos supermercados que eu conheci em muitas idas e voltas com Fabiana para comprar ingredientes para as comidas. Há um terceiro supermercado em uma rua perpendicular à principal, mas algumas mercadorias estavam sempre em falta nele, e existia um quarto supermercado mais distante, possível de ir apenas quando Ítalo fazia suas *viagens* para levar as hóspedes da pensão às compras para a montagem do *jumbo*. A parte central da cidade tinha algumas lojas que vendiam roupas, produtos para casa, sorvete e açaí, uma das coisas que Fabiana mais gostava de comer. Uma das lojas, que oferecia uma miríade de itens (no estilo de uma ‘loja de 1,99’), era a preferida de Fabiana para comprar os potes plásticos que seriam utilizados para acondicionar as refeições encomendadas que depois comporiam o *jumbo* de um *preso*.

Não havia bares nessa parte central da cidade onde ficava a pensão de Flora – ou não os conheci. Meus trajetos a pé pela cidade eram quase sempre ditados pela necessidade da cozinha. Quando faltava algum ingrediente, eu saía, geralmente com Fabiana, para acompanhá-la ao mercado. Se sobrava algum tempo entre os trabalhos, tomávamos sorvete ou açaí.

Nas noites de sexta-feira havia uma feira livre na rua da pensão que enchia os quarteirões da rua com barracas, lonas e produtos variados de hortifruti, churrasquinho, pastel, bolos e biscoitos, roupas e eletrônicos. Minha impressão era a de que a cidade toda estava ali para abastecer a geladeira e o estômago enquanto a noite chegava em Tamara. As *mulheres de preso* hospedadas na pensão aproveitavam para comer algo, e eu também. Às vezes Flora pedia que eu comprasse, em meu passeio pela feira, algum produto de que ela precisava – tomates, se estivessem com um bom preço, ou cheiro verde para finalizar algum prato. Nos dias de feira as idas ao mercado e as *viagens* com a kombi ou o carro da família requeriam um manejo extra, pois a circulação de carros na rua da pensão era inviável.

Foto 2: barraca na feira de Tamara (arquivo pessoal/2015)

As noites das sextas eram sempre animadas na cozinha grande da pensão, principalmente após o fim da feira. Enquanto Flora e Fabiana seguiam no trabalho da cozinha, algumas das hóspedes se ajuntavam para conversar amparadas no balcão, sentadas nas cadeiras e no sofá que ficavam no cômodo. As preparações para as visitas e as eventuais tensões com os maridos eram temas recorrentes de conversa. Eu geralmente ficava ali até meia noite ou uma da manhã, quando a maior parte das hóspedes já tinha voltado para o quarto e tentava dormir. Flora e Fabiana, a essa hora, ainda seguiam na cozinha. A depender da quantidade de encomendas, não sobrava tempo para o sono.

O dia começava cedo aos sábados. A primeira *corrida* na perua de Ítalo costumava sair da pensão às cinco e meia e as *mulheres de preso* com *senha baixa*, ou que desejavam chegar logo à prisão, queriam estar nela. Eu acordava às cinco para também estar na primeira viagem: era o tempo de me aprontar, comer alguma coisa e conversar com Flora e Fabiana para saber se elas tinham conseguido descansar ao menos por um par de horas. Quando eu despertava, a casa estava parcialmente de pé: barulhos de chuveiro, secador de cabelo, sacos plásticos, conversas em voz baixa. Alguns quartos seguiam quietos em meio à correria mais ou menos silenciosa da madrugada. A depender do número de *senha* que se obtém na chegada à cidade, não adianta se afobar para estar às seis da manhã na porta da penitenciária. O melhor a fazer é dormir um pouco mais e seguir para a *fila* em uma das *corridas* posteriores da kombi.

O clima interiorano que a feira da sexta provocava era radicalizado na porta da prisão, a despeito da edificação ali presente. Chegávamos ainda de madrugada, entre cinco e meia e seis da manhã, na primeira *viagem*. Flora e Fabiana começavam a rapidamente montar a barraquinha: abrir três mesas de metal uma ao lado da outra, dispor sobre as mesas os potes de comida e alimentos embalados que seriam vendidos, ajeitar a caixa de isopor lotada de refrigerantes e garrafas de água.

Foto 3: produtos à venda na barraca (arquivo pessoal/2015)

Foto 4: produtos à venda na barraca (arquivo pessoal/2015)

A barraca era montada em frente à prisão, no acostamento de uma pequena rodovia que passava por ali. Havia árvores frutíferas e pasto nos arredores. Ouvíamos o barulho de vacas enquanto passávamos a manhã conversando e aguardando a entrada das *mulheres de preso*. Vez em quando, passavam alguns ônibus que transportavam trabalhadores rurais a caminho de alguma usina de cana-de-açúcar. Outras vezes, tratores e colheitadeiras enormes transitavam a caminho das plantações.

Quando já não havia mais mulheres na porta, perto de nove e meia da manhã, Flora e Fabiana começavam a desmontar a barraquinha e a guardar as coisas para voltar à pensão. Ítalo às vezes fazia parte da desmontagem, às vezes voltava para casa antes do fim da *fila* para descansar. Chegando à pensão, descarregávamos o carro e tentávamos dormir por algumas horas – até meio dia, geralmente. Após esse horário, o trabalho frenético de cozinhar recomeçava para Flora e Fabiana em meio a telefonemas com mais encomendas para o domingo, segundo e último dia de *visita*. As encomendas costumavam chegar em pedidos com diferentes origens: algumas *mulheres de preso* solicitavam os pratos na própria pensão ou na barraquinha da porta da prisão; outras preferiam ligar para Fabiana e fazer seus pedidos; ou os próprios *presos* telefonavam para pedir comidas

específicas ou até mesmo itens no *jumbo* que algum familiar levaria no dia seguinte. Essa profusão de ligações e de pedidos ao vivo era sistematizada por Fabiana, que raramente se confundia em meio aos inúmeros pratos e pessoas que manejava.

Foto 5: barraca de Flora e Fabiana (arquivo pessoal/2016)

O trabalho na cozinha só era interrompido depois das três da tarde, hora de voltar à porta da prisão para remontar a barraquinha e aguardar a saída das *visitas*, o que acontecia perto das quatro. Nesse horário da tarde, os produtos à venda respeitavam a demanda das clientes: guaranás em garrafas pequenas, fatias de pizza, salgados e bolos que as *mulheres de preso* compravam para elas mesmas ou as crianças comerem.

A desmontagem da barraquinha na saída das *visitas* nos sábados era seguida por diversas *viagens* da kombi de Ítalo até o centro de Tamara. Geralmente havia mais *mulheres de preso* com pressa de voltar do que vagas na perua, o que provocava *viagens* com mais passageiros do que bancos disponíveis na kombi e no carro da família. A superlotação dos carros era evitada em dias que se via o trânsito de viaturas policiais. Ninguém queria ser parado. A pressa das mulheres em voltar tinha relações com os horários de funcionamento dos mercados da cidade – afinal, todas queriam garantir a compra ou dos produtos para o *jumbo*, ou dos ingredientes para cozinhar a comida que levariam no domingo.

Em uma das tardes de sábado e de saída da porta da prisão, um trator que servia à colheita da cana na região de Tamara foi fundamental para nos resgatar de um literal atoleiro. Era o fim do dia de visitas e eu estava com Flora, Fabiana e Ítalo na desmontagem da barraquinha. Ambas voltaram à pensão no carro e eu acabei ficando para voltar à pensão na perua de Ítalo, junto com algumas hóspedes que queriam fazer uma parada no supermercado. Uma das mulheres que estavam nesta última *viagem* do dia viu uma mangueira carregada de frutas do outro lado da rodovia e pediu que Ítalo parasse por ali para que pudéssemos colher algumas mangas – seria coisa rápida. Ele assentiu e entrou na estrada de terra. Enquanto descíamos para pegar as frutas Ítalo seguiu pela estrada para manobrar a kombi e o carro atolou no terreno cheio de barro. Tentamos empurrar a kombi, num esforço coletivo que só resultou em mais lama, agora também nos nossos pés. Um carro parou para ajudar, mas não conseguiu tirar a perua do buraco. O atoleiro e o pasto no terreno ao lado criavam um ar bucólico até que se via o amontoado de concreto erigindo a prisão e cortando a paisagem. Todo o cenário, para mim, era repleto de um irônico estranhamento: parecia uma viagem ao campo, mas não era bem isso. A cena rural estava de certo modo deslocada ali, em meio à prisão e às relações que a tensionavam, esticando seus fios de Tamara a São Paulo, de onde se originava grande parte das mulheres e dos seus presos.

Ninguém sabia muito bem o que fazer para além de continuar tentando aproveitar a ajuda do carro, até que um trator passou pela rodovia num fim de dia de trabalho e nós conseguimos acenar e pedir ajuda. A perua finalmente foi desatolada e voltamos eu, Ítalo e as demais mulheres para a pensão. Voltamos também da aventura das mangas para a tensão daquelas relações: Flora já estava preocupada com nossa demora e ficou brava ao saber que tínhamos atolado porque Ítalo se propôs a pegar mangas para uma das hóspedes. Ela achou a hóspede *folgada*. Também se zangou pela demora porque a kombi atolada significaria mais *corridas* para ela e, consequentemente, menos tempo para tocar as demais tarefas daquele dia. A perua atolada não impediu que *mulheres de preso* ligassem solicitando o transporte do mercado da cidade até as pensões e hotéis onde se hospedavam e elas precisavam ser atendidas.

Tudo tinha de ser feito no horário apropriado. O fechamento de ao menos um dos mercados de Tamara às quatro da tarde (o mesmo horário da saída das *visitas*) demonstrava que determinados estabelecimentos não se esforçavam para ampliar a clientela – ou, ao menos, para atender a esta clientela em específico, que se esforçava para driblar os obstáculos que lhes eram colocados. Giane Silvestre (2012) conversou com

familiares de pessoas presas e comerciantes de Itirapina, interior de São Paulo, e analisa as muitas tensões que se colocam entre “moradores locais” e “familiares de presos”, considerados por alguns dos comerciantes da cidade como pessoas “estranhas e diferentes”. A fala de um comerciante mencionada no trabalho de Silvestre diz: “você não sabe se é gente de Itirapina ou não é. Então você olha pras pessoas ‘meio que’ desconfiando” (SILVESTRE, 2012:155, grifo da autora).

A relação das pessoas *da cidade* com *mulheres de preso* aparece ora flagrantemente marcada por discriminação, ora com ambivalências que consideram a perspectiva de ganhos com o “turismo penitenciário” (DE PAULA E SILVA, 2019). A pesquisa de Thamires de Paula e Silva acompanhou visitas de *familiares de preso* e conversou com políticos e comerciantes em Lavínia, município do interior de São Paulo. A cidade teve sua população dobrada com a vinda de pessoas presas para as três unidades ali instaladas entre 2002 e 2006. Na cidade, a ideia de “turismo penitenciário” é mobilizada pelos políticos e comerciantes mencionados na pesquisa – estes são tanto *da cidade* quanto pessoas que se mudaram para Lavínia justamente pelas possibilidades de negócios envolvendo *familiares de presos*. Alguns dos moradores da cidade, no entanto, responsabilizam o “turismo penitenciário” pelo aumento de preços e do custo de vida na cidade.

Nas falas de comerciantes entrevistados por De Paula e Silva, a desconfiança com *mulheres de preso* era matizada na reafirmação do caráter comercial das relações: ““não importa de onde vem o dinheiro delas, o único que faço é oferecer um serviço”” (DE PAULA E SILVA, 2019:24). Essa relativização, contudo, compõe uma perspectiva de que *mulheres de preso* parecem ser boas para comprar e ruins para conversar: segundo a autora, os moradores da cidade evitam a convivência com *mulheres de preso*. Estas, por sua vez, identificam um “excesso de vigilância” nas ruas e estabelecimentos comerciais quando circulam pela cidade. Ainda que se diga que “não importa de onde vem o dinheiro”, a identificação das mulheres com a prisão é, ao que parece, um fator de vigilância (e potencialmente de criminalização) de suas condutas.

Com efeito, algumas *mulheres de preso* com quem conversei ao longo da pesquisa descreviam as idas aos supermercados como momentos em que eram observadas de perto por seguranças. O comentário mais frequente é que a roupa as denuncia: “calça legging e chinelinho? É *mulher de preso*!”. Se é aceitável ou mesmo desejável ser encarada como uma *mulher de preso* entre as classificações que distinguem as *visitas*, a categoria quando

em relação às *peessoas da cidade* e aos comerciantes pode ser o estopim para situações de desconfiança e discriminação.

Nas noites de sábado não havia feira livre com barracas de comida. Era então possível comer na própria pensão, quando Flora e Fabiana cozinhavam comida para o jantar em meio às encomendas – cada prato muito bem servido e bastante temperado custava quinze reais. Outra opção era sair para caminhar e comer um sanduíche em uma lanchonete do centro. Eu geralmente optava pelo lanche e comia sozinha ou acompanhada por alguma hóspede que se dispunha a conversar com a *pesquisadora de São Paulo*. Já no fim da tarde do sábado uma carreta decorada com luzes coloridas e brilhantes começava seu passeio pelas ruas do centro de Tamara com música animada em seus alto-falantes. Pessoas vestidas de super-heróis, funcionários da “carreta-furacão” da cidade, dançavam no ritmo da música em volta do caminhão e convidavam os interessados, geralmente crianças e seus adultos, a passearem em um dos muitos bancos da carroceria, mediante pagamento. A carreta evoluía ao longo da noite por entre as ruas que conformavam seu circuito. Quando ouvíamos a música, corríamos para ver e rir com o espetáculo. Durante a jornada, esses momentos proporcionavam riso e relaxamento, compondo o ritmo de emoções e afetos que tornava o fim de semana exaustivo para mim.

Os domingos começavam em uma excitação que se ralentava com o correr do dia. As madrugadas de domingo eram ainda mais movimentadas na pensão: algumas *mulheres de preso* chegavam nos ônibus de *bate-volta* durante a noite e pagavam uma diária (ou parte dela) a Flora. As *bate-volta* aproveitavam para descansar um pouco da viagem antes de irem para a *fila*, ou nos sofás da sala ou em alguma cama vaga nos quartos. A disputa pelo banheiro e pelo chuveiro se acirrava ainda mais nesses momentos. A primeira *viagem* da kombi com destino à *fila* saía mais ou menos no mesmo horário do sábado, e a montagem e a desmontagem da barraquinha seguiam obedecendo as horas de entrada e de saída das *visitas*. Mas como não havia mais dias para entrada de *jumbo* e comidas na prisão, as encomendas paravam. Flora e Fabiana cozinhavam pouco aos domingos. As comidas eventualmente preparadas eram os salgados e lanches rápidos que as *mulheres de preso* comprariam na barraquinha antes de voltarem às suas cidades. Domingo, assim, era um dia em que podíamos almoçar com calma antes de voltarmos à derradeira barraquinha do fim de semana. Flora, Fabiana e Ítalo gostavam de comer num pesqueiro que ficava próximo a Tamara. Pegávamos a rodovia e depois uma estrada de terra para chegar ao restaurante que funcionava na beira de pequenas lagoas onde os mais

empolgados podiam pescar seu próprio almoço – não era o nosso caso. Comíamos uma refeição com peixe frito a tempo de voltar a Tamara e à porta da prisão.

O tempo frenético das atividades do fim de semana já se acalmava durante o dia do domingo, mas era abruptamente interrompido quando as *mulheres de preso* embarcavam em seus ônibus, na porta da prisão, para voltarem às suas cidades. Era silencioso e inquietante ver a porta da prisão vazia depois de todo o movimento do fim de semana. Eu voltava com a família para a pensão e ficava por ali até perto do horário do meu ônibus, que saía entre oito e nove da noite e chegava a São Paulo na manhã da segunda-feira. As quatro horas que separavam a saída das mulheres da minha própria saída pareciam valer por um dia inteiro.

Essa sensação das horas que demoram a passar era agudizada durante a semana em Tamara. A pensão ficava praticamente vazia. No período em que passei mais dias na cidade, a única pessoa para além de mim e da família era Vitória, que então morava na pensão em troca da ajuda com a manutenção da casa. Os primeiros dias da semana, segunda e terça, eram dedicados à faxina da casa e das cozinhas. Fabiana também aproveitava as segundas para sistematizar as encomendas recebidas e ter uma média do fluxo de dinheiro do último final de semana. Afora estas atividades diretamente relacionadas com as visitas e o final de semana, os demais dias corriam tranquilos. Nos dias da semana Flora e Fabiana também frequentavam encontros da igreja evangélica onde congregavam.

Flora seguia com afazeres domésticos e se esquivava das conversas que eu tentava ter com ela sobre suas próprias experiências de *visita*. A capacidade de Flora para me indicar pessoas, sugerir conversas e colocar assuntos que me interessavam nos diálogos travados na pensão e na fila era visível, na mesma medida, em sua rapidez para sair de conversas que a colocavam como foco. Tentei sem sucesso saber mais sobre sua própria vida e suas relações com a prisão enquanto ela visitava Ítalo. Sua maestria em manejar informações passava também por saber escapar, decidindo o que comunicava e o que guardava para si, num manejo do conhecimento e das informações que, afinal, era parte do seu trabalho cotidiano.

Como os dias de semana eram mais tranquilos, Flora e Ítalo gentilmente me convidaram para conhecer a região, algo que eles diziam que eu devia fazer desde a primeira vez que fui a Tamara: a família toda e eu entramos na kombi e viajamos por um par de horas para conhecer o rio Paraná, que marca a fronteira do estado de São Paulo

com o Mato Grosso do Sul. Passamos uma tarde na beira do rio e eles insistiram que eu ao menos pisasse – e tirasse fotos – no território do centro-oeste.

Afora nossa viagem, Fabiana e eu ficávamos conversando ou lendo juntas durante os dias – ela lia brochuras da igreja. Nos momentos em que eu queria escrever minhas anotações de campo eu dizia a elas que ia caminhar pela cidade. Fiz isso algumas vezes. Andava pela rua principal olhando o movimento de pessoas e seguia até um pequeno parque que ficava num lado mais “distante” de Tamara – entre aspas porque quase nada era efetivamente distante. O tempo custava a passar. Recebi a quinta-feira com euforia: o dia deu início à chegada das primeiras *mulheres de preso* na cidade e ao movimento das visitas. Na manhã da sexta, a calma e o tempo de cidade de interior se dissolveram em meio à correria na pensão e ao movimento de mulheres que chegavam para o fim de semana.

A apresentação sobre a cidade, os arredores da prisão e os trânsitos de *mulheres de preso* ao longo de um fim de semana de visitas permitem aqui esboçar dois pontos. O primeiro deles circunscreve Tamara como uma pequena cidade de interior de caráter eminentemente rural. A “expansão interiorizada” das prisões engolfou Tamara e outras pequenas cidades da região em uma relação de complementaridade com o urbano e sua malha carcerária (GODOI, 2017). A presença de *mulheres de preso* inaugura ideias de “turismo penitenciário” (DE PAULA E SILVA, 2019) que podem ou não ter efeitos perenes na economia das pequenas cidades que recebem unidades prisionais. Um rápido efeito, entretanto, é percebido: a extensão do crime e da criminalização sobre as pessoas “estranhas e diferentes” (SILVESTRE, 2012) que passam a frequentar as cidades para visitarem seus *presos*.

O segundo ponto é o de que o fim de semana de visitas é marcado por uma profusão de atividades, aqui apresentadas sobretudo a partir de Flora e Fabiana em seus afazeres tanto na pensão quanto na porta da prisão. A vida de ambas parece direcionada pela prisão e sua dinâmica de visitas, uma vez que há um notório corte entre o tempo da semana e o tempo da visita. Neste, quase não há espaço para nada além da cozinha, das viagens, das conversas com as hóspedes e das negociações comerciais em torno da prisão.

Encontros religiosos através da prisão

As poucas pessoas que conheci através de Flora e que eram *da cidade*, ou seja, que não eram *mulheres de preso* hospedadas na pensão, ou trabalhavam nas usinas, ou

eram agentes penitenciários de unidades prisionais da região. Uma dessas pessoas vivia próxima da pensão e vendia salgados congelados a Flora e Fabiana, que os fritavam para vender a outras pessoas na fila. Sua filha, amiga de Fabiana, trabalhava como agente penitenciária em uma cidade próxima; seu filho trabalhava na usina. A princípio, a convivência de Flora e Fabiana com uma agente penitenciária me pareceu algo estranho, uma vez que há evitação – ou mesmo proscrição – de relações amistosas entre agentes e pessoas presas, incluindo seus familiares. Entendi que essa aproximação se deu através da igreja que Flora frequentava. Este tópico trata do pertencimento religioso de Flora e de suas conexões com a vida em torno da prisão⁴⁴.

Flora e Fabiana participavam de cultos e encontros de uma igreja evangélica neopentecostal que se localizava próxima à pensão. Uma das poucas informações pessoais que Flora dividiu em nossas conversas foi a de que ela frequentava igrejas desde a juventude, passando por algumas denominações religiosas antes de chegar à igreja onde congregava no período da pesquisa. Fabiana costumava participar das atividades religiosas com a mãe, assim como Fernanda, a filha mais nova – que geralmente ia aos encontros religiosos dos adolescentes. Ítalo era o único da família que não frequentava a igreja, a despeito das insistências de Flora para que ele a acompanhasse aos cultos. Se algumas pesquisas sobre famílias indicam que cabe às mulheres ser as guardiãs da moral (FONSECA, 2000; SARTI, 2005), a presença da família na igreja era projeto e esforço de Flora.

O pertencimento religioso de Flora e Fabiana as informava a respeito de temas diversos, inclusive sobre gênero e sexualidade⁴⁵. A igreja parecia também mediar relações que em outros contextos seriam interditas, como aquelas entre *familiares de presos* e/ou pessoas que passaram pelas prisões e os funcionários de instituições prisionais. Em outros lugares, e mesmo na *fila* em Tamara, o diálogo tolerado entre *familiares* e agentes era o mais breve possível; na vida comunitária de Flora e Fabiana, outras formas de relação apareciam, sempre mediadas pela igreja. Algumas atividades religiosas de Flora

⁴⁴ Trato o pertencimento religioso de Flora e suas conexões com a vida em torno da prisão reconhecendo que religião não consiste no objeto de meu trabalho. Há um conjunto de contribuições que não exploro diretamente neste item, mas que colaboram para uma discussão sobre as conexões entre crime e religião. Ver: Birman e Machado, 2012; Cunha, 2014; Machado, 2017.

⁴⁵ No início do segundo capítulo da tese, apresento como certos olhares a respeito de gênero e sexualidade apresentados por Flora tornaram-se o estopim de “problemas de gênero” em campo que fizeram parte das relações que estabeleci com a família dona da pensão e com *mulheres de preso*.

e seus momentos de oração faziam parte do seu cotidiano sem excluir a prisão. Ao contrário, a religião aprofundava certas experiências prisionais e tensionava outras.

O primeiro caso é a citada amizade de Flora e Fabiana com uma agente penitenciária. Ainda que a agente atuasse em uma unidade prisional situada em outro município, tal amizade não seria bem vista por pares de nenhuma das partes. De todo modo, Flora sabia sobre as interdições de relações entre agentes e *familiares*. Quando me contou que o pastor da igreja que elas frequentavam era ele mesmo um agente penitenciário, ela completou a informação: “mas é ótima pessoa”. A conjunção adversativa de seu comentário indica o contraste que ela percebe na convivência que poderia parecer perigosa em outros contextos que não o da igreja.

A religião não promove apenas encontros entre agentes e familiares; ela também proporciona encontros com pessoas que vivem o cotidiano da prisão e das *visitas*. Nas orações e momentos de culto, participantes comentam a prisão e o “mundo do crime” (RAMALHO 2008 [1979]; FELTRAN, 2011a) a partir de suas experiências com a privação de liberdade, vividas na própria pele ou acompanhando filhos e maridos. Na visita que acompanhei à casa de uma *missionária* que tem *o dom da clarividência*, a prisão foi assunto no bate-papo inicial e nas orações. Na roda de oração ocorrida em um sábado à noite na pensão, a prisão e o sucesso nas visitas foram questões abarcadas nas falas do casal de pastores.

“Aqui é o começo da cidade ou o fim, depende do ponto de vista”. Flora me explicou assim a região da cidade aonde chegamos para ir à casa da *missionária*, que morava em um bairro no *subúrbio* de Tamara, o mesmo onde, segundo Flora, as *mulheres de preso* que se mudam para a cidade procuram casa para morar. O bairro de fato conforma as franjas da cidade, ficando a mais ou menos meia hora de caminhada da região mais central de Tamara. Fomos de carro e chegamos em dez minutos. Flora me explicou que morar ali é mais barato, mas é também mais *visado* pela polícia⁴⁶. Os episódios de perseguição a *mulheres de preso*, afinal, não se restringem à vigilância extra nos supermercados.

⁴⁶ A pesquisa de Giane Silvestre, Maria Carolina Schlittler e Jaqueline Sinhoretto a respeito da atividade policial aponta que a presença policial em bairros considerados “periféricos” é muito maior do que nos bairros mais centrais. Um dos esforços das autoras é o de provocar se os maiores índices de criminalidade encontrados em bairros periféricos não são justamente um efeito da maior vigilância nesses territórios. Essa seletividade desde a atividade policial seria uma parte dos processos de racialização que operam criminalizando grupos sociais específicos. Ver: Sinhoretto, Silvestre e Schlittler, 2014.

A *missionária* nos recebeu em sua casa. Nós nos sentamos na garagem, junto com a *missionária* e com um de seus netos, uma criança. Flora conduziu a conversa, pois conhecia a *missionária* e sabia que novidades perguntar. A *missionária* disse que andava cansada: a vida estava cheia das *armadilhas de Satanás*. Ela então deu notícias sobre a filha, que estava presa. Disse que a filha logo sairia da prisão, pois estava prestes a conseguir a progressão de pena para o regime semiaberto⁴⁷. Ainda que a vida na prisão e seus perigos representassem algumas das possíveis *armadilhas de Satanás*, as perspectivas da *missionária* em relação à situação da filha eram boas.

Ela então nos convidou para ir à sala da casa, onde começaríamos a oração. A sala era pequena e acomodava sofá, um móvel que amparava a televisão e um aparelho de som, e enfeites pendurados na parede. Uma música gospel saía das caixas de som e a *missionária* aumentou o volume enquanto nos preparávamos para a oração. Estávamos eu, Flora, Fabiana, Fernanda – a filha mais nova de Flora – e mais duas mulheres que se hospedavam na pensão naquele dia, Vitória e Alessandra. Todas ficamos de pé e dispostas em roda. A *missionária* se manteve dentro da roda, passando por uma mulher de cada vez. Uma a uma, ela fazia uma oração pedindo graças ao que sua *clarividência* sugeria – ninguém mencionou de antemão o que as levava ali. A música continuava a sair da caixa de som e a entrar em nossos ouvidos junto com as palavras da *missionária*. Duas camadas de som materializavam a cena. Parada em frente a uma das participantes, a *missionária* pediu “que a sua vida de sofrimento acabe e que Jesus entre em seu coração”. Quando falou à outra, pediu “que Jesus te livre do olho gordo e dos invejosos”, completando que orava também pela continuidade de seu casamento. “Que Jesus tire toda angústia e depressão do seu coração”. A cadência de sua voz se misturava à música gospel. Durante as orações individuais, algumas das participantes choravam. Eu também me comovi.

Sufrimento, olho gordo e invejosos, angústia e depressão – as palavras mobilizadas pela *missionária* em suas orações remetiam a palavras que apareciam nas falas e preocupações de *mulheres de preso* com quem conversei ao longo da pesquisa. Em meio às palavras que tocavam nas dores de outras, a *missionária* também falou sobre suas próprias dores: “é preciso muita oração. Eu tô com minha filha presa há um ano e desde então eu oro sem parar, ajoelhada, para que ela saia”. Ela tanto sabia sobre o *sofrimento de mulheres de preso* talvez por tê-los vivido em sua própria família. A oração

⁴⁷ O regime semiaberto permite que a pessoa presa saia da unidade prisional para trabalhar durante o dia e regresse à unidade para dormir. A possibilidade de passar o dia fora da prisão depende, portanto, de encontrar trabalho.

chegou ao fim com a leitura de um salmo enquanto a música prosseguia e a *missionária* dizia algumas palavras. “Que o retorno para casa seja bom”. Três camadas de vozes em oração concluíram o momento.

A *missionária* não foi a única religiosa com relações *familiares* com a prisão durante o período da pesquisa. Em uma de minhas visitas a Tamara, Flora contou que esperava pela vinda de um casal de pastores para uma oração na pensão. Assim como a *missionária*, o casal de pastores também tinha um filho preso. Flora esperou que eles viessem mais cedo durante o sábado, o dia mais agitado na pensão. O pastor e a esposa chegaram quando Flora estava cozinhando parte das encomendas que entregaria no dia seguinte, na porta da prisão. A visita esperada chegou num momento inesperado.

Ela interrompeu seu trabalho e andou pela casa convocando participantes para a oração que aconteceria na sala da pensão. Flora chamou as filhas e Ítalo; as meninas vieram, ele não veio. Algumas *mulheres de preso* atenderam ao convite e entraram na roda – nos moldes da visita à *missionária*, todas ficamos de pé. Outras se sentaram nos sofás do cômodo para acompanhar a oração sem tomar parte nela. Algumas hóspedes não foram. Continuaram em suas conversas e afazeres nos quartos, na cozinha, no alpendre da casa. A oração, que foi breve, contou com falas do pastor e da pastora, que pediram pelas participantes da roda e por seus *presos*. A contribuição da pastora ainda indicou que a prisão não é algo encarado como essencialmente ruim na vida de alguém: “meu filho foi preso para não morrer na rua”. É evidente que a frase poderia ser uma narrativa de alento às mulheres que congregavam naquela sala e que poderiam perceber a situação de seus *presos* como um *livramento* de situações piores ou mais permanentes. Ao mesmo tempo, a fala da pastora e mãe dá ensejo à possibilidade de que em certos contextos estar preso é visto como uma saída menos pior diante de possibilidades mais trágicas⁴⁸.

Ainda que os momentos religiosos envolvendo a pensão sejam breves neste capítulo, eles trazem informações relevantes. A igreja conforma um importante campo de relações para Flora. As situações envolvendo orações, *missionárias* e *pastores* nos ajudam a circunscrever alguns dos repertórios que circulam pela pensão e que fazem parte de sua vida em Tamara. Os momentos de oração elaboram na forma das orações alguns elementos da vida em torno das prisões e apresentam modos de encarar relações que se

⁴⁸ A pastora que foi à pensão naquele dia consistiu numa das poucas *mães* que encontrei no contexto da pesquisa em Tamara. É possível que a *fila* tivesse diversas mães a cada fim de semana de visitas; a pensão e a barraquinha de Flora, no entanto, recebiam sobretudo *mulheres de preso*. O capítulo III desta tese é dedicado à atuação de *mães* no ativismo em torno das prisões. Nesse contexto, há momentos em que se escuta falas como a da pastora de que a prisão é o que salvou/salva o filho da morte.

fazem ou se reconfiguram a partir da instituição. Em outras palavras, as pregações oferecem chaves de entendimento para um mundo que é atravessado pela prisão. Os perigos do *olho gordo* e da *inveja*, mencionados em uma oração, aludem a riscos que usualmente são creditados à porta da prisão e à convivência em meio a *mulheres de preso*. Relembro que não confiar em ninguém é conselho repetido a todo momento. Longe de se opor à vida em torno das prisões, as falas de religiosos dão consequência para eventos e temores ocorridos em meio à pensão, à fila, à visita. Elas também renovam um sentimento de esperança.

A religião e a participação em momentos de oração reiteram o que se escuta e o que se vive na prisão, mas também os excedem. A presença de Flora na igreja permite a ela tensionar certos lugares e interdições relacionadas à vida nas prisões, como em sua aproximação com agentes penitenciários. Talvez essas ligações fossem menos possíveis em contextos diferentes de Tamara, uma cidade pequena. Essas conexões com agentes, porém, não livram a família de Flora de situações difíceis relacionadas à prisão, como com a polícia. O próximo tópico será dedicado a apresentar momentos em que a criminalização de *mulheres de preso* se expande também para o espaço da pensão e para a família de Flora.

Rumores de corres, batidas policiais e moralidades em jogo

Apresento, neste tópico, uma discussão em torno do *corre*, o termo que circula nos contextos da *fila* e da pensão de Flora para designar ações, consideradas ilegais, que envolvem o transporte de objetos e mercadorias de fora para dentro das prisões⁴⁹. Múltiplas narrativas sobre *corres* eram frequentes nas conversas entre *mulheres de preso* que acompanhei na pensão e na *fila*. As histórias geralmente envolviam suspeitas sobre quem fazia ou não os *corres* e se suas motivações seriam justas. As motivações eram variadas e geralmente envolviam ganhos financeiros e/ou a lealdade de *mulheres de preso* a seus *presos*.

O que se falava a respeito do tema englobava os efeitos que suspeitas e denúncias relativas a *corres* produziam entre todas as *visitas*: os *corres* (ou a possibilidade de que

⁴⁹ A suspeita de que familiares de presos levam objetos escondidos em suas cavidades corporais para dentro das prisões dá ensejo a práticas como a revista *íntima/vexatória*. Vale ressaltar que uma ínfima parcela de visitantes é flagrada com objetos proibidos/ilegais nas revistas corporais (ver discussão no capítulo IV da tese).

existissem) eram frequentemente localizados como chave de entendimento para justificar dias de visita com revistas *íntimas/vexatórias* mais agressivas e *batidas policiais* – ocorridas em espaços frequentados por *mulheres de preso* ou mesmo na própria *fila*. Quando estes eventos ocorriam, os rumores sobre os *corres* eram nutridos com rumores sobre delações: quem, afinal, avisou a polícia que determinada mulher carregava coisas consigo?

Ao olhar para a *fila*, algumas *mulheres de preso* diziam: “aqui, 90% faz corre”. A afirmação categórica geralmente vinha acompanhada de narrativas sobre as preparações para os *corres*, que ocupariam parte da rotina do fim de semana das mulheres que alegadamente os faziam. O temor de ser pega na porta da prisão ou na revista *íntima/vexatória* era também um tema de conversas, assim como a mobilização de orações para que o *corre* desse certo. Havia discussões entre *mulheres de preso* e *presos* tendo os *corres* como evento disparador.

As narrativas sobre *corres* e as consequentes avaliações sobre quem fazia, o que fazia e quem denunciava apareciam nas conversas como boatos ou rumores – histórias sem autoria que, por sua vez, ofereciam um léxico para descrever, entender e justificar relações que envolviam *mulheres de preso*, seus *presos* e a própria administração prisional.

Antes de seguir com as histórias de *corres* e os rumores sobre as *mulheres de preso* que o fazem, advirto que não me interessa se as mulheres com quem conversei efetivamente se envolviam ou não no transporte de objetos através das prisões. Ao longo de toda a pesquisa, não procurei saber sobre situações concretas relacionadas a isso por uma razão: a criminalização dessas mulheres e de suas relações costuradas através das prisões já é parte de suas vidas e a reflexão que produzo não se propõe a incorrer nessa mesma criminalização. Falar dos *corres*, portanto, mais do que enfocar sujeitos específicos, tem o propósito de apresentar histórias que oferecem sentidos para tensões que permeiam a pensão, a *fila*, a prisão e as relações de *mulheres de preso*.

Em novembro de 2016, Flora me enviou uma mensagem contando que Andressa estava presa. Conheci Andressa algumas semanas antes da mensagem de Flora em um dos finais de semana de visitas. Conversei bastante com ela, que estava há dez dias na pensão⁵⁰. Ela chegara para visitar o marido, mas acabou ficando para *passar a semana* e pensava em continuar em Tamara durante mais um tempo.

⁵⁰ Exploro parte das conversas que tive com Andressa e os efeitos de sua prisão no próximo capítulo.

Andressa não era a primeira a viver na pensão. Desde o início da pesquisa, conheci algumas *mulheres de preso* que moravam com a família de Flora e negociavam sua hospedagem com trabalho doméstico – como já mencionado, ajudando na preparação das refeições e colaborando com a limpeza da casa. Geralmente, as histórias começavam com uma rápida afeição entre Flora, Fabiana e essas hóspedes e envolviam alguma desavença que acabava por encerrar o acordo. As desavenças que acompanhei foram motivadas por razões distintas: em um caso, a mulher foi embora e nunca mais deu notícias; em outro, a mulher saiu devendo dinheiro às donas da pensão e não fez menção de pagar; num terceiro caso, Flora e Fabiana descobriram que a mulher era *garota de programa* e romperam vínculos com ela. Fabiana parecia sentir falta das mulheres que passavam por lá, ficavam e partiam. Como bem notou uma dessas, a já mencionada Vitória, as únicas amigas que Fabiana tinha eram as mulheres que passavam pela pensão e aquelas que ela conhecia na porta da prisão. Ainda que Fabiana convivesse com outras pessoas nas atividades da igreja, eram as *mulheres de preso* que faziam parte de sua convivência mais cotidiana.

O evento que culminou na prisão de Andressa me foi contado em detalhes por Flora quando fui a Tamara no final daquele ano: a polícia fez uma *batida* na pensão em uma noite de sábado – vale lembrar, um dos momentos em que a pensão está cheia e sua dona está em meio ao preparo das encomendas. Andressa foi presa naquele dia acusada de portar *drogas*⁵¹. O rumor que se espalhou, primeiro na pensão e depois na *fila*, foi o de que Andressa fazia *corre*, ou seja, envolvia-se no transporte de mercadorias ilegais ou proibidas dentro da prisão. Seu nome não era o único que circulava nos rumores sobre mulheres que faziam *corres*. As histórias contadas também diziam que Andressa tampouco era a única *do corre* presente na pensão no fatídico dia da *batida*.

A gente estava na cozinha e o portão só estava encostado. Eles entraram umas onze e só foram embora às duas da manhã, e a gente cheia de encomenda pra fazer... (Fala de Flora anotada em diário de campo, dezembro de 2016).

Flora contou que ela e outras hóspedes viram o *tático* rondando o quarteirão da pensão durante o dia daquele sábado. À noite, os policiais entraram na pensão sem aviso prévio, com fuzis na mão, e *mandaram* as mulheres chamarem Ítalo, que já estava dormindo. Revistaram a casa toda. “Tinha até cachorro!”. Flora já conhecia aqueles

⁵¹ *Droga(s)* é o conceito operativo utilizado pelas pessoas com quem conversei em Tamara para mencionar substâncias psicoativas que alegadamente circulam de fora para dentro da prisão. Explico o termo porque não quero tratá-lo como autoevidente, tampouco reiterar o discurso jurídico-legal que acusa de “tráfico de drogas” pessoas presas nos arredores da prisão e da *fila*.

policiais, pois o mesmo grupo foi responsável pela detenção de Ítalo, seu marido, em sua passagem pela prisão em 2014. Um dos policiais, inclusive, não entrou na casa e aguardou a operação do lado de fora: Ítalo tinha uma *ordem de restrição* contra esse policial, que o agrediu na ocasião de sua prisão. Essa *ordem de restrição* soma-se ao boletim de ocorrência anteriormente mencionado como indicações de que Ítalo se utiliza de aparatos jurídicos e policiais a despeito (ou em decorrência) de ter passado alguns anos de sua vida privado de liberdade por aparatos muito similares. Esses documentos (B.O. e ordens judiciais) eram acionados por ele para salvaguardar sua reputação e sua integridade física.

Naquele dia, houve a impressão de que os policiais queriam incriminar Fabiana, filha mais velha de Flora, durante a *batida*. A suspeita se embasava em dois fatores, sendo um deles a palavra de uma das hóspedes, de que viu um dos policiais guardando um pacote na farda – elas não sabiam do que se tratava o pacote, mas suspeitavam que poderia ser algo que incriminasse Fabiana. O segundo fator que causava suspeição era a própria atitude dos policiais: eles queriam que Fabiana ficasse dentro da casa com apenas outra hóspede, enquanto todas as demais mulheres esperavam na cozinha. Flora protestou, mas acha que Fabiana só se livrou de um possível flagrante plantado porque os policiais notaram câmeras espalhadas pela casa. Eles chegaram a perguntar das câmeras para Flora. “Eu falei pra ela [Fabiana] tomar cuidado com o telefone, com os favores que ela faz, porque eles estão de olho nela”. A preocupação de Flora se fiava nas conversas que Fabiana tinha, via telefone, com *presos*. As conversas tratavam de encomendas de refeições e arranjos para que os pratos chegassem aos destinatários nos pavilhões da prisão. O medo de Flora era o de que as conversas implicassem Fabiana de outras formas, ou que a filha fosse acusada de mediar conversas entre *presos* e mulheres que faziam *corres*.

Fabiana se livrou de eventuais implicações naquela *batida policial*, mas Andressa não. Os cachorros que acompanhavam os policiais delataram uma porção de *droga* escondida dentro do colchão em que Andressa dormia. Os breves momentos de indeterminação sobre de quem era a porção foram tensos. Flora e Fabiana tinham medo de ser acusadas pois, no fim das contas, a *droga* estava na pensão delas. Mas Andressa *assumiu o B.O.*, reconheceu que a *droga* era dela.

A ação de *assumir o B.O.* é esperada. As mulheres que não o fazem correm o risco de serem *cobradas* por isso em conversas posteriores que envolvem as pessoas que decidiram cobrá-las e integrantes do PCC responsáveis pelos entreveros ocorridos em torno da penitenciária de Tamara.

Uma das mulheres que dividia o quarto com Andressa e que não faz *corre* (*até onde eu sei*, diz Flora), estava na pensão quando Flora me contou sobre a batida e me disse: “eu sabia que ela fazia [*corre*], mas não fiquei preocupada em dividir o quarto. Porque é assim: se você faz, você tem que assumir. Porque se você joga a culpa em outra pessoa isso vai ser cobrado depois, entendeu?” (Trecho de diário de campo, dezembro de 2016).

O tempo entre um flagrante e *assumir o B.O.* é carregado de tensão, pois há sempre a possibilidade de a pessoa não chamar a responsabilidade para si. Daí o medo de Flora e Fabiana em relação ao que seria encontrado na batida policial na pensão e sobre quem assumiria a responsabilidade, daí o medo que elas diziam ter quando alguma hóspede era apontada por outras como alguém que fazia *corre* ou que era *descuidada com seus corres*.

Certas desavenças entre Flora e algumas hóspedes tinham essas acusações como estopim. Em um final de semana Flora reclamou de uma hóspede dizendo que ela era *folgada*. Quando a mulher chegava à cozinha da casa para falar sobre qualquer coisa, Flora respondia rápido, já encerrando o assunto. Ela não queria papo com aquela *mulher de preso*. No sábado à noite, a tensão entre Flora e a hóspede teve uma escalada: a dona da pensão ouviu de outra mulher que a hóspede *folgada* estava embalando seus *corres* no quarto, na frente das outras mulheres que compartilhavam o dormitório. Flora ficou possessa e foi para o quarto brigar com a hóspede. Voltou para a cozinha seguida da mulher, e a discussão continuou. Flora pegou seu celular e ligou para o marido da hóspede – o *dentro* da prisão entrou no entrevero. Pelo celular, ou *radinho*, Flora contou sua versão da história e, ao longo do fim de semana, ambas conversaram entre si e pelo celular, com os *presos*, para chegarem a uma conclusão sobre a discussão⁵². O estopim da briga foi o descuido da mulher em revelar seu *corre* sem se preocupar com as demais hóspedes e com a pensão, que poderiam ser incriminadas.

As histórias sobre a noite da *batida policial* também diziam que uma mulher que tinha drogas consigo conseguiu passar despercebida pelos policiais e pelos cachorros delatores. Contavam que ela escondeu o pacote potencialmente incriminador em seu corpo e segurou o filho pequeno no colo durante todo o tempo em que os policiais estiveram na casa. Flora dizia não saber como os cachorros não notaram, mas completou a história: “ela já escapou de várias por pouco. Uma hora ela vai cair”.

⁵² Vale lembrar que o uso de aparelhos celulares é proibido no interior das unidades penitenciárias. O uso e a naturalidade com a qual se trata esse mesmo uso são dois outros fatores que nos ajudam a implodir a ideia de que a prisão é uma instituição capaz de impedir a comunicação entre dentro e fora de seus muros.

É importante lembrar que a pensão é a casa da família de Flora. E, ainda que não seja a casa das mulheres que passam por ali, a pensão não deixa de ser um espaço doméstico, íntimo. As histórias sobre a batida indicam que é no espaço da intimidade – no colchão, entre o próprio corpo e o do filho – que as mulheres escondem seus *corres*. Esse espaço da intimidade, no entanto, não está seguro das violações da polícia que chega sem tocar a campainha, *manda* as mulheres acordarem o único homem presente na casa e devassam os cantos mais recônditos dos quartos em busca de evidências que incriminem *mulheres de preso*. Desvelam-se também, nessas ocasiões, certa “intimidade” – indesejada, por certo – entre as pessoas cujas vidas são atravessadas pela prisão e os agentes policiais, que cruzaram os caminhos de Ítalo em situações anteriores. Ainda, esses atravessamentos conectam-se também a outros momentos, dos quais o revirar das comidas do *jumbo* e a revista dos corpos são exemplares, como reiteradamente mostra-se nesta tese.

Quando o *tático* terminou de vasculhar a casa, os policiais trouxeram um documento para que Flora e Ítalo assinassem.

Flora: O papel fala que a gente autorizou a entrada deles em casa.

Natália: Você assinou?

Flora: Eu assinei. O que eu ia fazer? O Ítalo disse que não ia assinar, mas eu assinei.

(Anotação de diálogo com Flora, dezembro de 2016)

O *papel* que Flora assinou devia ser o documento de “entrada franqueada”, comum em invasões perpetradas pela polícia sob a justificativa de investigação de tráfico de drogas. O trabalho de Maria Gorete Marques de Jesus (2016) analisa processos judiciais de prisões por tráfico e argumenta que a “entrada franqueada” é um instrumento que a polícia utiliza para prescindir de mandados judiciais que permitiriam a entrada nas casas das pessoas tidas como suspeitas. O caráter coercitivo do documento, todavia, não costuma ser indicado nas prisões resultantes de “entradas franqueadas”. Flora assinou o *papel*, pois sabia que a recusa seria atitude potencialmente disparadora de (mais) violações por parte dos policiais.

Eu ainda conversava com Flora sobre a batida quando Ítalo apareceu e se juntou à conversa. Ele perguntou se Flora me contara que a polícia tinha ido à pensão. Assenti. Ele disse então que devia ter “mais coisa nessa história”, que algo deveria estar por trás da invasão policial na pensão. Sua suspeita era a de que Andressa já devia ter sido pega antes mesmo da *batida* e fez algum acordo para os policiais “levarem mais gente”. A

visita da polícia, em sua opinião, não era casual. Na busca por sentidos e justificativas para um episódio de invasão, Ítalo retomou a contínua sensação de desconfiança que circula na pensão e na porta da prisão.

As suspeitas, os potenciais descuidos de *mulheres de preso* e as atuações possíveis diante da presença da polícia não são os únicos elementos disparados pelos rumores de *corres* em Tamara. Se os modos pelos quais uma mulher prepara seu *corre* são objeto de reflexão e tensionamentos, os porquês de fazer um *corre* também entram em discussão. Flora tinha opiniões distintas sobre algumas das mulheres apontadas nas histórias de *corres*. Suas motivações, o contexto em que aconteciam e as mercadorias transportadas eram aspectos que importavam para que Flora classificasse mulheres a partir de parâmetros morais que diziam sobre seus posicionamentos em relação aos *presos* e também em relação a outras *mulheres de preso*.

A primeira dessas mulheres era Marcia. Em quase todos os fins de semana em que fui a Tamara, ela estava na pensão de Flora. Marcia vivia em São Paulo e de fato visitava seu marido todos os finais de semana. Flora me dizia que também em todo final de semana ela percebia uma mesma tensão: Marcia não queria levar coisas para o marido, mas ele a obrigava. Para Flora, Marcia ou devia *abandonar* o marido, ou ao menos bancar sua decisão de não fazer *corre*. A situação da mulher, no entanto, tinha fatores complicadores identificados pela dona da pensão. O primeiro deles era que Marcia “não faz nada e é sustentada pelo marido” e não estaria em posição de negar o *corre* justamente por depender dele. O segundo fator, segundo Flora, estava relacionado à necessidade de manter a palavra: dizer que vai fazer uma coisa implica realmente fazer. Nesse sentido, não seria aceitável comprometer-se com um *corre* em São Paulo e desistir de fazê-lo na véspera da visita, já na cidade da prisão. Flora considerava Marcia relativamente culpada pela sua posição, mas não sabia “como ela aguenta”. Em meio às explicações sobre a complexidade da situação, Flora contou que escutou algo que a espantou: em uma das muitas ligações entre Marcia e o *preso* nas negociações sobre fazer ou não o *corre*, ele disse à esposa, aos gritos, “você não é minha mulher, você é meu esquema!”.

A segunda mulher era Aline⁵³. Quando a conheci, ela frequentava a pensão já há algum tempo e era amiga de Flora e de Fabiana. O marido estava preso em Tamara e ela mesma já esteve presa durante algum tempo. Em uma de suas visitas ao marido, o detector

⁵³ Aline é parte de uma situação de campo apresentada no próximo capítulo que discute algumas tensões em campo envolvendo a prisão de mulheres e o *perigo* de *virar sapatão* na prisão.

de metais *apitou* e ela foi impedida de entrar na prisão. Como isso já ocorrera em um dia de visita anterior, Aline acabou por *tomar um gancho* de seis meses, ou seja, a administração do presídio a proibiu de voltar para visitar o marido durante esse período. Assim que foi impedida de entrar, Aline voltou à barraquinha de Flora e Fabiana para esperar uma carona até o centro de Tamara. Ficamos conversando, fumando e ouvindo música enquanto esperávamos a hora de a barraca ser desmontada. Ao longo da conversa, ela disse, meio falando para si, “vou ter que voltar pras faxinas”. Aline já mencionara, em outros momentos, que trabalhava como faxineira e que, com a *crise*, o trabalho diminuiu: as patroas “não abriam mão do cabeleireiro”, mas dispensavam a faxina. Com menos dinheiro, ela montava o *jumbo* do marido com mais dificuldade.

A frase dita em voz alta sobre “voltar pras faxinas” fazia coro com histórias que circulavam sobre Aline e sua provável implicação com *corres*. Se ela efetivamente fazia, o *gancho* de seis meses demandaria uma paralisação de suas atividades pelo mesmo período e a obrigaria, assim, a buscar outros caminhos para conseguir dinheiro. Ainda que estivesse impedida de entrar, era muito provável que Aline mobilizaria esforços para continuar mandando *jumbo* ao marido – fosse pela ajuda de outras *mulheres de preso*, fosse via *sedex*. Os gastos com a prisão seguiriam a despeito da inviabilização dos possíveis *corres* e de sua remuneração.

Os *corres* abrem caminhos para abordar possibilidades de atuação e seus limites em torno da prisão – limites provocados pela instituição e pelos *presos*. As histórias sobre os *corres* que as mulheres contam indicam que existem moralidades em jogo. Marcia e Aline eram mulheres de preso associadas ao *corre* e respondiam a isso de modos distintos. Flora cristalizava essas distinções em suas próprias avaliações sobre ambas. A primeira inspirava algum nível de compaixão. Mas a situação considerada sem saída na qual Marcia se encontrava era lida por Flora como algo que Marcia impunha a si – por “não fazer nada” e depender financeiramente do marido e, ainda, por se comprometer com algo sabendo que acabaria querendo voltar atrás no compromisso assumido.

O que se dizia era que Aline fazia alguns *corres* para ganhar dinheiro. Em relação a isso não havia por parte de Flora um julgamento moral – a atividade tornava-se, nesse contexto, um tipo de trabalho eventual que outras mulheres também faziam. Tomar parte em atividades consideradas criminosas em situações eventuais, na condição de um “bico”, aponta para a possibilidade de se envolver com o “mundo do crime” desde diferentes níveis: uma espécie de “prestação de serviço” é diferente de um envolvimento mais aprofundado com práticas consideradas ilegais. Ao mesmo tempo, a classificação de um

corre como um tipo de trabalho diz sobre as fronteiras tênues entre legal e ilegal, lícito e ilícito (TELLES, 2010; 2009).

Nas narrativas sobre os *corres* que eram encarados como trabalho, as conversas geralmente atentavam para o que era levado para dentro da prisão. Fulana de tal “só leva radinho [celular], nunca levou droga!”. Essa distinção era reafirmada por diversas mulheres e aludia ao entendimento de que celular é mercadoria mais aceitável para transportar do que substâncias enquadradas como *droga*. Os celulares, afinal, permitem que uma *mulher de preso* se comunique com *o preso*.

Um último ponto relacionado aos *corres* diz respeito aos limites impostos pela instituição prisional que têm efeitos diversos na vida das mulheres, pois envolvem o risco de serem aprisionadas, mas não só. Essas mulheres se arriscam ao próprio encarceramento se flagradas no trajeto entre a *fila* e o pavilhão que visitam. Ainda, a alegada entrada de celulares e drogas por meio de visitas é a principal justificativa mobilizada pela administração prisional para a revista *íntima/vexatória* e a instalação de *scanners corporais* nas entradas de prisões. Ou seja, a possibilidade de as *visitas* transportarem objetos e mercadorias é o argumento que sustenta práticas que devassam seus corpos, ainda que as informações da própria SAP revelem que é ínfima a quantidade de apreensões de drogas e celulares em cavidades corporais de visitas⁵⁴.

Quando o detector de metais *apita* e as impede de entrar em um dia de *visita*, elas estão sujeitas ao *gancho*, uma sanção que proíbe que elas voltem a visitar por um período determinado, como dito. O risco de *tomarem um gancho* também inclui o risco do fim de seus relacionamentos. Flora menciona, sempre que conversamos sobre o tema, que “os homens arrumam outra” quando a mulher recebe um *gancho* que a impede de entrar na penitenciária por período prolongado. Seja pelo *jumbo*, pelos *corres* ou pelos afetos envolvidos na visita, *tomar um gancho* de seis meses ou mais coloca em risco o relacionamento através da prisão. Nesse contexto, a fala do marido de Marcia – “você não é minha mulher, você é meu esquema” – ganha outros contornos.

As histórias sobre os *corres* oferecem um repertório que é mobilizado na pensão e na *fila*, envolvendo *mulheres de preso*, suas condutas e suas relações com as demais mulheres, mas também com seus *presos*. Os *corres* permeiam a avaliação de condutas na pensão e na *fila* e a produção de diferenças entre mulheres – seja diferenciando-as entre

⁵⁴ Dados obtidos pela Defensoria Pública de São Paulo junto à SAP indicam que duas revistas em cada dez mil realizadas encontram objetos proibidos. Ver o capítulo IV desta tese.

quem faz e quem não faz; estabelecendo quem é cuidadosa e quem é *descuidada*; discriminando as mercadorias potencialmente transportadas entre mais e menos prejudiciais; justificando os *corres* para conseguir dinheiro ou manter as relações com os *presos* em bons termos. Localizo essa produção em torno de histórias de *corres* como um dos agenciamentos existentes através da prisão, algo que é mobilizado nas falas de mulheres para descrever, diferenciar e estabelecer condutas mais e menos aceitáveis na pensão e na *fila*.

Ao mesmo tempo em que o *corre* é ponto de referência para a produção de diferenças, as suspeitas em torno da prática tornam-se justificativas para vasculhamentos e devassa da intimidade de *mulheres de preso* (também de Flora e sua família) em diferentes níveis: o corpo é vasculhado nas revistas e scanners; a casa é vasculhada em uma *batida policial* que interrompe a vida, ameaça e assusta. As constantes investidas sobre a intimidade e os corpos das mulheres tendem a desenhá-los como incircunscritos (CALDEIRA, 2000)⁵⁵: permeáveis e abertos a manipulação e intervenção, existentes em contextos “em que a dor e o abuso são vistos como instrumentos de desenvolvimento moral, conhecimento e ordem” (idem:375). Se os *corres* são formas de agenciar relacionamentos com os presos e possibilidades de ganho em meio a constrangimentos sociais de várias ordens, esses agenciamentos encontram limites nas abordagens policiais, nas revistas com desnudamento e nas punições às mulheres cujos corpos acionam o *apito* do detector.

Considerações finais: sair da pensão e chegar às filas

Este capítulo apresentou Tamara, a pensão de Flora e as diversas movimentações que ocorrem nos finais de semana de visita. A jornada de uma visita envolve deslocamentos espaciais e temporais, demanda dinheiro e uma profusão de conhecimentos que são compartilhados entre *mulheres de preso* na pensão e na *fila*. Não apenas conhecimentos sobre montagens de *jumbos* e funcionamento da *fila* circulam, no entanto. Rumores e histórias sobre mulheres e seus *corres* alimentam tensões e atenções ao que se fala e ao que se escuta.

⁵⁵ Caldeira constrói a ideia de corpo incircunscrito para pensar nos corpos constituídos em uma sociedade na qual direitos civis não são assegurados. Em seu argumento, a produção do corpo incircunscrito – aberto à manipulação e também à violação – é efeito da “deslegitimação dos direitos civis e está no cerne dos debates sobre a democratização da sociedade brasileira” (CALDEIRA, 2000:369).

Grande parte das informações que sistematizei foram obtidas por meio de conversas e de narrativas, sobretudo mediadas por Flora. Se a *fila* tem uma *guia* que organiza a confusão, Flora foi a *guia* que orientou, mediou e explicou situações que compõem os dados que apresento. Flora e seus campos de relações compostos e articulados através da igreja, da pensão, da barraquinha na *fila* e da prisão abriram acesso a histórias e situações que envolvem a vida de pessoas que lidam com a prisão – seja na condição de visitas, seja obtendo o sustento com as movimentações prisionais.

A centralidade de Flora abre, também, questões sobre a intenção comunicativa das narrativas. O que elas mostram e o que escondem? O que Flora quis me contar, e como contou? Afirmei que Flora era elusiva em relação à sua própria vida, escapando das investidas para dividir elementos de sua própria trajetória. Sua habilidade em manejar informações era um valor num contexto pródigo de medo, tensões e rumores. Entre histórias e rumores, as narrativas mediadas por Flora são encaradas aqui como fonte de experiência do terror e não como mero instrumento para relatar “fatos reais” (TAUSSIG, 1993:53). Para Taussig, as culturas do terror se nutrem de certa inefabilidade e do tecido fino dos rumores, que por sua vez promovem uma “elaboração cultural do medo”: a própria opacidade característica das culturas do terror as torna uma força mais poderosa, que fragiliza possibilidades de resistência (TAUSSIG, 1993:30).

A “cultura do terror” (TAUSSIG, 1993) encontra possível articulação numa “estrutura da paranoia” alimentada por rumores (DAS, 2007) e pelo perigo das *armadilhas de Satanás* que estão por toda a parte, como dizia a *missionária clarividente*. Há suspeição generalizada, o “mal” espreita por toda a parte e a solidão aparece quando não se pode confiar em ninguém, encurtando também os espaços que estão para além do medo e do terror. As incertezas e lacunas de informação, as dúvidas a respeito das reais intenções das pessoas e a ameaça sempre presente de criminalização – pelos *ganchos*, pela *batida policial* etc. – catalisam as desconfianças e reações por vezes violentas aos perigos reais, previstos e imaginados.

Neste capítulo, a cultura do terror, os rumores e o medo aparecem no clima de paranoia que se instala nas relações na pensão e mesmo no campo de relações de Flora. As várias situações, episódios, diálogos e cenas, imersas em terror e paranoia, também demonstram como gênero se produz na prática em uma operação na qual a categoria *mulher de preso* é central. No próximo capítulo, essas mesmas dimensões surgirão nas narrativas de *mulheres de preso* que falam sobre suas relações com outras mulheres, com

seus *presos* e com mediações atribuídas ao PCC. Sigo com essas mulheres e com suas formas de se diferenciarem para conduzir a discussão.

Capítulo II | *Mulheres de preso* e outras mulheres: agenciamentos e diferença em visitas à prisão

O dia ainda não tinha raiado quando a perua chegou à porta da prisão. As mulheres desceram carregando pesadas sacolas transparentes que levavam potes plásticos com comida, alimentos embalados, refrigerantes, cigarros e itens diversos de higiene, o chamado *jumbo*. A transparência das sacolas permitia que umas e outras se espiassem e soubessem o quê e quanto se levava ao *preso* em cada visita. Quando desciam da perua, algumas se abrigavam ao lado da porta da prisão para esperar a abertura do guichê onde, a partir das seis da manhã dos sábados e domingos, um funcionário verificava documentos e números de senha – a primeira de uma série de paradas até que as mulheres finalmente alcançassem a entrada dos *raios* e se encontrassem com aqueles que vieram visitar⁵⁶. Outras, como eu, atravessavam a rodovia e se juntavam à barraquinha da Flora, que começava a surgir com as mesas e cadeiras de metal que saíam do porta-malas da perua. No início da manhã, o céu mudava de cores e permitia, aos poucos, que se identificassem as linhas da prisão, o pasto ao lado do seu muro, a estrada. No acostamento, um cachorro se espreguiçava e voltava a se encolher – assim como nos encolhíamos todas nós, esperando a chegada do sol e o fim do frio.

As mesas que formavam a barraquinha, dispostas em linha, serviam como anteparo para as refeições encomendadas, comidas e bebidas preparadas e vendidas por Flora e Fabiana, mãe e filha. As cadeiras também serviam para abrigar mulheres e conversas enquanto não chegava a hora de entrar – ou melhor, enquanto a senha não era *cantada* pela *guia* da fila. Era ali que eu ficava sentada ou em pé, ajudando a dizer preços e a distribuir encomendas, enquanto Flora e Fabiana contavam a quem aparecia: “essa é a Natália. Ela é pesquisadora e quer conversar com vocês. Essa aí tem história pra contar, Natália, conversa com ela!”.

Este capítulo apresenta as conversas com mulheres, esposas e mães de homens presos, que os visitam na prisão localizada em Tamara. Enfatizo mulheres porque elas são a maioria absoluta nos espaços compartilhados durante os finais de semana de visita. A interação com essas mulheres me permitiu discutir, a partir da figura da *mulher de*

⁵⁶ Os raios são uma divisão organizativa do espaço físico da prisão que designa os corredores onde se localiza um conjunto de celas. As pessoas presas em um raio geralmente não podem transitar para outro, limitação extensiva às suas visitas.

preso, as classificações que emergem das relações entre mulheres e entre mulheres e homens presos e que envolvem episódios de solidariedade e de violência.

Percorrer os caminhos e transitar entre rua e prisão exigem que elas aprendam formas pelas quais é possível se movimentar. No contexto etnográfico tratado neste capítulo, o caminho entre casa e prisão tem como um dos principais pontos de parada a pensão que hospeda as mulheres (em que eu também me hospedo) e a própria porta da prisão, onde esperam para entrar e convivem umas com as outras compartilhando histórias e tecendo relações que envolvem discordâncias, disputas e também solidariedade.

Foto 6: amanhecer na penitenciária de Tamara (arquivo pessoal/2016)

O capítulo tem, portanto, uma continuidade em relação ao primeiro capítulo da tese; construí, ali, um retrato do território físico e moral que permeia relações entre mulheres que agora são o foco de discussão. Este território é composto pela cidade de Tamara – em suas conexões com a expansão interiorizada das prisões paulistas – e pelos lugares que fazem parte de um fim de semana de visitas – a pensão de Flora e Fabiana em seus diversos cômodos, a porta da prisão, os supermercados e comércios da cidade. Tal território também tem disposições morais que se alimentam dos saberes produzidos e compartilhados entre as pessoas que visitam, dos encontros religiosos e das relações – sempre tensas e em constante negociação – com a polícia e com representantes da administração prisional. Vale dizer que as relações com a polícia têm como efeito momentos como os da *batida policial*, nos quais sujeitos com diferentes engajamentos

com a prisão são criminalizados – incluindo Flora e sua família. Ao longo deste capítulo, explorarei parte do território moral de Tamara que se constitui nas relações com falas e discussões identificadas com o Primeiro Comando da Capital – estas também sempre tensas e em constante negociação.

As narrativas aqui apresentadas remetem aos trânsitos envolvidos na visitação aos presos, que articulam o dentro e o fora do cárcere e passam pelas cidades de origem, pela cidade-sede da penitenciária, pela fila e para o interior dos muros da prisão. Ao longo do capítulo, explico as confluências e os embates entre diversas feminilidades em processo que envolvem *mulheres de preso*, *amantes*, *garotas de programa* e a *pesquisadora* – meu corpo e presença são colocados em jogo considerando as diferentes feminilidades ao redor da prisão. Gênero, em articulação com outras categorias de diferenciação, é aqui mobilizado como categoria analítica que dá sentido às dinâmicas que acontecem na porta da prisão e na pensão. As narrativas de violência são constitutivas dessas dinâmicas, mobilizadas a partir de sentimentos (ou emoções) que acionam o medo e a humilhação como elementos centrais das vidas das mulheres em torno da prisão.

A pesquisadora em campo: gênero, sexualidade, diferença e o perigo da sapatão

Domingo de manhã. O sol começou a esquentar. Quase todas as mulheres já entraram na prisão. Flora cochilava sentada em uma cadeira enquanto eu, Fabiana e Aline conversávamos. O papo ora acontecia, ora arrefecia. Estávamos cansadas. Acendi um cigarro. Silêncio. Fumava tranquila enquanto Ítalo, marido de Flora, foi à perua e ligou o som. A música soou, triste. Aline começou a cantar junto, a interpretar a letra, a performar o sofrimento da canção que contava sobre um dia de visita na prisão:

Mãe como vai lá em casa / Como anda os manos da quebrada / Diga pros mano que mandei lembranças / Dá um abraço bem forte nas crianças. (“Dia de visita”, Realidade Cruel)⁵⁷.

⁵⁷ A música se chama “Dia de Visita”, do grupo Realidade Cruel, e está disponível no link: <https://www.letras.mus.br/realidade-cruel/76549/>. Acesso em 14/08/2019. A música faz parte do álbum “Só Sangue Bom”, de 1999, e foi o maior sucesso do disco. A trajetória do grupo, nascido em Hortolândia (SP), é marcada pela prisão e pela igreja evangélica: dois de seus integrantes ao longo dos 20 anos do grupo saíram da sua formação após a conversão a igrejas evangélicas e uma das integrantes interrompeu a participação por determinado período para cumprir pena por tráfico de drogas. No fim de 2018, o grupo lançou seu mais recente álbum “A voz que não se cala”. (Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Realidade_Cruel. Acesso em 11/09/2019). Se o gospel era a trilha sonora para os momentos religiosos e também referência musical para Flora, o rap era do gosto de Ítalo. Juntos, gospel e rap forneciam chaves para a interpretação da história da família e do contexto em que viviam.

Enquanto Aline cantava, Flora brincou: “desse jeito, parece que é você que está presa, Aline!”.

Aline não entrou na prisão para visitar seu marido no dia em que cantou. Ela tinha chegado em Tamara no domingo de manhã para um *bate-volta*, nome dado à prática e às pessoas que chegam à cidade, visitam a prisão e voltam para suas cidades num mesmo dia, como expliquei anteriormente. Quando Aline tentou entrar na prisão, o detector de metais *apitou* e ela recebeu um *gancho*, punição que a impedia de visitar o marido por um período determinado pela direção – naquela ocasião, a punição foi definida em seis meses. O detector de metais estava especialmente difícil naquele dia, segundo as mulheres que voltavam da visita. Houve rumores de que a máquina teria sido trocada por uma mais nova que *pegava tudo*.

Não faz sentido discutir se Aline trazia consigo ou não algum objeto que pudesse instigar a sensibilidade do detector já que, em todas as minhas idas a Tamara, ouvi histórias de mulheres que foram impedidas de entrar porque o detector *apitou* sem que elas nada carregassem. O que importa é que Aline não entrou naquele dia e precisou esperar a carona de volta à sua cidade junto de Flora e Fabiana.

Flora me disse, na véspera, que a relação com Aline não estava boa. Os problemas começaram porque, de acordo com Flora, Aline não gostou de saber que seu marido vinha conversando ao telefone com Fabiana para encomendar alimentos. A esposa considerou essa comunicação como um potencial perigo e chegou a perguntar a Fabiana se ela tinha algo para lhe contar. Fabiana chateou-se com a desconfiança de Aline e, desde então, a amizade delas estava estremecida.

As relações conturbadas entre as três não impediram Flora e Fabiana de convidar Aline a esperar com elas sua carona do *bate-volta*, tanto na barraquinha da porta da prisão quanto na própria pensão. Ao longo do dia, seguimos em conversas. Flora contou que duas mulheres que se hospedavam na pensão tinham sido presas nas semanas anteriores – na *batida policial*, descrita no capítulo anterior. Entre os detalhes de ambas as prisões, contados e recontados nas conversas da pensão e da fila, uma questão era evocada ora por Flora, ora por quem mais participasse: será que elas [as presas] vão *virar sapatão*?

A dúvida era permeada por risadas e por suposições, mas havia um consenso: se uma mulher é presa, ela corre o risco de *virar sapatão*. O risco poderia ser atestado pela própria distribuição das duas conhecidas na penitenciária. Se estivessem no pavilhão tal elas já teriam *virado sapatão*, pois aquele era o *pavilhão das sapatões* na penitenciária para onde foram enviadas.

Aline participava da conversa. Ela apostava que uma das mulheres *viraria bofinho* na cadeia, ou seja, seria uma *sapatão* lida como masculina⁵⁸. Aline falava sobre *bofinhos* e *sapatões* agenciando a experiência pessoal de também já ter sido presa anos atrás. Na conversa ela nos disse que *é muito difícil* a mulher ser presa e não arranjar namorada, e contou que *no último dia* de sua prisão resolveu *experimentar*, mas disse à parceira que a outra seria o *hominho*, pois ela *não ia chupar xoxota*. Sob os olhares incrédulos de Fabiana e gritos de Flora – “ai, que nojo do caramba!!!” –, Aline contou que não gostou da experiência, que achou *estranho*. As donas da pensão, entre risos, disseram: “Natália, toma cuidado com a Aline do seu lado, hein?”. Aline, para seguir com a brincadeira iniciada por Flora e Fabiana, tocou minha perna. Eu, que já estava desconfortável com o rumo da conversa, assustei-me e quase saltei da cadeira. Flora e Fabiana riram. Aline repetiu: “o toque é diferente, não é? Eu achei muito estranho...”.

Esse episódio ajuda a deslindar convenções de gênero e sexualidade que circulam em meu contexto de campo e que têm efeitos nas relações das mulheres entre si, com seus presos e com a prisão. Tais convenções fizeram parte da construção da pesquisa, pois informam de que maneira Flora, Fabiana, Aline e outras *mulheres de preso* produziam sentidos, por exemplo, para o risco de tornar-se *sapatão* na cadeia ou para a própria ideia de gênero. Ao mesmo tempo, esses episódios criaram situações que me eram desconfortáveis – quando não geradoras de paranoia – e potencialmente disruptivas desse mesmo campo⁵⁹. Explico-me.

As observações, comentários e perguntas que algumas das mulheres em Tamara faziam a meu respeito diziam sobre processos de produção de diferenças que evocavam classificações raciais, de gênero e de sexualidade⁶⁰. As noções e experiências de feminilidade na pensão e na fila de visitas de Tamara são negociadas pelas mulheres em meio à administração prisional e à presença do PCC diante da desconfiança sobre quem *é mulher de preso* e quem não é. Ser uma *mulher de preso* passa por performar uma feminilidade desejável e controlada; a feminilidade que excede, das *amantes* ou *garotas*

⁵⁸ Natália Padovani (2010) explora algumas classificações que circulam na prisão e envolvem *sapatões* e outras mulheres que se relacionam afetivo-sexualmente com mulheres.

⁵⁹ Uma versão da discussão que apresento aqui foi produzida no âmbito de um dossiê sobre dilemas metodológicos de pesquisa em prisões, a ser publicado na edição 55 da Cadernos Pagu (LAGO, 2019).

⁶⁰ Heloisa Buarque de Almeida (2002) reflete sobre o choque entre as construções locais do feminino e as concepções da pesquisadora e de como esse choque provocava um “receio inicial” em relação à sua inserção em campo.

de programa, é tema de desconfianças, mas também de discussões e acusações, como veremos mais à frente.

Essas composições do feminino em Tamara encontravam certos conflitos com minha própria apresentação de gênero, por assim dizer. Flora e Fabiana costumavam remeter a essa diferença. Ainda, diversas questões sobre (meus) relacionamentos amorosos – e, conseqüentemente, sobre (minha) sexualidade – colocavam-se como temas das conversas e despertavam curiosidade nas pessoas com quem eu conversava.

Durante o período da pesquisa de campo eu percebia que era um corpo um tanto estranho na pensão e na porta da prisão. As roupas que vestia distinguiam-se do vestuário típico das *mulheres de preso*, formado por calça legging, camiseta e chinelo – a roupa permitida para entrar na prisão. “Isso é um tênis?! Parece uma meia!”, ou “Você ainda é nova, Natália, usando esse vestido... tsc, tsc, tsc”. As roupas mais largas, os vestidos mais compridos, os tênis e o corte de cabelo curto eram motivos para comentários e para o tom incrédulo na pergunta que mais ouvi em Tamara: “você visita?”. A partir das discussões travadas por Heloisa B. de Almeida (2002), reconheço que ser “de fora”, ser a *pesquisadora de São Paulo*, permitia-me usar roupas consideradas esquisitas para o contexto de Tamara. Eu me aproveitava dessa permissão para demarcar que de fato não visitava e que estava ali pelo interesse na pesquisa. Diferenciar-me na porta da prisão e na pensão de Flora era geralmente um facilitador de conversas e servia como uma espécie de cartão de apresentação enquanto pesquisadora. O corpo da antropóloga é visível, classificado e faz parte da escrita etnográfica, por vezes desde o trabalho de campo (NASCIMENTO, 2019)⁶¹. Meu corpo já estava em jogo antes mesmo das observações feitas pelas mulheres.

O fato de ser *branquinha* era também muitas vezes mencionado, junto à cor dos olhos, verdes. O *branquinha* fazia parte de uma classificação racial que também incluía *morenas* e *moreninhas* – estas faziam referência a pessoas que se considerariam negras em alguns contextos. A racialização em torno de *branquinhas*, *morenas* e *moreninhas*, mobilizada por Flora, operava produzindo diferenças, mas não era apropriada como um nexos para discutir desigualdades em relação à prisão. Não emergia nas conversas cotidianas em Tamara o reconhecimento de que pessoas pretas e pobres são as mais

⁶¹ Silvana Nascimento (2019) discute a centralidade do corpo no fazer antropológico, com enfoque no corpo da antropóloga e na forma pela qual as marcas desse mesmo corpo são observadas e classificadas nos contextos de campo. Pensando em uma “etnografia encarnada”, a autora ainda nos conta sobre como em diferentes contextos de pesquisa sua feminilidade contrastava com as feminilidades em campo.

perseguidas pela Justiça Criminal e pelos esforços de aprisionamento, reconhecimento este tão presente nos contextos que envolvem o trabalho da Amparar – que serão apresentados no próximo capítulo.

O trabalho de Laura Moutinho (2004) sobre relacionamentos “inter-raciais” mostra que a hierarquia de “cor/raça” não pode ser dissociada de certos atributos de prestígio social, os quais variam conforme o contexto em que são utilizados. Nas redes de jovens universitários entrevistados pela autora, a cor parecia eclipsada (ainda que não necessariamente diluída) diante da partilha de certos valores e códigos que remetiam a status e à circulação nos mesmos espaços. A autora demonstra que as tensões raciais não se manifestam de modo uniforme nas relações e nota que pessoas tendem a não usar “cor/raça” como definidores em situações percebidas como de prestígio e status similares. Este não era o caso em Tamara: ser chamada de *branquinha* remetia a classificações raciais que operavam realçando nossos diferentes lugares sociais.

O olhar para as roupas que eu vestia e para o meu “estilo” guardava relações com um ponto que causava curiosidade, sobretudo em Flora, e que era sempre reiterado quando chegava a Tamara: meu estado civil e meus possíveis relacionamentos amorosos. Desde a minha primeira viagem, em 2014, Flora perguntou se eu era casada e se tinha filhos. Respondi que não tinha filhos, mas que tinha sido casada e me separara. Ela questionou, então, se eu tinha namorado. Preferi dizer que não, não tinha namorado. A conversa, como eu esperava, e para meu alívio, não se estendeu para a possibilidade de que eu tivesse uma namorada. Apesar do meu medo de que pudesse ser vista como *sapatão* e, assim, hostilizada em campo, eu também percebia que a pressuposição da heterossexualidade – que é quase uma prescrição – atuava naquele diálogo. Ou seja, ele só poderia ser travado entre mulheres que, de saída, não são consideradas *sapatões*⁶².

Ainda que o sentido da categoria *sapatão* que circulava em Tamara estivesse relativamente distante de como eu era reconhecida em campo, o sentimento que eu tinha – e que me despertava medo – era o de que ela me interpelava. Que reações seriam despertadas por diferentes respostas à pergunta sobre relacionamentos amorosos? As perguntas me pareciam dialogar com a suposição de namorados e maridos. Do mesmo

⁶² Meu estilo e disposição corporal também não correspondiam ao que se espera de uma *sapatão* na prisão. Contudo, trata-se de categoria que circula de formas distintas entre diferentes contextos sociais. Regina Facchini (2008) explora em sua tese os usos e sentidos atribuídos a essa categoria entre mulheres que circulam por uma cena de rock feminista e mulheres nas periferias da cidade de São Paulo. Atualmente, a categoria *sapatão* habita também com maior frequência os ambientes ativistas e universitários dos quais participo cotidianamente.

modo que minhas interlocutoras manejavam informações pessoais com cautela, decidi que iria interagir dentro dos pressupostos heteronormativos da conversa. Essa postura criava uma situação de desconforto para mim ao não revelar discordâncias frente às convenções de gênero e de sexualidade ali atuantes e por conta dos aspectos da minha intimidade que me eram indagados, mas que admitiam um conjunto restrito de respostas aceitáveis. Essa é, mais ou menos, a maneira como a norma funciona, lembrando Sarah Ahmed (2017: 123): manter as coisas relativamente cômodas para alguns depende do trabalho de outros em manejar o desconforto e o peso do segredo.

Em Tamara, porém, eu sentia que não havia espaço para buscar outros lugares mais confortáveis. Minhas respostas relativas aos eventuais ‘casinhos’ perguntados por Flora geralmente eram evasivas. Eu preferia contar mais sobre minha mãe e pai e sobre minha sobrinha, que – mal sabem eles – ajudavam-me a escapar de conversas que poderiam ter rumos inesperados. Eu era, então, neste campo da pesquisa, uma mulher com mais de 30 anos, sem filhos e que não tinha um relacionamento estável com um homem – algo diferente das mulheres que passavam pela pensão: muitas tinham mais ou menos a mesma idade que eu, outras eram mais novas, mas elas eram casadas e com filhos.

Entendo que perguntar sobre a família e os relacionamentos das pessoas estabelece uma via de mão dupla, onde minha família e meus relacionamentos são também colocados em jogo. Ao mesmo tempo, esse jogo opera em níveis desiguais em um contexto em que relacionamentos heterossexuais são a parte explícita das trajetórias das mulheres com quem conversava, e no qual a homossexualidade era tratada ou como perigo, ou em tom jocoso. O episódio no qual Aline e Flora discutiam se uma mulher vai *virar sapatão* na prisão indicava um olhar sobre as relações de mulheres com outras mulheres. Por um lado, a dificuldade de estar presa sem ao menos *experimentar* um encontro com uma mulher, ainda que limitado por uma imposição sobre qual parte da relação performará o *hominho*; por outro lado, o *nojo do caramba*.

Como afirma María Elvira Díaz-Benítez (2019:59) em diálogo com Daniel Miller (1997), o nojo é “emoção ‘marcadora de status’”. Quando Flora interpela a narrativa de Aline reconhecendo e explicitando seu *nojo* diante de um encontro sexual entre duas mulheres, ela estabelece uma diferença – hierárquica – entre si e esse encontro, entre si e Aline e entre si e as mulheres que se relacionam, dentro ou fora da prisão, com outras mulheres. Flora também estabelece uma diferença hierárquica entre si e mulheres que já foram ou estiveram presas, em uma negação da prisão. Um comentário que poderia ser

lido como lesbofóbico em determinados contextos poderia ser, nesse sentido, uma tentativa de se distanciar da prisão e da criminalização carregada pela instituição. O nojo, num certo sentido, é também da própria prisão.

A possibilidade de uma mulher se relacionando com outra ser enquadrada a partir do nojo também fala sobre efeitos de “gênero” em Tamara, categoria disputada por Flora e definida a partir de seus repertórios. Em uma de minhas idas à cidade, viajei com uma bolsa que tinha alguns broches afixados. Um deles era sobre direitos humanos, outro reivindicava o fim da violência contra a mulher. Um terceiro tinha escritos pela igualdade de gênero. A filha mais nova de Flora olhou a bolsa, apontou os broches e perguntou o que eram. Disse que serviam como enfeites e falei dos dois primeiros, mas não entrei no assunto do gênero – pensei que deveria ter deixado o broche em casa.

Mais tarde, saí com Flora para abastecer a perua da família e ir ao supermercado. No posto de gasolina ela apontou para duas meninas que passavam e me disse: “eu não sei como é em São Paulo, mas aqui os GLS são mais as mulheres”⁶³. Respondi com uma pergunta: por que será que aqui são mais mulheres? Ela emendou dizendo que hoje em dia os GLS não se chamam mais assim, que agora eles se chamam de *gênero*. Entendi que a conversa sobre os broches chegara a seus ouvidos. Antes que eu falasse qualquer coisa, a filha mais nova de Flora, que nos acompanhava, perguntou “o que é GLS?”. Flora, rápida, respondeu “procura no Google!”, e emendou dizendo que essa história de *gênero* andou tramitando no Congresso, mas que conseguiram barrar; que as escolas hoje não podem mais comemorar *dias normais* como dia dos pais e das mães por causa do *gênero*. Comentei que entendia gênero de um jeito diferente desse, mas ela não fez muito caso. Encerrou sua argumentação elogiando os comentários da cantora Ana Paula Valadão a respeito do *gênero* e do dia dos namorados⁶⁴. Entendi que a discussão sobre gênero e sexualidade era bastante perpassada por debates religiosos que excluía a possibilidade de uma conversa na qual eu explicitasse minhas noções sobre gênero e sexualidade.

⁶³ GLS é a sigla para Gays, Lésbicas e Simpatizantes, categoria produzida no contexto de mercado e consumo em meados da década de 1990 e que passou a circular por outros caminhos – como sua mobilização por Flora acaba por demonstrar. Para saber mais sobre a produção e circulação da categoria, ver França (2006).

⁶⁴ Ana Paula Valadão é uma cantora gospel que criticou em 2016 a campanha publicitária de uma loja de roupas em seu perfil no facebook pela “imposição da ideologia de gênero”. A campanha, para o dia dos namorados, mostrava casais heterossexuais trocando as roupas que vestiam – a tônica do comercial era a ideia de que as roupas não têm gênero e poderiam ser usadas por homens e mulheres. A publicação da cantora pode ser acessada no link:

<https://www.facebook.com/anapaulavaladaodtooficial/posts/1056824397735832:0> (acesso em 04/09/2018).

Evoquei esses momentos da pesquisa porque eles oferecem indícios sobre alguns olhares presentes em campo para mulheres que se relacionam com mulheres, dentro e fora da prisão. A especulação a respeito da provável *sapatão* e a ideia de gênero vinculada à sexualidade que Flora mobilizou apresentam modos de lidar com a diversidade sexual que criaram um limite à minha presença: essas discussões produziram em mim, em campo, um clima similar à paranoia que se instaura nas relações em torno da prisão e que discuti no primeiro capítulo da tese.

Preciso urgentemente encontrar outras filas. Eu fico com medo da minha cara, se minha cara vai me denunciar. Acho que a paranoia tá se impregnando na minha pele (...). (Comunicação pessoal num aplicativo de mensagens sobre a pesquisa em Tamara, dezembro de 2016).

Trago o excerto acima porque penso que ele ajuda a dividir o medo que senti da última vez em que estive em Tamara, enquanto ocorria a conversa sobre *sapatão*. O tema da *sapatão* na cadeia me despertou, em campo, uma sensação de perigo. O encarceramento das duas mulheres inaugurou, nas conversas, a dimensão do risco na sexualidade que se performa através da prisão; ao mesmo tempo, a discussão sobre esse risco fez manifestar a sensação de que minha expressão de gênero, orientação sexual ou mesmo minhas opiniões sobre sexualidade podiam ser lidas em meu rosto e agenciadas contra mim. É bastante possível que Flora, Fabiana e Aline não tivessem ideia do medo que senti nas conversas envolvendo a possibilidade de duas mulheres *virarem sapatão* na cadeia. Mas, ao final, isso foi o disparador da ideia de que ‘minha cara vai me denunciar’, ‘meu corpo vai me denunciar’, e me trouxe uma sensação de insegurança em campo.

As leituras sobre gênero e sexualidade apresentadas por Flora e por outras mulheres com quem conversei indicam algumas das bases sobre as quais se constituem as feminilidades que circulam por Tamara no contexto da prisão. Tais feminilidades são profundamente relacionais na medida em que se produzem nas interações em torno da prisão, das mulheres com seus maridos, das mulheres entre si, nas amizades e desavenças. Estas envolvem questões da fila e da pensão, ou mesmo uma interpretação sobre o caráter do diálogo entre uma mulher e o marido de outra, como no estremecimento das relações entre Flora, Fabiana e Aline – que, por sua vez, não foi levado ao limite do rompimento. A produção relacional dessas feminilidades também envolve a pesquisadora, cuja apresentação de gênero era geralmente encarada em uma perspectiva jocosa.

No contexto de Tamara não era desejável ser *GLS*, ou mesmo *virar sapatão*. Tais visões não são exclusivas das mulheres de Tamara, vale dizer, nem exclusivas das

mulheres de preso ou das pessoas que visitam familiares na prisão. Não quero, com essa reflexão, contribuir para uma exotização do contexto etnográfico de minha pesquisa, tampouco colaborar para a criminalização das pessoas com quem converso – o que pode ser o efeito de alguma leitura que se pretenda na chave de uma defesa de direitos, mas afastada do contexto de pesquisa⁶⁵. Afinal, perspectivas que podem ser lidas como homo/lesbofóbicas não se restringem à portaria da prisão ou à pensão de Flora. Essas visões circulam em muitos outros espaços e são por vezes mobilizadas, assim como no caso de Tamara, por perspectivas religiosas que definem gênero como “ideologia” (CARRARA, FRANÇA e SIMÕES, 2018).

Retomo a ideia de que a homo/lesbofobia presente na história de Aline e na reação de Flora não necessariamente falava apenas de um ódio ou repulsa daquelas mulheres a mulheres homossexuais, ou mesmo à homossexualidade em si, mas remetia também à perversidade da experiência da prisão – que, em sua versão feminina, conecta-se com muita força à imagem da *sapatão*. Essa sugestão não apaga, no entanto, o discurso de ódio nas perspectivas religiosas que também fazem parte do imaginário da homossexualidade e do gênero explicitados em outros momentos da pesquisa. A figura da *sapatão* emaranha afetos e violências que não dizem respeito apenas ao que se pensa sobre o sexo entre duas mulheres.

Esses episódios foram o ponto inicial de uma tensão em campo. Tensões fazem parte de qualquer pesquisa independentemente da existência ou não de momentos concretos de assédio e violência⁶⁶. Ademais, alguma tensão poderia ser esperada em uma pesquisa sobre prisões, colocando ou não os pés do lado de dentro da instituição. Quando eu me proponho a acompanhar relações que se fazem através da prisão, minha própria vida e relacionamentos fazem parte das informações a partir das quais produzo relações em campo. Lidar com isso faz parte das negociações, sempre tensas e delicadas, de qualquer etnografia.

⁶⁵ Vale lembrar que na pesquisa realizada junto à Amparar a diversidade em termos de identidades sexuais costuma ser motivo de acolhimento e de brincadeira, mas nunca de silêncio e *nojo*.

⁶⁶ Pesquisadoras, sobretudo, vêm abordando situações de assédio em campo como forma de tensionar a construção do sujeito de conhecimento e a falta de espaço para essa discussão em contextos acadêmicos. Fabiane Albuquerque (2017) reflete sobre os desafios de sua pesquisa entre imigrantes em um bairro italiano. Seu “corpo marcado” impôs limites de acesso a determinados espaços e às conversas com os homens, ao passo que o acesso às mulheres e a alguns locais eram efeitos desse mesmo corpo. Em outra contribuição, cinco pesquisadoras brasileiras com trajetórias de pesquisa na Bolívia dividem situações de assédio vividas em campo para discutir o “machismo estrutural da prática acadêmica” que apaga ou desconsidera essas situações na produção de conhecimento (FREITAS; PANNAIN; GIMENEZ; IAMAMOTO; AMARAL, 2017).

Contudo, na porta da prisão e na pensão há regulações e negociações que atravessam o campo e têm origem em vários vetores – a instituição prisional e o PCC, sobretudo. Tais negociações, sempre reiteradas, criam um ambiente um tanto tenso, já permeado pela necessidade de atestar a todo tempo sua conduta e de produzir provas que respaldem sua palavra em caso de discussão – volto à ideia de “cultura do terror” (TAUSSIG, 1993) mobilizada no fim do capítulo anterior. É altamente provável que eu não fosse a única pessoa com medo naquele final de semana. A pesquisadora não foi a primeira nem será a última pessoa a observar com quem fala, em quem confia, que informações divide, como qualquer um(a) na porta da prisão – incluindo Flora, mediadora de tantas narrativas e que manejava informações a dizer e a guardar para si. Os cuidados em relação ao que se fala, com quem e como fazem parte das relações entre *mulheres de preso* entre si, com outras classificações de mulheres e com seus *presos*. Exploro, a partir de agora, algumas das tensões entre *mulheres de preso* em Tamara, assim como a elaboração dessa categoria.

Mulheres de preso e outras mulheres

As mulheres que se mudam para a cidade ou que chegam aos finais de semana para visitar seus maridos e filhos na prisão movimentam as ruas e comércios, lotam as pousadas e fazem compras nos supermercados de Tamara, como explorado no capítulo I. As mulheres também estão no centro da produção de classificações que estabelecem quem tem e não tem *cara de mulher de preso*.

Giane Silvestre (2012), em pesquisa sobre as prisões de Itirapina, conta que o comportamento, os produtos e alimentos comprados e as roupas, consideradas “diferentes”, eram mencionados pelos moradores de Itirapina quando se referiam à presença das *visitas* na cidade. Esses elementos descritos pelos moradores e comerciantes de Itirapina seriam, em seus relatos, características específicas das *mulheres de preso* que as singularizariam em relação aos demais habitantes. A diferença pode não ser um problema em si; no entanto, esse adjetivo carregava entre os interlocutores de Silvestre uma associação entre a presença das *mulheres de preso* e “possíveis confusões e desordem” (SILVESTRE, 2012:162). No trabalho de De Paula e Silva (2019), ser identificada como *mulher de preso* é processo também carregado de estigma, sobretudo porque a pesquisadora nos conta sobre a relação entre mulheres que visitam seus familiares na prisão e pessoas *da cidade*, como na pesquisa de Silvestre.

Parto das contribuições de ambas para entender algumas das disputas em torno da categoria *mulher de preso* no contexto de Tamara pois, como veremos, há tentativas de escapar dessa identificação em determinados contextos – como nas relações cotidianas com pessoas *da cidade*, ou mesmo na discussão sobre quem tem e quem não tem *cara de mulher de preso*. Em paralelo a isso, entendo que a categoria carrega ambiguidades que servem à produção de diferenças entre *mulheres de preso* umas em relação às outras; e que, nesse caso, ser identificada e reconhecida como tal é vantajoso. Em outras palavras: ser *mulher de preso* é pior do que ser *da cidade* nas relações com as pessoas que não estão na fila da prisão. Mas é melhor do que ser *prostituta*, ou *garota de programa*, ou *amante*, outras formas de classificação que circulam na pensão e na fila da prisão e que vez ou outra são mencionadas como suspeitas em relação a determinadas mulheres e suas histórias.

Uma das pessoas que falou comigo sobre o assunto foi Vitória, quem eu conheci na pensão de Flora e com quem me encontrei algumas vezes durante a pesquisa⁶⁷. Vitória tinha 30 e poucos anos e era uma das mulheres com pele clara que conheci em Tamara. Ela não era *da cidade*: vivia antes na região de Sorocaba e mudou-se para estar mais perto do marido, preso em Tamara. Durante os primeiros meses em que viveu ali, Vitória chegou a morar em uma casa no bairro que era o “começo da cidade ou o fim”, na explicação de Flora, dividindo o espaço e o aluguel com duas mulheres cujos maridos também estavam na prisão. Segundo Vitória, as colegas de casa gostavam de parecer que eram *mulher de preso*, falando alto no celular e explicitando a quem escutava que conversavam com os seus maridos.

Vitória se considerava mais *discreta* do que outras *mulheres de preso* e comentou que algumas pessoas *da cidade* já disseram que ela não se parecia com uma. Quando uma das mulheres com quem ela morava foi *abandonada* pelo marido – que a deixou para ficar com a *amante* –, Vitória entregou a casa e passou a morar na pensão de Flora em troca de serviços domésticos: ela ajudava a limpar a casa e a cozinhar as encomendas que Flora e Fabiana vendiam às mulheres que visitavam.

Considerações sobre ter ou não ter *cara de mulher de preso* apareceram em outros momentos. Quando disse a uma mulher que eu não visitava, e sim fazia pesquisa,

⁶⁷ Em uma das minhas idas a Tamara, em 2016, perguntei a Vitória se ela aceitaria me conceder uma entrevista gravada. Nós já nos conhecíamos e já tínhamos conversado algumas vezes sobre a pesquisa. Ela aceitou, mas foi absolutamente lacônica durante toda a entrevista. Quando eu desliguei o gravador, ela voltou a conversar com a desenvoltura habitual – decidi então manter nossas conversas registradas apenas no caderno de campo.

ela comentou que eu não tinha mesmo *cara*. Perguntei que *cara* seria essa e ela replicou: “como se tivesse uma cara, né?”. Voltou a me olhar, de cima a baixo, e fez um comentário final: “não, você não tem cara mesmo”. Imagino que a *cara* de *mulher de preso* passe não apenas pelos modos de usar o celular em público, mas também faça menção – ainda que velada – à cor da pessoa avaliada. As classificações de cor continuavam a importar nas relações entre pessoas que se encontravam nos contextos atravessados pela prisão, ainda que a discussão sobre raça aparecesse de forma alusiva nas falas das *mulheres de preso*. O único caminho que me pareceu possível para essa conversa apareceu justamente na marcação racial de pessoas brancas – Vitória, a mulher que considera não ter *cara* de *mulher de preso*; a *pesquisadora de São Paulo*, *branquinha* com *olho claro*, sinais mobilizados pelas pessoas com quem conversei em campo como diferenciadores⁶⁸. É evidente que a racialização via brancura demarca diferença embutindo algum nível de prestígio: ser marcada como branca é vantajoso. A discussão de Laura Moutinho (2004) nos lembra que categorias de “cor/raça”, sendo operadoras de desigualdade de prestígio e de status – como também de risco e de perigo – circulam diferentemente conforme os contextos de uso. Para Vitória, não ter *cara* de *mulher de preso* era um valor e uma maneira de transitar pela cidade sem tantos olhos perscrutadores⁶⁹.

A *cara* de *mulher de preso* pode também remeter à sexualidade, ainda que seja recomendável que a sexualidade delas não pareça excessiva – sob o risco de serem tomadas como *amantes* ou *prostitutas*. Uma *mulher de preso* é alguém sexualmente ativa, o que estabelece certos limites para suas idades e seus corpos. Esse corpo não é tão velho, nem deficiente, marcações que geralmente são lidas em uma chave de dessexualização⁷⁰.

Vitória tinha dois filhos. O mais velho, na época com quase vinte anos, estava preso em uma penitenciária próxima à sua cidade natal. A filha mais nova, ainda

⁶⁸ Para além da cor da pele e dos olhos, as roupas – consideradas meio estranhas, como já descrevi – e até o cigarro de palha, *coisa que universitário fuma*, foram elementos enunciados no contexto da pesquisa.

⁶⁹ As classificações raciais que diferenciavam mulheres entre *branquinhas*, *morenas* e *moreninhas* operavam nos contextos da pensão e da porta da prisão em relação às mulheres que circulavam ali (e eram formuladas pelas mulheres que circulavam ali). Consistiam, portanto, num esquema classificatório intra-mulheres de preso. Minha aposta é a de que esses mesmos esquemas de classificação caem por terra em contextos extra-mulheres de preso, ou seja, quando elas são racializadas em conjunto – seja pela própria instituição prisional, seja pelas batidas policiais que afetam a pensão e a *fila* em determinados momentos. Penso em paralelo às diferenças entre “trabalhadores” e “bandidos” descritas por Feltran (2011b): os moradores os diferenciam e os policiais que atuam na região também o fazem. Em contextos de operações policiais mais amplas, no entanto, as distinções internamente reconhecidas são apagadas: nestes momentos, todos os moradores são potencialmente “bandidos”.

⁷⁰ Agradeço ao Pedro Lopes por me chamar atenção para a deficiência (em sua ausência) como critério que diz respeito à *cara* da *mulher de preso*.

adolescente, morava com o pai em Sorocaba. Vitória contou que se sustentava com o dinheiro da pensão que recebia pela morte de seu primeiro marido – ela enviuvou aos 19. O atual marido, que estava preso em Tamara e que motivou sua mudança de cidade, foi um “namorado antigo” de Vitória. O reencontro entre os dois ocorreu *pela linha*, ou seja, pelo celular. A conversa teve início porque o primo de Vitória estava preso e se comprometeu a apresentar uma mulher ao colega de cela. Feita a intermediação, Vitória e o atual marido começaram a conversar pelo telefone e ela não tinha certeza se queria visitá-lo até que a esposa do primo ponderou: “se você não teve sorte com homem vai lá, conhece ele, quem sabe você não muda ele?”. Quando ela chegou à prisão na primeira visita e reconheceu o namorado de outros tempos, decidiram que tentariam novamente.

Ainda que Vitória conhecesse o atual marido *da rua*, o reencontro dos dois foi mediado por um familiar preso e pelas conversas *na linha*. A conversa pelo telefone é parte de um tipo de namoro a distância que antecede o encontro, que ocorre quando a mulher é incluída pelo *preso* em seu *rol* (a lista de pessoas autorizadas a visitá-lo)⁷¹ e passa a visitá-lo. Muitas das mulheres que se hospedavam na pensão conheceram seus parceiros pelo telefone, mediados por conhecidos, amigos e parentes, e firmaram seus relacionamentos a partir do início das visitas.

O medo de que os maridos conseguissem *amantes* passava também por aí, pois muitos eram os rumores, comentados na porta da prisão, sobre o *preso* que conheceu outra mulher *pela linha* e *comprou um rol* para incluí-la, de modo que tanto a esposa quanto a *amante* pudessem visitá-lo. *Comprar um rol* diz respeito ao pagamento para que outros presos, que não recebem visitas, incluam nomes de pessoas em seu *rol* e atuem como um “laranja” na recepção da visita. Segundo as mulheres com quem conversei, essa é a tática para que um homem mantenha o relacionamento com a esposa e consiga também receber visitas da *amante*, geralmente em fins de semana alternados. As donas da pensão ainda comentavam sobre hóspedes que escolhiam ficar no único quarto individual da casa a pedido dos homens que visitavam para que elas não tivessem sua condição de *amante* revelada em frente a *mulheres de preso* – não dividir o quarto durante o fim de semana era uma tática para encobrir a traição. Essa negociação entre os dias de visita de esposas

⁷¹ Para que o nome de uma pessoa seja incluído no *rol*, no caso de família consanguínea, o/a preso/a deve explicitar sua concordância e a pessoa a visitar deve comprovar o parentesco por meio de documentos. Para a inclusão de parceiras/os no *rol* de visitas, a administração penitenciária exige para além da concordância da pessoa presa a certidão de casamento ou uma declaração de amásia, que deve ser reconhecida em cartório.

e *amantes* nem sempre terminava bem: Flora e Fabiana contavam histórias de *mulheres de preso* que flagraram as *amantes* de seus maridos em finais de semana de visita.

Vez ou outra, alguma mulher presente na fila era apontada como *amante*, suspeita que podia recair sobre uma mulher por diversos motivos que se constituíam como evidências: se a mulher era muito nova; se ela aparecia pouco na porta da prisão; se ela dizia que visitava um *preso*, mas entrava no *rol* de outro; se ela desconhecia a matrícula do marido – o número que identifica a pessoa presa no sistema penitenciário. “Que mulher não sabe o número da matrícula do marido?”, perguntou uma que suspeitou da provável condição de *amante* de outra que estava à sua frente na fila e levou a desconfiança – e suas evidências – à barraca de Flora.

Outra suspeita que vez ou outra recaía sobre algumas mulheres era a de serem *garotas de programa*. O perigo de ser encaixada na categoria é duplo, pois a suspeita poderia fazer menção à vida da mulher na *rua* ou relacionar-se às motivações que levavam determinadas mulheres a visitar pessoas na prisão. “Ela diz que trabalha num restaurante, mas acho que ela é mesmo *garota de programa*” revelava a desconfiança de uma mulher de que sua conhecida da *fila* era *garota de programa na rua*. “Essa aí visita o filho, mas também faz *programa* na cadeia” questionava os (reais) motivos para a entrada de uma mulher na prisão.

Em relação ao estatuto dos relacionamentos e às formas pelas quais eles eram apresentados às conhecidas em Tamara, algumas mulheres que se hospedavam na pensão comentavam que a história sobre conhecer o marido *da rua* e se reencontrar com ele *pela linha* é comumente mobilizada para apresentar um relacionamento. Essa mobilização recorrente não questiona a palavra de Vitória, mas a coloca em consonância com a valorização de determinadas formas de relacionamento em detrimento de outras. Conhecer o marido *da rua* pode dirimir desconfianças em torno das figuras da *amante* e da *garota de programa* e reforçar que não se é *mulher de preso*.

Lila Abu-Lughod (2012) discute os agenciamentos em torno do uso do véu a partir de sua pesquisa com mulheres de uma comunidade beduína do Egito (ABU-LUGHOD, 1986). A autora argumenta que o uso do véu não deve ser confundido com uma falta de agência dessas mulheres. Em suas palavras:

(...) puxar o capuz negro sobre a face diante de homens mais velhos e respeitados é considerado um ato voluntário por parte das mulheres que estão profundamente comprometidas com o comportamento moral e que têm um senso de honra atado à família. Uma das formas de mostrarem sua posição é cobrir suas faces em certos contextos. Elas decidem diante de quem é apropriado usar o véu (ABU-LUGHOD, 2012:459).

Quando Vitória ressalta que conhecia seu marido *da rua* antes de reencontrá-lo *pela linha* ela, metaforicamente, puxa o véu sobre seu rosto. Conhecer o marido da rua a diferencia em relação às demais mulheres e mostra seu comprometimento moral e seu “senso de honra atado à família”. O compromisso com o marido é coisa séria. Ela se dispôs ao relacionamento através da prisão sabendo que deveria trabalhar para “mudar” o marido. Em seu movimento de demarcar que as relações existentes desde a *rua* valem mais do que as relações iniciadas *pela linha*, Vitória cria um campo de ação – e de diferenciação.

Conhecer o marido *da rua* também é sinal de que o relacionamento é duradouro e impõe – ou tenta impor, ao menos – algum respeito. O relacionamento que existe anteriormente à prisão é usado para aludir à longa *caminhada* pelas prisões paulistas e diferenciar-se das visitantes mais novas, assim como são usados os números da matrícula do esposo para demarcar o tempo como diferencial que demanda respeito: “eu sou da época que cadeia era coisa séria, não era essa patifaria”⁷². A idade, que ganha um caráter depreciativo em outras situações no mesmo contexto e, associada a ela, a experiência, são mobilizadas pelas mulheres para se distinguirem das outras. Afirmar que “cadeia era coisa séria” alude a qualidades morais que diferenciariam as mulheres do ponto de vista geracional, indicando aquelas que teriam transitado por códigos de conduta mais estritos, de valor moral mais elevado. As mais velhas conhecem mais do que as mais novas porque estão há mais tempo na *caminhada*. Embora não apaguem o risco de que os maridos sejam seduzidos pelas *novinhas*, um marcador de diferença que, a princípio, revelaria dimensões de desigualdade, produzem certas possibilidades de atuação (PISCITELLI, 2008; SIMÕES, FRANÇA e MACEDO, 2010; MOUTINHO, 2014).

As mulheres produzem categorias que informam sobre os relacionamentos com os homens presos, mas também informam sobre as relações que elas estabelecem entre si. Se gênero diz respeito à produção relacional de masculinidades e feminilidades (SCOTT, 1990), pode ainda dizer respeito à produção de feminilidades entre mulheres e, aqui, também entre *mulheres de preso* e as *amantes e garotas de programa*. Ser *mulher de preso* é algo constituído na relação com o marido e com as demais mulheres da pensão

⁷² O número de matrícula concedido em uma primeira passagem pela prisão segue inalterado em passagens posteriores. Um *número baixo* de matrícula significa que o preso em questão é *das antigas*, ou seja, ou passou por experiências prisionais anteriores, ou está preso há muito tempo. Em ambos os casos, o tempo é chave para entender a demanda por respeito à *caminhada*.

e da fila, e demarca diferenças entre as mulheres que circulam ali. Mobilizar diferenças e singularizar-se diante das outras mulheres são ações em diálogo com a ideia de que “o perigo verdadeiro para o casamento está na ‘mulherada’”. (GREGORI, 1993:155).

As categorias envolvem-se, também, na produção de hierarquias em que ser *mulher de preso* pode ser, ou não, uma acusação. Não parecer *mulher de preso* significa maior possibilidade de trânsito e diálogo com pessoas *da cidade*; em paralelo a isso, a *mulher de preso* pode se diferenciar das *amantes* e *garotas de programa*, estas, sim, categorias acusatórias na porta da prisão.

“Mulher de preso nunca está sozinha”: cobranças e ganchos em Tamara

Natália: Essa coisa de mulher sair de lá [prisão] tendo apanhado,
acontece?

Fabiana: Só quando apronta.

(Diálogo com Fabiana anotado em caderno de campo, 2016).

Vitória, a mulher que dizia não parecer *mulher de preso*, dormia em um dos quartos destinados às hóspedes da pensão de Flora e Fabiana. Como descrito no Capítulo I, a casa grande e antiga permitiu, após uma reorganização dos cômodos, que a pensão tivesse quartos coletivos que abrigavam hóspedes distribuídas em camas e beliches. Nos fins de semana mais cheios, algumas mulheres dormiam nos sofás da sala. Eu também me hospedava nos quartos coletivos e a escolha do quarto onde dormia ao longo do fim de semana era feita por Flora, a dona da pensão. As colegas de quarto durante minhas estadias eram variadas. Mulheres mais jovens e mais velhas, em visita a maridos privados de liberdade, sobretudo. Poucas vinham à cidade para ver seus filhos. Quando as conhecia, eu falava sobre a pesquisa e elas me contavam sobre o que faziam. Faxineiras, cabeleireiras, cuidadoras, aposentadas, *bicos* aqui e ali. Uma das mulheres com quem dividi o quarto e que visitava o marido, com quem era casada *na rua*, vendia produtos de sex shop. “Fiz um bingo erótico que foi um sucesso, as velhinhas piraram nos pintos!”. Flora me apresentou a ela já contando sobre seu trabalho, que despertava curiosidade entre muitas das hóspedes naquele final de semana.

Na sala e nos quartos, mulheres se maquiavam, secavam os cabelos e se vestiam com variações de calça legging, camiseta e chinelo, enquanto outras arrumavam as

crianças que as acompanhariam nas visitas⁷³. As roupas sempre eram motivo de comentários. Algumas mulheres consideravam que outras estavam com roupas provocantes, que marcavam o corpo e que mostravam mais contornos do que deveriam. As primeiras a se aprontarem esperavam do lado de fora da casa até às cinco e meia da manhã, horário em que a perua de Ítalo partia para a primeira das muitas *viagens* que faria desde a cidade até a porta da prisão.

As hóspedes conversavam bastante entre si nos momentos em que estavam na pensão, geralmente aproveitando para cuidar dos preparativos para o dia de visita, na cozinha e nos quartos. As horas de conversa, no entanto, eram atravessadas por dois cuidados. O primeiro deles era o de garantir uma relação mais reservada com Ítalo e evitar, assim, problemas com Flora e com os próprios maridos na prisão. Vitória dizia que somente após alguns meses morando na pensão ela se sentiu à vontade para conversar mais tranquilamente ou *brincar* com Ítalo. O segundo cuidado passava com o que se dizia com qualquer outra pessoa, inclusive com as demais mulheres que compartilhavam os espaços da pensão e da própria fila da prisão. “*Mulher de preso nunca está sozinha*”. A frase, repetida à exaustão e em diferentes contextos, indicava que as ações e relações estabelecidas pelas mulheres *na rua* não ficavam desconhecidas na prisão⁷⁴.

As conversas na cozinha da pensão compartilhavam histórias que mencionavam quem viria à pensão no fim de semana, qual hóspede das semanas anteriores foi *folgada*, quem andou discutindo com o marido preso, as reviravoltas da novela ou os programas policiais que eram exibidos na televisão e apresentavam, incessantes, cenas relativas à cidade de São Paulo. “São Paulo tem muita violência, né? Eu não conseguiria voltar a morar lá”, dizia Flora. “Aqui, o máximo que acontece, de vez em quando, é marido matar mulher”.

As mortes de mulheres que representavam episódios de violência na cidade de Tamara tiveram um paralelo envolvendo as visitas à prisão em um dos momentos em que estive por lá. Quando cheguei, na manhã da sexta-feira, Fabiana e Flora começaram a

⁷³A direção de cada unidade penitenciária estabelece as vestes permitidas e proibidas para quem visita pessoas presas. Há, geralmente, uma ampla proibição de roupas das cores dos uniformes da penitenciária e aquelas que contenham detalhes em metal, capuzes e sapatos fechados – os detalhes em metal ou em qualquer outro material estão sujeitos à revista e podem ser motivo para um/a funcionário/a barrar a entrada da visita. Considerando o grande repertório de roupas proibidas, a maioria das mulheres veste calça do tipo *legging*, camiseta e chinelos (com ou sem meias). As cores, estampas e comprimentos são variados, ainda que algumas recorrências existam: os tons de rosa e as estampas de personagens de desenhos e filmes fazem sucesso entre as mulheres.

⁷⁴ Trabalhei o tema em um artigo publicado na “Aracê – Direitos Humanos em Revista” (LAGO, 2017b). Parte das análises aqui apresentadas estão ali desenvolvidas em versão preliminar.

contar o que acontecera algumas semanas antes: uma mulher que visitava o marido saiu da prisão, no fim do horário de visita, com marcas de espancamento e com os cabelos raspados. Ambas disseram que os agentes de segurança, ao verem a condição física da mulher agredida, levaram-na à delegacia da cidade, onde ela registrou um boletim de ocorrência por agressão. “Aí, me disseram que depois disso a mulher foi morta”, contou-me Fabiana, com cara de espanto.

A raspagem de cabelos e/ou sobrancelhas aparece em outros trabalhos como ameaça presente nas discussões entre mulheres e seus *presos* (FERRAZ DE LIMA, 2013). Raspar o cabelo seria uma possível forma de *cobrar* a mulher por um passo considerado errado. Naquele fim de semana, a história da mulher foi assunto das conversas de muitas hóspedes que levantavam rumores sobre o que poderia ter acontecido. Diziam que ela foi espancada e teve os cabelos raspados como punição por *trair o marido*. Flora emendou que a mulher *assumiu a traição* para o marido e, que depois disso, ela seria *louca* por voltar a visitá-lo porque ele poderia *cobrar* pela sua *traição*. O clima de consternação que marcava as falas misturava-se a uma busca por compreender os sentidos do ocorrido.

O espancamento e os cabelos raspados, consumados, causaram espanto também nos *presos*, segundo algumas das mulheres. Nas conversas sobre o caso, uma delas nos disse que o seu marido e seus colegas de cela, que vivem no mesmo *raio* onde o caso ocorreu, surpreenderam-se com a ação do *marido traído*. Eles não achavam que o marido teria “coragem de cobrar a traição”:

Ninguém acha que o cara vai ter coragem de fazer. Mas esse cobrou aqui e cobrou depois. Às vezes o que acontece é quebrar as pernas, os braços e mandar sair do bairro, mas esse mandou matar (Fala de *mulher de preso* anotada em caderno de campo, 2016).

Após contar a reação de alguns dos *presos* ela disse, em tom de alerta:

Se quer trair separa, gente. O povo acha que aqui é brincar de casinha, mas não é. Mulher de preso nunca está sozinha (Fala de *mulher de preso* anotada em caderno de campo, 2016).

O alerta supunha um certo desconhecimento, sobretudo das mulheres mais jovens, acerca dos riscos em se relacionar com um *preso* e da necessidade de entender que as ações de uma *mulher de preso*, na rua, não passam despercebidas.

A despeito do espanto e do tom preocupado nas falas, as mulheres que discutiam e comentavam o caso em nenhum momento o circunscreveram como uma violência. O desfecho do caso também estava em aberto e tornou-se espaço para a produção de

rumores sobre o que de fato teria ocorrido: algumas diziam que a mulher foi morta; outras contavam que, após o espancamento e a denúncia de agressão, ela foi obrigada a se mudar do bairro onde vivia. As discussões sobre o ocorrido, permeadas por espanto e preocupação, também aludiam ao descuido da mulher espancada e reconheciam o episódio como efeito de ações e reações encadeadas: a mulher *traiu o marido*; ela assumiu a *traição* para ele; ela voltou a visitá-lo na prisão (o não devia ter feito); ela foi *cobrada* pela *traição*.

O episódio parece ter, aqui, uma dimensão pedagógica que lembra às *mulheres de preso* os limites de suas ações. Deparar-se com a figura da mulher espancada e ouvir os rumores de que ela foi morta – ou expulsa do bairro – dão conta de produzir um tipo de assombro que repercute para além do momento e para além do caso, num movimento de reiteração do que pode ocorrer com uma *mulher de preso* que escapa dos limites estabelecidos para a relação. Gênero como linguagem de violência e de restauração da ordem é mobilizado na raspagem dos cabelos e no espancamento, nos rumores do homicídio e da expulsão do local de moradia.

O ato de *cobrar* alguém por uma ação, que tomou proporções extremas no episódio envolvendo a mulher espancada pelo marido na prisão, ocorre em situações as mais diversas. Essa *cobrança*, contudo, geralmente não é feita sem um *debate* anterior – instrumento de mediação que não se limita às discussões sobre o “mundo do crime”, mas estabelece regras e moralidades que têm efeitos tanto dentro quanto fora das prisões. Nos episódios aqui abordados tais efeitos estão marcados por gênero, produzindo e mobilizando certas disposições sobre a conduta das mulheres. As discordâncias e desavenças, de diversas proporções, só permitem que uma das partes *cobre* a outra após discussões coordenadas por *irmãos*, membros do PCC, presos – ainda que a desavença ocorra, por exemplo, entre duas *mulheres de preso*.

Nesse processo de debater as desavenças e chegar a uma conclusão sobre quem pode *cobrar* quem, produzir provas que reiterem a sua versão da história é fundamental. Essas provas envolvem, por exemplo, mobilizar testemunhas e guardar cópias de conversas ocorridas em aplicativos, comprovantes de conduta que serão mobilizados no momento certo para demonstrar quem tem razão em determinada disputa. Ter cuidado com o que se fala – lembrando que “mulher de preso nunca está sozinha” – é tão importante quanto fazer uma gestão das informações para mobilizá-las em momentos posteriores e resguardar-se de problemas.

Um caso ocorrido entre duas mulheres que visitavam seus maridos é ilustrativo acerca das relações entre dentro e fora da prisão que se revelam nas discussões em torno de discordâncias e em suas consequências posteriores. O desenrolar e o desfecho do caso também dizem algo sobre a dimensão relacional da *mulher de preso*.

Vitória e Fabiana ficaram bravas quando viram uma mulher na *fila* da prisão, pois achavam que ela *não merecia* estar ali. Disseram-me que, algumas semanas antes, ela pedira a outra mulher que entrasse com um pote de comida por ela, e o pedido foi aceito. Esse pedido não é incomum na porta da prisão e há pessoas que se oferecem para entrar com comidas em nome de outras como forma de solidariedade⁷⁵. A própria gestão da comida dos *pelegrinos*, feita por Flora e descrita no Capítulo I, só é possível porque algumas *mulheres de preso* aceitavam carregar potes de comida que não eram originalmente seus. O caso da mulher que, de acordo com Vitória e Fabiana, *não merecia* estar na *fila* revelou-se uma armadilha, no entanto. Alguns metros de fio estavam escondidos em meio à comida, e a mulher que aceitou carregar o pote como um favor para a outra foi responsabilizada pela administração prisional e *tomou um gancho de tempo indeterminado*⁷⁶. Em outras palavras, ela foi impedida de entrar para visitar seu marido sem previsão de voltar a circular pela prisão. O marido, consequentemente, ficou sem visita e sem *jumbo*.

Quando informado do acontecido, o marido da mulher punida *chamou pras ideias* o marido da dona do pote, ou seja, demandou uma discussão dentro da prisão, mediada pelos presos reconhecidos como PCC, para que decidissem se ele teria o direito de *cobrar* o marido preso por um ato da esposa na *rua*. A solução do caso culminou em uma *surra* no marido da dona do pote. Fabiana, porém, não estava contente com a decisão: “eu acho que ela tinha que ter tomado um pau aqui fora também”.

Fabiana e Vitória compartilhavam um certo sentimento de injustiça em relação ao desfecho do caso. Ao se ofenderem com a presença da mulher que causou a celeuma na *fila* de visitas, perguntei sobre o porquê de o marido ter sido cobrado por uma atitude

⁷⁵ A administração penitenciária limita as quantidades de produtos e potes de comida que cada visita pode levar por dia – na prisão de Tamara, são permitidos dois potes, e cada item permitido no *jumbo* tem também limites de quantidades. Quando uma pessoa quer levar mais comida do que o permitido, ou quando um homem preso encomenda comidas *da rua*, há uma busca por mulheres que não estejam com o *jumbo* cheio e possam transportar alimentos e outros itens em suas sacolas.

⁷⁶ A entrada de fios é proibida pela administração prisional. O material é importante para o funcionamento de diversas “gambiaras” dentro da prisão que servem a uma miríade de coisas – desde o aquecimento de alimentos até o funcionamento de telefones celulares. O trabalho de Sara Antunes (2017) enfatiza as “gambiaras” como elementos que “fazem o cotidiano” em uma penitenciária feminina paulista.

da mulher. Ambas responderam enfaticamente: “porque é responsabilidade do preso instruir a visita”. A responsabilidade da ação não era exclusiva da mulher, pois o marido faltou com o compromisso de *instruir a visita*, dizer o que se pode e o que não se pode fazer dentro da prisão, e também em suas fronteiras. Tornar-se *mulher de preso* é produção que demanda relação e diálogo contínuo entre a mulher e seu *preso*, e este tem responsabilidade sobre suas próprias ações e sobre as ações de sua mulher. As ações da *mulher de preso* não passam despercebidas e são inseparáveis das ações do homem preso. A ideia de que “mulher de preso nunca está sozinha” ganha, aqui, outros sentidos. Os modos de ação de uma e de outro estão enredados.

Um primeiro ponto a se destacar dos dois episódios de *cobrança* relatados nas conversas da pensão e da fila é que ambos colaboram para reiterar a ideia de que “mulher de preso nunca está sozinha” – em razão do trânsito de informações a respeito do que ocorre do lado de fora da prisão, ou da responsabilização do marido pelas ações da mulher. Ambas as histórias, junto com a frase sempre reiterada nas conversas e orientações – não necessariamente solicitadas – às *mulheres de preso* mais novas, cumpriam funções pedagógicas de explicitar as prováveis consequências de determinadas ações e de apresentar o terreno minado por onde circulam aquelas que visitam uma prisão.

Natália Padovani (2018) contribui para essa discussão quando nos apresenta Adelina, presa, mulher de “pés quebrados”: casada com um homem também preso, ela se envolveu com uma “sapatão” e teve um “amante”, com quem se correspondia, em distintos períodos de seu aprisionamento. Quando o marido deu sinais, por meio de suas cartas, de que crescia em importância dentro do PCC, Adelina rompeu com a “sapatão” e mobilizou esforços para reconstruir sua “caminhada” em outros termos, revelando ao marido os casos vividos e suportando o “veneno” de não saber ao certo se e quando ela seria cobrada por suas “caminhadas tortas” através das prisões. A indefinição de sua situação chega a um limite quando Adelina diz a Padovani “Eu preciso saber logo se vou morrer ou se virei cunhada” (PADOVANI, 2018:175)⁷⁷. É essa mesma indefinição a respeito do que ocorreria que motiva Adelina a produzir provas de todos os diálogos costurados com o marido através das palavras e das cartas – que ela passou a copiar e guardar para garantir um inventário de tudo o que dizia e do que lhe era dito. Exausta do período de “veneno”, Adelina rompeu com o marido e tomou uma *cobrança*: “apanhou

⁷⁷ *Cunhada* é o termo que designa as mulheres casadas com membros batizados no PCC, conhecidos como *irmãos*.

‘por uns três minutos’” (idem:181) das *irmãs* da prisão onde cumpria pena. Ao fim, Adelina não morreu, nem virou *cunhada*.

As *cobranças* e a observação da *caminhada* tanto no contexto etnográfico que apresento quanto no trabalho de Padovani indicam que há que se ter cuidado com o que se faz e o que se diz, a quem se diz, com o que se carrega consigo. A produção de provas e de testemunhas diante das próprias ações é também parte de uma preocupação cotidiana com a eventual necessidade de avaliar sua boa conduta, dentro e fora das prisões, no caso de uma *cobrança*.

As mulheres com quem conversei ainda inseriram os dois casos de *cobrança* em ordenamentos nos quais uma ação desencadeava e produzia sentidos para as reações associadas: a mulher traiu o marido e por isso foi espancada, no primeiro caso; um homem foi *cobrado* dentro da prisão pela má conduta da esposa, no segundo. Em ambos, o desenrolar dos acontecimentos não era apoiado pelas mulheres com quem conversei. Elas se assustaram com a reação do marido traído e com os rumores de morte ou expulsão do bairro onde a mulher espancada vivia. Elas consideraram que a punição ao marido foi insuficiente para resolver o caso dos fios no pote de comida e dirimir a responsabilidade da mulher. A resolução dos casos tampouco era completamente inesperada por elas. Eram enredos possíveis, determinados diante de condutas de *mulher de preso* que não se desatavam das condutas dos seus homens.

Vale enfatizar novamente a perspectiva de Taussig de que as culturas do terror precisam da “elaboração cultural do medo” para que seu poder de controle seja exercido, do mesmo modo que o vitimizador necessita da vítima “a fim de criar a verdade, objetivando a fantasia no discurso do outro” (TAUSSIG, 1993: 30). Ao abordar o mundo dos empregados da companhia de borracha aos quais se atribuíam as torturas em relação aos indígenas do Putumayo, o autor recorre ao relato de um juiz peruano de que as imaginações desses empregados são elas mesmas permeadas pela ideia da morte e pela ameaça de onças e canibais. O autor produz aqui uma analogia com o Terceiro Reich tal como aparece no poema de Bertolt Brecht, *Die Ängste des Regimes*: “o temor governa não só aqueles que são governados, mas os governantes também” (Brecht *apud* Taussig, 1993:134). O poema é uma reação à pergunta feita a um companheiro que acabara de visitar a Alemanha em 1937 sobre quem efetivamente governava no Terceiro Reich: “o Medo”, recebeu como resposta. As *cobranças* e a tensão que provocam integram uma economia do poder que é parte do cotidiano dentro e fora da prisão em Tamara – embora homens e mulheres estejam, aí, em posições desiguais.

O *gancho* tomado pela mulher que se dispôs a levar o pote de comida pela outra não foi um caso isolado, ainda que os motivos para *ganchos* sejam variados. Em um dos fins de semana em que estive na cidade, Vitória entrou para visitar seu marido e, depois de um tempo, voltou à barraquinha onde estávamos eu e Fabiana. Chorando, disse que *pegou um gancho* de seis meses, pois o detector de metais *apitou* quando ela estava passando⁷⁸. Ela disse que não tinha nada, além do aparelho ortodôntico, e desconfiava que um funcionário pudesse ter manipulado a máquina em seu desfavor. Fabiana – e outras a quem Vitória contava a história – perguntavam se ela não tinha *batido o pé*, se não tinha *feito um escândalo*, se não tinha discutido com os funcionários a respeito do *gancho*, e ela respondia que sim, que fizera o possível, mas nada funcionara.

Fabiana, ágil, consultou algumas das mulheres ali presentes sobre quem poderia levar ao marido de Vitória alguns dos itens do *jumbo* que ela entregaria na visita impedida pelo *gancho*. Enquanto a rápida redistribuição dos itens ocorria, uma mulher prestes a entrar no primeiro portão da prisão chamou por Vitória, que foi conversar e voltou ao nosso encontro com mais lágrimas nos olhos. A mulher prontificou-se a levar coisas para o marido de Vitória em seu *jumbo* – produtos de higiene, alimentos etc. O que mais emocionou Vitória no ato da mulher se oferecer para fazer o favor foi o fato de que as duas não eram amigas, mal conversavam na porta da prisão. “A gente nunca sabe de onde vem a ajuda”.

Essa *ajuda* vem de amigas e de mulheres quase desconhecidas, mas também pode vir de lugares ainda mais recônditos. Mais tarde, já de volta à pensão, Vitória viu no *gancho* um sinal relacionado a algo que a *missionária*, apresentada no capítulo I, disse-lhe certa vez: que ela teria um “livramento de Deus” que a tiraria de uma situação difícil. O *gancho*, ainda que inscrito como algo ruim que a separou do marido por um período determinado, foi reinscrito como o *livramento* de algo pior. Ela supôs que alguém pudesse (ou quisesse) envolvê-la em uma situação problemática e assumiu o *gancho* como um sinal, o que a reconfortou⁷⁹.

⁷⁸ Relembro que o detector de metais era parte do processo da revista. As visitas devem se despir e atravessar o detector que tem o formato de um portal, indo e voltando através do seu vão. Quando o detector *apita*, as mulheres são impedidas de entrar naquele dia e recebem 15 dias de suspensão das visitas – o *gancho*. Se, no período de um ano, o detector *apita* com a mesma mulher uma segunda vez, o período de *gancho* amplia-se para um mês. Na terceira recorrência em menos de um ano, o *gancho* se amplia para seis meses de suspensão. Vitória recebeu *ganchos* anteriores e neste último, seu terceiro, teve a entrada suspensa por seis meses.

⁷⁹ A ideia de *livramento* é mobilizada em outros contextos, quando uma situação potencialmente problemática tem um desfecho positivo.

O perigo de ser implicada em algo ou meter-se em uma situação produzida por pessoas mal-intencionadas não está presente apenas na explicação de Vitória sobre o *gancho* que levou, mas é receio frequente também entre os donos da pensão, Flora e Ítalo, como demonstrei no primeiro capítulo. Por vezes, Flora e Ítalo falavam do cansaço com a vida em torno da pensão e, conseqüentemente, em torno da prisão.

Porque tem muita gente que não presta, tem muita gente que não cuida da própria vida, que só pensa em te prejudicar. Quando alguém fala alguma coisa eu já tenho que estar quatro passos à frente (Fala de Ítalo anotada em caderno de campo, 2015).

A necessidade de identificar “gente que não presta” para se manter atento e diligente e o exercício de “estar quatro passos à frente” de eventos potencialmente prejudiciais evidenciam o sentimento contínuo de desconfiança com as pessoas e situações relacionadas à prisão que fazia parte do cotidiano da família de Flora e Ítalo. Esse sentimento de desconfiança parte, muitas vezes, de eventos concretos; em outras tantas circunstâncias, as desconfianças vêm produzidas por “rumores”, que constroem figuras, provocam julgamentos morais e fazem parte do clima de medo e de perigo incerto cujo desfecho pode ser inesperado (DAS, 2007).

Após o *gancho*, Vitória decidiu voltar para sua cidade. Seu plano era ficar mais perto do filho que estava preso e começar a visitá-lo. Voltar para a cidade também facilitaria a preparação de uma nova casa para morar com o marido quando ele saísse da prisão – coisa que, segundo ela, estava próxima de ocorrer. Uma das grandes inseguranças que Vitória demonstrava em relação a seu casamento era considerar-se *velha* para o marido, que era cinco anos mais novo. Ela temia que ele a deixasse por uma mulher mais nova assim que saísse da prisão. A idade e o tempo de *caminhada*, nesse contexto, não se traduziam em formas de se movimentar, mas mobilizavam a preocupação em ser trocada por uma *novinha*.

A preocupação de Vitória não era infundada. Após o episódio que culminou em um *gancho* de seis meses e seu retorno para a cidade onde vivia antes de morar em Tamara, ela e o marido romperam. Flora *descobriu* que o marido de Vitória tinha uma *amante*, que entrava para visitá-lo no *rol* de outro preso, antes mesmo de Vitória *tomar um gancho* e partir da cidade. Vitória não voltou mais a Tamara.

“O melhor ator é o preso”: atuações, agenciamentos e uma implosão narrativa

Andressa, hóspede da pensão, mobiliza uma narrativa de vida que a qualifica como *mulher de preso* e, mais do que isso, uma *mulher de preso* bem relacionada e de confiança. Sua história cai por terra, contudo, quando ela é presa e Flora descobre que ela entrava na prisão para *fazer corre* e que se encontrava com um *preso* que *não era ninguém*. A implosão narrativa que estilhaçou sua reputação perante Flora nos conta sobre elementos que importam para que uma *mulher de preso* se qualifique (ou se desqualifique) nos arredores da prisão e da pensão. Se a história de Andressa fosse um filme, esta seria a sinopse.

Conheci Andressa em 2016. Cheguei à pensão para mais um fim de semana de pesquisa e Flora me apresentou a ela reforçando que eu deveria escutar sua história “cheia de sofrimento, né Andressa?”. “É sim, Dona Flora, já passei por muita coisa nessa vida”. Aquela seria a segunda semana de Andressa na pensão. Ela chegara no final de semana anterior e decidira esticar a estadia por mais um período, o que a permitiria visitar o marido por alguns finais de semana seguidos. Ao final, Andressa viveu por pouco mais de um mês junto à família de Flora até ser presa na *batida policial* ocorrida na pensão. A partir de sua prisão, a narrativa montada por Andressa e dividida com Flora, Fabiana, *mulheres de preso* e pesquisadora começou a implodir.

Eu já me decidi, não quero mais. Tô há muito tempo nessa vida de cadeia e perdi muito, deixei de fazer muita coisa... Olha, eu terminei o ensino médio, comecei a fazer enfermagem e não consegui continuar porque não dava conta de pagar. Cadeia gasta muito dinheiro e o meu [marido] é exigente. Ele quer as coisas da marca tal [ênfase dela]. Se não for as coisas que ele quer, ele dá pros outros, joga fora. É difícil. Segunda, eu vou chegar em casa e falar com um advogado sobre a situação dos meninos [filhos do marido, enteados dela]. Eu sei que ele vai tentar tirar eles de mim, ele sabe que é aí que ele me atinge. Ele vive jogando isso na minha cara. E a mãe dele não tá nem aí pros meninos, mas se for pra fazer desfeita pra mim, ela vai pegar [a guarda das crianças].

(Fala de Andressa anotada em caderno de campo, outubro de 2016).

Flora: Era tudo mentira! Não tinha criança nenhuma, não tinha trabalho, não tinha casa da avó que ela tinha herdado, a mãe dela não tava com câncer. Tudo mentira. Tudo, tudo, tudo. E ela nem era casada com o cara que ela falava. Na verdade ela entrava no *rol* de outro. Pagava de *cunhada* aqui fora e o cara que ela visitava nem do *Comando* é.

Natália: Nossa, Flora, não acredito! E ela ainda me disse que *o melhor ator é o preso*.

Flora: Pois é. Ela devia ser escritora.

(Diálogo com Flora anotado em caderno de campo, dezembro de 2016).

Os dois meses de diferença na forma como Andressa era escutada na pensão e na pesquisa tiveram a *batida policial* como ponto de virada. A vida que ela dizia ter em sua cidade, os relacionamentos que ela dizia ter dentro da prisão, as histórias que contou para Flora, Fabiana e para mim foram desmontados quando Flora procurou pela mãe de Andressa para avisar sobre a prisão da filha e ouviu uma história diferente. É notável que a narrativa montada por Andressa tivesse elementos comuns a muitas *mulheres de preso* que circulam pela prisão – e, por isso mesmo, a narrativa foi creditada como verdade até o ponto em que não foi mais.

Quando conheci Andressa, Flora me contou que a nova hóspede da pensão descobrira, na véspera, que seu marido tinha uma *amante*. A dona da pensão emendou que “na verdade, fui eu que contei. Eu fiquei sabendo e achei uma injustiça ela não saber, e contei mesmo”. Não era a primeira vez que Flora contava a uma *mulher de preso* que seu marido recebia a visita de *amantes* que entravam no *rol* de outro preso como se fossem visitantes dele. Após a revelação da traição, Andressa comentou que agora a conversa estranha com uma mulher que a procurou pelo facebook – a suspeitada *amante* – fazia sentido. Segundo ela, a mulher iniciara a conversa e ambas contaram uma à outra há quanto tempo seus maridos estavam presos, em qual *raio* estavam e toda nova informação que a nova amiga repassava a Andressa era coincidente com sua própria situação. “Eu achei tudo estranho, mas fui mantendo a conversa e printando⁸⁰ tudo”. Andressa já imaginava que os *prints* das conversas poderiam ser úteis em eventuais *debates* e *cobranças* posteriores, caso se comprovasse a suspeita de que ambas falavam de um mesmo homem.

Andressa também falou bastante sobre sua vida naquele dia. Ela tinha pouco mais de vinte anos e vivia na região de Campinas – ou no *zero-dezenove*, a menção ao DDD que Flora e Fabiana usavam para identificar as regiões do estado. Trabalhava em uma fábrica de embalagens desde o período de aprendiz. Contou que conheceu o marido na adolescência – ou seja, na *rua* – e que estavam juntos há alguns anos, mas que ele não ajudava com nenhuma despesa e era exigente com o que ela levava no *jumbo*.

Os dois filhos de Andressa eram filhos de seu marido e, como indicado em sua fala, eram sua grande preocupação diante de uma possível separação. O primeiro filho já

⁸⁰ A palavra faz menção ao ato de fazer um “print”, ou seja, fotografar a tela do celular para manter um registro das conversas e seus conteúdos.

existia quando ela e o marido ficaram juntos. O segundo foi fruto de uma relação extraconjugal e ela contou que a mãe da criança o *abandonou* quando o bebê tinha três meses. No começo, era difícil cuidar dessa criança, mas isso já era passado: “Não que a gente goste mais de um filho do que de outro, né? Mas o mais novo foi abandonado, então isso faz com que eu tenha mais amor por ele, eu acho”. Os cuidados com as crianças eram divididos com a mãe e a irmã de Andressa, que viviam próximas à sua casa.

Ela contou sobre seus irmãos e sua irmã, sobre as separações e voltas dos pais e sobre o período em que foi *guia da fila* de uma penitenciária onde visitava seu marido antes de ele chegar a Tamara. Foi *a maior dor de cabeça*. Ela saiu da posição depois de *perder a razão* e bater em uma mulher que brigava com ela. A briga começou porque a mulher demandava um lugar *preferencial* na fila, alegando que seu marido era *irmão* e que ela já tinha tempo de *caminhada*. Andressa lembrou-se desse episódio porque conversávamos sobre as atitudes de algumas *mulheres de preso* que mencionavam *irmãos* ou o fato de serem *cunhadas* para conseguirem coisas. Flora condenava essa atitude dizendo que “do jeito que essa mulherada fica falando ‘meu marido isso’, ‘meu marido aquilo’, parece que só tem *irmão* nessa cadeia”.

A história contada por Andressa sobre si concentra elementos inteligíveis e recorrentes nos contextos da pensão e da porta da prisão. As narrativas sobre *filas* de prisões e as discordâncias com *mulheres de preso*; as menções à família e à solidariedade entre ela, sua mãe e sua irmã; o fato de conhecer o marido *da rua*; a menção à vontade de se separar do marido em vista da descoberta da *amante*; a produção de provas contra a *amante* em conversas privadas via facebook. Todos os pontos da narrativa montada por Andressa aludiam a experiências e situações vivenciadas por mulheres que circulam na porta da prisão e que eram divididas nos momentos de convivência na pensão. Flora acreditou nessa narrativa e não tinha motivos para pensar em contrário. Tal narrativa se complicou, como dito, quando a polícia invadiu a pensão e Andressa foi uma das presas na *batida*.

O conflito de Flora com Andressa não dizia respeito aos prováveis *corres* que a hóspede fazia, mas às mentiras contadas por ela. Flora buscou o contato da mãe de Andressa e a procurou para avisar que a filha estava presa. Ela preocupou-se com a situação da então amiga. Na conversa com a mãe, Flora descobriu que as histórias que Andressa contava não eram bem o que pareciam. A mãe disse que Andressa morava em um barraco, sozinha, e que não trabalhava nem tinha filhos. A relação entre as duas

pareceu não ser boa. Na conversa pelo telefone, Flora achou que a mãe não se importou muito com a prisão da filha.

A verdade é que a Andressa entrou pra fazer *corre*. Dizia que visitava o Fulano, mas nem era ele que ela visitava. Ela estava no *rol* de outro cara que não é nada lá dentro (...). Eu já escrevi duas cartas pra ela falando um monte, dizendo que eu já sei de tudo e que a mãe dela me contou. Ainda não mandei, mas vou mandar (Fala de Flora anotada em caderno de campo, dezembro de 2016).

“Pagava de *cunhada* aqui fora e o cara que ela visitava nem do *Comando* é”. “Ela estava no *rol* de outro cara que não é nada lá dentro”. As cartas que Flora escreveu para Andressa – e que por fim não enviou – expunham a descoberta da mentira. A revolta de Flora ainda mencionava um outro aspecto da narrativa desmontada: a alusão, feita por Andressa, de que ela seria casada com um *irmão*, ou seja, com um membro do PCC. As conexões da *mulher de preso* dentro da cadeia informam as relações do lado de fora e vice-versa. Flora sabia que era necessário ter cuidado nas conversas – e mesmo nas discussões – com mulheres cujos maridos são *irmãos*. A mentira de Andressa sobre essa relação foi, nesse sentido, um golpe mais grave do que as mentiras sobre seu histórico familiar, suas relações de trabalho ou mesmo os *corres* que ela poderia ou não fazer. A mentira mais grave fez Flora acreditar que Andressa era bem relacionada na prisão e poderia ser, nesse sentido, uma relação importante para a dona da pensão.

A narrativa de Andressa a posicionava em lugares vantajosos nas relações com Flora e com as demais mulheres de preso com quem se relacionava. Andressa se apresentou com elementos identificáveis e valorizados nos contextos por onde circulava e assumiu o risco de que a história contada fosse, em algum momento, desmontada. Os elementos de sua narrativa compunham o véu que demonstrava seu comprometimento com o “comportamento moral” e seu “senso de honra atado à família” (ABU-LUGHOD, 2012). A menção ao trabalho e à criação das crianças, o esforço para montar o *jumbo* do marido e mesmo a paciência para coletar evidências que pudessem favorecê-la em uma discussão sobre a suposta *amante*. Sua conduta enquanto *mulher de preso* era admirável aos olhos de Flora. A polícia e a prisão, no entanto, retiraram o véu de seu rosto.

A veracidade das histórias era central para a avaliação de Flora. Aqui, o que é “real” deixa de ter a mesma importância. A narrativa de Andressa ganha sentido em grande parte porque desloca uma relação entre supostos “fatos reais” e o que é narrado, como se narrativas fossem a transposição cristalina da “realidade” em palavras. O ponto é que as histórias de Andressa explicitam convenções atuantes no campo e ao mesmo

tempo o caráter construído e, em certo sentido, ficcional das “experiências” vividas pelas mulheres. As histórias também ganham relevância ao mostrarem como as mulheres deslizam por complicadas relações que implicam o lado de dentro e o lado de fora da prisão, muitas vezes de forma a alargar seu espaço de agência pelo manejo das relações das quais participam.

Para chegar às mães: Isabel, seu filho e a mulher sem juízo

Como já notei, conheci poucas *mães* durante a pesquisa em Tamara. A maior parte das hóspedes de Flora eram *mulheres de preso*. É possível que algumas mães estivessem presentes na *fila* e nas visitas à penitenciária da cidade, mas as mediações através de Flora e dos movimentos da pensão e da barraquinha me permitiram conversar com poucas mulheres que visitavam seus filhos. Uma delas foi Isabel, com quem me encontrei em um final de semana de visitas em 2015.

Isabel visitava o filho depois de quase um ano sem ir a Tamara para vê-lo. “Cadeia é esgoto de dinheiro”, ela dizia, como que explicando a ausência por tanto tempo. Não havia dinheiro suficiente para dar conta da rapidez com que o dinheiro escorria pelos seus dedos nas visitas ao filho. Isabel repetiu a frase em outros momentos no quarto que dividimos naquele fim de semana – enquanto montava o *jumbo* e calculava quanto já tinha gasto com todos aqueles produtos, enquanto contava o dinheiro reservado para o pagamento da pensão e das refeições encomendadas a Flora e Fabiana.

Então com pouco mais de 50 anos, Isabel tinha acabado de se aposentar quando nos conhecemos. Visitar o filho na prisão significava fazer uma longa viagem: ela vivia em uma cidade do interior paulista, distante de Tamara. Seu desânimo com os gastos e as horas de viagem para ver o filho juntava-se à sua falta de esperanças de que o filho sairia da prisão para uma vida fora do “mundo do crime”.

Com efeito, Isabel foi modulando suas dúvidas e convicções a respeito do filho ao longo do fim de semana. Na sexta-feira, em uma de nossas primeiras conversas, ela perguntou se eu achava possível seu filho sair da prisão e *mudar de vida*. No domingo ela era assertiva ao dizer que sabia que o filho não mudaria. Reconheceu, ainda, que às vezes desejava que o filho não saísse da cadeia: “Eu não tenho coragem de falar isso pra ele... Mas enquanto ele está preso, ele está vivo”. Sua fala ecoa a narrativa da pastora que foi à pensão de Flora, descrita no capítulo I, também *mãe* de um preso. Nas falas de ambas as mães, a prisão serve como um meio para evitar a morte do filho na rua.

O medo de o filho morrer na rua era efeito de eventos vividos por Isabel nos últimos anos: apreensões, violência policial, internações e a prisão do filho. Quando adolescente, o filho foi internado na Fundação Casa por duas vezes. Ela voltou aos tempos da primeira internação dizendo que o filho passava muito tempo com o pai e que ela quase não convivía com ele por causa do trabalho como auxiliar de limpeza, feito em turnos. Nada se falou sobre responsabilidade ou culpa. De qualquer forma, a menção ao marido que ficava com o filho parecia lidar de maneira ambígua com um sentimento latente de culpa em Isabel – ela não estava presente no dia a dia do filho, o que poderia responsabilizá-la pela situação justamente por sua ausência; o marido, por outro lado, era quem estava lá, o que o responsabilizava – justamente por sua presença – pelo desenrolar da vida do filho.

Já adulto, com 18 anos, o filho de Isabel foi preso após uma operação policial que invadiu a casa em que moravam. O filho escapou da polícia naquela oportunidade e se manteve foragido por uma semana, quando foi preso. Isabel contou que durante essa semana a polícia ia à sua casa, fazia perguntas e mexia em tudo. “Ter a casa toda revirada pela polícia é uma sensação terrível”. Isabel disse que quando o filho foi preso, o jornal da cidade – que ela guardou para mostrar a ele – publicou que o maior traficante do bairro onde viviam tinha sido capturado.

Isabel conta que a prisão do filho inaugurou um período de depressão e de remédios controlados em sua vida. Ela estava deixando os antidepressivos no período em que conversamos. Dizia que se o filho saísse da cadeia e continuasse *nessa vida*, ele acabaria por envolver outros filhos de outras mães, e que isso os levaria para a prisão. Isabel mostrava-se aflita com essa possibilidade e dizia que não desejava para ninguém esse *sofrimento*. Isabel remete, em sua narrativa, a algumas perspectivas presentes nas falas de outras mães que também fizeram parte da pesquisa. Penso nas *mães* que atuam na Amparar e que serão tema do próximo capítulo. A menção à prisão do filho como evento que inaugura um período de sofrimento na vida e a preocupação com os filhos de outras mães foram aspectos também mobilizados em suas falas. Diferente de Isabel, esses elementos fizeram parte dos caminhos que as levaram para o ativismo a partir do reconhecimento enquanto *mãe e familiar de preso*.

A menção ao recorte de jornal guardado para mostrar ao filho é curiosa e levanta perguntas. Para além do sofrimento e da aflição, Isabel teria orgulho do filho, “o maior traficante do bairro”? Se há uma ambiguidade entre *sofrimento* e orgulho pelo filho na ação de guardar o recorte de jornal, essa mesma ambiguidade aparece em um caso

complexo relatado por Isabel envolvendo seu filho, o neto bebê e a disputa da guarda da criança. Segundo Flora, o filho de Isabel, preso, namorou uma *mulher sem juízo*. Flora a conheceu porque ela se hospedou na pensão para visitá-lo. Ele e a namorada tiveram um filho juntos. A *mulher sem juízo* também tinha filhos de outra relação e por razões não comentadas nem por Flora, nem por Isabel, acabou por perder a guarda de todas as crianças. Isabel, então, entrou com um pedido de guarda do neto, ainda bebê. Durante o processo, Isabel recebeu a *mulher sem juízo* em sua casa, pois ela não tinha onde morar. A assistente social responsável pelo caso soube que Isabel abrigou a mãe da criança. Segundo Isabel, a profissional atuou para negar a ela a guarda do neto, alegando que a mãe da criança, a *mulher sem juízo*, que teve a guarda dos filhos destituída, vivia na mesma casa onde a criança poderia viver. Os filhos mais velhos da *mulher sem juízo* foram morar com uma tia materna, mas o bebê, neto de Isabel, foi encaminhado à adoção⁸¹. Isabel não sabia bem se contava essa notícia para o filho enquanto ele estava preso, mas resolveu falar. Ele ficou revoltado. Disse que quando saísse da prisão iria atrás da assistente social e faria com que ela o levasse até o bebê. Não sossegaria antes de ter a criança de volta.

Isabel ficou preocupada com a revolta do filho e com o seu plano de perseguir a assistente social. A história, afinal, levantava múltiplas alternativas para um desfecho trágico – a adoção definitiva do neto era uma delas, mas também a possibilidade de o filho ser violento com a assistente social e o retorno do filho à prisão como decorrência de uma ação impensada. Isabel ao mesmo tempo se revoltava com a atuação da assistente social. Ainda que não compartilhasse da saída proposta pelo filho, ela esperava alguma resposta à negação da guarda do neto.

Não encontrei mais Isabel nas viagens posteriores que fiz a Tamara. Chegamos a trocar algumas mensagens pelo celular. Ela dizia que o filho deveria sair logo da prisão, mas não mencionou o desenrolar do processo de adoção do neto. Quando perguntei a Flora sobre ela, a dona da pensão comentou que ela voltou poucas vezes à cidade para visitar o filho. Flora também contou que o filho, a despeito da ausência da mãe, sempre

⁸¹ O relato de Isabel reforça que processos de adoção mal explicados aparecem com alguma recorrência em relações familiares atravessadas pela prisão. Durante minha pesquisa de mestrado uma das personagens que apresento teve a filha adotada em circunstâncias similares – a avó pediu a guarda da criança e seu pedido foi negado. Ana, a mulher com quem conversava e que estava presa, esforçou-se para reverter o processo de adoção e documentou seus esforços em cartas endereçadas a juízes e instituições que poderiam auxiliá-la (LAGO, 2014).

fazia encomendas de refeições a Flora e Fabiana. Isabel pagava a elas os valores devidos via depósito bancário. “Cadeia é esgoto de dinheiro” não apenas quando se vai visitar.

Isabel, uma das poucas mães que encontrei em Tamara, ajuda-me a deixar a cidade e a seguir outros caminhos percorridos pela pesquisa. Se as narrativas de *mulheres de preso* mediadas por Flora diziam sobre situações ocorridas na pensão e na *fila*, as mães serão as próximas guias da pesquisa em meio ao ativismo de *familiares de preso*, discutido no próximo capítulo. Como já indicado, as menções de Isabel ao *sofrimento* de ter um filho preso e suas dúvidas (que se tornaram convicções ao longo do fim de semana) sobre os limites para a vida do filho fora das prisões são mobilizadas também pelas mães que encontrei no ativismo.

Ainda que Isabel seja uma mãe entre *mulheres de preso*, sua narrativa traz elementos para as questões que atravessaram o capítulo sobre a produção de diferenças entre mulheres a partir e através de seus *presos*. A nora de Isabel, *mulher sem juízo*, cristaliza uma série de condutas reprováveis nos arredores da prisão: incapaz de criar os filhos, incapaz de manter seu relacionamento com o *preso*. Sua figura é mobilizada como perturbadora de relações familiares e, de certa forma, dos possíveis caminhos do filho de Isabel – uma vez que esta reconhece o perigo inerente ao desejo do filho de procurar a assistente social que encaminhara o bebê para a adoção. A *mulher sem juízo* é, ao fim, uma presença explícita das tensões e disputas entre mulheres que permeiam as relações entre *mulheres de preso* na pensão e na *fila* de Tamara.

Considerações finais: mulheres de preso e seus esquemas

O capítulo explorou a produção de gênero e de sexualidade a partir das relações entre mulheres. Nas narrativas aqui apresentadas, os *presos* aparecem como meio para as relações entre elas. Tanto a pensão quanto a porta da prisão são marcadas por solidariedade, mas também por tensões, desconfianças e produção de diferenças que situam as mulheres umas em relação às outras num movimento que mobiliza a presença dos homens – em números de matrícula e nos modos de agir diante das atitudes de determinadas mulheres.

As feminilidades tramadas entre mulheres delineiam diferentes contornos de pessoas e corpos femininos que circulam na pensão, na fila da prisão e nas narrativas dessas mulheres. Aline contava sobre o risco de uma mulher *virar sapatão* na prisão e transformar-se em *bofinho*; Vitória compunha sua narrativa de *mulher de preso* que não

se parecia com uma; Andressa concentrava, em sua história, atributos valorizados em uma *mulher de preso*; Isabel mobilizava o *sofrimento* e a preocupação com outras mães nos relatos a respeito da vida (e da prisão) de seu filho. Flora e Fabiana avaliavam as punições às mulheres (e, em um dos casos, a um *preso*) diante de acontecimentos e seus efeitos em cadeia.

A categoria *mulher de preso* carrega moralidades que não só estabelecem diferenças entre as mulheres como também produzem hierarquias, sobretudo em relação às eventuais *amantes*. Ser *mulher de preso* pode ganhar contornos acusatórios na relação com pessoas *da cidade*, não envolvidas diretamente com a dinâmica prisional, mas é valorizada em relação a outras categorias que circulam na pensão e na fila. *Amantes* e *garotas de programa* sempre ganham um caráter acusatório e são atribuídas diante de comportamentos incomuns a uma *mulher de preso*, como não saber o número da matrícula do marido ou ter a condição de visita vinculada a um *rol* que não é o do marido.

Viver da prisão, como fazem Flora e Fabiana, é viver em meio a essas tensões e tomar parte nelas – estando passos à frente de atos potencialmente prejudiciais, conhecendo os detalhes das brigas e desavenças, mantendo ativo um sentimento contínuo de desconfiança. Controlar o fluxo de informações sobre si e sobre outros é fundamental para que estas atuem em seu favor em caso de problemas, evitando-os ou garantindo argumentos quando *ir pras ideias* torna-se inevitável. Por outro lado, o sentimento contínuo de desconfiança não as exime de enganos. O controle de Andressa em sua narrativa inventada indica que os aspectos da história comuns a outras *mulheres de preso* e aqueles que fazem menção às boas relações dentro da prisão garantem relações também do lado de fora dos muros. Se não fosse seu próprio aprisionamento, ela seguiria adiante com sua história.

As *mulheres de preso* e sua produção de gênero entre mulheres nos permitem ver outras perspectivas a respeito de suas relações com seus *presos*. Se, no primeiro capítulo, uma das mulheres mencionadas tentava resistir a ser o “esquema” do marido, as narrativas aqui mobilizadas se concentram nos esquemas das mulheres e nos modos pelos quais os *presos* são emaranhados nessas negociações. Essa inversão perspectiva também se mostra nas relações das mulheres com a prisão: se elas estão profundamente enredadas nas engrenagens da instituição e são fundamentais para o seu funcionamento, como discutido no capítulo I, as narrativas de *mulheres de preso* sobre si e sobre outras mulheres mostram que a prisão também está enredada nas tramas que elas criam.

Parte II: Prisões, *familiares* e movimentos

K. cola-se ao rádio, outros esperam junto à tevê, um grupo aglomera-se defronte ao noticiário luminoso do Estadão; mães, irmãs, mulheres prenes de espera. Aguardam o momento com a emoção antecipada de amantes de estrelas armados de lunetas à espera do eclipse único do século. Armam-se, neste caso, de esperanças. O presidente anunciara que, ao meio-dia em ponto, o ministro da Justiça Armando Falcão revelaria o paradeiro dos desaparecidos.

Ao se aproximar o instante da revelação, é como se o sol subitamente parasse no ar; o ar ficou parado no ar; o mundo parece ter parado. Quebrou-se o tabu. O Governo falará sobre os desaparecidos; por isso ressurgiu a esperança. Já haviam se passado seis meses desde a divulgação pelo cardeal arcebispo de São Paulo da lista de vinte e dois desaparecidos. Os jornais a reproduziram, embora discretamente, arriscando enraivecer a imprevisível censura.

E assim é. Meio-dia começa a transmissão. Nomes são ditos aos poucos em ordem alfabética. Em K. a esperança se esvai. O nome da filha, que por essa ordem deveria estar entre os primeiros, não chega. Outros que acompanham atentos o comunicado são tomados pela perplexidade. Este está foragido, este outro nunca foi preso, este também está foragido. Fulano já foi libertado depois de cumprir pena.

De repente é pronunciado o nome de um respeitado professor de economia que nunca desapareceu, que continua morando onde sempre morou e circulando onde sempre circulou, embora tenha sido expulso da universidade, seguido da afirmação maldosa de que está desaparecido. E depois mais outro, objeto do mesmo escárnio. Em vez de vinte e duas explicações, vinte e sete mentiras. Eis que, ao final, aparece uma referência à filha de K. Dela, diz o comunicado, assim como do marido e dois outros, não há nenhum registro nos órgãos do Governo.

Os militares cumpriram a promessa do presidente à luz da doutrina da guerra psicológica adversa. Nessa modalidade de guerra, confundir o inimigo com mentiras é um recurso legítimo; equivalente às cortinas de fumaça da guerra convencional. Enganaram-se os que esperavam a relação humanitária de vítimas de uma guerra já vencida. Ao contrário, a falsa lista revelou-se arma eficaz de uma nova estratégia de tortura psicológica. Teria sido melhor não dizerem nada, raciocina K.

Termina a leitura, encerra-se o comunicado especial do ministro da Justiça. Passam-se alguns segundos, o sol retoma sua órbita; tudo volta a se mexer; o movimento volta às pessoas; K. não se move; sente-se muito cansado.

Trecho de K.: relato de uma busca (KUCINSKI, 2016[2011]: 63-64).

Capítulo III | Relatos da luta: gênero, prisão e ativismo em uma associação de familiares de presos

São Paulo, tarde de sábado, março de 2019. Desci do micro-ônibus após percorrer o trajeto de dois ou três pontos desde a estação José Bonifácio, trecho da linha do trem que tem como destino a região de Guaianazes, zona leste de São Paulo. Fazia muito calor e decidi não caminhar os dez minutos de morro acima que me levariam à Amparar. Atravessei a rua e me senti familiarizada com aquele lugar e suas marcas: as faixas de propaganda em uma esquina, o salão de beleza, a loja de bugigangas. Mais à frente, rapazes e senhores conversavam à toa sentados em uma mureta. Os prédios residenciais, tão iguais, em cores tão diferentes, espalhavam-se até onde a vista alcançava. A sorveteria e o mercadinho, lugares já próximos da sede da Associação. A esquina da rua, que se fechava em uma curva, e os postes com incontáveis fios embolados. Tirei os fones de ouvido e ouvi alguém me chamando. Era Railda. “Eu tô te gritando desde a esquina, você não ouviu?”. Ela preferiu esperar no salão de beleza, batendo papo, até que eu ou outra pessoa passasse, a caminho da reunião, para que ela não chegasse sozinha à sede. Abraçamo-nos, Não a via há pelo menos dois meses. Senti saudades dela e da Cohab II, o bairro onde fica a sede da Amparar.

Subimos as escadas que levavam à sala da Amparar e pegamos toda a correspondência do conjunto de salas para ver quais cartas pertenciam à Associação. Dividimos as novidades. Ela já tinha me contado, por *whatsapp*, que voltaria aos Estados Unidos em maio. Disse a ela que alguns amigos estariam em Boston no mesmo período. Railda me perguntou se eles iriam “na tal da LASA”⁸². Fiquei surpresa, algo boquiaberta, respondi que sim. “É pra isso aí que eu vou também, nossa mesa é nesse evento”. Pensei que perdi a oportunidade de acompanhá-la em um evento internacional das Ciências Sociais – quem sabe numa próxima. Railda foi convidada para participar de uma mesa com *familiares de pessoas presas e de vítimas de violência de Estado*⁸³.

⁸² LASA é a sigla para o congresso da Latin America Studies Association, que ocorre anualmente. Mais informações podem ser obtidas no endereço: <https://lasaweb.org/pt/>. Acesso em 15/03/2019.

⁸³ A atividade em questão nomeou-se “Do luto à luta” e organizou-se a partir da “Rede Global de Mães em Resistência”. O nome da atividade e o próprio nome da Rede foram descritos em três línguas, faladas pelas *mães* de diferentes países que participaram do encontro: português, inglês e espanhol. Railda me enviou um folder da Rede através de Isadora Lins França, que gentilmente acompanhou a atividade das *mães* na LASA e me relatou suas impressões.

Railda Silva⁸⁴ é uma das *mães* à frente da Amparar - Associação de Familiares e Amigos/as de Presos/as. A associação existe desde 2004, tendo Railda como uma das suas fundadoras, e atua no *acolhimento* e na articulação de *familiares*, no encaminhamento de denúncias de violações de direitos ocorridas em prisões e na construção de posicionamentos relacionados à política carcerária. A missão da Amparar é a:

defesa intransigente dos direitos humanos de adolescentes e adultos encarcerados e egressos do sistema penal e de seus familiares e a articulação destes enquanto grupo de solidariedade e de referência ao exercício da cidadania⁸⁵.

Railda considera-se negra e faz 53 anos em 2019. Começou sua militância no final da década de 1990, antes mesmo da fundação da Amparar em 2004, quando um evento “mudou totalmente o rumo” da sua vida: um de seus filhos, então com 14 anos, foi privado de liberdade e encaminhado à Febem⁸⁶. Ao longo deste capítulo, exploro as narrativas de Railda a respeito da prisão do filho e os efeitos desse evento em sua trajetória de *ativista* atravessada por prisões.

Mais recentemente, Railda vem participando, com alguma frequência, de atividades envolvendo redes de *familiares* fora do Brasil. Já esteve nos Estados Unidos, na Colômbia e no México. A atividade da LASA representou sua segunda ida aos Estados Unidos desde 2017, quando a conheci. Em outubro de 2019, enquanto entrego esta tese, Railda deve embarcar para um terceiro evento no mesmo país⁸⁷. Na página que divulga a realização da atividade, um slogan se destaca: “Nothing about us without us!” [Nada

⁸⁴ Apresento Railda Silva e Miriam Duarte, as duas *mães* à frente da Amparar, com seus nomes verdadeiros (com suas devidas autorizações). Suas atuações são públicas e reconhecidas. Usar pseudônimos me parece apagar a atuação pública e o lugar no campo do ativismo que elas se esforçam para construir. Mantenho o uso de pseudônimos e do anonimato para falar sobre quem procura a Associação e para as pessoas que hoje não estão presentes no cotidiano da Amparar.

⁸⁵ Extraído do resumo do projeto que foi realizado pela Amparar com apoio do Fundo Brasil de Direitos Humanos em 2014. Disponível em: <https://goo.gl/XYRFaU>. Acesso em 22/09/2018.

⁸⁶ Febem era o nome da instituição responsável pela privação de liberdade de adolescentes no período em que o filho de Railda foi internado. Em 2006, a Febem teve o nome substituído por Fundação Casa no estado de São Paulo.

⁸⁷ Trata-se da “Free Her Conference”, organizada por uma coalizão chamada “National Council for Incarcerated and Formerly Incarcerated Women and Girls”. A National Council tem por missão “acabar com o encarceramento de mulheres e meninas” e se dedica a estratégias de mobilização e *advocacy*, ou litigância estratégica, em temas relacionados ao sistema de justiça criminal estadunidense. Para saber mais sobre a coalização e a conferência, ver: <https://www.nationalcouncil.us/>. Acesso em 09/09/2019.

sobre nós sem nós!]⁸⁸. A demanda para envolver os sujeitos diretamente afetados pelas políticas criminais e pelo encarceramento é mobilizada como argumento para legitimar a participação de *familiares* de pessoas presas em movimentos anticárcere (RICORDEAU, 2018); nessa abordagem, *familiares de presos* são considerados sujeitos diretamente afetados pelo encarceramento.

Aproximo-me desta posição ao longo da tese. O contexto de pesquisa em Tamara, apresentado na Parte I, explorou os efeitos da prisão nas relações entre *mulheres de preso*, urdidas na pensão de Flora e na *fila*, que envolvem *presos* e a própria prisão. No presente capítulo, discuto os modos pelos quais o aprisionamento de um *familiar* é o evento disparador de um engajamento político que marca profundamente determinadas trajetórias. Em ambos os contextos, *mulheres de preso* e *familiares* são sujeitos diretamente afetados pelo aprisionamento.

Assim como nas *filas* para entrada nas prisões, as mulheres são as mais presentes no movimento de *familiares de presos*, seja entre quem se aproxima da Associação e passa a se considerar *militante*, seja entre aquelas que chegam com pedidos de ajuda e mantêm contatos mais pontuais com a associação. Diferente das *filas*, as pessoas que chegam e ficam na Associação são, em sua maioria, *mães* de pessoas privadas de liberdade, e não *mulheres de preso*. A Amparar constitui-se, então, como um contraponto à pensão de Flora e à *fila* da prisão em Tamara – as mães ali eram poucas, ainda que existentes. No caso da Associação, algumas *mulheres de preso* aparecem e solicitam orientações e encaminhamentos. São as *mães*, no entanto, quem se engaja e participa mais ativamente das ações e faz as falas públicas da Associação. Nesse contexto, *mãe* e *familiar (de preso)* são termos acionados para fazer menção às pessoas que chegam à Amparar e participam das atividades. As *mães* são ora evidenciadas nos discursos públicos, ora englobadas em narrativas sobre *familiares*.

Qual é o passo que leva de uma situação de privação de liberdade na família ao engajamento político? Quais os efeitos do ativismo na vida dessas pessoas? Quais são as redes produzidas em torno das *familiares de preso* que se articulam para acompanhar as privações de liberdades dos seus? Como as *mães* da Amparar veem sua atuação, suas

⁸⁸ A participação de Raílda e outras *familiares* foi custeada pela Open Society Foundations (OSF), organização internacional que atua em temas de justiça criminal, encarceramento e política de drogas. A OSF foi criada por George Soros e hoje está presente em “mais de 100 países ao redor do mundo”. Uma das áreas de atuação da Fundação, não só no Brasil, é a da discussão sobre direitos humanos e sistema de justiça criminal. Para saber mais sobre a fundação, visitar: <https://www.opensocietyfoundations.org/>. Acesso em 30/11/2018. A OSF volta a aparecer no Capítulo IV da tese, no qual discuto as organizações envolvidas na discussão sobre a revista *Íntima/Vexatória*.

articulações e circulações em diferentes contextos e instituições? Ao longo do capítulo, argumento que a atuação da associação e de suas principais representantes envolve e tem como efeito uma triangulação entre gênero, prisão e ativismo. A prisão de um familiar é o ponto de partida para o engajamento em ações e discussões cuja legitimidade mobiliza a linguagem de gênero.

Se, na primeira parte da tese, o material etnográfico concentrou-se em narrativas mediadas por Flora, o presente capítulo tem Railda Silva como *guia*. Seu campo de relações, que envolve a atuação na Amparar e interlocuções com pessoas, movimentos e instituições de *Estado*, é o fio condutor da narrativa e o cerne dos eventos, reuniões, atendimentos e atividades de que participei, junto a Railda, na condição de *voluntária*. Através de Railda, discuto sua formação enquanto ativista e acompanho situações que demonstram seus caminhos e esforços na costura de relações pessoais e políticas com ativistas e instituições. Nesse processo, a ampliação (e internacionalização) de seu campo de relações é efeito dos anos de atuação à frente da Amparar.

Passo, então, a um mapa do capítulo: apresento, no próximo tópico, minha aproximação com Railda e as principais atividades da Amparar. Depois, sigo os trajetos de Railda para discutir o modo como ela e as demais *mães* da Amparar agenciam suas histórias de *sofrimento* e *humilhação* em direção à constituição de um lugar ativista, incluindo suas participações em eventos públicos que fazem parte da definição de posições políticas sobre a prisão. Ao longo do capítulo, abordo algumas narrativas sobre a figura da *mãe* mobilizadas pelas integrantes e participantes da Amparar. Ser mãe nesses contextos é ser, nas palavras dessas mulheres, “nem *mãezinha*, nem *mãezona*, e sim uma *leoa*”. Por fim, encerro o capítulo destacando particularmente como *Estado* aparece enquanto categoria entre *mães* e demais *familiares*, e como elas circulam no interior do que reconhecem por *Estado*.

Encontrando Railda: uma associação em movimento

Se a Amparar é uma associação de familiares e amigos/as de presos/as como seu próprio nome diz, afirmo que hoje me considero uma dessas *amigas*. O reconhecimento enquanto *amiga* diz respeito ao meu próprio engajamento político em torno das prisões, mas também aos diferentes contextos do trabalho etnográfico, considerando a pensão e a Associação de familiares. Na pensão, fui recebida em um espaço de intimidade que também era um negócio da família de Flora; na Associação, fazer parte das atividades

que conformavam sua articulação política demandou que eu demonstrasse meu próprio compromisso, com presença e trabalho.

Meu envolvimento com a Associação começou, portanto, pelo interesse de pesquisa e ampliou-se para uma identificação com as pautas da Associação e a construção de laços de amizade não apenas com Railda, mas com outras integrantes e *voluntários*⁸⁹. Sigo em contato com as pessoas da Associação e participo das suas atividades, geralmente fazendo o que pude oferecer como contrapartida desde o início de nosso contato: a escrita. Produzi textos, relatos, *biografias*⁹⁰, e-mails, materiais de divulgação e projetos para financiamento da instituição. Se a produção de laços e afeto passa por compartilhar substâncias, como discute Carsten (2014; 2004), meus laços com Railda se produziram entre palavras ditas, escutadas e escritas, cafés, gargalhadas, cigarros, lágrimas e pratos de comida compartilhados em nossos encontros. Antes de compartilhar substâncias que fazem relações, esse encontro demandou uma longa tentativa de aproximação.

Fiz uma única entrevista com Railda, no dia em que me apresentei a ela. Railda falou sobre si e sobre seus caminhos em direção à *luta*. Nascida na Bahia, em 1966, mudou-se para São Paulo ainda criança, em 1970. Morou em diferentes bairros da zona leste na primeira década em São Paulo, mas fixou-se na região de Itaquera há mais de 30 anos. Railda tem quatro filhos e netos – alguns *do coração*. Trabalhou desde a adolescência em uma série de empregos: em uma fábrica, como ascensorista, em um sindicato de motoristas, como secretária – trabalho que ocupava quando o filho foi preso pela primeira vez, no fim dos anos 1990. Railda também trabalhou em uma associação de habitação na própria Cohab II, onde conheceu seu atual companheiro, com quem está há oito anos. Seu trabalho nos últimos anos é a Amparar e as muitas atividades e articulações das quais ela participa através da Associação.

Os caminhos de trabalho e as relações familiares de Railda com filhos, mãe e irmãs são, com efeito, atravessados por sua trajetória no ativismo em torno das prisões que teve seu início em um evento disparador: a já mencionada privação de liberdade de

⁸⁹ Ressalto que entendo o próprio desenvolvimento da pesquisa como parte de meu engajamento com a pauta antiprisões e com o ativismo de familiares de presos. Ao mesmo tempo, reconheço que os ‘produtos’ da pesquisa nem sempre são palpáveis às pessoas que colaboram com sua realização. Entendo, portanto, a demanda por contribuições mais materiais e contínuas de quem se interessa por realizar uma pesquisa junto à Associação e às pessoas vinculadas a ela.

⁹⁰ A noção de *biografia* apareceu algumas vezes no contexto da Amparar para designar um texto que destacasse momentos da trajetória das *mães* da Associação. O texto, nesse sentido, mesclava os caminhos percorridos pela sujeita biografada e as ações e campanhas promovidas ou incorporadas pela Amparar – pessoa e Associação misturavam-se.

um de seus filhos na Febem, em 1998. A primeira prisão do seu filho e seus efeitos serão desdobrados ao longo do capítulo. Por ora, é importante dizer que esse evento, que “mudou totalmente o rumo” da sua vida, imergiu Railda em caminhos entre unidades de internação e prisões, fóruns e salas de juízes, promotores e advogados, reuniões e formações sobre *direitos humanos*, atividades de comissões de casas legislativas, uma graduação interrompida em Direito e o encontro com *mães* que viviam situações similares às suas.

Como já mencionado, a Amparar existe desde 2004 e foi fundada por Railda e outras *mães* – mulheres cujos filhos estavam ou estiveram privados de liberdade em unidades prisionais e/ou da Fundação CASA⁹¹. Uma das *mães* fundadoras da Amparar é Miriam Duarte, quem Railda conheceu ainda nos anos 1990, nos primeiros momentos da internação dos filhos de ambas na Febem. Miriam tem 57 anos, considera-se negra e vive na região de Sapopemba, também na zona leste de São Paulo. Ambas tiveram filhos internados em unidades da Febem e compuseram, entre finais dos anos 1990 e inícios dos 2000, um movimento de *mães* chamado *Amar*. Foi a partir da *Amar* que Railda e Miriam conheceram o militante de direitos humanos que acabou por mediar minha entrada na Amparar. Foi com ele o primeiro contato de Railda com o que ela chamou de “formação”, que envolveu os sentidos do que elas poderiam fazer a partir do aprisionamento dos filhos na Febem – e uma diferenciação entre *denúncia* e *assistencialismo*:

Railda: Aí [ele] começou a fazer a nossa formação, a gente deu muito trabalho pra ele... Meu Deus, como ele tinha paciência.

Natália: Por que cês deram trabalho?

Railda: Nós era muito rebelde!

Natália: Rebelde como?

Railda: A gente não gostava de regras! Acho que nós também era igualzinho nossos filhos, cê entendeu? [Risos]. Igualzinho nossos filhos! Aí [ele] começou a formar a gente, começou a esclarecer muitas coisas que a gente tinha dúvidas, tiro o chapéu pro cara. (...) que era um espaço de denúncia... Que ali não era assistencialismo, que a gente tinha que saber trabalhar essas coisas, que quando a gente chegasse na unidade, que não fosse só nós, mas que a gente tinha que ter multiplicadoras, ir na porta das Febem pra falar do nosso trabalho, aí a gente começou.

⁹¹ Relembro que a Fundação CASA é a instituição que executa as medidas socioeducativas privativas de liberdade no estado de São Paulo.

Railda ainda contou que o momento em que sua atuação começou – na virada dos anos 1990 para os 2000 – foi intenso em rebeliões de jovens internos da Febem⁹². As negociações com diretores e a presença das *mães* no interior das unidades ao longo de rebeliões foram também parte do seu processo de formação. Após alguns desentendimentos entre as integrantes do movimento Amar, sobre os quais eu nunca soube maiores detalhes, Railda e Miriam deixaram de participar da iniciativa. Em 2004, ambas se uniram para dar início às ações da Amparar em companhia de outras *mães* que acabaram por se afastar da Associação ao longo dos anos, por inúmeros motivos: doença, mudança de cidade, trabalho e um afastamento em relação ao tema.

A atuação da Amparar em relação à antiga *Amar* tem uma ampliação no escopo do trabalho, reveladora de um trânsito perverso que atravessa a vida dos filhos dessas mulheres: a Amparar amplia a discussão para além da Febem e passa a englobar também o sistema penitenciário e suas vicissitudes mais ou menos no mesmo período em que o filho de Railda e os de outras *mães* tornam-se maiores de 18 anos. Quando capturados, passam a responder à Justiça Criminal e a ser encaminhados para centros de detenção provisória (CDPs) e penitenciárias, e não mais para unidades de internação.

Após essa primeira entrevista, Railda passou a me convidar para as reuniões da Associação. O contato com ela começou, então, mediado pela demanda de uma publicação e se ampliou por meio de conversas pelo *whatsapp*, encontros na sede da Amparar e deslocamentos por São Paulo⁹³. Comecei a auxiliar Railda na lida com papeis e formulários de atendimento na sede da Associação e a acompanhá-la em reuniões em outras regiões da cidade.

Se o ponto de partida de nossa relação se deu a partir de uma entrevista, a burocracia consular foi o que ajudou a impulsionar nosso contato e troca: Railda foi convidada para participar de um seminário na Universidade de Chicago, nos Estados Unidos, em maio de 2017, pouco tempo depois de nossa primeira conversa. A organização do seminário pagaria as passagens e a hospedagem, mas ela seria a

⁹² Algumas notícias de jornal da época relatam rebeliões em unidades da Febem em São Paulo, inclusive com o fechamento de unidades no final de 1999 e a publicação de artigo de opinião discutindo a situação de violação de direitos nas unidades. O artigo é de autoria de Hélio Bicudo, à época, presidente do Centro Santo Dias de Direitos Humanos e membro da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (órgão pertencente à Organização dos Estados Americanos-OEA). O texto pode ser acessado no link: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz0811199910.htm>. Acesso em 10/09/2019.

⁹³ O livro foi finalmente publicado em 2018, mas sem o texto baseado na entrevista de Railda. O corte do texto da versão final somou-se a outros desentendimentos entre Railda e o organizador da publicação e, ao fim, a publicação ficou perdida entre os materiais da Amparar, sem grande divulgação.

responsável pelos custos do passaporte e do visto estadunidense. Railda, então, organizou uma *vaquinha*, que contou com a contribuição de defensores públicos, pesquisadores e ativistas, para pagar as taxas referentes aos documentos, e pediu que eu a acompanhasse nos procedimentos de solicitação do visto. O tempo para a emissão dos documentos era curto. Eu não tive dinheiro para contribuir com a *vaquinha*, mas me dispus a acompanhá-la e ajudá-la no que fosse necessário para enfrentar os processos do pedido de visto. Saímos da Cohab II, na zona leste, em direção à Embaixada, na zona sul da cidade, mas não conseguimos resolver nada pessoalmente – era necessário preencher alguns formulários e agendar a entrevista online, a despeito do caráter de urgência do pedido. Voltamos imediatamente à Cohab II. No computador da associação de habitação do bairro – em que atua o *companheiro* de Railda –, preenchemos os formulários e agendamos a entrevista para o visto, posteriormente aprovado. Ao longo do trajeto percorrido em linhas de trem e metrô, sentadas e de pé, conversamos sobre muitos assuntos, entre eles a Amparar.

A participação cada vez mais frequente em atividades envolvendo *familiares de presos* fora do país não quer dizer que Railda esteve imersa desde o início de sua atuação, que começou no fim dos anos 1990, como dito, em redes transnacionais de ativistas que se reconhecem como *familiares* – tanto de pessoas presas quanto *vítimas de violência de Estado*. A internacionalização de seu campo de relações é relativamente recente e compõe parte de suas atividades nos dias de hoje enquanto uma das coordenadoras da Amparar.

Os caminhos de aproximação com Railda permitiram que eu conhecesse aos poucos o trabalho da Amparar e sua atuação. Se, à primeira vista, a Associação parecia um universo cercado de *amigos* de presos/as e fechado a *pesquisadores*, o contato e a convivência com Railda fizeram com que eu a acompanhasse nos trajetos pela cidade, nas articulações que caracterizam a associação e na evocação do *sofrimento* e da *humilhação* nos contextos de *luta*. Percebi que o trabalho da Amparar envolvia sobretudo o *acolhimento* de *familiares*, acompanhar *casos* que chegavam à associação por meio dos *familiares*, encaminhar denúncias de violações de direitos ocorridas em prisões e, em momentos com mais *voluntários*, realizar *panfletagens* sobre a Associação nas *filas* de visita em CDPs e penitenciárias localizadas na capital e na região metropolitana.

A Amparar atua *com ou sem projetos* de financiamento – essa é uma máxima que Railda faz questão de reforçar. A associação contou até recentemente com apoio do Fundo

Brasil de Direitos Humanos⁹⁴, instituição que já apoiou a Amparar entre 2014 e 2015. O Fundo lança editais que favorecem ativistas e associações, sobretudo as menos institucionalizadas, que não reúnem condições para disputar editais com verbas mais polpudas. Não pretendo assumir que a institucionalização de uma organização ou movimento é unicamente ligada ao seu acesso a recursos. Quero dizer que organizações como a Amparar, que acessam verbas do Fundo Brasil, não têm uma equipe fixa e remunerada capaz de se dedicar à pesquisa de editais e à escrita de projetos para captar recursos⁹⁵.

Ainda que projetos financiados sejam importantes para a manutenção das atividades da Associação, os integrantes da Amparar se reconhecem como parte de um *movimento social* e discutem a importância de se manterem enquanto tal sem incorrer em processos que possam transformar a associação em uma *ONG*⁹⁶. Embora exista essa demarcação da Amparar como *movimento* em contraposição às atuações de uma *ONG*, parte do trabalho da associação passa pela construção de alianças com organizações assim identificadas, como veremos mais à frente.

⁹⁴ O Fundo Brasil de Direitos Humanos “é uma fundação independente, sem fins lucrativos, com a proposta inovadora de construir mecanismos sustentáveis para canalizar recursos destinados aos defensores de direitos humanos”. Trecho retirado do site do Fundo disponível em: <https://goo.gl/WV6RLk>. Acesso em 16/10/2018.

⁹⁵ O projeto mais recente da Amparar em parceria com o Fundo Brasil teve vigência até meados de 2019 e um papel fundamental na execução das atividades mais básicas da Associação como, por exemplo, a impressão dos *panfletos* entregues nas *filas* e das *fichas de cadastro de familiares*, ou o custeio de transporte dos integrantes da Associação para reuniões e panfletagens nas portarias das prisões. O projeto também mobilizou os integrantes da Associação na elaboração de um material e na organização de um evento: o primeiro foi a “Cartilha sobre presos provisórios” que se tornou um dos materiais distribuídos pela Amparar às familiares encontradas nas filas e nos atendimentos na sede; já o evento foi o Seminário Internacional “Resistência das Familiares: do sofrimento à luta pelo fim das prisões”, ocorrido em julho de 2019.

Prisão provisória é o recurso legal que aprisiona pessoas que foram acusadas, mas ainda não condenadas em definitivo. O conteúdo da cartilha divulgada pela Amparar apresenta a situação das prisões provisórias no Brasil, indicando que estas são responsáveis por uma parcela considerável das pessoas presas no país. O texto se propõe a dirimir as principais dúvidas de familiares a respeito da prisão provisória e dos caminhos possíveis para contestá-la. O conteúdo da cartilha pode ser acessado na página da Amparar no facebook: https://www.facebook.com/pg/AssociacaoAmparar/photos/?tab=album&album_id=1469881893149047 (acesso em 12/09/2019).

Acompanhei o Seminário Internacional e participei de uma de suas mesas – sobre gênero e sexualidade nas prisões. Quando o seminário ocorreu, eu já havia encerrado a pesquisa de campo, por isso optei por não trazer minhas impressões a respeito da atividade e das interlocuções ali ocorridas para o capítulo. No entanto, menciono o Seminário nas Considerações Finais da tese.

⁹⁶ O debate entre ser *movimento* ou ser *ONG*, que passa pelo reconhecimento de que certas ativistas são mais *institucionalizadas* do que outras, é presente também em outros movimentos sociais. Stephanie Lima (2016), em sua reflexão sobre o ENUDS, discute como universitários identificados como LGBT se opõem a uma certa leitura sobre processos de institucionalização do movimento. Mariana Azevedo (2018) fala sobre o caráter acusatório da categoria “feministas institucionalizadas” em sua pesquisa entre feministas no Recife (PE) e sobre as relações entre essa forma de acusação e as diferenças de idade entre as militantes.

As ações da Amparar concentram-se, sobretudo, na figura de Railda. Miriam continua presente e ativa nas atividades, mas divide seu horário entre a Associação e o trabalho no Cedeca “Monica Paião Trevisan”, em Sapopemba⁹⁷. Para além de Railda e Miriam, outras pessoas estão presentes na associação entre *familiares*, *amigos* e *sobreviventes*⁹⁸ do sistema prisional, que se engajam em diferentes níveis com as atividades.

Foto 6: mesa no Seminário Internacional da Amparar (arquivo pessoal/2019)

A associação recíproca entre *familiares* e *amigos*, presente no nome da Amparar, tem, portanto, parte na composição do grupo que está presente nas atividades. Os *amigos* são aquelas e aqueles que não têm uma trajetória envolvida com o cárcere a partir de si ou de um familiar, mas que reconhecem a importância da *luta*. Os modos pelos quais cada uma das pessoas chegou à associação revelam articulações e afinidades pessoais que são políticas: a pauta contra o encarceramento é cara a pessoas ligadas a movimentos negros que se aproximam da Amparar; estudantes de Ensino Superior que estagiaram em

⁹⁷ O Cedeca (Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente) “Mônica Paião Trevisan” (ou Cedeca Sapopemba) foi legalmente fundado em 1991, mas é tributário de uma articulação presente em Sapopemba que datava da década de 1980 e tinha ligações com a atuação das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) na região. Gabriel Feltran (2011a) apresenta o histórico, o contexto de formação e as articulações fomentadas e atravessadas pelo Cedeca em Sapopemba seguindo, ainda, uma de suas principais figuras, Valdênia Paulino. O Cedeca trabalha nos dias de hoje em três “eixos”: i) cultura; ii) crianças e adolescentes “vítimas de violência” e iii) cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto previstas no ECA, como “liberdade assistida” e “prestação de serviços à comunidade” (BRASIL, 1990). Mais informações podem ser acessadas no site: <http://cedecasapopemba.org.br/>. Acesso em 11/09/2019.

⁹⁸ Entre os integrantes da Amparar, a noção de *sobrevivente* vem substituindo o uso da palavra *egresso* para fazer menção a pessoas que passaram pela prisão.

instituições como a Defensoria Pública ou atuaram como voluntários na Pastoral Carcerária passam a se identificar com a *luta* da Amparar uma vez que a conhecem; por fim, amizades e relacionamentos amorosos trazem pessoas interessadas que permanecem no cotidiano da associação.

Se Padovani (2018) argumenta que afetos e relacionamentos amorosos são “parte extremamente relevante da articulação política” produtora das prisões (Idem:40), essa conexão entre afeto e política é também constitutiva das franjas da prisão onde se situa a Amparar. Aqui, não se trata apenas das formas pelas quais as pessoas chegam à Amparar e se engajam em suas atividades. Trata-se, sobretudo, da dimensão afetiva na afirmação de que a Associação trabalha com o *acolhimento*. Este *acolhimento* é, por sua vez, relacional: nas falas de Railda, o trabalho da Amparar acolhe as familiares que as procuram à mesma medida que as acolhe e as incita a seguir na luta:

Acho que a Amparar, o trabalho dela – que vem das denúncias, da violação de direitos – é esse amparo que ela dá à família. Porque... você é uma entidade, né? Se você não dá esse amparo a essa família, trazendo ela pra uma reflexão desse processo que o filho tá passando, o marido, o irmão, como que ela vai ficar? Como que ela vai conseguir segurar essa onda durante o processo de prisão? Então, a importância na vida das famílias é essa, é representando as famílias, é orientando seus direitos, amparando ela, porque o nome já fala, né, amparando. Eu também sou amparada pela Amparar. E, assim, é uma coisa muito louca! Porque se não tem essa associação pra dar esse amparo pras famílias... Principalmente na questão processual, na orientação jurídica, de estar indo lá (Trecho de entrevista com Railda, março de 2017).

Além da reafirmação da Amparar enquanto *movimento*, Railda e Miriam sempre reiteram que a associação é singular também porque “tem escuta com as famílias”, algo que “nenhuma outra [instituição] faz”. *Escutar e acolher* quem chega, independente da prisão em questão – se do PCC ou *de oposição*⁹⁹ –, é ação reiterada, como parte da assinatura da Amparar, pelas duas mulheres que estão na associação desde o seu início. O acolher dos *familiares* é afetivo e, de antemão, remete a qualidades que costumam ser atribuídas à figura de uma mãe.

Exploro, a seguir, algumas das formas pelas quais a imagem da *mãe* é mobilizada nas narrativas de Railda. Ela fala sobre a primeira privação de liberdade do filho na Febem

⁹⁹ As *cadeias de oposição* são aquelas que não operam sob a lógica PCC em suas relações cotidianas e que privam de liberdade pessoas e grupos considerados inimigos do PCC. Ainda que a informação que circula nesse campo seja a de que poucas unidades são de *oposição*, não sei precisar ao certo quantas prisões paulistas são assim consideradas.

e os efeitos da prisão em sua própria trajetória, amizades e relações familiares. Railda também conta sobre os aprendizados no ativismo e o trabalho na Amparar. Nesses caminhos, ser *mãe* aparece como potência e como sofrimento, permite conexões e faz parte de dilemas vivenciados solitariamente.

Railda no vórtex da prisão: família e luta, sofrimento e humilhação

São Paulo, maio de 2017. Encontrei Railda na sede da Amparar. Conversamos um pouco, repassamos a proposta para aquele dia de trabalho: *fazer uma visita* e começar a organizar os documentos da Associação. Saímos da Amparar e seguimos para uma caminhada pelas ruas da Cohab II, Railda e eu conversando. Tentei prestar atenção no caminho para conseguir voltar sozinha à sede da Associação, se fosse necessário. Eu ainda não estava familiarizada com a região. Acabei, por fim, sendo guiada por Railda entre ruas, vielas e corredores de um dos inúmeros prédios do bairro.

A *visita* que faríamos naquele dia seria para uma mulher que Railda conhecia há tempos. O filho dela estava preso pela primeira vez e a audiência que decidiria pela sua condenação ou absolvição seria naquela tarde. Railda queria ver como a *mãe* estava. Quem abriu a porta do apartamento foi uma de suas filhas. Entramos, sentamo-nos no sofá, aceitamos café. A *mãe* logo veio se juntar a nós e sentou-se ao lado de Railda. Ela decidira não acompanhar a audiência no fórum. Isso envolveria um grande deslocamento, uma espera de horas e *passar nervoso*. A tensão, no entanto, estava na casa. A *mãe* olhava para o relógio de parede, ato que se tornou cada vez mais frequente na medida em que a hora da audiência se aproximava. Três da tarde. Railda tentava tranquilizá-la. Perguntava como estava o filho e como eram as visitas à prisão. Ela respondia e voltava a olhar para o relógio. Contava alguma história dos dias de visita. Dizia que, em breve, outra *mãe* – que estava no fórum – lhe escreveria com informações. A notícia, que chegou pouco depois das três, era a de que a audiência ainda demoraria a ocorrer. Mais tempo – indeterminado – de espera pela frente.

O tempo, aliás, é mutável e contextual em torno da prisão. Os finais de semana em Tamara eram acelerados, assim como a passagem do tempo de uma visita – as horas voavam. Os dias de semana em Tamara, por outro lado, tinham seu tempo arrastado, como se as horas passassem com mais vagar. A espera pelo horário da audiência também parecia arrastada e interminável. Diferente da semana lenta em Tamara, que combinava com o clima da pequena cidade, a espera lenta da audiência constituía o tempo da

angústia. O tempo ganha sentidos ainda mais dolorosos quando atravessado pela morte violenta dos filhos das *mães* que chegam à Associação: uma dessas comentou, certa vez, que “o pior luto é aquele que vem quando você percebe que o tempo de morte do seu filho é maior do que o tempo de vida que ele teve. Essa é a pior dor”. A morte, presente na vida da *mãe* por um período mais longo do que a vida do filho, configura um “trabalho do tempo” (DAS, 2007) que não dirime a dor, mas cria dores diferentes.

Terminada a *visita* à primeira *mãe*, Railda decidiu procurar outra *mãe* para ver como ela estava, antes de voltarmos à sede da Amparar. Railda e a segunda *mãe* se conheciam porque seus filhos, quando adolescentes, estiveram juntos na Febem. Caminhamos por uma rua do bairro e viramos à esquerda em uma das ruazinhas que cortavam a principal. A rua em que entramos tinha algumas lojinhas que vendiam produtos diversos – roupas, sapatos, eletrônicos. Railda não se lembrava muito bem em qual loja a *mãe* poderia ser encontrada. Entramos em duas delas perguntando pela *mãe* até encontrar a loja onde ela trabalhava como vendedora. Railda me disse depois que mal a reconheceu. Elas não se viam há tempos e a *mãe* estava diferente, envelhecida. A mulher parecia ter alguma dificuldade de locomoção, pois foi ao nosso encontro caminhando com vagar. Eu a cumprimentei e fiquei em silêncio, ao lado de Railda. Elas conversaram um pouco e então Railda perguntou à *mãe* sobre seu filho. Ela respondeu que ele estava preso em uma unidade do *fundão*, e que já não o visitava porque *não tinha mais saúde* para enfrentar a viagem, nem conseguia faltar ao trabalho na loja durante os finais de semana. Sua fala aludiu a uma condição para a *visita*: ter um corpo capaz de suportar as longas horas da jornada que tem São Paulo como ponto de partida e, como destino, as cidades do *fundão*, entre elas Tamara. Esse trajeto se demonstra improvável (ou ao menos mais difícil e sofrido) para corpos envelhecidos ou com deficiência.

Na breve conversa, Railda e a mulher relembaram alguns momentos e pessoas dos tempos da Febem, entre jovens internados e suas *mães*. A *mãe*, então, disse a mim e a Railda:

Essa geração dos nossos filhos está ou na cadeia ou afundada nas drogas. O meu filho mesmo. Ele tá preso agora, mas quando sair ou ele volta pra prisão ou ele vai cair na droga. Ele nunca trabalhou, ele não sabe trabalhar. Eu não vejo saída pra ele (Fala anotada em caderno de campo, 2017).

Eu não lembro bem como Railda reagiu ao desabafo da *mãe*. Talvez com uma concordância, provavelmente com um silêncio solidário que compartilhava da resignação em relação às vidas de seus filhos que já estiveram juntos na Febem. A *mãe*, que não via

outro destino para o filho, falava-nos, de modo tocante, sobre a espiral que o aprisionamento pode produzir: uma vez dentro dela, é difícil sair. Nós nos despedimos e eu caminhei com Railda de volta à sede da Amparar, andando por ruas movimentadas, cheias de carros e ônibus; a paisagem de prédios e a caixa d'água que tantas vezes usei como ponto de referência para me localizar. Railda foi conversando comigo pelo caminho. Eu não conseguia mais falar. Tinha “uma mulher atravessada em minha garganta” (GALEANO, 1998:27).

As notas sobre esse dia junto a Railda e suas caminhadas pelo bairro nos apresentam três *mães* em situações distintas. A primeira *mãe* é a que espera em casa, aflita, as notícias sobre o julgamento de seu filho que foi preso pela primeira vez e que vivencia o tempo arrastado da angústia. A segunda *mãe* é a velha conhecida de Railda dos tempos da Febem. Acompanhou, desde então, as idas de seu filho às unidades para adolescentes e depois às prisões para adultos. Já quase não o vê e não tem esperanças de que ele saia de uma espiral que prende, solta e prende. A terceira *mãe* é a própria Railda, que se tornou ativista a partir do aprisionamento do filho. As três *mães* transformaram suas vidas após a prisão de seus filhos, de diferentes maneiras. A prisão é presença em suas vidas: é presença recente na vida da *mãe* cujo filho aguardava julgamento e é presença antiga nas vidas de Railda e da *mãe* que se conheceram na Febem.

As distinções entre Railda e a *mãe* que era sua antiga conhecida podem relacionar-se com as trajetórias de seus filhos, ainda que ambas compartilhem de familiaridades nas relações com eles. Afinal, ambos estão enquadrados na perspectiva apresentada pela *mãe* em seu desabafo naquele dia: o filho dela está preso; o filho de Railda não está preso nos dias de hoje, mas envolto na espiral composta por entradas e saídas de clínicas para usuários de drogas em meio a períodos na *cracolândia* paulistana.

A prisão mudou a vida das mulheres que encontramos naquele dia. Há, contudo, jeitos distintos de viver dentro do vórtex provocado pela prisão. Os trabalhos de Roberto Efrem Filho (2017a; 2017b) apresentam reflexões que, a despeito de não se referirem diretamente às prisões, são férteis para pensar o contexto de formação da Amparar e o envolvimento de Railda com o ativismo. Efrem Filho nos apresenta Rosa, militante que relaciona a morte do filho Gabriel, assassinado, à homofobia. A partir da morte de Gabriel, Rosa passa, então, a reorganizar sua vida política em direção à denúncia da violência homofóbica. Segundo o autor, a morte do filho inaugura uma “nova trincheira de luta” para a mãe.

A prisão dos filhos das mulheres que atuam na Amparar inaugurou uma trincheira de luta em suas vidas, o que é perceptível nas narrativas de Railda. “Você ser militante é porque algo aconteceu na sua vida e você teve que aprender a lutar”, ela me disse em uma de nossas conversas. Luta é, portanto, aprendizado. É, ainda, aprendizado que transpõe a vida. Mais do que escolha, é imposição. Mas mesmo imposições acabam por abrir caminhos que são rememorados.

O envolvimento de Railda com o tema das prisões, como já mencionado, começou antes da fundação da Amparar, em 1998, ano em que seu filho foi internado em uma unidade da antiga Febem.

Chegou a notícia em 21 de setembro, uma data que eu nunca esqueço, até hoje, que ele estava preso. Tinha ido pra Febem. Ele tinha sido preso no centro da cidade por volta de umas onze horas da manhã, ou dez horas, e quando eu recebi a notícia eram duas horas da tarde. O pessoal me avisou, me troquei rapidinho e fui pro centro da cidade, no distrito. Aí quando eu cheguei lá... Foi uma cena que muito me marcou, não esqueço nunca. Foi quando eu cheguei – e a pele dele era bem branquinha na época, as bochechas dele eram rosadinhas. Só que não estava rosadinha de rosa, estava vermelha. Ele tinha apanhado muito, tinham batido muito nele. (...) Meu filho não tinha comido lanche, não tinha comido nada, algemado no meio dos presos adultos, na época, né, que era um distrito. Aí os rapazes que estavam lá falaram assim “senhora, dá de cima que seu filho vai apanhar de novo, seu filho já apanhou muito e ele não comeu nada até agora”. Aí eu fui, comprei um lanche pra ele (...) e levei, que o carcereiro deixou. Aí a gente foi bater boletim de ocorrência (Trecho de entrevista com Railda, março de 2017).

Algumas cenas nunca mais escaparam da memória de Railda. Ao longo de nossa conversa ela retomou várias dessas cenas, sublinhadas como marcas profundas em sua trajetória: a data em que o filho foi preso pela primeira vez; os intervalos de tempo entre a prisão do filho, a chegada da notícia e o seu trânsito da zona leste ao centro da cidade; o rosto do filho na delegacia, vermelho, marcado pelos tapas dos policiais. Em outros momentos, ela também se lembrou do clima frio no dia seguinte à prisão, quando foi à primeira audiência no fórum. Mencionou as *mães*, de braços dados, enfrentando com seus corpos os avanços do *choque* em uma rebelião na Febem; a alegria do almoço de natal realizado na unidade de internação. Se a prisão de um familiar transforma a vida, a vida de Railda é exemplar dessa transformação. Envolveu trânsitos entre a casa e a unidade, entre São Paulo e uma miríade de lugares, visitas e jumbo, reconfigurações familiares. Acima de tudo, Railda fez-se ativista através da prisão.

Se Isabel, apresentada no Capítulo II, preocupava-se com o futuro do filho fora da prisão e com sua continuidade em atividades consideradas ilegais envolvendo os filhos de outras mães, essa preocupação ocorre em paralelo na Amparar, mas leva a caminhos distintos. Em um dado momento, o envolvimento de Railda extrapolou a prisão do próprio filho e englobou a prisão dos filhos de outras. Desde que o filho foi preso, ela enfrenta certas rotinas que hoje ainda são presentes em sua atuação: as idas ao fórum para verificação de processos; o diálogo com defensores públicos; a organização de documentos e de relatos para encaminhar denúncias de tortura e maus tratos ocorridos em prisões e unidades de internação; a denúncia de proibições à entrada de visitantes de pessoas presas.

Há investimentos financeiros e emocionais nesses percursos que não se restringem às vicissitudes vivenciadas pelos familiares de quem está preso, mas que se expandem até aqueles que produzem seu ativismo através das prisões. Essa rotina também mobiliza aprendizados obtidos ao longo dos anos pela convivência com pessoas presas e outras *mães*. Esses aprendizados foram construídos, como já mencionado, por meio de atividades de formação política junto a educadores populares, interlocuções com a Defensoria Pública, aproximações com políticos e comissões das casas legislativas paulistas para a organização de audiências públicas¹⁰⁰, diálogos (ora tensos, ora não tanto) com diretores e funcionários do sistema prisional e uma graduação interrompida em Direito.

Railda conta que o primeiro grupo de *mães* de que ela participou foi impulsionado pelas boas relações com um antigo diretor de uma unidade de internação:

O [diretor da unidade] começou a ser perseguido e toda a equipe dele. De coordenação, técnica, tudo. Foi quando a gente ficou sabendo que eles iam tirar o diretor e colocar outro. Aí foi quando a gente fez a nossa rebelião. (...) Porque nós era tudo rebelde, nós somos até hoje, né? Silvana me ligou e falou: “Railda, o diretor vai sair e nossos filhos vão entrar no cacete. E todo mundo vai entrar no cacete na unidade”. Aí ela já ligou para outra, a gente tinha o contato direto com as mães. Marcamos com as mães, no dia da visita, fomos, conversamos com todas as mães, marcamos para, na segunda-feira, a gente ir para a presidência da Febem. (...) A gente estava em mais de 50 mães, viu. Nós éramos porretas! Eu tenho tanta saudade daquele tempo! Aí nós fomos pra Febem, chegamos na presidência da Febem, o presidente nos

¹⁰⁰ Uma audiência pública ocorrida em 2018 será tema de discussão em um dos tópicos do capítulo. Ressalto ainda que um dos políticos mencionados por Railda foi o, então, Deputado Estadual José Cândido (PT-SP), falecido em 2012, como um político que recebia as *mães* no período de atuação da Amparar. Cândido foi deputado entre 2007 e 2012, tendo sido membro da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa (Alesp).

recebeu. E quando ele viu aquela muvuca... Ele nos recebeu e falou não sei o quê, contou história, né? De lá saímos pro fórum da Barra Funda, a vara da infância. O juiz corregedor também nos recebeu. (...) A gente conversou, nada se resolveu e voltamos pra unidade, o próprio diretor nos recebeu. (...) Aí foi quando ele falou “agora está nascendo o grupo de mães” (Trecho de entrevista com Railda, março de 2017).

A defesa de um diretor de unidade foi um primeiro tema que mobilizou uma “rebelião das mães” em torno da Febem. Se, para Railda, a privação de liberdade de seu filho inaugurou uma “trincheira de luta”, o ponto de partida para um aprendizado ativista que envolve mobilizar instituições em diferentes níveis, foi em torno da figura dos *familiares de preso*, sobretudo das *mães*, que esse ativismo se organizou. A “saudades daquele tempo” materializa a presença de bons momentos e lembranças em meio aos primeiros passos na caminhada através das prisões. Tornar-se, portanto, uma *ativista social* é processo resultante não apenas do *sofrimento* de ter um filho preso – ainda que o sofrimento faça parte da luta, inclusive pela gestão do sofrimento através da mobilização (LACERDA, 2014). Esse caminho requereu a produção de uma “carreira” militante que passou por ampliar as conexões com a prisão para além de sua própria família e por mediar relações entre processos de Estado que operam em níveis distintos.

Reconheço que a noção de “carreira” (GOFFMAN, 1981) pode dar a entender um direcionamento e certa previsibilidade das ações dos sujeitos – não é essa, contudo, a perspectiva aqui proposta. Tensionar a previsibilidade da ideia de “carreira” é reflexão tributária da crítica de David Matza à ideia de “carreira desviante” (BECKER, 2008), que resultou na noção de “zonas de deriva”, mobilizada por Nestor Perlongher (2008) em seu importante trabalho sobre prostituição masculina no centro de São Paulo. As “zonas de deriva” seriam “espaços de controle social afrouxado” (SIMÕES, 2008) que considerariam a dimensão imprecisa das fronteiras entre norma e desvio e a imprevisibilidade das ações dos sujeitos. A “carreira” militante de Railda não foi por ela pensada para encaminhar de modo consciente os efeitos da prisão para uma inserção no ativismo; foi antes o trajeto possível diante de uma situação que *mudou o rumo de sua vida* e que, de certa forma, ajudou a dirimir os sofrimentos de ter um filho preso e de lidar com a instituição¹⁰¹.

¹⁰¹ A narrativa de Railda sobre a situação que *mudou o rumo de sua vida* permite mais um paralelo com Goffman. O autor aponta que um acontecimento pode ter um duplo significado na carreira moral: como “causa objetiva de uma crise real” e, depois, como “meio para explicar uma situação adotada” (GOFFMAN, 1981:48).

Quando Railda conta que na época da Febem houve uma *rebelião das mães*, ela dá pistas da centralidade dessa categoria – *mãe* – para explicar a luta contra as prisões. Esse mesmo grupo de *mães* reaparece na fala de Railda quando ela lembra das diversas rebeliões ocorridas nas unidades da Febem no final da década de 1990.

[Em uma rebelião] Quando nós chegamos na visita, os meninos falou “vai levantar”. Aí nós falamos “então vocês conversam com os outros meninos, porque a gente vai ficar aqui dentro”. A gente também alertou todo mundo dos *direitos humanos*: deputado, padre, só faltou o presidente da república lá na porta (Trecho de entrevista com Railda, março de 2017).

A emergência de Railda e de outras mulheres como ativistas ocorre então por meio do lugar de *mãe* que ocupam – um lugar respeitado porque imbuído de carga moral. São as *mães* quem sente na pele o sofrimento de seus filhos e que se colocam à frente dos policiais que invadem uma unidade da Febem no contexto de uma rebelião. Talvez, porque fossem *mães*, Railda e suas parceiras na época da Febem foram recebidas na presidência da instituição e na diretoria da unidade. Às mães é permitido inclusive o direito de serem *porretas*, de *fazerem uma rebelião*, em favor de seus filhos. Esse lugar abre portas no contexto do ativismo.

Ao mesmo tempo, ser *mãe* pode causar incômodos quando as convenções morais em torno do termo diminuem sua força, sua capacidade de revolta ou suas reivindicações políticas. Márcia Leite (2004) discute a ambivalência em torno da figura das *mães* ao analisar a participação de “mães de vítimas de violência” na construção do “Mural da Dor”, parte da campanha “Basta! Eu quero paz” ocorrida em 2000, no Rio de Janeiro¹⁰². Ao discorrer sobre as “tensões e contradições” que envolviam a Campanha a partir do ponto de vista das “mães de vítimas de violência”, a autora argumenta que a produção do Mural e da campanha como um todo buscava homogeneizar os diferentes movimentos que se agregaram, em uma abordagem da violência que se encaminhava para um pedido de “paz”. Nesse movimento, a participação das mães era central: “Quem melhor poderia falar da dor, do sofrimento e da perda e, ao mesmo tempo, de perdão e tolerância, de reconciliação e paz, senão as “mães”?” (LEITE, 2004:154). As “mães”, segundo a autora,

¹⁰² O texto de Márcia Leite é parte de um livro (LEITE; BIRMAN, 2004) que se dedicou a discutir, a partir de diferentes contribuições, os “movimentos cívico-religiosos por justiça e paz” imersos no contexto de violência e de morte no Rio de Janeiro. Concentro o diálogo com o texto de Leite tendo em vista as contribuições da autora para o debate sobre os sentidos da presença das *mães* em contextos de reivindicação política – bem como as tentativas de diluir essa presença a partir da mobilização de atributos morais que seriam particulares às mães, como o perdão.

eram reconhecidas como atrizes políticas por meio de suas perdas. Seus sofrimentos, nesse sentido, legitimavam-nas nos espaços de intervenção. Ao mesmo tempo, a carga moral embutida em suas figuras era, de certa forma, capturada como parte de um projeto que abordava seus sofrimentos, suas perdas e a própria discussão sobre violência em uma “dimensão moral, não politizada” (Idem:188).

Isso não quer dizer que as “mães” apresentadas por Márcia Leite, ou as *mães* da Amparar, não agenciem mesmo as ambivalências em torno de suas figuras: a autora demonstra que, a despeito dos limites da participação das “mães de vítimas de violência” no “Mural da Dor”, aquele foi um espaço de encontro e articulação que desencadeou a formação de movimentos de mães no Rio de Janeiro. Miriam, uma das *mães* da Amparar, disse algumas vezes que “mãezinha é o cacete!” quando o diminutivo de *mãe* tenta apequená-las ou sugere condescendência, por parte dos interlocutores, em momentos de discussão, denúncia ou reivindicação.

Se o envolvimento com ações de reivindicação abre caminhos para conhecer e se aproximar de outras *mães*, a imersão no tema das prisões derivou em uma transformação nas relações familiares e afetivas de Railda. A prisão do filho e seu posterior ativismo trouxeram toda uma rede de amigas e amigos que perdura. Mas Railda atribui o afastamento de alguns de seus familiares ao seu envolvimento com o tema.

E quando nasce a Amparar, de familiares, por quê? É o único meio que vai nos aceitar. Hoje as melhores amigas que eu tenho foi na porta da cadeia e na porta da Febem que eu conheci. Porque todos nos excluem, até a própria família. E assim, eu vejo hoje, eu não frequento mais o *rol* da minha família. É muito raro. Não que elas não gostem de mim, as minhas irmãs, e não que eu não goste delas (...). Uma que eu não tenho muito tempo e, assim, minha vida é muito diferente da delas. Eu tenho problemas, elas não têm problemas. (Trecho de entrevista com Railda, março de 2017, ênfase dela).

Os laços de sangue parecem insuficientes para manter os vínculos com a família na medida em que a prisão faz parte de sua vida, mas não da vida das irmãs. Se os vínculos com a família não significam aceitação, esta é possível em *meio a familiares* que se conhecem nas unidades, nas filas e na *luta*. Enquanto alguns familiares se afastam, outros familiares, *do coração*, aproximaram-se de Railda no contexto atravessado pelas prisões.

Isso não quer dizer que os vínculos familiares significados através do sangue sejam descartáveis no contexto da prisão. O afastamento das relações familiares mais amplas é marcado nas falas de Railda pela manutenção – se não pelo aprofundamento – do vínculo com o filho quando este foi preso. Então, se Railda “fez família” com as

demais *mães* que conheceu no contexto da Febem, e reconhece laços produzidos através *do coração* como fortes e de longa duração, ela também reforçava as conexões com o sangue e com o filho nos momentos relativos à sua primeira privação de liberdade na Febem.

Esta discussão acerca da produção de família a partir da convivência e do cuidado que perdura ao longo do tempo é tributária das contribuições de Kath Weston (1998; 1991), quem discute a coexistência de distintas ideologias de parentesco que disputam reconhecimento e capacidade de criar vínculos duradouros. Ao mesmo tempo, reconheço que as afinidades e o sangue têm importância no fazer família do contexto da Amparar. *Famíliares* e *mães* de presos muitas vezes se colocam como uma grande família, compartilhando o sofrimento que constrói solidariedade difusa e duradoura. Esse movimento se sustenta, no entanto, através do sangue: elas são *mães* de seus filhos presos.

A prisão, a princípio, seria um fator de esgarçamento de relações, inclusive as familiares reconhecidas através do sangue. Esse vínculo é explicitado e reafirmado quando a *luta* que demanda reparações do *Estado* e mudanças na política prisional é construída desde o lugar de *familiar*. Nesse sentido, disputar o debate público, promover denúncias contra a administração penitenciária, cobrar as instâncias públicas de defesa, produzir movimentações no lugar de *familiar* são modos de reafirmar que os vínculos existem e que, a despeito da prisão, são duradouros¹⁰³. Fazer política também é fazer família através da prisão, e vice-versa. A mobilização política pode ser, assim, parte de uma contínua constituição e reiteração de vínculos.

As afinidades produzidas pela militância e por um certo modo de fazer família através da prisão cristalizam a centralidade da figura da *mãe* no trabalho da Associação de familiares. O sangue, o sangue da mãe, é evocado para explicar a força e a capacidade de atuação em defesa dos filhos presos. Volto a mais um trecho da entrevista com Railda, quando ela se lembra da primeira apreensão do filho:

Conduziram ele até a UAI [Unidade de Atendimento Inicial, a “porta de entrada” da instituição], na época se pousava à noite e no outro dia

¹⁰³ Escrevendo em outro contexto, bell hooks (2015) apresenta uma inspiradora perspectiva para valorizar os esforços de mulheres negras em fazer de seus lares um lugar de resistência. Mobilizo a autora porque ela nos permite entrever dimensões importantes de agência de mulheres em contextos que parecem reafirmar a domesticidade (ou os laços familiares): “Um meio eficaz de subjugação branca dos negros em todo o mundo tem sido a construção perpétua de estruturas econômicas e sociais que privam muitas pessoas dos meios de fazer um lar. Lembrar disso deve nos permitir entender o valor político da resistência das mulheres negras no lar. Deve fornecer uma estrutura na qual possamos discutir o desenvolvimento da consciência política feminina negra, reconhecendo a importância política do esforço de resistência que ocorreu nos lares” (Idem:84-85, tradução minha).

ia pro fórum da vara da infância. (...). Aí quando cheguei na UAI, na hora o policial ia dar uma coronhada na cabeça dele. Gritei com o policial “quem pariu ele fui eu! Não põe mais a mão no meu filho!”. Não sei onde que eu arrumei tanta força naquela hora, o instinto da mãe, né? (Trecho de entrevista com Railda, março de 2017).

Mais do que o pertencimento a uma família, é o lugar da *mãe* que importa. Railda mencionou o *instinto de mãe* como elemento definidor em determinados momentos de seus embates diante de situações vividas com o filho em privação de liberdade. Mobilizou também, como apresentado mais acima, a *rebelião das mães* para remeter ao período no qual acompanhou a internação de seu filho na Febem. Organizou seu ativismo em torno do lugar das mães e da convicção de que “ninguém para as mães”. Ao mesmo tempo, os laços familiares mais amplos aparecem fluidos quando Railda articula o ativismo em torno das prisões ao afastamento das irmãs e à aproximação com as amigas que mantém até hoje.

O ativismo e a atuação na Amparar foram os caminhos de Railda para coletivizar e dar outras camadas de sentido a sofrimentos que nasceram “como uma dor ‘doméstica’” (VIANNA, 2014:211). Ainda sobre os primeiros tempos de Railda enfrentando a privação de liberdade do filho, ela remonta ao dia em que ele foi julgado e condenado à internação na Febem:

Estava muito frio naquele dia, e chovia, estava muito, muito feio o dia. Aí eu vim embora, eu estava muito triste. Parecia, assim, que eu tinha acabado de perder meu filho, sabe? Ou que estava parindo. Era uma dor que você não sabe explicar o que você sente... O vazio que você traz. Aí deixei ele e voltei pra Itaquera. O coordenador informou que, no outro dia, tinha uma audiência, que eu fosse cedo pro fórum. Fui pro fórum meio dia, quando foi umas duas, três horas, teve a audiência dele e o juiz mandou internar na antiga Imigrantes. Aí foi sofrimento!... Foi assim, um momento de revolta, de ódio, porque você procurou ajuda, né? Cê procurou alguma coisa para fazer pro seu filho, e ninguém naquele momento te deu a mão. Cê fica sozinha nesse processo. (Trecho de entrevista com Railda, março de 2017).

Há uma série de sentimentos que acompanham a privação de liberdade de um filho. A tristeza e a dor da perda, que rememora a dor do parto. O vazio e o *sofrimento*. A revolta e o ódio pela sentença condenatória. A sensação de solidão ao acompanhar os diversos procedimentos da Justiça. Os caminhos que percorreram fórum, a unidade de atendimento inicial da Febem, a sala de audiências e a primeira unidade de internação pareceram ainda mais duros em seu relato porque foram solitários. O encontro com outras

mães, que traduziu o *sofrimento* em uma *rebelião das mães*, foi resultado de um processo longo de formação que não necessariamente ocorre com todas as mulheres que chegam à Amparar pedindo ajuda nos dias de hoje.

Quando elas chegam não adianta falar de formação política, de denúncia, ela não quer saber de denúncia, ela não quer saber de formação política, ela quer tirar o filho dela daquele inferno. Até eu também passei por esse processo e dei muito trabalho. Aí quando ela chega... Tem muitas que ficam, sabe? Tem outras que não. Elas vão embora. Aí elas ficam, ficam, e quando acontece alguma coisa, o número está ali. Elas ligam. Volta de novo. Aí a gente faz todo aquele trabalho de conscientização. A gente sabe que elas não permanecem junto com o grupo porque muitas delas têm que trabalhar. É duro. É um sistema muito perverso porque prende teu filho, humilha teu filho, te humilha e você não pode estar ali. (Trecho de entrevista com Railda, março de 2017).

Ela quer tirar o filho dela daquele inferno. Railda reconhece que o impulso mais básico – e importante – de quem chega à Associação é resolver um problema. A prisão cria o tempo da urgência. Rafael Godoi (2016) explora essa temporalidade criada em torno da prisão a partir do sofrimento produzido pela instituição¹⁰⁴. A indeterminação da pena e a opacidade da Justiça não podem, ao mesmo tempo, paralisar os esforços familiares para atuar em relação aos seus presos, agindo sob a perspectiva de que “o melhor advogado do preso é a família”. Nas palavras de Godoi:

A necessária contrapartida da indeterminação de um regime de processamento ilegível e opaco é o imperativo de uma contínua mobilização dentro e fora das muralhas. (...) dentro e fora da prisão produz-se uma temporalidade estruturada sob um regime de urgência, quando a incerteza não pode impedir a ação, e a ação não pode reduzir a incerteza (GODOI, 2016:13).

Ao longo do atendimento, Railda tem o desafio de lidar com as expectativas das pessoas que pedem ajuda à Amparar, atuar no *acolhimento* e incluir, em meio a dores que são urgentes, o “trabalho de conscientização”. Seu próprio processo, que coletivizou uma “dor doméstica”, não é um caminho automático. Nem todas as *mães* que procuram a ajuda da Amparar se engajam nas atividades da associação. Como Railda enuncia, o próprio

¹⁰⁴ O autor reconhece as contribuições de Manuela Ivone da Cunha (2003) como centrais para a reflexão sobre temporalidades carcerárias. Cunha discute como a percepção da pena se transformou ao longo do período que separou suas pesquisas em uma penitenciária feminina portuguesa. No primeiro momento de pesquisas, na década de 1980, via-se o período passado na prisão como um hiato, uma suspensão da vida que ocorreria do lado de fora. Ao retornar à mesma prisão anos depois, transformada por uma mudança na política de drogas em Portugal, a pesquisadora percebeu que o “hiato” não era mais presente na narrativa de suas interlocutoras; o período da pena era, então, já entendido como parte da vida e compartilhado com vizinhas, familiares e conhecidas, capturadas pela política criminal antidrogas então vigente.

cotidiano – sobretudo o trabalho – dificulta a participação em reuniões, processos de formação e mobilizações. A despeito disso, as mulheres que entram e saem da Amparar compartilham com Railda algo que ganha substância nos trânsitos pela prisão e por instituições de *Estado*: a *humilhação*.

Railda evoca, em nossas conversas, os *sofrimentos* presentes na vida de alguém que tem ou teve um familiar preso. São muitos os gastos: ao menos com o *jumbo*, a sacola com mantimentos e itens de higiene que os familiares levam às pessoas presas, mas também com os trajetos até as unidades que, muitas vezes, são distantes dos locais de moradia dos familiares. Considerando os custos financeiros e pessoais de acompanhar a prisão de alguém, Railda diz e repete, em nossas conversas, que a primeira coisa que ela aconselha a quem procura a Amparar é contatar a Defensoria Pública:

Porque é dois gastos, é o *jumbo* e o advogado. Eu prefiro que cuide do preso, leve o *jumbo*, do que pagar advogado, porque a Defensoria está lá para trabalhar no processo dos presos (Trecho de entrevista com Railda, março de 2017).

Para além dos gastos e das preparações às visitas, ter um familiar preso impõe *humilhações* no trato com o sistema prisional e fora dele. Visitar um filho ou marido na prisão requer submeter-se, em alguns casos, à *revista íntima/vexatória*, procedimento que recebe esse nome entre ativistas para explicitar seu caráter invasivo¹⁰⁵. Ter um familiar privado de liberdade pode produzir um estigma que não se restringe à pessoa presa, mas à sua rede de relações – envolvendo, assim, os familiares.

Railda falou da *dor* que parece ser consequente da perda de um filho – ou do parto –, falou do *vazio*, do sistema prisional que *te humilha*. A *humilhação*, aqui, parece fazer parte das subjetividades atravessadas pela prisão não como algo desejado, mas como produto da vida em torno das prisões. Railda diz:

A mulher faz qualquer coisa pra defender o filho dela. Não que ela ache normal. Mas você imagine um homem chegar ali e ter que agachar três vezes [alusão à *revista íntima/vexatória*], é humilhação pra ele, porque ele é machista (Fala anotada em caderno de campo, 2017).

As *mães* se colocam no embate justamente porque suportam a *humilhação* e seguem na *luta* – seja a luta política via associação, seja a luta cotidiana de continuar visitando a pessoa presa a despeito das situações consideradas humilhantes. Seus corpos sentem os efeitos da *humilhação*; não são imunes a eles, mas os suportam.

¹⁰⁵ O último capítulo da tese (Capítulo IV) explora as disputas em torno da ocorrência da *revista*.

Em relação às mães que se organizam, o *sofrimento* e a luta compartilhados transpõem barreiras. Quando Railda me contou sobre sua participação em um workshop ocorrido da Universidade de Chicago, em 2018, ela ressaltou que o ponto mais positivo da experiência foi encontrar outras mulheres que se mobilizavam e atuavam contra a *violência do Estado*. Apesar das participantes serem brasileiras, colombianas e estadunidenses, Railda disse que *as mães se entendem*. A língua não foi um impeditivo para seus diálogos.

Railda também mencionou a *humilhação*, por um lado, e a força das *mães*, por outro, para destacar a importância do trabalho da Amparar no *acolhimento* às familiares. Ao longo de nossas conversas, ela afirmou que

As mães estão sendo mutiladas. (...) A gente tem mãe que já tirou o seio, já tirou o útero (...) Vai desencadeando, porque você não se cuida. Na verdade, quando o seu filho está assim, você não se olha mais como mulher. Você esquece de você. E a gente na associação começa a mostrar que ela precisa também ter cuidado (Trecho de entrevista com Railda, março de 2017).

O amparo às famílias envolve acompanhar os trâmites da Justiça e mediar relações com a Defensoria, pontos fundamentais para localizar o trabalho da Amparar na rede de instituições agenciadas por Railda. Mas o acolhimento também envolve outras dimensões que falam sobre ser uma mulher e ter um filho preso. Voltar a *olhar-se como mulher* é parte de um caminho para que a dimensão materna da vida e do ativismo não apague outros campos de existência. Em paralelo ao reconhecimento de que *olhar-se como mulher* é importante, Railda menciona, com alguma recorrência em suas falas públicas, que as mães vivem os efeitos do sofrimento através de doenças que se manifestam em seus corpos. *As mães estão sendo mutiladas*. Câncer, depressão, AVC, úteros e seios retirados são mencionados como efeitos do sofrimento que desencadeia a falta do cuidado de si – o “sofrimento de mãe” é compreendido como superior aos demais (VIANNA, 2014; VIANNA e FARIAS, 2011). O cuidado mencionado por Railda para com as mulheres que circulam pela associação e o estímulo para que voltem a se *olhar como mulheres* são parte de uma tentativa de dirimir os efeitos do sofrimento. *Mulheres e mães* aparecem como dois polos distintos, ainda que não opostos, e demandam um olhar que reconheça a necessidade de *cuidado*. Há uma luta, afinal, para que a *humilhação* não seja a principal definidora da vida das mulheres que passam pela Associação – incluindo aquelas que articulam e coordenam a Amparar.

Não há dinheiro que pague esse trabalho. Então, a gente é autônoma, a gente não... não tem rabo preso com ninguém. É como a gente brinca: a gente caminha com as nossas próprias pernas... com as nossas próprias pernas. Então, assim, se eu parar, eu não sei o que vai ser da minha vida, porque o que eu acho que me mantém viva é a Amparar. Porque eu também preciso da Amparar. (...) Muitas das vezes, eu venho aqui pra Amparar dar atendimento, eu tô pior do que aquela mãe. O filho dela tá lá preso, o meu não. E aí, quando eu me vejo, eu tô chorando junto com a mãe, sabe? Ela tá de igual pra mim. Portanto, quando os familiares chegam, quem dá atendimento somos nós as mães... que orienta a mãe, que conversa com a mãe, depois a gente vai ver o que dá pra fazer. (...) Foi uma coisa que a gente aprendeu com muita dor e hoje a gente valoriza muito essa luta. Porque virou uma luta, né? É uma luta! (Trecho de entrevista com Railda, março de 2017)

Dor – inclusive a dor do parto – constitui *luta* na fala de Railda. A luta não existe sem a dor. A dor dá sentido para a luta, sobretudo quando compartilhada com outra(s) *mãe(s)*. A dor parece mais suportável quando compartilhada e mobilizada no contexto da associação. Railda também alude à luta como aprendizado, como discuti no início deste tópico. *Dor*, *aprendizado* e *luta* aparecem intimamente relacionados em sua narrativa sobre a Amparar e as mobilizações de *mães*. A *luta*, nesse sentido, é aprendizado e efeito de uma pedagogia da dor. Os sofrimentos consequentes da presença da prisão em suas vidas adoecem, é importante dizer. As *mães*, no entanto, mobilizam essa mesma dor na constituição da *luta* e da atuação conjunta em torno dos mesmos temas que as fazem sofrer.

Não quero, com isso, dar a entender que a *dor* e o *sofrimento* de ter um filho preso são minimizáveis ou tampouco nublarem os efeitos dos sofrimentos que essas mulheres sentem em seus próprios corpos. Quero notar que esse sofrimento tem múltiplos efeitos – entre eles, fomentar a ligação entre *mães*, a produção de diálogos e de cuidado de umas com outras, o engajamento de algumas delas na *luta*.

Ao acompanhar as narrativas de Railda em sua entrada no vórtex da prisão, três dimensões estão interconectadas: os caminhos de Railda e sua transformação em uma ativista; a mobilização do vínculo entre *mães* e seus filhos privados de liberdade no contexto da Amparar; e a produção de uma pedagogia da dor que produz luta. Nas falas de Railda, ser *mãe* possibilitou conexões entre mulheres e a própria organização e atuação da Amparar. As *mães* podem muito – inclusive enfrentar situações geradoras de *sofrimento* e *humilhação* vividas através das prisões e manter-se dignas.

A prisão mudou a vida de Railda. Ela fez (e faz) política e trajetória, fez família com algumas pessoas e desfez família com outras. Da prisão brotaram sofrimento, luta,

aprendizado, partilha e acolhimento. A forte carga moral que infiltra a figura das *mães* no contexto da Amparar é retomada, a seguir, nas relações da Associação com outras organizações. Passo, então, a descrever as potencialidades e os limites da atuação política enquanto *mãe* (e também enquanto *familiar de preso*) num campo mais amplo de organizações com as quais a Amparar se relaciona. Em alguns momentos, a figura da *mãe* não é suficiente para empreender uma limpeza moral da figura do *familiar de preso*.

Alianças e seus limites em três atos

O trabalho de Railda na Amparar envolve o acolhimento a *famíliares* e a produção de uma delicada articulação com organizações de diferentes ordens. Manter o contato e o trabalho conjunto com outras organizações é meio de fortalecer o trabalho da Associação e de ampliar as possibilidades de atuação:

Porque uma luta, na verdade, não se faz só. Se você não tiver esse companheirismo, de estar trocando figurinhas, conversando, cê não vai pra lugar nenhum. Cê não pode ficar só no individual. Porque aí até o próprio sistema te engole. Então cê tem que ter essas articulações... com a Defensoria [Pública], Pastoral [Carcerária], CRP [Conselho Regional de Psicologia], com outras entidades que tem o mesmo segmento, o mesmo trabalho, cê tem que estar articulada a eles. Se você não tiver, não adianta (Trecho de entrevista com Railda, março de 2017).

Exploro, no presente item, três situações envolvendo a interlocução da Amparar com outras organizações, algumas parceiras de trabalho, outras não. As situações aqui apresentadas em três atos ajudam a entender alguns dos modos pelos quais as identificações enquanto *familiar* e *mãe* são agenciadas, mas encontram limites justamente por serem relacionais com pessoas presas – e criminalizadas.

Primeiro ato

Outubro de 2017, domingo de manhã e sol em Olinda-PE. A discussão do dia aconteceria em um salão escuro e comprido, repleto de cadeiras dispostas em dois grandes conjuntos de fileiras separados por um corredor central. Estávamos desde o dia anterior no II Encontro Nacional pelo Desencarceramento, que se propunha a debater e atualizar a *Agenda Nacional pelo Desencarceramento*. A *Agenda* parte da discussão sobre *encarceramento em massa* no Brasil e propõe medidas para a redução da população prisional, como, por exemplo, o congelamento de verbas para a construção de mais presídios e a descriminalização do uso e do comércio de drogas. Trata-se de um

documento articulado e assinado por uma série de movimentos e organizações, entre elas a Amparar¹⁰⁶. Estávamos ali, portanto, na condição de participantes do Encontro junto a ativistas e representantes de diversas organizações que compunham a *Agenda*.

Enquanto a atividade não começava, ficamos do lado de fora da sala, em um corredor externo, aproveitando a vista; era possível ver algumas árvores, coqueiros e parte da Igreja do Carmo. Railda e Miriam tinham acordado mais cedo para dar uma volta pelos arredores e chegar perto do mar. O dia de trabalho seria breve, uma vez que muitos participantes voltariam para suas respectivas cidades naquele mesmo domingo. Assim que todos entramos na sala para o começo dos trabalhos, Dina Alves deu início a uma cena – negra, advogada, atriz e antropóloga, ela apresentou o trecho de um espetáculo maior, “Darluz”, baseado em conto homônimo de Marcelino Freire (2003). Darluz conta a quem escuta sobre como “deu, deu, deu” seus filhos “para nunca mais, como um esquecimento” (idem:58). A partir da cena e após apresentá-la, Dina falou sobre a “ideologia de desumanização de corpos racializados” e demarcou a necessidade de pensar no “racismo estrutural” como um ponto central em nossas discussões sobre encarceramento: o racismo permite que o povo negro seja construído como “inimigo interno do Estado”.

Pareceu-me significativo que a cena em questão trabalhasse a figura de uma mulher (uma mãe?) que reiterava sua decisão de “dar” os filhos, sem “peso no peito” ou “consciência chumbada”. Não havia culpa, mas respostas a quem perguntasse os porquês de sua decisão: “Quero saber o que fazem com nosso sofrimento”. Perguntei-me sobre a culpa em “Darluz”, pois essa era uma menção frequente entre algumas das *mães* envolvidas na Amparar – às vezes mencionada como algo que se carrega, outras vezes mobilizada num contexto de negação, reafirmando que “a culpa não é minha!!!”. Talvez a grande similitude entre Darluz e as *familiares* participantes da reunião fosse a constante menção aos filhos – que se foram, doados por Darluz; que não estavam presentes, mas seguiam ao lado das *mães* sendo em vida, aprisionados, ou depois de *mortos pelo Estado*¹⁰⁷. Não cheguei a conversar com Railda e Miriam a respeito da cena apresentada

¹⁰⁶ A ampliação da discussão sobre a *Agenda* é bastante impulsionada pela Pastoral Carcerária. Mais informações sobre a *Agenda* e seu conteúdo na íntegra estão disponíveis no endereço: <https://goo.gl/9wSoaw>. Acesso em 21/03/2019.

¹⁰⁷ A categoria *mortos pelo Estado*, ou *vítimas de violência de Estado*, circula nas atividades e entre movimentos que compõem a rede de parcerias da Amparar. Há, na categoria, ideias de um Estado que violenta, mata e requer denúncia e mobilização. No próximo tópico, discuto os modos pelos quais esta categoria compõe modos de olhar para Estado entre integrantes da Amparar.

naquele encontro. Percebi, no entanto, certa agitação entre as pessoas que a acompanharam. Dina Alves e sua bela interpretação de Marcelino Freire nos desconcertaram.

A centralidade de filhos e suas mães não foi exclusiva da intervenção ocorrida no domingo pela manhã: o encontro da *Agenda* tinha, entre suas participantes, algumas mulheres *familiares* de presos e de pessoas *mortas pelo Estado*. Associações de *familiares de presos* de Minas Gerais e Pernambuco, além da Amparar, de São Paulo; uma integrante das *Mães de Maio*; uma militante do movimento de familiares de vítimas da violência policial carioca. Essas *mães* foram à *luta* com a prisão e a morte de seus filhos e as reviviam, todo o tempo, em suas intervenções. Uma das mulheres que participou do encontro mencionou, em sua apresentação, que “sempre falam que eu digo a mesma coisa”. Outra afirmou que “eu sofro muito, mas o que me deixa em pé é minha luta”. Quando uma *mãe* terminava de fazer sua fala nos momentos de discussão, outras iam à frente do auditório para abraçá-la e segurar sua mão. Havia um ritual que tentava confortar e demonstrar pertença ao *sofrimento* na remontagem de episódios dolorosos.

Há duas constatações importantes nas falas dessas *familiares*. A primeira menciona uma espécie de circularidade na narrativa que é apontada por outros (*sempre falam que eu sempre digo a mesma coisa*). A segunda afirma que a *luta* é o que a *deixa em pé* e reafirma, com isso, o lugar do ativismo na criação de saídas para o *sofrimento* e da manutenção da vida – ainda que através do *sofrimento*, sempre circularmente revisitado. Relatar o que se passou (e se passa) a partir da prisão dos filhos deixa de ser uma ação exclusivamente dolorosa e passa a ser agenciada como parte de um projeto político que ressoa entre as demais *familiares* e também entre os integrantes de outras organizações ali presentes. No evento em questão, o projeto pautado pelas *mães* remetia aos filhos no âmbito de uma discussão sobre desencarceramento. Suas falas eram o que produzia, com mais intensidade, a substância aludida pela *Agenda* nos pontos escritos em seu papel. As *mães* faziam menção a nomes, datas e situações que, ao fim, animavam a discussão sobre a necessidade de *desencarcerar*.

As falas dessas mulheres permitiram pensá-las a partir de uma ideia de agência: “a capacidade de os seres sociais interpretarem e avaliarem moralmente sua situação, e formularem projetos e tentarem realizá-los” (ORTNER, 1995:185, tradução livre)¹⁰⁸. O

¹⁰⁸ No original: “(...) sense of human agency, the capacity of social beings to interpret and morally evaluate their situation and to formulate projects and try to enact them”.

engajamento em discussões que desentranham histórias, compartilhadas com dor, fazia dessa dor material político. Garantia mesmo um espaço de compartilhamento e os rituais que buscavam confortar quem se propunha a dividir o *sofrimento* com um grupo maior de pessoas. Ao mesmo tempo, os limites dessa agência passavam por certo aprisionamento em determinado tropo – o de *familiar*, o de *mãe* – que repercutia no apontamento sobre a circularidade da fala. Se elas não contarem suas histórias a todo momento, quem contará? Sobre o que falar senão sobre o *sofrimento*?

Um tempo depois, uma das pessoas presentes no encontro, integrante de uma das organizações que impulsionava o debate sobre a *Agenda*, comentou que aquele foi o encontro que marcou uma maior aproximação de *familiares* com a pauta. Nesse debate, nem tudo era convergência e entendimento. Havia trechos da *Agenda* que não necessariamente eram aprovados por todas as *familiares* participantes – a discussão sobre a descriminalização das drogas, por exemplo, é sempre delicada em meio às *mães*. Ao mesmo tempo, a presença de *familiares* nas atividades da Agenda garantia uma capilaridade da discussão, ou mesmo uma legitimidade, que não seria possível sem elas.

Segundo ato

São Paulo, julho de 2018. Cidade fria. Cheguei adiantada ao Sesc 24 de maio, no centro antigo, com tempo para conhecer a unidade e tomar um café. Uma amiga me encontrou. Depois de café e conversas, fomos para a porta da unidade pois queria fumar um cigarro. Em meio ao vai e vem da multidão daquele fim de tarde numa rua do centro, avistei Railda e um companheiro da Amparar. Eles também estavam adiantados. Railda estava nervosa. Pensei que era uma ansiedade pré-fala. Afinal, estávamos todos ali para acompanhar Railda em uma atividade relacionada à campanha *Encarceramento em massa é justiça?*, realizada pela *Rede Justiça Criminal*¹⁰⁹. Ela e eu tínhamos conversado nos dias anteriores sobre quais pontos ela poderia ressaltar em sua participação na mesa. Ela se preocupava em levar alguns dados sobre encarceramento; eu sugeri, no entanto, que ela deixasse a tarefa para os demais participantes do evento. Argumentei que as ações da Amparar e seu tipo de envolvimento com a pauta prisional seriam contribuições que outras pessoas da mesa não poderiam oferecer.

¹⁰⁹ A Rede Justiça Criminal é formada por um grupo de oito organizações não-governamentais que atuam no campo dos direitos humanos e segurança pública. As ações da Rede incluem a produção de dados, materiais e a utilização de litigância estratégica em temas relativos à prisão. Há uma descrição adensada da Rede e de suas estratégias no capítulo IV desta tese – a partir do trabalho da Rede na discussão sobre a revista *Íntima/Vexatória*.

Ao fim, o nervosismo de Railda não tinha a ver com a mesa que se iniciaria na hora seguinte. Ela passara a tarde toda na região da *cracolândia* procurando por seu filho¹¹⁰. Enquanto esperávamos o início da mesa, ela contou sobre sua própria experiência nas “territorialidades itinerantes” da região (PERLONGHER, 2008; RUI, 2014). Passou por pessoas, estabelecimentos comerciais e unidades de saúde. Fez uma reconstituição bem-humorada de seu encontro com uma enfermeira, sua antiga conhecida, que era muito rígida e respeitada pelos usuários que transitavam pela área. Railda estava tensa, a despeito das risadas provocadas pelas histórias sobre a enfermeira.

A mesa dava início a uma série de eventos organizados pela *Rede Justiça Criminal* sobre encarceramento em massa e também inaugurava a instalação *Realidade Visceral*, que fazia uso de realidade virtual para emular a experiência da privação de liberdade em uma cela superlotada. Antes de instalado no Sesc 24 de maio, o equipamento já esteve no Conjunto Nacional, também em São Paulo¹¹¹. Enquanto parte das falas acontecia e Railda já estava no palco junto aos demais integrantes da mesa, eu e outros colegas da Amparar entramos na fila para usar o equipamento. Esperamos um pouco até que chegou a minha vez. De pé, em um tablado quadrado circundado por barras de ferro verticais, coloquei os óculos de realidade virtual acoplados a fones de ouvido. Passei a ver e a ouvir homens presos em uma cela superlotada. Quase não era possível caminhar, uma vez que o espaço virtual estava lotado de homens sentados e em pé, à minha frente e aos lados. Eu podia escutá-los em narrativas de pesar e sofrimento, pedindo ajuda, entregando-me um bilhete, que foi fisicamente colocado em minhas mãos pelas mãos da monitora da exposição.

Eu e os demais colegas da Amparar compartilhamos depois nossas impressões a respeito da emulação da prisão – ou da imolação dos presos ali retratados. Nós nos perguntamos se aquele experimento não seria, de certa forma, uma espécie de *zootização* da cadeia – termo empregado por uma amiga de militância da Amparar que se preocupava com que o cárcere e as pessoas privadas de liberdade, naquele contexto, fossem encarados

¹¹⁰ *Cracolândia* é como é conhecida a região de São Paulo, nos arredores da Estação da Luz, que concentra usuários de crack e é recorrentemente alvo de políticas sociais e operações policiais – não necessariamente separadas umas das outras. Taniele Rui afirma a *cracolândia* como “um campo de embates e ações públicas de dimensões inéditas no país e no mundo” (RUI, 2018:183).

¹¹¹ No site da campanha é possível encontrar um vídeo, intitulado “Realidade visceral”, que demonstra o uso do equipamento por algumas pessoas e suas reações quando se encontram com um dos participantes da realidade virtual, ele próprio um homem que esteve preso. Trata-se de mais um recurso, presente na internet, para fazer viver a experiência da prisão. Para saber sobre a campanha, ver: <http://www.prisaonaoejustica.org/>. Acesso em 05/12/2018. Para ver alguns quadros do vídeo, consultar o Anexo desta tese.

como um zoológico ou um *freak show*. Junto à preocupação, contudo, ponderamos que equipamentos como aqueles poderiam ter uma *função pedagógica* para quem nunca tinha entrado em uma prisão. Observar aquilo, ainda que numa realidade virtual, poderia sensibilizar pessoas e convencê-las em favor do desencarceramento.

Enquanto discutíamos os efeitos daquele equipamento no debate mais amplo, um colega da Amparar, de maneira sagaz, considerou que as intenções da realidade virtual jamais se concretizariam: “nunca vai parecer com a cadeia. Não tem o cheiro”. A realidade virtual não tem cheiro. Uma mulher que não conhecíamos, parecendo alguém que jamais entrou em uma prisão, ouviu nossas observações e nos perguntou como era o cheiro. “Uma mistura de produto de limpeza, mofo, suor, comida e cigarro” foi nossa resposta, em uma tentativa de emular algo que escapou da realidade virtual¹¹². Cortamos a conversa quando Railda começou a falar.

Railda deu início à sua intervenção lendo a *carta aberta* da Amparar. O documento foi produzido por Railda e Miriam, e tanto uma como a outra costumam dar início às suas falas com a leitura da carta, cuja maior parte transcrevo abaixo:

Nós somos mulheres, negras, pobres e periféricas. Somos nordestinas ou filhas de nordestinos. Estes, por si só, são fatores indicadores do racismo, preconceito e discriminação existentes neste país, que segue nos marginalizando e nos encarcerando cada vez mais.

Nossa luta iniciou-se em 1998 quando nossos filhos foram parar na FEBEM Imigrantes, local tenebroso onde se tratava com desrespeito a vida da criança e do adolescente. Lá, nos deparamos com um grau muito alto de tortura. Foram momentos dolorosos, pois os hematomas eram visíveis pelas faces, braços e pernas, e também pelos dentes quebrados dos jovens. Meninos que perderam baço devido a tortura, meninos que morreram queimados, esfaqueados, enforcados e outras tantas mortes monstruosas.

Foi em meio a este cenário monstruoso que nasceram as mães da FEBEM: mães que não lutavam individualmente, mães que lutavam pela igualdade.

Sempre tivemos como objetivo principal denunciar este Estado criminoso e genocida.

Fomos mulheres de dormir dentro das unidades da FEBEM, e também mulheres de levar esperança e paz para os meninos e seus familiares.

¹¹² Não é a primeira vez que o cheiro da prisão é mencionado como algo singular em etnografias de contextos prisionais. Falo sobre isso em minha dissertação de mestrado (LAGO, 2014); Natália Padovani (2018) menciona o cheiro da prisão em diálogo com a afirmação de Fabio Mallart (2014) de que “a cadeia muda a vida”. Mallart (2019) retoma essa discussão em sua tese de doutorado, seguindo o “cheiro” com um dos fios condutores de trajetos por instituições estatais e seus “subterrâneos”. Se a cadeia, como diz Mallart, deixa marcas indelévels em quem passa por ela (ainda que na condição de pesquisadores e integrantes de organizações que ali atuam), a memória olfativa é parte disso.

Mas a senzala é cheia de crueldade e a barbárie continua. Muda-se o nome de FEBEM para Fundação Casa, porém a cultura do encarceramento e tortura continua.

Então, nos deparamos com um sistema perverso no qual se perpetua a escravidão em todos os sentidos para negros, pobres e periféricos. (...) Essa é mais uma demonstração de como o genocídio atinge a vida na periferia.

Agora somos a AMPARAR, somos mães de luto, do cárcere e de dependentes químicos.

Somos seres humanos, temos direito à vida com dignidade. (...) Nós somos mães negras, pobres e periféricas que protegem seus filhos rezando.

Somos mães com o coração cheio de amor pelo próximo e com a voz de longo alcance.

Basta! Queremos igualdade social! Basta deste genocídio em série! Basta de encarceramento em massa! Basta, Basta, Basta!

Um desabafo: "Só queremos ser mães!"

Temos direito à vida, temos direito de ser mãe e temos direito de termos nossos filhos vivos!

A carta menciona a origem da *luta* das *mães*, com seus filhos internados na Febem, e produz imagens de horror nas exemplificações das torturas às quais seus filhos eram submetidos, recorrendo à monstruosidade da violência e aos seus efeitos em corpos, ossos, órgãos e dentes. A narração da brutalidade serve como recurso para explicitar a violência e demandar justiça (EFREM FILHO, 2017b)¹¹³. O texto da carta também expõe o reconhecimento dos efeitos da escravidão e do racismo no encarceramento e na marginalização delas e de seus filhos, demandando o fim do *encarceramento em massa* e o *direito a serem mães*¹¹⁴.

¹¹³ Efrem Filho argumenta como a brutalidade é recurso para reconstituir a homofobia em casos de mortes nos quais “a *homofobia* não é óbvia” (EFREM FILHO, 2017b:144). Recorrer às brutalidades das mortes era um recurso nas disputas narrativas que envolviam crimes, corpos e movimentos sociais.

¹¹⁴ A menção à maternidade como um *direito* evoca a discussão de Donna Haraway (2004) em relação aos direitos reprodutivos e à diferença na abordagem do tema entre feministas brancas e feministas negras – a estas é necessário demandar, para além de seus próprios estatutos de sujeito, o reconhecimento da humanidade de seus filhos e parceiros. A discussão sobre os direitos reprodutivos de mulheres negras, no contexto apresentado por Haraway, não termina com reivindicações em relação ao direito ao aborto. É antes o reconhecimento de que elas são mães. Nas palavras da autora: “As mulheres negras particularmente – e as mulheres submetidas à conquista do Novo Mundo em geral – se defrontaram com um campo social mais amplo de falta de liberdade reprodutiva no qual seus filhos não herdaram o estatuto de humanos nos discursos hegemônicos fundadores da sociedade norte-americana. O problema da mãe negra nesse contexto não é simplesmente seu próprio estatuto como sujeito, mas também o estatuto de seus filhos e de seus parceiros sexuais, machos e fêmeas. Não é de admirar, portanto, que a imagem de “fazer progredir” a raça e a recusa da separação categórica entre homens e mulheres – sem deixar de lado a análise da opressão sexista branca ou negra – tenham sido centrais no discurso feminista negro no Novo Mundo”. (Idem:243-244).

A leitura da carta silenciou a plateia, consternada. Railda então começou a falar sobre sua atuação na Amparar e emendou – talvez diante da consternação dos presentes: “Não fiquem com dózinha de mim porque eu não sou mãezinha, também não sou mãezona porque não passo a mão na cabeça. SOU É LEOA!”. A intervenção de Railda então passou a ser permeada por mudanças no tom e no volume da voz, valendo-se de gritos que chamavam atenção para determinados pontos – algo similar à estratégia das mães apresentadas por Paula Lacerda (2014), que reviviam, em suas intervenções, as mortes brutais de seus filhos.

A mãe que não é mãezinha, digna de pena, tampouco mãezona, pois não passa a mão na cabeça dos filhos, também mencionou a dimensão do *acolhimento* presente na atuação da Amparar e ressaltou a *humilhação* pela qual passam as *familiares*. Disse que *lutamos pelo desencarceramento em massa*. Ainda lembrou, quem sabe motivada pela busca do filho naquela tarde, ou mesmo refazendo o argumento de uma das *mães* que encontramos em uma caminhada pela Cohab II, que “os jovens saem da Febem ou da cadeia e se encontram na cracolândia e nas comunidades terapêuticas”. Concluiu sua fala, por fim, fazendo um convite a quem quisesse juntar-se às ações da associação: “se quiser colar nas filas das cadeias com a Amparar, pode vir”.

No final das falas e dos debates, caminhamos juntas do Sesc até a Praça da República. Railda estava agitada com sua participação na mesa e parecia cansada. Ela tinha dúvidas quanto ao que disse e o que deixou de dizer naquele dia. Nós nos despedimos no metrô. As situações vividas naquele dia se entrelaçavam em diversos registros emocionais que pareciam revolver o coração e as entranhas de Railda. Mãe, passou a tarde em busca do filho, lidando com uma situação que revive o vórtex da prisão e de seus caminhos também nas ruas, em territorialidades como a cracolândia. Ativista, esforçou-se em uma fala que buscava transmitir a *humilhação* vivida por familiares de preso sem, no entanto, fragilizar-se por esse lugar – lembrando que, a despeito da *humilhação*, ela era *leoa*. Ao mesmo tempo, seu corpo estava fragilizado. No dia seguinte, Railda foi à unidade de saúde pois sentia-se muito fraca depois de uma hemorragia que começou ainda durante o evento. Ela recebeu o diagnóstico de anemia e foi orientada a fazer repouso.

Terceiro ato

São Paulo, 2018. Em conversa na sede da Amparar, um dos participantes da Associação mencionou que o pedido de Railda para integrar o Conselho da Comunidade

de São Paulo foi negado. O Conselho da Comunidade é previsto na Lei de Execuções Penais – LEP (BRASIL, 1984) e deve “representar a sociedade” na fiscalização do sistema penitenciário. Seus integrantes, que se candidatam e têm a candidatura aceita ou não pelos demais membros, têm a prerrogativa de visitar as unidades penitenciárias da comarca onde o Conselho se situa. Seria, para a Amparar, mais um espaço para articulação com outras organizações e uma oportunidade de visitar unidades penitenciárias, abrindo a possibilidade de aprofundar as denúncias de violações e encaminhamentos junto a organizações parceiras da Associação. Afinal, o Conselho da Comunidade geralmente congrega pessoas vinculadas a instituições de defesa de direitos, pesquisadores ligados a universidades e pessoas “físicas” preocupadas com a política criminal e penitenciária.

A negativa à candidatura de Railda ficou um tanto nebulosa; por que negar a entrada de uma conhecida ativista do campo das prisões se a ideia do Conselho era justamente a de fiscalizar o sistema penitenciário? Na conversa ocorrida posteriormente à negativa, na Amparar, um dos presentes comentou que a decisão guardava relações com a ideia, que pode ter circulado entre os integrantes do Conselho, de que “não se sabe quem pode estar por trás dos familiares”.

Mais ou menos no mesmo período, o vereador Eduardo Suplicy solicitou uma audiência com o então secretário da administração penitenciária para que *familiares* relatassem situações de violações de direitos de pessoas presas que chegavam em forma de *denúncias* em seu gabinete. O vereador, inclusive, esteve presente em uma *audiência pública* capitaneada pela Amparar e que será apresentada no próximo tópico deste capítulo. Railda participaria do encontro com o secretário a convite do vereador. No entanto, o secretário se recusou a receber qualquer *familiar* e a decisão da SAP teria sido motivada pela crença de que *familiares* estariam *a serviço da facção*.

As duas negativas envolvendo a presença de um *familiar* em instâncias relacionadas ao sistema prisional paulista passaram por um denominador comum, ainda que com dizeres mais matizados no caso do Conselho da Comunidade: a desconfiança de que *familiares* poderiam ser aliados do PCC.

A conexão entre a Amparar (e sua atuação) e o PCC era refutada a todo momento por Railda e também por Miriam. Como já dito, elas explicitavam que a Amparar atendia a *familiares de presos* de todas as penitenciárias, incluindo as de *oposição*. O cuidado para não se conectarem à carga PCC inspirava, inclusive, os modos pelos quais elas recebiam denúncias e conversavam com *familiares*. As conversas para receber e

encaminhar uma denúncia deveriam ser feitas na sede da Amparar, a despeito de contatos preliminares ocorrerem via telefone ou whatsapp. Assim, elas poderiam ver o rosto de quem as procurava, saber sobre suas conexões e ter maior controle sobre o risco de serem tragadas para contextos onde o PCC exercia algum papel primordial. Se, em Tamara, Flora e Ítalo se esforçavam por se manter em bons termos com presos e *mulheres de preso* associados ao PCC (e também com a direção da unidade prisional) para a manutenção de suas atividades, na Amparar o esforço era de evitação e separação total.

O próprio uso da sigla do Primeiro Comando da Capital era raro nas conversas que tive com ambas. Elas geralmente se referiam ao PCC chamando-o de *as três letrinhas*. A alusão de relação entre a Amparar e *as três letrinhas* era, portanto, uma mostra de que todo o cuidado de Miriam e Railda para afirmarem que o trabalho da Amparar extrapolava o PCC – cuidado este que estava presente nas ações cotidianas da Associação – encontrava limites em determinados contextos. Nestes, todas as pessoas que circulavam pela prisão, incluindo *familiares*, eram marcadas como criminosos ou, no limite, associados a estes. A dimensão e os sentidos da criminalização são efeitos de relações que se dão em contextos determinados¹¹⁵.

A extensão da pena e da experiência penitenciária da pessoa presa aos seus *familiares* era geralmente identificada pelos integrantes da Associação e pelas pessoas que circulavam por ali em busca de orientação. Certa vez, uma mulher que foi à sede da Amparar comentou que um funcionário da prisão perguntou a ela: “qual é o seu número de matrícula?”. Ela retrucou dizendo que “não tenho número de matrícula nenhum”. O funcionário então respondeu: “a matrícula do seu marido, engraadinha”. A uma *mulher de preso*, afinal, cabe saber o número da matrícula do marido, como vimos na primeira parte da tese. O funcionário radicalizou a relacionalidade com o *preso* fixando o número como pertencente à mulher que nos contava a situação. Se a extensão da prisão aos familiares opera em diferentes contextos e de diferentes formas, essa extensão também atua sobre a Amparar. As negativas à participação de integrantes da associação tanto no Conselho da Comunidade quanto na reunião na SAP passaram pelo entendimento de que

¹¹⁵ A respeito do caráter relacional e contextual dos processos de criminalização, Feltran (2011b) demonstra como a associação de pessoas de uma mesma família com o “mundo do crime” opera em contextos distintos: os moradores do bairro e mesmo os policiais que atuam na região sabem distinguir os “trabalhadores” e os “bandidos” de uma mesma família. Essa diferenciação é anulada em operações policiais mais amplas – performadas por policiais de outras regiões – em que todo um território é criminalizado; os moradores como um todo são reconhecidos como “bandidos”.

a organização política de *famíliares de presos* seria orientada por (e no limite subproduto das) formas de organização prisioneiras.

Epílogo

Os três atos aqui mobilizados descreveram as articulações da Amparar em contextos ampliados de militância e debate sobre prisões. Nesses diferentes espaços, identificar-se como *familiar* produz diferentes efeitos. Em contextos de *luta*, seja na discussão em um encontro pelo desencarceramento, seja em uma mesa de debates, a reivindicação do estatuto de *familiar de preso* (e do estatuto de *mãe*, por ele englobado) permite a ocupação de um lugar de fala pública e de reivindicação – afinal, uma *familiar* é alguém que lida com as dinâmicas prisionais na medida em que circula através da prisão; os efeitos da pena são também sentidos por elas. Ao mesmo tempo, a fala a partir da identificação como *familiar* é sempre situacional e disputada, uma vez que o lugar de reivindicação aí demandado abre espaço para que essas falas tenham pesos políticos diferentes das demais, o que se exemplifica na ideia de que *famíliares fazem depoimentos*, algo presente em certas atividades de discussão sobre prisões e violações de direitos, como veremos no próximo item do capítulo.

Volto à discussão final do primeiro ato a respeito da ambiguidade constitutiva do ativismo enquanto *mãe* e *familiar*: a relacionalidade que estabelece o lugar de fala pública também limita as formas pelas quais essa fala é recebida entre os parceiros de ativismo. De certa forma, é esperado que as *famíliares* relatem situações em que há *sofrimento*, *humilhação* e o manejo dessas emoções em favor de uma luta mais ampla.

Há ainda uma nuance a ser marcada nas atuações de *mães* e de *famíliares* – considerando as *famíliares* de pessoas presas e de pessoas mortas pelo Estado. Os movimentos de *mães* se reconhecem na parceria e no acolhimento de umas em relação às outras, como descrito no Primeiro Ato. A própria categoria *vítima do Estado* é capaz de englobar as pessoas mortas e aquelas encarceradas, reconhecendo as diferentes dores umas das outras. Ao longo do capítulo, mobilizo as contribuições de autoras que trabalham e caminham ao lado de movimentos de mães de *vítimas da violência* – nesse caso, lidando com narrativas e sofrimentos em torno da morte (LEITE, 2004; VIANNA E FARIAS, 2011; VIANNA, 2014; LACERDA, 2014). Há, nesse sentido, proximidades e conexões entre essas mães que são êmicas, analíticas e políticas. Existe, no entanto, um aspecto que intrinca essas conexões e que se sustenta nas narrativas possíveis de serem

percorridas pelas *mães*. Refiro-me ao esforço das *mães de vítimas da violência de Estado* para limpar a reputação de seus filhos mortos. Sigo com Adriana Vianna (2014):

(...) temos as buscas por evidenciar e destacar que os filhos não eram “bandidos” ou “vagabundos”, mas que estudavam, trabalhavam, tentavam criar seus próprios filhos. A “dor de mãe” é mesclada, assim, à produção de uma carreira moral, ainda mais valorosa porque permeada por todos os sacrifícios feitos para “criar direito” os filhos em meio a múltiplas dificuldades materiais e à ausência de equipamentos públicos de qualidade (VIANNA, 2014:229).

Às *mães* de presos também é possível mobilizar narrativas de que elas *não são as culpadas*, ou seja, que criaram seus filhos direito. É também sabido que os esforços performados por *mães de vítimas* para disputar a reputação de seus filhos mortos são via de regra questionados. Por outro lado, para as *mães* de presos, argumentar em favor da conduta dos filhos torna-se um movimento mais difícil na medida em que eles foram capturados pelo Sistema de Justiça, julgados e condenados diante de uma acusação. Essa nuance demanda que essas *mães* se movimentem de outras maneiras: questionando os sentidos da Justiça, sua capacidade de julgar, e colocando em debate a própria prisão, reconhecendo-a como dispositivo para a contenção de determinados grupos raciais e sociais. Reivindicar o fim das prisões e o *desencarceramento em massa* é parte da luta política que também contribui para a conformação de suas “carreiras morais” e as de seus filhos.

Por fim, a disputa por falar publicamente desde o reconhecimento enquanto um *familiar* encontra limites. Em relações com determinados órgãos, como a SAP ou o próprio Conselho da Comunidade, ser *familiar de preso* (e mesmo ser *mãe*) não é equivalente a ser ativista e não legitima a pessoa como alguém que tem algo a dizer a respeito da política carcerária – esta dimensão é apagada. Como nos ensina Roberto Efrem Filho, “crime é inexoravelmente criminalização. (...) O crime é o sujeito. Corporifica-se” (EFREM FILHO, 2017b:35). A relacionalidade das *famíliares* com a pessoa presa se transforma em uma relacionalidade com o crime. Como seu efeito, *famíliares* reconhecidas como ativistas são criminalizadas como pessoas *a serviço da facção*, ou têm suas intenções postas em dúvida (*não se sabe quem pode estar por trás dos familiares*). Nos contextos em que essas desconfianças emergiram, as acusações e condenações de filhos e maridos são também corporificadas nas *famíliares* criminalizadas, assim como acabam criminalizadas as demandas, denúncias e atividades políticas que há décadas elas se esforçam por construir.

Os limites impostos ao ativismo de *familiares* seguem como constitutivos da própria atuação que produzem. O próprio deslizamento entre as categorias *mãe* e *familiar*, que ora aparecem diferenciadas, ora englobadas, parece um efeito dos processos de criminalização. *Mãe* é a que denota a legitimidade moral de interpelar por justiça; *familiar* é a que é interpelada como cúmplice ou criminalizável. É a partir das ambivalências entre articulações e seus limites que sigo, até o final do capítulo, dialogando com as noções de *Estado* que aparecem nas narrativas de Railda e em suas interlocuções.

Estado inimigo, Estado parceiro: tensões em uma Audiência Pública

Railda reconhecia a dimensão do *acolhimento* da Amparar como uma das singularidades da Associação. Mas articulações com organizações de diferentes níveis no campo dos *direitos humanos* também eram necessárias para ir além do *acolhimento* às *mães* e demais *familiares* que procuravam ajuda da organização, fosse para encaminhar os processos e planejar estratégias de atuação em cada um deles, ou mesmo para dar seguimento a denúncias de violações de direitos de pessoas presas e de suas *visitas*.

Os encaminhamentos e negociações com diferentes agentes estatais revelam processos de Estado nos diálogos com diferentes níveis de direção da Febem, em conversas com juízes ou na mobilização dos *direitos humanos* para acompanhar uma rebelião. Algumas das intervenções de Railda miravam no *Estado* que, em suas falas, aparecia como perpetrador de violações e como organismo onde se busca alternativas, ajuda e soluções para as mesmas violações – o *Estado* é quem viola, mas é ao *Estado* que se deve reivindicar. Ao apresentar uma coletânea que agrega diferentes pesquisas produzidas junto a pessoas e organizações envolvidas em demandas por “direitos”, Adriana Vianna afirma que:

(...) as ações empreendidas por esses sujeitos – e que os fazem como sujeitos – extraem sua força política e moral de uma espécie de crença compartilhada na legitimidade desses mesmos entes como dotados de coesão. Nesse sentido, não apenas são atingidas por esse “efeito de Estado” (MITCHELL, 2006), como o reforçam: na disputa por versões, visões, formas e medidas corretas de ação, subscrevem a existência de um horizonte “justo” que pode e deve ser atingido (VIANNA, 2013:16).

O reconhecimento da violação pelo Estado não apaga a crença de que é ao Estado que se reivindica. Nesse sentido, as mães da Amparar produzem sentidos para o Estado confiando (ainda que não integralmente) na correta aplicação de leis em um oceano de

incorrções e desigualdades. Deparar-se com a dimensão burocrática do Estado e afirmar uma postura que tensiona essa mesma dimensão não excluem uma avaliação dos processos judiciais como “fora da lei”. Railda, em entrevista, disse:

É porque assim... Tem a burocracia, não sei se eu estou sendo clara, você vai até um certo ponto... E ali você é limitada. Mas a gente também extravasa esse limite, né? E é muita burocracia, porque a gente sabe que tudo que não pode, pode. E, assim, esse judiciário que manda... Isso acaba com a nossa vida. Porque é um judiciário soberano, burguês, você entendeu? Ele decide tudo das nossas vidas, ele não escuta ninguém, porque assim, pelo Direito Penal, se você ver lá, tudo tem que ser avaliado, você tem toda uma justificação pra vir a prisão... Eles não levam em consideração que é reu primário, eles não levam em consideração a vida social dele. Eles não levam nada em consideração. Então assim, você percebe que isso é o que? Isso é uma fábrica (Trecho de entrevista com Railda, março de 2017).

O Judiciário-fábrica evocado na fala de Railda é enquadrado como soberano e não segue à risca os encaminhamentos do Código Penal. Ao mesmo tempo em que reconhece o caráter distante e esmagador da lei (DAS, 2004), Railda é afirmativa em relação às tentativas de escapar da *burocracia* – ou de explorar suas fissuras – ao dizer que “tudo que não pode, pode”.

Railda localiza o trabalho da Amparar em um emaranhado institucional que inclui organizações não-governamentais e instituições públicas que perfazem *Estado*. Este é, aqui, uma categoria que produz, organiza e direciona as interlocuções de Railda e da Amparar. Aproximo-me, portanto, de uma perspectiva em que:

a ideia de Estado, longe de elemento imaterial, deve ser pensada em sua carnatura, seus qualificativos morais, sua capacidade de moldar, limitar e produzir desejos e horizontes de possibilidade (VIANNA&LOWENKRON, 2017:19)¹¹⁶.

O discurso da associação aciona a prisão e a polícia como partes de um *Estado* violador, que também ganha carne através dos integrantes do *choque* que entram na unidade da Febem ou do juiz que decide uma causa de modo considerado injusto por ela e suas companheiras de luta. Por outro lado, organizações estatais como a Defensoria Pública fazem parte de um *Estado* a quem se reivindica e quem se pressiona por encaminhamentos e denúncias.

¹¹⁶ A discussão sobre Estado como processo que constitui sujeitos e é por eles constituído vem sendo explorada em outros trabalhos, como o de Silvia Aguião (2018), que discutiu a produção dos “LGBT” como sujeitos de direitos em meio ao desenrolar da política nacional LGBT nos primeiros anos da década de 2010.

O diretor da unidade da Febem que estimulou a criação de um grupo de mães é, por sua vez, uma espécie de zona cinzenta desse Estado violador-parceiro, ao evidenciar que as posições dos sujeitos envoltos pelas instituições não são fixas: ele abria possibilidades de diálogo, mas fazia parte de uma instituição que violava direitos e produzia sofrimento não só aos jovens ali privados de liberdade, mas também às suas mães. Estas, apropriando-se da “linguagem dos direitos” (VIANNA, 2013), produziram-se como vozes a serem ouvidas e se impuseram no debate em torno das violações ocorridas na Febem – e depois, no sistema penitenciário. Os discursos de Railda sobre *Estado*, a partir de Efrem Filho, indicam

(...) modos como sujeitos, suas experiências e relações atuam nos processos de produção de Estado e, reciprocamente, como esses processos participam da compleição daqueles sujeitos e, logo, de suas experiências e relações (EFREM FILHO, 2017b:9).

Em consonância com essa perspectiva, Juliana Farias afirma que os percursos de *familiares de vítimas de violência* por organizações e instituições alimentam sua luta contra a violência e demandam forte investimento emocional (FARIAS, 2014). Percorrer os caminhos que levam a batalhões de polícia, defensoria pública e organizações não governamentais era, para a autora, “parte da reconstrução cotidiana de um Estado encravado em práticas, linguagens e lugares considerados às margens do Estado nacional” (FARIAS, 2014:15). A discussão de Railda em torno do *Estado*, essa categoria que abarca violações e provê possibilidades de mobilização, tem como efeito, nesse sentido, a própria produção das ativistas e de suas atuações em diálogo e em embate com órgãos estatais – os percursos pelo *Estado* alimentam a *luta*.

No processo de produzir articulações importantes para a *luta* e saber quem (e quais organizações) pode ajudar, a identificação dos aliados e dos inimigos é fundamental. Em um seminário sobre justiça e sistema prisional, Railda discordou da fala de um colega de mesa e disse que “já estava preparada pra dar a resposta certa pra ele, já sabia o que ia falar”. Recuou do embate quando percebeu que o colega de mesa era um defensor público e não um integrante do Ministério Público, como ela pensara a princípio. Isso não quer dizer que ela não tenha ou faça críticas à Defensoria. O tom da crítica, no entanto, é manejado a partir de seu senso de estratégia política que ainda percebe a instituição – ou, ao menos, alguns dos seus membros – como aliados.

Parte do trabalho da associação consiste, como já mencionado, em encaminhar casos à Defensoria Pública. Os defensores, sobretudo os pertencentes ao Núcleo

Especializado de Situação Carcerária (NESC)¹¹⁷, são acionados por Railda para obter informações sobre o andamento de processos, as possibilidades de progressão de pena, o resultado de sindicâncias dentro do sistema prisional etc. O NESC – ou melhor, as gestões do NESC conformadas por defensores alinhados à *luta* – era uma parceria fundamental da Amparar na obtenção de informações dos casos que chegam à Associação.

As parcerias não se restringem ao NESC. Junto com o Núcleo e com outras instituições, como a Pastoral Carcerária, a Amparar participa de articulações, organiza eventos públicos e toma parte na construção de uma agenda que tem o desencarceramento como proposta mais ampla – a já mencionada *Agenda Nacional pelo Desencarceramento*. Junto com estas e outras instituições, a Amparar organizou uma *audiência pública* em fevereiro de 2018 que contou com a presença massiva de *familiares*¹¹⁸. Chamo atenção para esse evento porque, a partir de agora, é seguindo as discussões aí ocorridas que exploro o envolvimento de *familiares* na discussão sobre prisões, algumas das tensões que se colocam e as estratégias na produção de demandas direcionadas ao *Estado*.

GIR, tortura e familiares na mesa de uma Audiência Pública

São Paulo, fevereiro de 2018, fim de tarde. Mulheres enchiam o saguão contíguo ao auditório da Defensoria Pública Estadual, localizado no centro da cidade. Alguns homens engratados circulavam entre as presentes, que se serviam do lanche disposto sobre uma mesa. Reconheci alguns rostos em meio ao burburinho – advogadas e funcionárias de ONGs com projetos sobre prisão, integrantes da Pastoral Carcerária vestindo camisetas da instituição. Muitas mulheres chegavam em grupos, saindo de vans e caminhando em direção ao prédio. Eram *familiares*. Uma fila ordenava as pessoas para que se inscrevessem no evento que começaria em breve. Entrei na fila, disse meu nome e e-mail de contato à jovem que anotava as inscrições em uma planilha de computador e peguei o material distribuído – uma pasta de papel com um folheto sobre a Defensoria e um bloco de anotações. Logo avistei Railda e Miriam, que acenaram. Depois de nossos

¹¹⁷ O NESC tem, em sua equipe, três defensores públicos, uma assistente social e um cientista social. O cargo de coordenação do Núcleo é válido por um período de dois anos renováveis por mais dois. A boa interlocução da Amparar com a gestão que estava no NESC durante o período da pesquisa tinha, portanto, um marco temporal; uma vez trocada a direção do Núcleo, abre-se a demanda por refazer diálogos e uma agenda compartilhada de ação.

¹¹⁸ A organização da audiência envolveu algumas instituições: o Núcleo Especializado de Situação Carcerária (NESC) da Defensoria Pública do Estado de SP, a Escola da Defensoria Pública (EDEPE), a Ouvidoria da Defensoria Pública, o Instituto Terra, Trabalho e Cidadania (ITTC), O Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCrim), a Conectas Direitos Humanos e a Amparar.

abraços e cumprimentos, falamos sobre como a audiência estava lotada, uma boa surpresa até mesmo para Railda, que articulava a presença dos *familiares* no evento. Entrei no auditório e não havia mais cadeiras disponíveis. Voltei a me reunir com Railda e saímos para fumar enquanto a audiência não começava.

A audiência pública daquele dia foi organizada para discutir o Grupo de Intervenção Rápida (GIR), espécie de “tropa de choque” de agentes penitenciários que opera nas prisões paulistas. Segundo o Governo do Estado, o grupo é responsável por atuar em “situações críticas como a subversão da ordem e da disciplina, motins e rebeliões nas Unidades Prisionais e Centros de Detenção Provisória (CDP)”¹¹⁹. O GIR tornou-se assunto prioritário para uma audiência pública em razão das denúncias de espancamentos e outras violações de direitos relacionadas ao agrupamento que foram compartilhadas com os defensores do NESC em uma primeira reunião da nova gestão do núcleo com representantes de movimentos sociais. Rafael Godoi (2016) aponta a atuação do GIR como uma manifestação direta de violência institucional. O autor contextualiza a criação do agrupamento após a primeira “megarrebelião” do PCC, em 2001, e descreve o terror contido nos procedimentos da tropa:

(...) esta “tropa de choque” dos agentes penitenciários paulistas é especialmente munida e treinada pela Polícia Militar e outras agências de segurança públicas e privadas. De uniforme preto, com escudos, balas de borracha, cassetetes, bombas de gás lacrimogêneo e efeito moral, tubos de gás de pimenta, cães, coletes, capacetes e coturnos, organizados militarmente em tropa, os agentes do GIR adentram as unidades prisionais de São Paulo para desfazer situações de crise e, mais comumente, para auxiliar os agentes penitenciários na realização de revistas nas celas, operando a remoção e o controle da população carcerária com notória truculência (GODOI, 2016:7).

No dia da audiência, a presença massiva de *familiares* lotou o auditório principal e demandou a preparação de uma sala anexa, onde parte das presentes acompanhou as discussões por meio de um telão. Railda comentou comigo, depois da audiência, que nunca tinha visto tanta *mulher* fazendo denúncias, dizia que geralmente quem se envolvia em processos como aqueles eram as *mães*.

A mesa, cujos integrantes fizeram falas iniciais, foi composta por dois defensores públicos – um deles do NESC e outro da região de Presidente Prudente –, um padre da Pastoral Carcerária e Railda, da Amparar. A fala inicial do defensor do NESC mencionou

¹¹⁹ Trecho extraído de reportagem sobre o GIR produzida e publicada pelo portal de notícias do estado de São Paulo. Disponível em <<http://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/sistema-prisional-tem-tropa-de-elite-para-atuar-nas-penitenciarias/>>. Acesso em 02/04/2018.

as organizações que colaboraram para a realização da audiência e deu especial atenção à Amparar, representada por Railda – “você é um exemplo de luta”, disse o defensor.

Já apresentando o tema do evento, o defensor ressaltou que a atuação do GIR é embasada por uma resolução da Secretaria de Administração Penitenciária (SAP) que “não tem amparo constitucional”¹²⁰. Ele também destacou a necessidade de “debater a atuação do agrupamento” para “traçar caminhos” possíveis à sua superação. A agenda da audiência, portanto, era explícita: coletar episódios de violações perpetradas pelo GIR e pensar em modos de mobilizar as denúncias, considerando ainda a aparente inconstitucionalidade da resolução que criou o agrupamento.

O segundo defensor público, também sentado à mesa, apresentou um relatório com informações sobre a atuação do GIR e concluía, em sua fala, que “O GIR não tortura sozinho... isso se a gente concluir que tortura”, quando foi interrompido por gritos de “TORTURA! TORTURA!” vindos das *familiares* da plateia. Passado o burburinho, ele seguiu dizendo que “existem outras instituições, que se omitem, que também torturam”.

O argumento do defensor, também retomado em outros momentos ao longo de sua fala, defendia que as violações perpetradas pelo GIR só são possíveis porque outras instituições se omitem em face às denúncias – Judiciário e Ministério Público, por exemplo. A dinâmica de atuação do GIR, portanto, seria resultado da combinação entre ação de alguns entes e inação de outros. Já a espécie de relativização do comentário do defensor, que creditava à discussão da audiência a capacidade de decidir se o GIR torturava ou não, produziu uma reação imediata e enérgica das mulheres ali presentes. As intervenções da plateia comentando frases, vídeos e demais tipos de participação começaram ali e acompanharam todo o andamento da audiência.

O mesmo defensor exibiu uma reportagem com a gravação de uma atuação do GIR¹²¹. Enquanto o vídeo mostrava a “tropa de choque” das prisões jogando bombas de efeito moral, que provocaram um incêndio em uma cela fechada, e agredindo com cassetetes homens feridos que escapavam da cela, as mulheres gritavam “olha o que o estado faz, gente!”, “trata preso que nem bicho!”, “são esses presos aí que vão ser devolvidos pra sociedade!”. Outra dizia que “agora tá pior”. Uma das participantes saiu da sala ao final da exibição da reportagem, aos prantos, amparada por outra mulher.

¹²⁰ A resolução em questão é a Resolução SAP-155 (SÃO PAULO, 2009).

¹²¹ As cenas exibidas pela reportagem de 2014 foram gravadas pelo próprio GIR em 2008. O vídeo pode ser visto no endereço: <<https://tvuol.uol.com.br/video/video-flagra-agentes-penitenciarios-espandando-detentos-em-sp-04024C99316AD4915326>>. Acesso em 02/04/2018.

Tanto a tortura mencionada pelas mulheres ali presentes quanto a possível relativização de sua ocorrência por parte do defensor não são categorias óbvias. O defensor atribuiu à audiência pública a capacidade de produzir provas da tortura, seja através de vídeos, seja por meio dos *depoimentos* das participantes, seja pelo reconhecimento da omissão de órgãos públicos que deveriam fiscalizar as violações ocorridas em prisões. As mulheres presentes na audiência mobilizavam os mesmos materiais e os equiparavam às condições das prisões, alargando a ideia da tortura para toda a instituição que “trata preso que nem bicho”. A existência de tortura não parecia estar em debate para elas; o que estava em disputa era o próprio sentido do termo e mesmo a definição dos sujeitos torturados – afinal, não são também as mulheres torturadas em seus processos de entrada e saída das prisões? O que se chama de tortura é uma chave pela qual as mulheres também podem se compreender como *vítimas*. Nesse movimento, elas se fazem sujeitos de direitos.

Após a exibição da reportagem, o padre da Pastoral Carcerária que também participava da mesa dividiu, com a plateia, a experiência de acompanhar a atuação do GIR nos presídios de sua região do estado. O Conselho da Comunidade¹²² da região onde o padre atuava obteve o direito de ser acionado previamente às incursões do GIR e de estar presente quando as intervenções do agrupamento ocorriam. Segundo o padre, *tortura física* não acontece porque eles estão lá, mas a presença do Conselho da Comunidade não impedia que os integrantes do GIR fizessem *tortura psicológica*. Acerca desta última categoria, o padre mencionou os tiros a esmo com balas de borracha, desferidos com os presos já dominados, e a ameaça aos presos com cachorros. A despeito das incursões do GIR com a presença do Conselho da Comunidade prescindirem da *tortura física*, o padre argumentava que “não dá pra ser babá do GIR. Não é nosso papel. Tem que mudar a postura [do agrupamento]”.

Ao comentar os exemplos da *postura* do GIR que precisavam mudar, a fala do padre foi interrompida por duas mulheres. A primeira adicionou “que nós compramos! Com o nosso dinheiro!”, em seguida ao comentário do padre de que os pertences dos presos eram jogados (e muitas vezes destruídos) pelos integrantes do GIR. A segunda a intervir perguntou: “Posso falar uma coisa pro padre? O GIR mora na penitenciária [que

¹²² Relembro que o Conselho da Comunidade é previsto na Lei de Execuções Penais (LEP) e deve “representar a sociedade” na fiscalização do sistema penitenciário. Seus integrantes (que se candidatam e têm a candidatura aceita – ou não – pelos demais membros) têm a prerrogativa de visitar as unidades penitenciárias da comarca onde o Conselho se situa.

ela visitava]. Vinte e quatro por quarenta e oito. Nós entramos ESCOLTADAS pelo GIR. Arma calibre 12 apontada pra criança” [ênfase dela].

As falas das mulheres em seguida à intervenção do padre pareciam não dialogar com a divisão das ações do GIR entre *tortura física* e *tortura psicológica*, ainda que tanto o padre como as duas *famíliaes* provavelmente concordassem que nenhuma das práticas do GIR era aceitável. As mulheres, em suas falas, demarcavam que situações a princípio cotidianas eram parte da relação violenta que o GIR estabelecia não só com os presos, mas também com *famíliaes*. Jogar fora e destruir os pertences em uma operação afetam não só a pessoa presa, mas a pessoa que comprou, com o seu dinheiro, aquele pertence. Como vimos na primeira parte da tese, montar um *jumbo* demanda dinheiro e trabalho. Entrar em uma penitenciária “escortada” pelo GIR e enfrentar essa presença diuturnamente em uma unidade são parte da *humilhação* constantemente mencionada pelas mulheres que circulam em unidades prisionais na condição de visitas.

A última fala da mesa foi a de Railda, da Amparar. O defensor que mediava os trabalhos disse seu nome e completou afirmando que ela “dispensa apresentações. Mais de uma década lutando”. Após a não-apresentação, Railda deu início à sua intervenção dizendo que “temos que se unir para fazer enfrentamento contra esse estado” e agradeceu a “cada uma das mulheres presentes”. Ela lembrou algumas das diferentes cidades de onde vieram *famíliaes* para aquela audiência, enquanto as mulheres mencionavam, da plateia, como em um jogral, lugares que Railda não dissera e que também estavam ali.

A fala de Railda foi breve e permeada de comentários sobre a impossibilidade de humanizar os presídios, a ausência de ricos e a presença de “pretos, pobres e favelados” nas prisões e a importância de olhar para pautas como a “questão GLBT” nas prisões¹²³. Railda ainda lembrou de episódios do tempo em que ela e Miriam Duarte, presente na plateia, enfrentavam a “tropa de choque” da então Febem quando começaram a atuação no movimento de *famíliaes*.

Assim que todos da mesa concluíram suas falas, o vereador Eduardo Suplicy, que acompanhava da plateia, perguntou se poderia falar e questionou se a audiência pública contava com a presença do secretário de administração penitenciária ou de seus representantes. Diante da negativa – a despeito do convite –, o vereador se comprometeu a enviar o relato da audiência pública para a SAP e buscar mecanismos de diálogo tanto

¹²³ A Amparar vem se aproximando da “questão GLBT” em torno dos presídios. No Seminário Internacional ocorrido em julho de 2019 e organizado pela Amparar, uma das mesas dedicou-se à discussão sobre gênero e sexualidade no cárcere e ao aprisionamento de pessoas trans.

com o secretário quanto com o governador. Vale dizer que, na noite anterior àquela audiência, o gabinete do vereador organizou outra audiência pública também para tratar de um tema relativo ao mundo prisional – a situação das mulheres encarceradas.

Concluídas as falas da mesa e as intervenções do vereador, os defensores do NESC sentaram-se à mesa para organizar a parte seguinte da audiência, marcada por *depoimentos*: “Vamos passar aqui para os depoimentos?”.

Muitas das presentes se dispuseram a falar, o que resultou em inscrições disputadas – foram 22 – e debates constantes entre os defensores públicos ocupantes da mesa e as mulheres que detinham o microfone e extrapolavam o tempo sugerido para cada fala – dois minutos. Algumas vezes, os defensores pediam um *aparte* para passar informações que julgavam relevantes – a estes *aparte* não se aplicavam a regra dos dois minutos.

A dinâmica de *falas da mesa*, *depoimentos* e *apartes* não me parece aleatória nem exclusiva dessa audiência pública em específico. As falas de defensores públicos revestidas de objetividade e tecnicidade pareciam justificar as interrupções das falas das *famíliares*. As informações, no fim, interessavam às participantes que dividiam suas histórias naquele espaço. Ao mesmo tempo, a ideia de *depoimento* é fundamental para compor o sujeito cujo direito foi violado e que permite a produção de uma demanda. O testemunho atua aqui como um dos mecanismos inerentes à constituição da vítima nos processos de reivindicação de direitos que marcam a política contemporânea, tendo o trauma como paisagem moral, junto com outros mecanismos envolvendo provas e reparações, tal como propõem Didier Fassin e Richard Rechtman (2009). Ainda em diálogo com os autores, pode-se dizer que o lugar da vítima diz menos sobre uma “verdade do sujeito” e mais sobre agenciamentos, especialmente em situações que envolvem a criação de empatia e o acesso a direitos. Esses contextos e os mecanismos neles envolvidos informam sobretudo a respeito do lugar das “vítimas” nas economias morais do nosso tempo (FASSIN; RECHTMAN, 2009:279). Os depoimentos dão corpo e rosto aos recursos mobilizados não apenas pela Defensoria Pública, mas também por organizações de defesa de direitos, que seriam desencarnados sem a presença das mulheres que dividiam suas histórias – movimento paralelo ao explorado por Isadora Lins França em sua discussão sobre a produção da categoria “refugiado LGBTI” (FRANÇA, 2017).

Os *depoimentos* das *famíliares* que ali estiveram contam sobre situações profundamente relacionais. Apresento, a seguir, quatro blocos de falas de *famíliares*

ocorridas durante a audiência, expressivas de seus próprios trajetos e percalços em torno das prisões, bem como das situações ocorridas com pessoas presas.

Eu nunca achei que ia estar nessa situação. | Antes a gente tirava a roupa e entrava lá às 10 horas. Hoje tem uma máquina e a gente entra só às 14h30. | Por que as carteirinhas da SAP não são feitas no Poupatempo? Por que a gente tem que ficar na fila?

Ah, porque dizem que nunca deu nada. Nunca deu nada antes. Mas agora *a gente não tá fazendo barraco, a gente tá indo pela lei*. | A gente convenceu que nós precisaríamos fazer um *movimento na legalidade*. | Já fizemos denúncia em muitos lugares. Ministério Público, Brasília, Condepe, CNJ. Todos os órgãos que devia nós já chegamos. *Daqui a pouco a Carmen Lúcia vê isso e eles entram na parada*. Escreve o que eu tô falando. | Já fui pra Brasília, já conversei com Erika Kokay, com assessor da Carmen Lúcia e só escuto uma coisa das bocas: *a união das famílias pra vencer!* | Esse pacto de São José da Costa Rica... leva pra audiência de custódia que durou três minutos, eu estava lá. Ninguém foi solto. A decisão já estava pronta. Carmen Lúcia já falou que [tráfico] não é crime hediondo, mas não adianta. | Quero pedir a todos, Eduardo Suplicy... *que são maiores que a gente*, que nos socorram.

O GIR passou o cassete no ânus do preso. Isso é uma *humilhação*. | O GIR é um bando de covarde. COVARDE! São uns homens mascarados que não têm coragem de mostrar a cara.

Meu marido me ligou ontem chorando.

(Trechos de falas das participantes da audiência pública anotadas em caderno de campo. As marcações são minhas).

Nos *depoimentos*, as mulheres eram as narradoras de episódios ocorridos com elas mesmas nos processos de entrada e saída das prisões, mas não só; elas também dividiam episódios ocorridos com colegas de visitação, com seus maridos e filhos; contavam sobre as movimentações e estratégias de luta e dividiam informações que não deveriam ser divididas em um contexto como o da audiência pública.

O primeiro bloco de falas dimensiona o trabalho de seguir um familiar privado de liberdade. A estupefação em encontrar-se no contexto prisional (*eu nunca achei que ia estar nessa situação*); a dimensão da espera, do ato de aguardar para entrar em uma unidade prisional, com ou sem *revista vexatória*, e da espera mesmo na produção de documentos que permitirão a entrada em uma unidade prisional¹²⁴.

¹²⁴ A tese de Rafael Godoi (2015) explora a dimensão do tempo envolvida na realização de uma visita e como as filas para entrada na penitenciária se iniciam na cidade de origem da pessoa que viaja centenas de quilômetros para encontrar o familiar preso.

O segundo bloco de falas menciona deslocamentos, conversas e aspirações que envolvem a luta das *famíliaes* pelos seus presos. Os deslocamentos envolvem viagens a Brasília, mas não são exclusivamente geográficos. Há um deslocamento de estratégia exposto no *movimento na legalidade* em contraposição ao *barraco*. Essa mudança indica que as mulheres que ali falavam apostavam na produção de denúncias via mecanismos formais – no Sistema de Justiça, em suas diversas instâncias, e em ações junto a políticos. A presença na audiência pública e as falas celebrando a *união das famílias* para manter a luta também fazem parte desse deslocamento estratégico. Nesse contexto, o nome da então presidente do STF, Carmen Lúcia, era recorrente: ela aparecia como alguém com quem se buscava interlocução e cuja intervenção poderia mudar a correlação de forças em favor das *famíliaes*. Ao mesmo tempo, acionar mecanismos *pela lei* não impedia o questionamento e a desconfiança dessas mesmas leis. O Pacto de São José¹²⁵ e as audiências de custódia eram colocados sob suspeita uma vez que seus efeitos não evitavam prisões consideradas injustas pelas *famíliaes*.

As últimas falas relatavam situações narradas às mulheres por seus maridos e filhos e traziam à audiência a *humilhação* imposta pelos membros do GIR aos presos. Essa *humilhação* era marcada por prescrições de gênero que envolviam a interação violenta que os integrantes do GIR impunham. Na denúncia da violação e da *humilhação* vividas por seus homens, as mulheres colocavam em questão também a *coragem* dos *homens mascarados* que integram o GIR, num jogo que disputa o que é ser homem a partir de convenções de gênero e de sexualidade que circulavam entre as *famíliaes*. Na mesma medida em que questionavam a masculinidade dos homens do GIR, elas reforçavam sua feminilidade – a força da mulher – que tem coragem de seguir até o fim com as denúncias sobre o agrupamento.

Por fim, uma última frase, aparentemente trivial, causou um constrangimento no contexto da audiência. *Meu marido me ligou ontem chorando*. Assim que a mulher que fazia a fala mencionou que o marido ligou, fez-se um silêncio absoluto na sala da audiência. Ela percebeu a tensão e usou um breve intervalo para reorganizar sua fala. Prosseguiu com informações sobre as (sofritáveis) condições do atendimento de saúde da penitenciária onde o marido cumpria pena. Concluída sua participação, ela voltou a se

¹²⁵ Trata-se da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, documento assinado pelo Brasil. Para lê-lo na íntegra, acessar: http://www.cidh.org/Basicos/Portugues/c.Convencao_Americana.htm. Acesso em 18/02/2019.

sentar na plateia e conversou com as colegas que a circundavam. Justificou-se dizendo que a frase *escapou*.

A existência de celulares nas prisões é sabida e, muitas vezes, utilizada como justificativa para os procedimentos de revista nas pessoas que entram na condição de visitas e para as próprias incursões do GIR, tema da audiência pública. A tensão em torno da fala da *familiar* relacionava-se não com o que foi dito, mas com o onde. O contexto da audiência pública era o contexto da luta *pela legalidade*, ou seja, das reivindicações mediante mecanismos legais que, por sua vez, consideram ilegal a existência de aparelhos celulares dentro das prisões¹²⁶. A separação entre o que se pode e o que não se pode falar nesses momentos é matéria de atenção entre essas mulheres, ainda que algumas frases escapem em determinados momentos.

Em conversa posterior ao dia da audiência pública, Railda me contou que ela e as *familiars* compartilhavam a avaliação de que a audiência pública foi um *sucesso*. Elas sentiram que puderam falar o que queriam e que os defensores presentes estavam comprometidos com o encaminhamento de denúncias contra o GIR e contra as demais violações relatadas pelas *familiars* em seus *depoimentos*. A dimensão relacional do lugar ocupado por essas mulheres e seus *relatos* se inscreve na linguagem de gênero. Afinal, o lugar ocupado por elas naquele espaço era o de *familiars* (de presos): pessoas que não estavam presas, mas que lidavam com a instituição prisional e se movimentavam através dela e de seus dispositivos – a espera nas filas, os procedimentos de entrada e saída das prisões, a emissão de documentos e a luta contra violações ocorridas. Suas falas também contavam sobre situações vivenciadas pelos maridos e filhos presos, em uma narrativa de “segunda mão” mobilizada pelas mulheres.

O engajamento das *familiars* foi o fulcro da constituição da Audiência Pública – uma ação dentro do *Estado*, imersa em um *movimento na legalidade*. Essa imersão, por sua vez, demandava que suas falas fossem *depoimentos*, ou seja, que mobilizassem sofrimentos e violações, na linguagem dos direitos, e que não revelassem ocorrências ininteligíveis nessa linguagem, como a menção ao telefone celular. Nas disputas pelas *vias legais*, saber o que se pode e o que não se pode dizer é fundamental.

¹²⁶ Bruna Bumachar (2016) trabalha, em sua tese, com o uso de tecnologias (incluindo os celulares) na manutenção de vínculos entre presas estrangeiras e suas famílias.

Considerações finais: seguindo em movimento

Ao longo do capítulo, apresentei algumas formas pelas quais Railda elabora seu processo de formação enquanto uma ativista e situa o trabalho da Amparar. O trabalho da Amparar aparece, nas narrativas de Railda, na relação com organizações parceiras, com instituições de *Estado*, na rotina de trajetos e visitas a outras *mães*, instituições de justiça e prisões. É na convivência com *familiares* que Railda circunscreve a importância do trabalho da Associação, e não apenas para quem procura a Amparar: a relação estabelecida com as *mães* é o que permite a Railda seguir no ativismo, seja interpelando o *Estado*, seja participando de momentos de encontro com outras mulheres ativistas.

Seguir as atividades e articulações de Railda foi o caminho por mim encontrado para apresentar um contexto no qual a categoria *familiar de preso* é mobilizada para atuação e reivindicações coletivas. Explorei como a identificação enquanto *familiar* possibilita a produção de posições políticas e trajetórias ativistas. Ser *familiar de preso* é reconhecimento agenciado na atuação política, ao mesmo tempo em que o ativismo permite inflexões nas trajetórias possibilitando maior circulação entre diferentes espaços. Tratei, portanto, de descrever formas pelas quais Railda, entre essas *familiares*, reconstitui sua vida através do ativismo que se mobiliza em torno da prisão.

As narrativas de Railda foram o fio condutor da discussão. Os momentos relacionados ao começo da sua vida como ativista misturam o *sofrimento* pessoal às tentativas das *mães* de se colocarem como denunciante de violações e mediadoras de negociações com pessoas, organizações e os *direitos humanos*. Ao falar de si e de seu trabalho, Railda conecta seus caminhos às vidas de outras mulheres que passam pela Associação e que se mobilizam, cada uma à sua maneira, a partir da privação de liberdade de filhos e maridos. Sua trajetória particular fala de si, mas também de outras *familiares* que a amparam em suas interações com a Amparar. Através dos percursos de Railda e de suas análises a respeito da interação com outras *mães* e *familiares*, é possível perceber as dificuldades de levar adiante a *luta* em contextos nos quais as pessoas têm urgências: *tirar o filho daquele inferno* corre em paralelo às demais (e inúmeras) demandas da vida. Mesmo a dedicação integral de Railda à Associação produz instabilidades para ela, uma vez que a Amparar não conta com recursos fixos. Tornar-se ativista envolve alguma experimentação de ideias e projetos que podem não ir adiante enquanto outros se desenvolvem.

Por fim, vale dizer que o envolvimento de Railda com a Amparar não a tirou do vórtex da prisão. Ao contrário, Railda aprofundou suas relações com a prisão e com o *Estado* – parceiro e antagonista – na medida em que se envolveu no ativismo. Seus caminhos através das prisões são marcados pelo *sofrimento* e pela *humilhação* que passaram a ser suportados por meio das amizades constituídas na porta das unidades e pela mobilização. Ao fim, a *humilhação* incitou um lugar político para as *mães*, o qual permite a Railda a circulação e a articulação de pessoas e instituições em torno da Amparar.

Capítulo IV | Íntima e vexatória: disputas narrativas, violação e organizações de defesa de Direitos Humanos

Toda *revista vexatória* tem um caráter de abuso sexual.
(Integrante de ONG, 2017)

Homem que é homem não se sujeita àquilo não.
(Familiar de pessoa presa, 2017)

Cena 1: São Paulo, setembro de 2017. Em uma sala de reuniões na região central da cidade, familiares de pessoas presas e representantes de organizações não-governamentais discutem a preparação de uma audiência pública com o propósito de discutir violações de direitos dos presos de uma determinada penitenciária paulista. Uma das participantes da reunião, ativista da Amparar¹²⁷, levanta a questão dos *scanners* como um ponto a ser levado à audiência. Ela diz que as mulheres estão preocupadas com os efeitos desse equipamento (e de sua possível radiação) na saúde delas e na saúde de seus filhos. Ademais, o *scanner* não garante que o desnudamento não ocorra. “Se a imagem está ruim, elas [as agentes penitenciárias] pedem para abaixar a calcinha. Adotaram uma tecnologia, mas continuam com o vício de querer humilhar”. O *scanner* foi recentemente instalado naquela unidade como parte do processo de abolição das revistas *íntimas*, proibidas por lei estadual desde 2014.

Cena 2: São Paulo, novembro de 2017. Em um evento de comemoração dos 20 anos de uma organização não-governamental, o tema da revista *vexatória* é retomado como parte do histórico de *lutas* da ONG. Entre *relatos* de *familiares* e debates rememorados por integrantes da organização, uma das mulheres atuantes na ONG afirma que “a luta contra a revista vexatória nos ensina a trabalhar com direitos humanos”. Por mais que se fale, “a gente ainda não conseguiu mudar essa realidade”. A fala faz menção aos aparentes avanços e contínuas reações da administração prisional que mantém a revista *vexatória* como procedimento presente nas penitenciárias paulistas.

Escrevo este texto em 2019. As cenas mencionadas acima, ocorridas há mais de um ano, mantêm-se atuais e inteligíveis no contexto das mulheres que entram em prisões

¹²⁷ Relembro que a Amparar é a Associação de familiares e amigos de presos/as discutida no Capítulo III desta tese.

para estar com seus maridos e filhos. As cenas ainda são inteligíveis no campo dos *direitos humanos* e nas pautas envolvidas por organizações que atuam na defesa de direitos no campo prisional. O controle de fluxos e a produção das fronteiras prisionais através do escrutínio de corpos femininos e feminizados continuam a ocorrer nas prisões paulistas – se não pelo desnudamento e agachamento, pelo desnudamento promovido pelo *scanner*. Retomo o que disse uma das mulheres que participou da cena 1 mencionada acima: “adotaram uma tecnologia, mas continuam com o vício de querer humilhar”. A ideia de “corpo incircunscrito” (CALDEIRA, 2000) é radicalizada no *vício* da prisão em vasculhar os corpos e produzir *humilhação*.

A prática nomeada como *revista íntima/vexatória* consiste em vasculhar os corpos das pessoas que entram nos estabelecimentos prisionais e é justificada pela alegação de que esses corpos podem esconder objetos proibidos/ilegais, como celulares e drogas. Este tipo de revista requer o desnudamento e a exposição das partes íntimas – vagina e ânus – e pode incluir agachamentos aliados a algum esforço físico (tossir, por exemplo) para que eventuais objetos escapem das cavidades corporais. Como afirmei anteriormente, opto por nomear a *revista* utilizando os dois nomes com os quais ela é chamada: *íntima*, entre gestores e operadores da política prisional; *vexatória*, entre aqueles que se opõem à prática, como entre alguns integrantes da Defensoria Pública e pessoas que atuam no campo de organizações de defesa de Direitos Humanos. Ao longo do capítulo, utilizo os termos de classificação da revista (*íntima* ou *vexatória*) de acordo com quem a nomeia.

Apresento, neste capítulo, uma reflexão sobre a *revista íntima* (ou *vexatória*) e as disputas em torno desse debate. A discussão acerca da revista *íntima/vexatória* me parece central para entender os trânsitos de pessoas entre dentro e fora da prisão e para explicitar a produção de gênero através das prisões e vice-versa – um dos debates centrais desta tese. O fio argumentativo persegue como a revista *íntima/vexatória* constitui um campo de disputas que tem como território os corpos das mulheres e que envolve presos, familiares, organizações não-governamentais, organizações governamentais e o Sistema de Justiça – aqui entendido como conformado por Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública (CARDOSO, 2017). Em meio a essas disputas, pessoas e grupos produzem ideias de *violação*, *humilhação*, *degradação humana*, *violência* e *abuso* perpetrados pelo Estado nos corpos submetidos à revista. Ao mesmo tempo, organizações estatais que lidam com a revista e com as demandas pelo seu fim elegem a *segurança* como ponto chave para justificar a manutenção da prática. Algumas *mulheres de preso* e

familiares de pessoas presas, por sua vez, estão também implicadas nas narrativas sobre a revista, tendo suas próprias perspectivas sobre o processo. Ao lidarem com a existência da revista no cotidiano das visitas e ao narrarem sua experiência com a prática, elas deslocam argumentos tanto de defensores de direitos quanto de organizações estatais.

O capítulo é construído a partir dos diferentes enquadramentos que constituem a revista como um tema de debate e disputa, com confluências e tensões, entre os diferentes sujeitos que, localizados nos diversos campos, constituem sentidos e práticas quanto às entradas nas instituições prisionais. Esses enquadramentos não são apenas perspectivas distintas: eles estão relacionados às diferentes “disposições afetivas” frente à *revista*, nos termos de Judith Butler (2015). O “horror”, a “indiferença” e o “sadismo justificado”, todos sentimentos que podem ser suscitados pela *revista*, residiriam em diferentes enquadramentos que estruturam a maneira pela qual percebemos outras vidas e o quanto elas devem ou não ser protegidas da violência, particularmente da violência de Estado (BUTLER, 2015)¹²⁸.

Afirmo desde já: entendo que o procedimento da revista viola corpos e produz humilhação em pessoas que atravessam as fronteiras prisionais. Entretanto, perseguir a discussão para além do reconhecimento da condição humilhante da revista permite esquadrihar sua prática, acessar outras camadas de compreensão e, no limite, entender de que modos prisão, Estado e gênero se conectam na conformação de corpos violáveis e de mecanismos de violação no âmbito da prisão que, lamentavelmente, não se reduzem à revista. *Humilhação*, aqui, é categoria que aparece nos discursos de ONGs, em falas de *mulheres de preso* e de *familiares*. A ideia de *humilhação* parece cristalizar os excessos reconhecidos na relação com a instituição prisional – identificada, nesse caso, com agentes penitenciários e funcionários das portarias das prisões. Ao longo do capítulo, busco desdobrar os conteúdos da *humilhação* nos contextos em que a categoria é acionada.

Em paralelo à conformação dos excessos cristalizados nas ideias de *humilhação*, emergem imagens contrastantes de Estado – que se configura tanto como o ente responsável pela persistência dessas violações, representado pela administração penitenciária e por seus agentes, quanto como a possível força que poderia interromper a

¹²⁸ A autora desenvolve essa noção para pensar especificamente os “enquadramentos de guerra” como “diferentes maneiras de esculpir seletivamente a experiência” que são essenciais à guerra na forma como ela produz – e depende de – um enquadramento que estabelece as vidas como mais ou menos passíveis de luto (BUTLER, 2015:47).

ocorrência da *revista*, materializada na Defensoria Pública e na atuação de alguns de seus defensores. A própria ideia de Estado emerge como um campo no qual organizações e instituições dialogam, produzem documentos, intervenções e embates. A questão da *revista íntima/vexatória* permite, assim, entrever as articulações e produções recíprocas que envolvem um “duplo fazer” entre gênero e Estado (VIANNA E LOWENKRON, 2017).

Essas articulações são aqui apresentadas em idas e vindas em torno de pessoas, documentos, campanhas e discursos produzidos por ativistas, organizações, advogados, defensores públicos e *familiares* de presos. Os modos pelos quais persegui as camadas que compõem a discussão sobre a *revista íntima/vexatória* também se valem da perspectiva apresentada por Wendy Brown (2006) para pensar nas relações entre gênero e Estado:

Assim, uma teoria feminista do Estado exige simultaneamente articular, desconstruir e relacionar as múltiplas correntes de poder que compõem a masculinidade e o Estado. O fato de que nem o poder do Estado nem o domínio masculino são unitários ou sistemáticos significa que uma teoria feminista do Estado será menos um argumento linear do que o mapeamento de uma intrincada rede de estratégias, tecnologias e discursos de poder sobrepostos e conflitantes (BROWN, 2006:193, tradução minha)¹²⁹.

Neste esforço de descrever etnograficamente as questões implicadas pela revista *íntima/vexatória* e sua “intrincada rede de estratégias, tecnologias e discursos de poder sobrepostos e conflitantes”, trabalhei com documentos produzidos por instituições estatais, uma campanha e um evento organizados por ONGs, e também conversei com profissionais atuantes nessas organizações. Além disso, cotejei os dados produzidos na pesquisa sobre a revista com os dados produzidos em minhas visitas a Tamara (Capítulos I e II) e junto às atividades da Associação *Amparar* (Capítulo III). São esses, portanto, alguns dos fios que produzem o emaranhado que busco analisar ao longo deste capítulo.

Os documentos, legislações e projetos de lei consultados foram: i) a lei estadual 15.552 (SÃO PAULO, 2014) que proíbe a realização de revistas íntimas nos visitantes das unidades penitenciárias paulistas; ii) o projeto de lei 7.764 (BRASIL, 2014), que propõe a proibição da revista em âmbito nacional, e os relatórios a seu respeito produzidos nos âmbitos da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado

¹²⁹ No original: “Thus, a feminist theory of the state requires simultaneously articulating, deconstructing, and relating the multiple strands of power composing both masculinity and the state. The fact that neither state power nor male dominance is unitary or systematic means that a feminist theory of the state will be less a linear argument than the mapping of an intricate grid of overlapping and conflicting strategies, technologies, and discourses of power”.

(BRASIL, 2017) e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (BRASIL, 2018); iii) a resolução nº5 do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária – CNPCP (2014), que “recomenda a não utilização de práticas vexatórias” no controle do ingresso de pessoas em unidades prisionais; iv) os relatórios produzidos pela Defensoria Pública de SP a partir de pedidos de acesso à informação relacionados às apreensões resultantes de revistas íntimas (DEFENSORIA PÚBLICA, 2014); e v) a *representação* formulada pela Defensoria Pública e pelo Ministério Público de São Paulo que questiona a condução de revistas *vexatórias* nas unidades prisionais paulistas a despeito da aprovação da lei estadual de 2014 (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO; MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2016). Os documentos trazidos para a análise revelam alguns dos caminhos normativos da discussão sobre a revista *íntima* e dão pistas sobre os atores envolvidos e suas articulações para a produção de um aparato legal que sustente a extinção da prática. Ao longo do capítulo, busco demonstrar como a lei estadual, o PL e seus relatórios, a resolução do CNPCP e os documentos elaborados pela Defensoria Pública Paulista informam sobre movimentações em diferentes esferas de Estado em confluência e em tensão com pessoas e instituições que atuam na defesa de direitos e se mobilizaram pela proibição da revista *vexatória*.

Também acessei documentos produzidos no âmbito da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH)¹³⁰ que tratavam de denúncias da prática da *revista vexatória* no Brasil e na Argentina. Ainda que esses documentos internacionais não sejam o fulcro de minha análise, entendo que eles ajudam a conformar um campo que extrapola o país e por onde circulam ativistas, demandas e resoluções em torno da *revista vexatória* que colaboram para a sua proposição enquanto uma violação de Direitos Humanos.

Minha leitura desses materiais foi informada pela perspectiva de que documentos são peças etnográficas que dizem sobre seus contextos de produção e circulação (LOWENKRON&FERREIRA, 2014) e são:

construtores da realidade tanto por aquilo que produzem na situação na qual fazem parte – como fabricam um ‘processo’ como sequência de atos no tempo, ocorrendo em condições específicas e com múltiplos e desiguais atores e

¹³⁰ A CIDH é uma comissão da Organização dos Estados Americanos (OEA) sediada em Washington D.C. (Estados Unidos) que se encarrega da “proteção dos direitos humanos no continente americano”. Os casos analisados pela Comissão têm como resultados a produção de relatórios e recomendações aos Estados. Com esses documentos, os membros da CIDH podem sugerir alterações legislativas no âmbito dos Estados denunciados ou compensações pelas violações de direitos das vítimas reconhecidas nos casos. Mais informações sobre a CIDH podem ser encontradas no endereço: <http://www.oas.org/pt/cidh/>. Acesso em 27/02/2019.

autores – quanto por aquilo que conscientemente sedimentam (VIANNA, 2014b:47)¹³¹.

As leis, relatórios, representações e decisões consultadas neste capítulo informam, produzem, sedimentam (e também excluem) perspectivas a respeito da *revista íntima/vexatória* que circulam nos contextos de produção desses materiais e envolvem toda uma gama de pessoas e instituições. Exploro, ao longo do capítulo, parte desses contextos de produção que permitem entrever articulações, tensões e limites acerca da discussão sobre a *revista*.

Dentro desse quadro permeado por esforços normativos, representações judiciais e mobilização de organizações contrárias à revista *vexatória*, apresento e analiso duas ações envolvendo organizações de defesa de direitos que se mobilizaram em torno da proibição da *revista vexatória*. A primeira delas é a principal campanha articulada por um conjunto de organizações em parceria com a Defensoria Pública de São Paulo. A *Campanha pelo fim da revista vexatória*, da Rede Justiça Criminal, conduz parte das discussões do capítulo e será apresentada ao longo do texto – assim como a Rede e suas formas de organização. É a partir da Campanha, que foi ao ar em 2014, que discuto os processos de produção das pessoas submetidas à prática enquanto *vítimas* da revista *vexatória*.

A segunda ação envolvendo organizações de defesa de direitos e a discussão sobre a revista é a mesa em comemoração aos 20 anos do ITTC – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania, ocorrida em 2017¹³². O Instituto tem forte atuação no campo prisional, sobretudo em discussões envolvendo mulheres encarceradas e presas estrangeiras, e se construiu como uma organização que tem na proibição da revista *vexatória* uma de suas principais demandas. Algumas pessoas que atuaram no ITTC foram fundamentais na sistematização de informações sobre a revista *vexatória* e colaboraram para o envolvimento da Rede Justiça Criminal com a pauta.

¹³¹ Vale mencionar que as pesquisas de Natália Corazza Padovani (2015), Larissa Nadai (2018) e Cilmaria Veiga (2018) trabalham produtivamente com documentos em seus diferentes contextos. Padovani trabalha com as inúmeras cartas que recebeu e que lhe foram confiadas em pesquisa com mulheres na prisão e suas redes de afetos; Nadai mobiliza uma miríade de documentos em seus percursos pelo Instituto Médico Legal de Campinas-SP; Veiga mobiliza processos e notícias de jornal para discutir o caso do “maníaco matador de velhinhas” de Juiz de Fora-MG.

¹³² O ITTC é uma organização não-governamental que se define como “uma organização de Direitos Humanos fundada em 1997 cuja visão é erradicar a desigualdade de gênero, garantir direitos e combater o encarceramento”. O ITTC é uma das organizações que compõem a *Rede Justiça Criminal*. Mais informações podem ser obtidas no site da instituição: <http://ittc.org.br/>. Acesso em 08/04/2019.

Para além dos documentos, da campanha e de eventos relacionados ao tema, eu conversei com pessoas ligadas a organizações não-governamentais que atuam no campo prisional: a então coordenadora da Rede Justiça Criminal, em 2016; uma pesquisadora que acompanhava a discussão da revista, então no ITTC, em 2017; e uma antiga integrante da Pastoral Carcerária e do ITTC que acompanhou a emergência dessa agenda entre as instituições que compõem a Rede Justiça Criminal. Também falei com um integrante da Defensoria Pública que se debruçou sobre a ocorrência de *revistas vexatórias* em unidades de privação de liberdade – tanto em unidades de internação da Fundação Casa quanto em unidades prisionais. Conversei, portanto, com ativistas e profissionais que atuaram no contexto de discussão que busco reconstituir neste capítulo e que se movimentaram pela proibição da revista *vexatória* desde suas diferentes inserções institucionais.

As conversas com *familiares* de presos a respeito da prática ocorreram, por sua vez, nas idas a Tamara e nos momentos de diálogo com integrantes da Amparar. O tema da revista *vexatória* aparece no contexto da Amparar em diálogo com as perspectivas levantadas pelas organizações de defesa de direitos. A revista é entendida no contexto da Amparar como uma *violação* a ser combatida. Railda mencionou, em nossa primeira conversa:

Quando começou a questão da revista vexatória, fomos nós que começamos a se articular pra poder não ter mais, porque isso é inconstitucional. Eu não posso ficar despida na frente de terceiros. E também na nossa cabeça, quem fez algum delito foram os nossos filhos, não fui eu. Eu não matei, não roubei, não fiz nada de errado. Por que eu tenho que chegar lá, tirar minha roupa, agachar três vezes de frente, três vezes de costa, cê entendeu? Por que eu tenho que passar por isso? Não há necessidade. (...) É pra humilhar e pra falar assim “tá vendo? Aqui quem manda sou eu e você tem que obedecer. Se você não tá contente com isso, não venha mais”. Porque você não indo mais visitar o seu filho, seu companheiro, seu irmão, seu pai, tá bom pra eles (Trecho de entrevista com Railda, março de 2017).

Entre as *mulheres de preso* que encontrei em Tamara, a revista ganha diferentes interpretações que tensionam os esforços de proibição agenciados por organizações de defesa de direitos. Ao passo que a dimensão violadora da revista é mencionada por diversas *mulheres de preso*, outras acabam por matizar o aspecto *vexatório* da prática em favor de sua maior possibilidade de burla em relação ao *scanner*. Em outras palavras: algumas *mulheres de preso* temem o *scanner* e, nesse movimento, adotam uma

preferência pela revista íntima, ainda que possam reconhecer o risco de violação imbuído nessa prática.

Esse percurso entre documentos, campanhas, eventos e pessoas foi o caminho possível para entender a produção da *revista íntima/vexatória* como uma pauta de *direitos humanos*, em um primeiro momento, e como tema que segue sem resolução definitiva nem consenso. Meu caminho para discutir a *revista íntima/vexatória*, percebendo-a como central na produção recíproca entre gênero e prisão, persegue os modos pelos quais o tema tornou-se relevante para um campo específico de organizações de defesa de direitos e como a discussão em torno da proibição da prática mobilizou ainda discursos de familiares, de presos e de agentes públicos. Esse caminho de discussão foi dividido em tópicos que apresentam: i) a construção do banimento da *revista vexatória* como uma demanda em contraposição às justificativas estatais em torno da prática; ii) a produção das *vítimas da revista vexatória* na atuação de organizações de defesa de direitos; e iii) discussões e estratégias sobre a revista, performadas por *mulheres de preso*, que deslocam tanto mecanismos estatais quanto a produção discursiva de organizações de defesa de direitos.

Nomes, números mágicos e documentos: de revista íntima a revista vexatória

Busco, em um *site* na internet, informações sobre uma campanha pelo fim da *revista vexatória*. A primeira página do endereço, quase toda em preto, informa que o conteúdo do site é *ofensivo* e exige que eu clique em uma caixa que, uma vez selecionada, confirma que li o aviso e estou ciente da advertência que me foi feita. O clicar me leva a outra página que produz um tom grave por meio de um jogo de luz e sombra que alterna imagens de mulheres e homens – jovens, velhos, brancos e negros, mas nunca reconhecíveis. Ao navegar no endereço em questão, vejo que é possível ver e ouvir a interpretação dos relatos de pessoas – exclusivamente de mulheres – que passaram por uma *revista vexatória*.

Mudo de página. Procuo informações sobre a revista em outro *site*, mas não encontro muitas. Só consigo acessar antigas entrevistas com diretores de unidades penitenciárias, boletins sobre apreensões de *entorpecentes* em revistas realizadas em algumas prisões. Encontro mapas das unidades prisionais espalhadas pelo estado de São Paulo. Em meio às informações, não encontro nada sistematizado sobre a revista *íntima*

– a palavra a ser buscada neste segundo endereço, a página da Secretaria de Administração Penitenciária do Estado de São Paulo - SAP¹³³.

A comparação entre os dois sites da internet tenta ilustrar a disputa em torno da nomeação da revista *Íntima/Vexatória*, prática que ocorre em unidades penitenciárias e recai sobre as pessoas que adentram tais espaços com o objetivo de visitar as/os presas/os. O primeiro site trata da *Campanha pelo fim da revista vexatória* que foi articulada pela *Rede Justiça Criminal* (doravante *Rede*) com apoio do Núcleo Especializado de Situação Carcerária (NESC) da Defensoria Pública do Estado de São Paulo¹³⁴. A campanha, composta pelo site lançado em abril de 2014, buscava mobilizar apoios em favor da proibição da revista *vexatória*. O site disponibilizava conteúdos relacionados à prática da revista e coletava apoios à aprovação de um projeto de lei que tramitava no Senado à época¹³⁵.

A *Rede Justiça Criminal* foi criada em 2010 e atua em âmbito nacional na definição e na condução de agendas prioritárias em Justiça Criminal e Direitos Humanos, sobretudo por meio de campanhas e ações de *advocacy*, ou litigância estratégica, junto aos poderes executivo e legislativo. Na página da Rede, seus objetivos e âmbito de atuação são assim definidos:

Criada em 2010, a Rede Justiça Criminal é um grupo composto por oito organizações não governamentais brasileiras e tem como objetivo contribuir e influenciar o debate em temas pertinentes ao sistema de justiça criminal. A articulação permanente entre as organizações membro (...) permite a troca de experiências, a colaboração entre organizações com diferentes especialidades e o impulso mútuo em direção a objetivos compartilhados. Como fruto desse esforço, a Rede Justiça Criminal desenvolve uma agenda de atuação prioritária, monitora projetos de lei e políticas na área de justiça criminal e desempenha o trabalho de *advocacy* junto aos Poderes Legislativo e Executivo e à sociedade civil¹³⁶.

A *Rede* é composta pelas organizações Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC); Conectas Direitos Humanos; Instituto de Defensores de Direitos

¹³³ O site da Secretaria pode ser acessado no endereço <http://www.sap.sp.gov.br/>. Acesso em: 30/11/2018.

¹³⁴ O site da campanha pode ser acessado pelo endereço <http://www.fimdarevistavexatoria.org.br/>. Acesso em: 30/11/2018. Alguns *frames* do site serão apresentados ao longo do capítulo e podem ser consultados no Anexo da tese.

¹³⁵ Tanto o andamento do projeto de lei quanto a Campanha e seus conteúdos serão retomados ao longo do capítulo.

¹³⁶ O trecho foi extraído do site da Rede e pode ser consultado no endereço: <https://redejusticacriminal.org/pt/what-we-do-2/>. Acesso em 08/04/2019.

Humanos (IDDH); Instituto de Defesa do Direito de Defesa (IDDD); Instituto Sou da Paz; Instituto Terra, Trabalho e Cidadania (ITTC); Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares (Gajop); e Justiça Global¹³⁷. As organizações que a conformam participam da articulação da *Rede*, mas ela também possui uma coordenação autônoma que contava, à época de minhas conversas com a equipe, com três pessoas – a coordenadora, sua adjunta e uma estagiária¹³⁸. O financiamento da *Rede* ocorre via organizações de investimento social privado: seus apoiadores são a Oak Foundation¹³⁹, a Open Society Foundations (OSF) e o Instituto Betty e Jacob Lafer¹⁴⁰. Há, ainda, a listagem de um *parceiro* entre integrantes e apoiadores da *Rede*: a ONG Reflexões da Liberdade¹⁴¹.

O contraste a partir dos *sites* da Campanha da *Rede* e da SAP manifesta divergências que são de ordem política e levanta questões sobre a violência (ou não) inerente à revista *íntima/vexatória*, bem como sobre sua efetividade. Ao passo que a Secretaria de Administração Penitenciária coloca a revista *íntima* como uma prática preventiva e necessária para o controle da entrada de objetos proibidos, o grupo de organizações de defesa de direitos a nomeia como *vexatória* de modo a desvelar seu caráter violento. Há, nesse sentido, uma disputa que se materializa na discordância da nomeação, mas que parece ampliar-se para uma divergência entre o que é ou não considerado uma violação.

¹³⁷ A formação da *Rede* já teve configurações diferentes. A Pastoral Carcerária já participou, assim como a Associação pela Reforma Prisional. O CESeC e o Gajop são instituições mais recentes na articulação, não tendo participado da *Campanha pelo fim da revista vexatória* na condição de membros da *Rede*. O site da *Rede Justiça Criminal* está disponível no endereço: <http://redejusticacriminal.org/pt/>. Acesso em 30/11/2018.

¹³⁸ Busquei (e não encontrei) no *site* da Rede informações a respeito da configuração atual da equipe. No entanto, lembro-me de ver no mesmo *site*, em momentos passados, os nomes e e-mails de contato da equipe de coordenação. Suponho que houve uma decisão de retirar esses nomes das informações ali constantes.

¹³⁹ A Oak Foundation oferece financiamento para organizações em “aproximadamente 40 países” e tem, no Brasil, linhas de atuação nas áreas de: “abuso infantil”, “ambiente”, “questões que afetam mulheres”, “habitação” e “direitos humanos”. Para saber mais: <http://oakfnd.org/index.html>. Acesso em 30/11/2018.

¹⁴⁰ O Instituto Betty e Jacob Lafer é um “family office”, ou instituto familiar, que atua oferecendo subsídios para projetos que se encaixem em uma das duas linhas do instituto: redução das desigualdades no sistema de justiça e aprimoramento e inovação de gestão e políticas públicas. Não encontrei uma página do próprio instituto, mas acessei algumas informações no endereço: <https://gife.org.br/instituto-betty-jacob-lafer- chega-ao-gife-em-2018/?lang=en>. Acesso em 30/11/2018.

¹⁴¹ A missão da ONG Reflexões da Liberdade é “fazer com que a sociedade repense os processos que enchem as prisões”. O site da ONG apresenta uma lista de atividades desenvolvidas e indica que sua criação e sua mobilização são iniciativas de Emerson Ferreira, que já esteve preso. Emerson é um dos homens que aparece no vídeo *Realidade visceral*, parte da atual campanha da *Rede* que é descrita neste e no Capítulo III da tese. Mais informações sobre a ONG podem ser consultadas no endereço: <https://reflexoesdaliberdade.com.br/>. Acesso em 08/04/2019.

A disputa parece não ter dois lados em equivalência uma vez que a SAP, como tentei aludir acima, não produz informações ou participa do debate público em defesa do nome que coloca em operação em suas unidades penitenciárias: *revista íntima*. Além disso, a Secretaria busca justificar a permanência da prática ao dizer que este é o meio mais eficaz de evitar a entrada de objetos proibidos no interior das unidades penitenciárias. No entanto, as informações sobre as apreensões produzidas nas revistas são pouco acessíveis e, quando existentes, revelam que a revista não obtém resultados expressivos¹⁴².

As questões sobre o nome da revista – *íntima* ou *vexatória* – não estiveram presentes apenas em minhas primeiras observações sobre a prática. O defensor público com quem conversei ao longo da pesquisa contou que esse foi o primeiro ponto que o mobilizou quando começou a trabalhar com casos envolvendo revistas, na década de 2010. Ele então deu início a uma coleta de informações sobre a ocorrência de revistas *íntimas* em adolescentes internados na Fundação CASA e começou, em suas palavras, a *estudar o assunto*. Posteriormente, o defensor seguiu com a discussão sobre a revista em diálogo com as organizações e articulações de defensores de direitos aqui apresentados. Em nossa conversa, o defensor disse que “o nome da revista foi a primeira questão que eu quebrei a cabeça, nem o movimento tinha isso claro. O que é íntimo?”. Ele conta que a partir daí buscou *descrever quesitos* e *estabelecer critérios* para definir em que consiste uma revista – entendida então como *vexatória*: as exigências de desnudamento e agachamento são dois critérios, alimentados pela produção de dados a respeito da relativa ineficácia da prática para encontrar objetos proibidos em corpos de pessoas que entram na prisão.

O Núcleo Especializado de Situação Carcerária (NESC) e a Ouvidoria da Defensoria Pública de São Paulo produziram um relatório com dados das apreensões de objetos ilícitos por meio da revista *íntima*¹⁴³. A partir dos dados, obtidos via Lei de Acesso à Informação¹⁴⁴, o Núcleo e a Ouvidoria afirmam que:

¹⁴² Os dados sobre a apreensão de objetos em revistas *íntimas* não estão disponíveis na SAP. Tentei, por meio da Lei de Acesso à Informação, obter dados sobre a quantidade de visitantes, o número de revistas e as apreensões realizadas por meio da prática, mas não obtive uma resposta satisfatória da Secretaria.

¹⁴³ Agradeço ao Núcleo da Defensoria, em especial a Henrique Finoti, por compartilhar prontamente os dados e relatórios produzidos.

¹⁴⁴ A lei de acesso à informação (BRASIL, 2011) permite o acesso a informações e dados produzidos por órgãos públicos. No estado de São Paulo, o acesso ao sistema via internet é possível pelo endereço: <http://www.sic.sp.gov.br/>. Acesso em 27/02/2019.

(...) somando-se armas, drogas e aparelhos celulares, o número de apreensões corresponde a 0,023% do número de visitas, o que significa, que **o procedimento invasivo de revista genital das unidades prisionais apenas logrou encontrar algum objeto proibido cerca de duas vezes a cada 10 mil visitantes revistados.** (DEFENSORIA PÚBLICA, 2014:4, grifo deles).

O relatório da Defensoria Pública e a ação colegiada de organizações não-governamentais articuladas em torno da *Rede* têm um objetivo comum: produzir a revista *íntima/vexatória* como uma violação, um *procedimento invasivo*, e explicitar que a retórica que a sustenta não se materializa na efetividade praticamente nula do procedimento – afinal, duas a cada 10 mil visitantes revistadas são efetivamente pegas com objetos proibidos em suas cavidades corporais, de acordo com os dados da própria SAP. A construção de um problema – ou uma violação – que requer ações normativas passa, nesse sentido, por desmontar a retórica de Estado que o sustenta. Significa, em outras palavras, explicitar a dimensão violadora da revista em contraste com sua flagrante ineficácia. A narrativa é estratégica, mas nem por isso invalida a pergunta de fundo: se não é efetiva, por que se segue com a revista?

Se o primeiro esforço desse colegiado de organizações não-governamentais, com participação da Defensoria Pública, era o de evidenciar a existência da revista e seu caráter *vexatório*, a porcentagem de apreensões em apenas 0,023% das visitas tornou-se *o número mágico* que ajudou a produzir a atuação contra a revista *vexatória* enquanto um *case de sucesso*, como me disse uma das integrantes de ONG em uma de nossas conversas¹⁴⁵. Há algo sobre o caráter *mágico* de certos números e documentos. O número foi obtido a partir de uma análise dos *processos administrativos* abertos decorrentes das apreensões de armas, drogas e celulares em revistas *íntimas/vexatórias*. Segundo a integrante da ONG, a porcentagem é um *número mágico* porque revela o (baixíssimo) *número de casos que entram no mundo do Direito*. Essa fala parece considerar que “o que não está nos autos não está no mundo”, máxima do campo jurídico. Para a construção da revista como uma prática ineficiente e invasiva, possibilidade trazida pelo *número mágico*, pouco importa se algumas visitas conseguem burlar a revista, ou se negociam com agentes de Estado para que essa burla seja efetiva. A retórica de Estado, sua linguagem técnica e as porcentagens mínimas, aqui, servem à produção de uma materialidade que permite a denúncia de uma violação. Ainda que os integrantes de ONGs e defensores públicos reconheçam a dimensão de violação presente na permanência da

¹⁴⁵ A palavra *case* foi utilizada para fazer referência à discussão sobre a revista.

revista, a disputa que eles se propõem a encampar incorpora a racionalidade dos números, jogando com ambiguidades: é a partir dos *números mágicos* que se consegue *entrar no mundo do direito*. O aspecto da violação fica para outros momentos de elaboração e intervenção.

A disputa no âmbito do Estado (nos estados) e de sua atuação (ou suas atuações) se manifesta, ainda, na organização do *Mapa da revista vexatória*, que sistematizou informações sobre a prática nos estados brasileiros e compilou os contatos dos Ministérios Públicos e Defensorias Públicas estaduais. O objetivo era o de que as pessoas que acessassem o mapa pudessem contatar os mencionados escritórios para *cobrar o fim da revista vexatória*¹⁴⁶. O *Mapa* foi organizado pela ONG Conectas Direitos Humanos, que participa da *Rede Justiça Criminal*. A *Rede*, no entanto, não foi articuladora desta iniciativa específica.

Outra iniciativa relacionada ao tema da revista que não passa pela Rede diz respeito, por exemplo, à publicação de alguns textos sobre o tema no boletim do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCrim). Um dos textos publicados em agosto de 2014 contava os passos em torno da luta contra a revista *vexatória* até aquele momento, buscando aglutinar informações e dizer dos primórdios desse debate no campo das organizações de defesa de direitos. O artigo foi lançado no momento de maior efervescência a respeito do tema e produziu uma linhagem discursiva que atribuiu a origem da preocupação com a revista *íntima/vexatória* à Pastoral Carcerária, ao Instituto Terra, Trabalho e Cidadania (ITTC) e ao Grupo de Estudos e Trabalho “Mulheres Encarceradas” (CERNEKA, DRIGO e LIMA, 2014), atuantes antes mesmo da articulação dessas e de outras organizações em torno da *Rede*.

O mesmo artigo retomava eventos ocorridos em âmbito internacional que tiveram efeitos na inclusão da revista *vexatória* como temática para organizações brasileiras. As autoras afirmam que a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) emitiu em 2014 uma resolução determinando que o Brasil deveria eliminar, em curto prazo, a “prática de revistas humilhantes” aos visitantes de prisões. A resolução foi apresentada após denúncias encaminhadas à Corte Interamericana de Direitos Humanos pelas organizações Justiça Global, Serviço Ecumênico de Militância nas Prisões e Pastoral Carcerária (CERNEKA, DRIGO e LIMA, 2014). Antes mesmo de falar

¹⁴⁶ O Mapa da revista vexatória está disponível no endereço <https://goo.gl/OFqXRD>. No entanto, sua última atualização data de 2015. Acesso em 30/11/2018.

especificamente sobre o caso brasileiro, a CIDH já havia reconhecido na prática de “revistas vaginais” uma violação de direitos humanos: em 1996, um relatório da Comissão reconheceu que a esposa e a filha de um homem privado de liberdade, submetidas a revista com desnudamento, tinham seus direitos violados pelo governo argentino (COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS, 1996). A divulgação desse relatório, segundo Cerneka, Drigo e Lima, foi um incentivo para que outras denúncias sobre a revista *vexatória* fossem levadas à Comissão.

Há, portanto, uma sistematização de informações e uma produção de conteúdos que não passam necessariamente pela articulação em torno da *Rede*. Ainda que as organizações Conectas e ITTC a componham, iniciativas independentes do interesse da *Rede* pelo tema da revista já ocorriam antes mesmo de sua articulação e seguiram a ocorrer em paralelo à conformação da revista *vexatória* enquanto pauta de ação, envolvendo instituições que não fazem parte da Rede – como a Pastoral Carcerária e a própria Defensoria Pública. Esse conjunto de organizações, governamentais e não-governamentais, articularam-se através dos *números mágicos* para a produção de materiais – ou peças, no sentido jurídico – que pudessem abrir disputas normativas acerca da revista. Essa estratégia parece bem avaliada pelas próprias organizações, como a ideia de *case de sucesso* demonstra, mas coloca uma questão sobre os limites de se fazer o debate nos marcos do “opositor” – ainda que os termos estejam, literalmente, sendo disputados. Quais os limites de atuação no campo dos números e da racionalidade do Estado? Quais os perigos de confiar a permanência de uma violação à produção legislativa? Pretendo seguir com essas questões ao longo do próximo tópico do capítulo.

Leis e ambiguidades na proibição da revista (e na morte da discussão)

Em agosto de 2014, o então governador do estado de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB), sancionou a lei 15.552, que proibiu as revistas *íntimas* nas penitenciárias paulistas. Entre o período de aprovação da lei na Assembleia Legislativa (Alesp) e sua assinatura, o governador indicava que a lei, se aprovada, teria um alto custo de aplicação, pois demandaria a compra de *scanners* corporais para todas as unidades prisionais paulistas. Algumas das pessoas com quem conversei contaram que, neste mesmo período, o então governador recebeu representantes de instituições que se mobilizaram pela proibição da revista. Para reforçarem argumentos contrários à prática, entregaram a Alckmin cartas de apoio da Procuradoria do Estado e de diversos

representantes religiosos – católicos e evangélicos. O governador parece ter ouvido as diferentes preces e a instalação de *scanners* foi a solução oferecida pelo governo para a execução da lei aprovada na Alesp.

O *scanner*, no entanto, não está previsto na lei. O que a lei prevê é a proibição de revistas com desnudamento. O *scanner* é uma interpretação desonesta da lei, disse-me uma integrante de uma ONG. Em sua análise, a mobilização do *scanner* como alternativa para as revistas *vexatórias* é parte de uma *ferramenta de gestão prisional* para ampliar punições e justificar que mais pessoas sejam barradas nos processos de entrada das prisões. Em sua percepção, a revista *vexatória* é parte fundamental da lógica de *separação absoluta* entre prisão e rua. Volto a esse argumento mais à frente.

A proibição da revista *íntima* no estado de São Paulo foi parte de um contexto mais amplo: a revista já vinha sendo denunciada por organizações de Direitos Humanos e pela Defensoria Pública não só no âmbito nacional, mas em instâncias internacionais de direitos humanos, como busquei demonstrar no tópico anterior. Algumas decisões anteriores à proibição da revista em São Paulo contribuíram para a produção de uma conjuntura favorável à discussão. No âmbito nacional, os estados de Minas Gerais e Paraíba proibiram a revista em 1997 e 2000, respectivamente. Os governos de Goiás e Espírito Santo emitiram portarias que proibiram a revista em 2012, atitude acompanhada pelos governos de Ceará, Mato Grosso e Pernambuco em 2014¹⁴⁷.

O ano de 2014 parece ter sido um ano-chave na discussão sobre a revista *íntima/vexatória*, considerando a conjuntura paulista, mas não só. Em abril, a já mencionada campanha da *Rede Justiça Criminal* tornou-se pública; em agosto, o Governo paulista sancionou a lei que proíbe a prática, antes aprovada pela Assembleia Legislativa de São Paulo (SÃO PAULO, 2014)¹⁴⁸. Também em agosto de 2014, o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP) emitiu uma resolução recomendando a “não utilização de práticas vexatórias para o controle de ingresso aos locais de privação de liberdade” e vedando práticas de desnudamento e agachamento (CNPCP, 2014). Nesse

¹⁴⁷ Reconheço a necessidade de um olhar mais amplo para a movimentação desse processo nos estados mencionados, mas diante das possibilidades e escopo do trabalho, concentro meus esforços no estado de São Paulo.

¹⁴⁸ Segundo a representação formulada pela Defensoria Pública e pelo Ministério Público de São Paulo, “nenhum visitante de unidade prisional foi submetido a revista vexatória no fim de semana que se seguiu à publicação da lei, nos dias 16 e 17 de agosto de 2014” (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO; MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2016:3). No fim de semana seguinte, no entanto, as revistas voltaram a ocorrer como se a lei tivesse evaporado do conjunto de normativas paulistas.

mesmo período, leis, portarias e decisões judiciais em outros estados proibiram a revista em seus presídios¹⁴⁹. Além disso, em julho do mesmo ano, o Senado aprovou o PLS 480 que foi encaminhado à Câmara como o PL 7764/2014, ainda em tramitação (BRASIL, 2014). O PL em sua versão do Senado foi proposto em 2013 pela então senadora Ana Rita (PT/ES). O texto do projeto contou, inclusive, com a colaboração de integrantes das organizações que compõem a *Rede*.

Ao passo que o PL que tramita em âmbito nacional desde 2013 tenha sido elaborado com a colaboração de integrantes de organizações, o projeto aprovado pela Alesp em 2014 não foi produzido da mesma forma. O autor inicial da proposição posteriormente encampada por diversos deputados foi o então deputado estadual José Bittencourt (PRB/SP) - cujo histórico de proposições na Alesp indica uma pródiga atuação relacionada a pautas de igrejas evangélicas, passando pela criação de “Semana Municipal dos Evangélicos” em municípios paulistas e por sua proposição de lei em favor do “Escola sem partido”¹⁵⁰. A lei paulista, portanto, foi gerada em paralelo à atuação das organizações aqui mencionadas e sem sua participação. Se a instalação de *scanners* em substituição à revista *vexatória* é uma *interpretação desonesta da lei*, a própria lei foi elaborada à revelia dos esforços e interpretações desse campo de organizações que apresento.

Em 2014, consolidaram-se no plano normativo as antigas demandas de movimentos de defesa de direitos. A aprovação da lei que proíbe as revistas *íntimas* no estado de São Paulo, no entanto, deu início a um período de enfraquecimento das mobilizações. Em 2015, houve iniciativas voltadas à aprovação da lei em âmbito federal, mas o tema arrefeceu na agenda dos movimentos sociais. As leis em tramitação, as aprovadas e os documentos de organismos internacionais não tiveram força para abolir a revista dos presídios do país. Em 2016, houve a aprovação da Lei 13.271 (BRASIL, 2016) que proibiu a realização *de revista íntima de funcionárias nos locais de trabalho*, inclusive com a previsão de multa em caso de ocorrência. A lei, composta por quatro

¹⁴⁹ Para além das normativas existentes nos já citados estados de Minas Gerais, Paraíba, Goiás, Espírito Santo, Ceará, Mato Grosso e Pernambuco, o Rio de Janeiro teve um projeto de lei aprovado na Alerj em 2015 e vetado pelo governador no mesmo ano. Essas informações estão disponíveis no *Mapa da Revista Vexatória*, organizado pela Conectas Direitos Humanos.

¹⁵⁰ Me parece curioso que o mesmo deputado propôs tanto a lei que proíbe as revistas quanto a proposta de “Escola sem Partido”. Para consultar a lista de proposições apresentadas pelo deputado, visitar o endereço: <https://www.al.sp.gov.br/alesp/pesquisa-proposicoes/?direction=inicio&lastPage=0¤tPage=0&act=detalhe&rowsPerPage=10¤tPage=Detalhe=1&method=search&natureId=1&author=462>. Acesso em 08/04/2019.

artigos, tinha em seu artigo terceiro a proibição da *revista íntima em ambientes prisionais*. Este artigo, no entanto, foi vetado na publicação da normativa. Nos diálogos que tive com pessoas que atuavam em ONGs naquele período, algumas disseram que essa lei gerou um efeito desmobilizador da pauta: o artigo que importava para o contexto prisional foi vetado do texto final, mas a aprovação da lei criou a falsa impressão de que a *revista íntima* nas prisões teria sido proibida em caráter nacional.

A aprovação da lei estadual paulista, em 2014, e a aprovação da lei 13.271, em 2016, foram pontos críticos para a articulação das discussões em torno da revista. As pessoas com quem conversei ao longo da pesquisa reconhecem um *esgotamento* da capacidade de mobilização sobre a pauta. As leis aprovadas, portanto, não foram capazes de acabar com as revistas, mas tiveram efeitos desmobilizadores no debate¹⁵¹.

Houve um crescimento da mobilização enquanto o tema e as propostas normativas eram novidades, mas esse crescimento atingiu um limite. A própria *Campanha pelo fim da revista vexatória*, da *Rede Justiça Criminal*, representa esse movimento de ascensão e queda de um tema na discussão no campo dos direitos: em conversa com a então coordenadora da *Rede* em 2016, ao mencionar o *site* da campanha, recebi como resposta que *a campanha ainda estava no ar, mas que não sabiam muito bem o que fazer com ela*. Tanto a coordenadora da *Rede* quanto a integrante da Pastoral Carcerária com quem conversei afirmaram que a campanha *esfriou*. Segundo a coordenadora, a campanha foi criada quando o já mencionado PL 7764/2014 (atualmente na Câmara dos Deputados) estava no Senado, e tinha como objetivo acelerar a tramitação do então PLS 480 nessa instância. Naquele momento, a campanha surtiu efeito, pois *milhares de e-mails foram enviados* e o projeto foi aprovado no Senado.

A avaliação da coordenadora da *Rede* tinha dois pontos: o primeiro era o de que a pauta da revista foi *atropelada* por uma série de outras discussões na Câmara – como a redução da maioria penal, em 2015. O segundo é o de que a visibilidade do projeto poderia atrapalhar sua tramitação uma vez que o relator daquele momento, com o projeto na Comissão de Segurança Pública, poderia sofrer pressões. O relator a quem ela fazia referência é o deputado João Campos, do PRB de Goiás, então responsável pelo projeto de lei na Comissão de Segurança Pública da Câmara. Vale mencionar que o deputado também é delegado, pastor e integrante da Bancada Evangélica. Em conversas com

¹⁵¹ Um exemplo da inefetividade da aplicação da lei é que a já mencionada *representação* formulada pela Defensoria Pública e Ministério Público Paulista, em 2016, questiona a permanência da revista vexatória a despeito da normativa estabelecida.

peessoas envolvidas na discussão sobre a revista, disseram-me que o pertencimento religioso do deputado foi levado em conta nas interações com ele em favor da produção de um relatório favorável ao PL. Para conversar com Campos, as envolvidas no trabalho de *advocacy* o interpelaram em um tipo de *performance* com as mãos em posição de oração, trataram-no por *pastor* e disseram que as *irmãs* tinham que se despir para a revista, ou seja, esmiuçaram a dimensão do desnudamento para convencer o deputado de que o projeto de lei deveria ter o seu apoio. Elas sentiram que o deputado se impressionou com a narrativa e se comprometeu a apoiar o projeto. Em determinados contextos legislativos atravessados pela religião, a questão do desnudamento pareceu um ponto que poderia garantir o apoio da bancada evangélica para a proibição da revista.

As responsáveis pela conversa com o então relator da proposta se dispuseram a dialogar nos marcos entendidos pelo deputado-delegado-pastor: remetendo à *humilhação* do desnudamento das *irmãs* que visitavam seus familiares nas prisões brasileiras. Novamente, aparecem “afinidades eletivas” entre as pautas prisionais e a atuação de deputados de denominações evangélicas, como na elaboração da lei hoje aprovada no estado de São Paulo. O trabalho de Gayle Rubin (2017[1984]) descreve algumas articulações entre retóricas feministas e discursos religiosos-conservadores que têm como efeito a criação de “pânicos morais” e a criminalização de comunidades específicas – no caso discutido pela autora, os perseguidos pelo discurso moral-feminista-religioso eram sadomasoquistas e a pornografia como um todo. Não quero com isso dizer que a aproximação dos discursos de ativistas de *direitos humanos* e de políticos evangélicos a respeito da *revista íntima/vexatória* reproduz os mesmos efeitos levantados por Rubin; mas penso que a construção de alianças parciais atravessadas por campos morais temporariamente convergentes que têm a ver com o corpo das mulheres e seu desnudamento coloca questões importantes às alianças possíveis, seus limites, e aos contextos de atuação política.

Não é possível saber se a retórica das responsáveis pelo *advocacy* foi determinante ou não para o relatório final de João Campos para o projeto de lei em questão. Com efeito, em 2017, o deputado sugeriu a aprovação do PL e seu voto mencionou palavras-chave como “dignidade humana” sem, no entanto, deixar de lado a dimensão da segurança nas prisões:

(...) salutar se faz a proposta, ora em descortino, posto que irá incorporar ao arcabouço legal pátrio um regramento claro e efetivo dos procedimentos de revista pessoal que, aliado ao uso da tecnologia, garantirá a utilização de mecanismos mais eficazes de garantia efetiva da segurança dos

estabelecimentos prisionais, dos presos, e dos servidores do sistema, **abolindo de vez métodos ineficazes e medievais que, além de afrontar o regramento constitucional, enfraquecem a segurança pública no Brasil** (BRASIL, 2017:6, grifos meus).

O argumento do deputado, favorável à proibição da *revista íntima/vexatória*, está alinhado sobretudo a uma preocupação com a segurança dos presídios – que considera os estabelecimentos, os presos e os servidores do sistema, mas não os familiares que transitam nas unidades, vale sublinhar. Essa estratégia argumentativa corrobora o que organizações de defesa de direitos e instituições públicas como a Defensoria vêm falando e buscando demonstrar sobretudo com a produção de relatórios e dados a partir das informações obtidas via SAP: as *revistas íntimas/vexatórias* não são efetivas para aquilo a que se propõem, ou seja, são ineficazes na contenção de objetos ilegais para dentro da prisão e para fora dela.

Além da ineficácia, o relatório do deputado também classifica a *revista íntima/vexatória* como parte de métodos *medievais*, inserindo-a em uma espécie de “espaço anacrônico” (MCCLINTOCK, 2010) distante do nosso *regramento constitucional*. Há um reconhecimento de que a prática da revista revela um arcaísmo ou um atraso que deve ser corrigido – similar à ideia de que a criminalização da homofobia seria uma “medida civilizatória”, expressão proferida por Dilma Rousseff no já distante contexto eleitoral de 2014 (SAGGESE, 2015). Os contextos, possibilidades e limites das políticas mudaram de 2014 para cá, e mesmo o reconhecimento da pertinência de leis tendo seus efeitos “civilizatórios” como horizonte, como na fala de Dilma e no relatório do deputado, parece parte de argumentos já distantes na política nacional.

Antes de passar ao próximo tópico, retomo alguns argumentos: busquei explicitar como a *revista íntima/vexatória* constituiu-se enquanto um tema no campo das organizações de defesa de direitos (em diálogo com a Defensoria Pública) e mobilizou estratégias de *advocacy*, produção de dados e campanhas públicas que procuravam sensibilizar mais pessoas em favor da proibição da prática. Também procurei demonstrar como nomes e números se materializam em leis e documentos, e como essa materialização é permeada por ambiguidades.

Numa conversa com um defensor público, ele me disse considerar que o trabalho em torno da revista foi frutífero justamente por conseguir aglutinar estratégias de mobilização social, *advocacy* e a atuação das organizações em rede – com cada organização atuando de acordo com suas possibilidades e em diálogo com as demais.

Júlio Simões (2000), ao discutir a mobilização de aposentados no Brasil dos anos 1980 e 1990, indica a articulação de diferentes formas de luta – *lobby*, movimento social e judicialização – na defesa das aposentadorias. A confluência de diferentes táticas em torno do tema da revista diferencia-se da estratégia dos aposentados de Simões, na fala do defensor público, pelo olhar em relação à judicialização do debate. Para o defensor:

não dá para judicializar e pra fazer luta ao mesmo tempo (...) foi advocacy puro e quem tinha a caneta pra entrar com ação não entrou. Por isso que deu certo. Meu maior mérito foi não ter feito uma ação judicial (Anotações de entrevista com defensor, fevereiro de 2019).

Esse, contudo, não foi o único feixe de atuação existente em relação à *revista*, pois ocorreram iniciativas paralelas àquelas promovidas pelas organizações, como a própria proposição do projeto que se tornou lei no estado de São Paulo.

A profusão de dados, normativas e articulações, no entanto, não foi suficiente para impedir a ocorrência da *revista íntima/vexatória* nos processos de entrada de visitantes nas prisões. Se a *revista* é ineficaz do ponto de vista da segurança e produz um “espaço anacrônico” por seu caráter *medieval*, por que, afinal, ela foi praticada por tanto tempo (e continua sendo, em determinados casos)? E por que o *scanner*, seu substituto tecnológico, não dá conta de diminuir a dimensão de *humilhação da revista*?

Escaneamento de fronteiras prisionais e corporais

Apresentei, até aqui, alguns dos atores, estratégias e argumentos gerais que atravessam a discussão sobre a *revista íntima/vexatória*. Neste tópico, discuto alguns dos caminhos percorridos na discussão sobre a *revista* que circula entre relatórios, pareceres e campanhas e se materializa como uma violação no corpo de pessoas que atravessam as fronteiras prisionais na condição de visitas. Se a articulação a respeito da *revista* é percebida como um *case de sucesso*, conforme dito por uma de minhas entrevistadas, parte desse êxito se relaciona ao reconhecimento do caráter violador da prática. Em outras palavras: foi necessário fazer ver a *violação* e a *humilhação* presentes na prática para a *revista* operar como tema relevante – como um *caso* com *vítimas* que cristaliza embates entre organizações de Direitos Humanos, administração prisional, defensores públicos, presos e familiares.

Retomo aqui a afirmação de uma das integrantes de ONG entrevistadas no decorrer da pesquisa para levantar hipóteses sobre a importância da *revista* na própria

ideia de prisão: a *revista íntima/vexatória* “é parte fundamental da lógica de separação absoluta entre prisão e rua”. A observação feita por ela expõe a montagem de uma ficção de Estado que constrói o interior e o exterior da prisão como territórios marcadamente separados. A esse respeito, a argumentação de Padovani (2017) me ajuda a seguir:

Portarias das penitenciárias – por onde determinados sujeitos podem passar desde que sob a égide da proteção, enquanto outros devem ser despidos e penetrados pelos aparatos de controle e fiscalização do Estado – são checkpoints (Jeganathan, 2004) que definem uma fronteira entre “mundão” e “prisão” (Padovani, 2015). Âmbitos sistematicamente conectados pelas mesmas divisas que os separam (Godoi, 2010). Como bem nos lembram Gabriel Feltran (2011) e Veena Das (1995), fronteiras são fundamentalmente espaços de contato e tensão (PADOVANI, 2017:20).

Se passagem entre rua e prisão é a marcação de uma fronteira (com seus checkpoints), a revista é seu momento de intervenção máxima. A fronteira e o vasculhamento de corpos parecem existir em simbiose. A revista se materializa nos corpos (despidos e perscrutados) de quem faz a travessia. Essa materialização demarca justamente a fronteira – a pessoa é revistada porque está entrando na prisão. A marcação exacerbada da fronteira nos corpos torna visível o trabalho de manutenção dessa separação supostamente absoluta. É preciso marcar no corpo nu, agachado, que uma fronteira foi atravessada para que a própria fronteira exista.

Com isso, não quero dizer que essa engrenagem é um projeto consciente da administração prisional. Argumento que essa lógica de *separação absoluta* entre prisão e rua, entre criminosos e cidadãos, requer a implementação de tecnologias que se inscrevem no corpo e que reafirmam essa separação. Retomo uma citação que aparece na introdução desta tese: “os sistemas punitivos devem ser recolocados em uma certa ‘economia política’ do corpo.” (FOUCAULT, 2008[1975]:23). Considerando que um dos propósitos da *revista* é a regulação de fluxos, seu “trabalho ideológico” (DAVIS, 2018) é o de marcar a fronteira. Com efeito, as marcações de fronteiras nos corpos não se extinguem com a instalação dos *scanners* que substituem a *revista*. O mecanismo, ainda que sem a exigência de desnudamento em todos os casos, é o mesmo: garantir que a fronteira prisional se produza na passagem de quem se dispõe a atravessar a portaria da prisão para entrar nela.

Foram necessárias duas tentativas de acesso à informação junto à Secretaria de Administração Penitenciária (SAP) para saber quantas das atuais 171 unidades prisionais paulistas estão equipadas com *scanners* corporais que, em tese, substituem a *revista íntima/vexatória*. Na primeira tentativa de obter o dado junto à SAP, em dezembro de

2018, preenchi o formulário no site da Secretaria fazendo a seguinte pergunta: “Considerando as 171 unidades prisionais do estado, quantas delas possuem o aparelho de scanner corporal que substitui a revista íntima dos visitantes?”. No diálogo com a SAP, ou com qualquer secretaria de estado, a categoria a ser mencionada é a *revista íntima*. Recebi a resposta quatro dias após enviar a solicitação: “a partir do dia 28/08/2017 foram instalados equipamentos de body scanners nos Centros de Detenção Provisória, Penitenciárias e Centros de Progressão Penitenciária do Estado”, sem menção à quantidade de unidades prisionais. A resposta alude a um quadro amplo e generalizante das unidades, mas tem um tom evasivo.

Ainda em dezembro de 2018, em uma segunda tentativa de obter o dado – e em busca de uma informação mais precisa – perguntei “Quantas unidades prisionais são equipadas com body scanners que substituem a revista íntima?”. Recebi a seguinte resposta: “ESTÃO EQUIPADAS COM BODY SCANNERS 156 (CENTO E CINQUENTA E SEIS) UNIDADES PRISIONAIS”. A digitação em caixa alta gritava, em minha caixa de e-mails, uma resposta definitiva às perguntas que eu insistia em enviar, em diferentes formulações.

Trabalho então com a informação de que 156 unidades prisionais do estado de São Paulo contam com o aparelho que substitui o processo da revista na entrada de visitantes. Considerando o universo de 171 unidades prisionais, a quantidade de prisões com *scanners* constitui uma grande maioria – ainda que esse dado não permita saber se as unidades prisionais mais populosas ou mais visitadas estão equipadas. A despeito disso, é importante lembrar que o relatado alto custo de implementação desses equipamentos nas unidades prisionais – argumento do então governador Geraldo Alckmin quando da aprovação da lei, em 2014 – produziu efeitos na aplicação da lei. Segundo a SAP, 2017 foi o ano que marcou a instalação dos *scanners* na maior parte das unidades prisionais. Três anos depois da aprovação da lei. Durante pelo menos três anos, as *revistas* continuaram a ocorrer a despeito da sua proibição e com a justificativa de que os equipamentos de *scanner* estavam em processo de implementação. É importante mencionar que os *scanners* não existiam na penitenciária da Tamara durante o período mais frequente de minhas viagens à cidade, entre 2014 e 2016. Falo, portanto, das visitas em uma penitenciária sem *scanner* quando retomo, à frente, alguns dilemas de *mulheres de preso* discutindo a *revista íntima/vexatória* em Tamara.

Não é improvável supor que a *revista íntima* continue a ocorrer em presídios paulistas, mesmo nas unidades que possuem o *scanner*, em determinadas situações –

quando o *scanner* está em manutenção, por exemplo, ou quando os agentes penitenciários responsáveis pelo processo desconhecem a operação da máquina ou têm dúvidas em relação ao que viram nas imagens. A *revista* segue como procedimento possível para a entrada de visitantes a despeito dos protestos de organizações de defesa de direitos que reafirmam a sua ilegalidade. Existe, portanto, uma situação ambígua em que o mesmo Estado sanciona uma lei que proíbe as *revistas* e, a despeito disso, defende aquilo que proibiu sob a justificativa de que não seria possível controlar o fluxo de objetos para o interior das prisões de outra maneira. Somada à ambiguidade que proíbe e justifica a *revista íntima/vexatória*, vale lembrar um dos relatórios do PL que proíbe a *revista* em âmbito nacional: nele, o relator reconhece a *ineficácia* do procedimento em garantir a *segurança* das unidades prisionais.

As organizações de defesa de direitos não deixam de dialogar com o Estado, disputá-lo, ou mesmo de tomar parte na sua feitura, na medida em que atuam para que a lei seja aplicada em São Paulo e aprovada em âmbito nacional de modo a proibir a *revista* no país. Vale relembrar que o PL que hoje tramita na Câmara dos Deputados e que motivou o relatório do deputado João Campos teve seu anteprojeto produzido nos âmbitos da *Rede* e de organizações parceiras.

Além disso, agentes de Estado, como defensores públicos, fizeram e fazem parte dos esforços para construir a revista *íntima* como prática *vexatória*, sendo tidos, de modo geral, como aliados. Porém, e quando esse apoio vem, ainda que timidamente, de parte dos agentes públicos que produzem a violação e geralmente são identificados como *inimigos*? A coordenadora da *Rede* conta que, no processo de elaboração do texto, foram ouvidos não apenas familiares de presos, mas também agentes penitenciários. A presença de agentes penitenciários no processo de elaboração do texto que se transformou em projeto de lei, dessa maneira, envolve os perpetradores diretos da *revista vexatória* em um esforço para sua abolição. Em conversas a respeito da posição dos agentes em relação à revista, disseram-me que muitos pensam que “fazer a revista não faz parte do seu trabalho”. Em outras palavras: agentes públicos diretamente envolvidos na feitura de uma prática entendida como *violação* também não estão de acordo com a sua permanência.

A definição de limites do que seria o trabalho de agentes penitenciários ocorre em sentidos que não necessariamente têm como efeito o fortalecimento de pautas do campo dos *direitos humanos* de pessoas presas e seus *familiares*, como nos mostra Vanessa Sander (2019): a autora nos apresenta a demanda por *direitos humanos* encampada por mulheres agentes de segurança de unidades socioeducativas. As agentes

se recusavam a revistar adolescentes trans internadas nas unidades sob a justificativa de que “manusear um pênis” seria uma violação de seus direitos e não faria parte de seu trabalho. O caso emaranha discursos de direitos envolvendo o tratamento de pessoas LGBT em regimes de privação de liberdade¹⁵² e as obrigações e os limites trabalhistas de agentes de segurança.

Os efeitos da revista entre agentes prisionais são também mencionados por Angela Davis. Ao discutir os modos pelos quais “o Estado está diretamente implicado nessa rotineirização do abuso sexual” (DAVIS, 2018:88) que se revela, no caso em que discute, às revistas com desnudamento praticadas em mulheres encarceradas, a autora menciona o trabalho de Amanda George. Esta promovia dramatizações das revistas assistidas por agentes penitenciários que se escandalizavam diante das práticas que eles mesmos performavam em seus contextos de trabalho: “Alguns dos guardas, disse George, simplesmente choraram ao assistir à encenação de suas próprias ações fora do contexto da prisão” (DAVIS, 2018:89).

Agentes prisionais se posicionarem de modo contrário à revista é um indicativo de que não há uma posição única do ponto de vista de Estado – não há, tampouco, um Estado uniforme e coeso. Veena Das argumenta que Estado não é “nem uma organização puramente racional-burocrática nem simplesmente um fetiche, mas uma forma de regulação que oscila entre um modo racional e um modo mágico de ser” (DAS, 2004:225, tradução minha)¹⁵³. A autora propõe entender a “assinatura do Estado”, revelando seu duplo aspecto, perseguindo (i) as formas pelas quais nascem e se sustentam reivindicações de soberania e (ii) como a autoridade estatal se apresenta no cotidiano. A ideia da *revista íntima/vexatória* como violação e o reforço de sua desnecessidade emergem a partir dos esforços de organizações não-governamentais e de entidades que são Estado – como a Defensoria Pública – e, mais do que isso, circulam mesmo dentro da prisão, entre agentes penitenciários. Integrantes da autoridade estatal que operam no cotidiano das revistas entendem que aquilo não faz parte de seu trabalho, ainda que não sejam eles a face pública de quem demanda a extinção da prática. Ao mesmo tempo, a dificuldade em obter informações relacionadas à revista e aos *scanners* no âmbito da SAP revela a dimensão racional-burocrática de Estado que também compõe sua assinatura.

¹⁵² Para uma discussão sobre “população LGBT” privada de liberdade, ver também Zamboni (2017; 2016).

¹⁵³ No original: “(...) the state as neither a purely rational-bureaucratic organization nor simply a fetish, but as a form of regulation that oscillates between a rational mode and a magical mode of being”.

Disputas em torno da revista: produzir um caso, demonstrar violação

A dimensão violadora da *revista íntima/vexatória* é parte dos argumentos que circulam não somente nos projetos de lei, mas também nos textos produzidos sobre o tema. Em 2015, o boletim do IBCCrim publicou, em seu editorial, um texto em que a *revista vexatória* é qualificada como um “estupro institucionalizado” (IBCCRIM, 2015), tese que ganhou força em meio a essa discussão. Na *representação* proposta pela Defensoria e pelo Ministério Público paulistas, parte da fundamentação “dos fatos” para o caso afirma:

A revista vexatória vaginal afigura-se como tratamento indigno e inumano, colocando em posição de extrema humilhação mães, esposas e filhas que pretendessem ver seus parentes e maridos. A prática é extremamente violenta e pode ser equiparável ontologicamente a uma violência sexual, já que as vítimas a ela submetidas têm, contra suas livres vontades, as partes íntimas expostas e vasculhadas por agentes do Estado, como condição essencial para manutenção de vínculos familiares e de amizade (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO; MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2016:6, grifos no original).

A “equiparação ontológica” entre a *revista vexatória* e a *violência sexual*, operada pelo argumento de duas instituições públicas partes do Sistema de Justiça, mobiliza um léxico comum às organizações de defesa de direitos para construir a revista como violação: *humilhação, violência, as partes íntimas vasculhadas por agentes do Estado*. Uma das integrantes de ONG com quem conversei avaliou que as alterações na lei do estupro poderiam abrir possibilidades para mais denúncias, produzindo um nexo entre a *revista* e o estupro institucional. Ela se referia às mudanças ocorridas em 2009, que ampliaram a noção de estupro para além da “conjunção carnal”. O artigo 213 do Código Penal passou a definir estupro como “constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso” (BRASIL, 2009).

Para além da hipótese do *estupro institucional*, pessoas com quem conversei pensam que “tem muito substrato” para que a abordagem jurídica da *revista vexatória* a enquadre como *tortura*. Os depoimentos coletados e dados produzidos a respeito seriam, nessa perspectiva, parte da composição do argumento. Em grande medida, a discussão sobre a *revista* ser uma forma de *estupro institucional* ou uma forma de *tortura* faz emergir dois aspectos: um primeiro, de ordem moral, é o de que a *revista* violenta corpos

(via *estupro* e/ou via *tortura*); um segundo, de ordem prática, é o de que no âmbito jurídico há que se escolher qual tipo de abordagem permite que se construa um *caso* – com materialidade e condições de ser acolhido entre juízes e promotores¹⁵⁴. A construção de um caso, como escreve Paula Lacerda (2012), demanda que os episódios ocorridos tenham ao mesmo tempo singularidades e generalidades. Eles devem ser singulares para que justifiquem o destaque, mas devem “agrupar uma multiplicidade de situações similares o bastante para ser(em) incluído(s) em um mesmo sistema classificatório” (LACERDA, 2012:51). Desirée Azevedo, ao tratar do movimento de familiares de mortos e desaparecidos políticos, também alude à sobreposição entre particularidade e generalidade na produção de um caso e destaca o trabalho de narrar acontecimentos de modo a destacá-los em conjunto. Em suas palavras, “os atores envolvidos em debates públicos precisam identificar um conjunto de acontecimentos, destacá-los do emaranhado de fatos da vida social e transformá-los em uma forma narrada: um *caso*” (AZEVEDO, 2016:155, grifo no original). O *caso* da revista *vexatória* demanda, assim, a identificação de um “conjunto de acontecimentos” e a produção de uma “forma narrada” que evidencie sua dimensão generalizante e, ao mesmo tempo, singular. A decisão de evidenciar a revista como uma forma de *tortura* ou um modo de *estupro institucional* é também parte da elaboração dessa forma narrativa.

A ampliação do debate sobre a revista *íntima/vexatória* para além do mundo jurídico encontra dificuldades. Em conversa com uma das pessoas que atuaram no campo das ONGs favoráveis ao fim da revista *vexatória*, foi-me dito que a pauta, por vezes, esbarrava em uma visão criminalizante de quem era submetido à revista – pessoas envolvidas com presos:

Acho que é desvalorização porque “são todos bandidos”, e “família de bandido é bandido” e “eles não merecem mais”... porque a ideia da revista é que você, por ser parente ou pessoa amada de preso, já é suspeita. Aí a sociedade compra esse pacote inteiro, sabe? (...) Acho que as pessoas não se sensibilizam porque é “tudo bandido”, “família de bandido é bandido”, e provavelmente merecem a desconfiança do Estado (Trecho de entrevista com integrante de ONG, 2016).

Como produzir um *caso* para além do âmbito jurídico, amparado por uma produção normativa que concorda com a inadmissibilidade da revista, quando as pessoas submetidas a ela são, geralmente, criminalizadas em associação à criminalização de seus

¹⁵⁴ Sugiro a leitura dos trabalhos de Nadai (2018) e Nadai e Veiga (2019) para reflexões sobre a ideia de “materialidade”.

familiares privados de liberdade? Trabalho com a hipótese de que pessoas e instituições que se articularam em contraposição à revista se propuseram a disputar os modos pelos quais são percebidas as pessoas que passam pelas revistas *íntimas/vexatórias*. Nessa disputa, há um sentido de ampliar a *experiência da revista* – e seu caráter de *humilhação* e de *violência* – para além dos cubículos das portarias dos presídios onde a revista ocorre.

A perspectiva da *revista* como *estupro institucional* vinha sendo a linha argumentativa de um defensor público paulista nas ações envolvendo denúncias de revistas *vexatórias*. Ele propôs a discussão das revistas realizadas em familiares que visitavam adolescentes internos nas unidades da Fundação CASA de Santo André - SP e levantou discussões sobre a realização de revistas nos próprios internos da Fundação. O trabalho a partir das revistas na Fundação CASA começou antes mesmo de que ele se debruçasse sobre a *revista íntima/vexatória* em unidades penitenciárias. Em nossa conversa, o defensor afirmou que os adolescentes internados na Fundação CASA passam por *revistas vexatórias* diárias que são vinculadas às suas movimentações pelos espaços da unidade. Sair do refeitório, das salas de aula ou das oficinas pode motivar a realização de uma revista. “Que ideia esse adolescente vai ter do próprio corpo? Que ideia ele vai ter do corpo das outras pessoas?”. O defensor comentou que deu início à discussão sobre a revista no contexto da Fundação CASA por imaginar que tratar da violação de *crianças* seria um fator sensibilizador, traria mais *visibilidade*. Não foi o caso, segundo ele, que completou dizendo ter *subestimado a maldade*: “o fato de não termos conseguido primeiro colocar [a discussão sobre a revista] na infância e juventude mostra a maldade humana”.

A avaliação do defensor público conta sobre corpos que podem sensibilizar mais e menos pessoas para uma pauta. Ele apostou que a idade dos jovens aprisionados na Fundação CASA traria *visibilidade* para a dimensão violadora da revista, mas isso não aconteceu. O fato de serem adolescentes (*crianças*, em sua acepção) não apagou outros contornos que podem ter pesado para que a revista *vexatória* em seus corpos não se tenha tornado um *case de sucesso*: tratam-se de jovens homens, em sua maioria negros, acusados de ato infracional e privados de liberdade em decorrência dessas acusações¹⁵⁵. São, no senso comum, “criminosos”. Como afirma Lacerda, o “processo de construção

¹⁵⁵ Na discussão sobre o “caso” dos “meninos” emasculados de Altamira, Paula Lacerda (2012), em diálogo com trabalhos de Adriana Vianna (2002; 1999), atenta para o desmonte da suposta objetividade da “faixa etária” quando esta se tensiona com raça, classe e localidade. Os internos da Fundação CASA, chamados de *crianças* pelo defensor público, têm sua juventude minimizada quando posta em relação com sua captura pelo sistema de justiça juvenil e com seus atributos raciais e de classe.

de vítimas” é “uma forma de qualificar (...) situações de violência praticadas contra corpos específicos” (LACERDA, 2012:51). Seus corpos não são tão suscetíveis aos esforços narrativos que os creditariam como *vítimas*.

Ainda que *familiares* sejam criminalizados em suas relações com pessoas presas, como busquei demonstrar neste e nos demais capítulos da tese, seus corpos suportam com mais vigor a narrativa de vitimização que foi central para que a discussão sobre a revista ganhasse algum relevo: as *familiares* submetidas à revista, em sua maioria mulheres, não são acusadas de crime algum; seus relatos de violações podem ser enquadrados como efeitos do aprisionamento em corpos “inocentes”.

Essa foi a linha pensada para a campanha da Rede Justiça Criminal pelo fim da revista *íntima/vexatória*, já mencionada. Descrevo a seguir o modo como a Campanha produziu a figura da vítima a partir do material disponibilizado em seu *site*¹⁵⁶. A Campanha propõe a reconstituição da experiência de passar pelo procedimento ao tentar colocar o espectador, que ouve e assiste aos depoimentos, no lugar das pessoas que foram e são revistadas. Ao acessar a página com áudios de dramatizações dos depoimentos, o site sugere que você “feche os olhos, coloque um fone de ouvido e sinta na pele o drama das vítimas”.

Figura 1: lista de áudios com dramatizações de revistas vexatórias convidando quem visita a página a “sentir na pele o drama das vítimas”.

¹⁵⁶ Relembro o endereço do site da campanha: <http://www.fimdarevistavexatoria.org.br/>.

Transcrevo abaixo o conteúdo de um dos áudios disponibilizados pela Campanha¹⁵⁷:

[Som de portão de ferro se fechando]
 [Diálogo com vozes femininas]
 – Bom dia! Eu disse, bom dia!
 – Tira a camiseta, a calça, tira a roupa toda, vamo, vamo. Agacha aqui no espelho. Sem conversinha, agacha, agacha.
 – É a minha primeira visita, senhora. Eu não tô acostumada a ficar nua na frente dos outros...
 – Não posso fazer nada por você. Aqui é assim. Agacha três vezes, fica paradinha em cima daquele espelho pra eu ver se você não tá escondendo nada aí dentro. Bora, bora, bora! O que é isso aí? Ei, ei, ei. Por acaso eu mandei colocar a calcinha? Senta no banquinho e só se veste quando eu falar.
 [Voz masculina – narração]
 Isso está acontecendo agora, em algum lugar do Brasil. Milhares de pessoas sofrem esse tipo de abuso ao visitar parentes que estão no sistema penitenciário. Revistas Vexatórias: Não fazer nada também é um ato de violência! Acesse fimdarevistavexatoria.org.br e descubra como fazer a sua parte! (Íntegra de áudio da *Campanha pelo fim da revista vexatória*. As notas em colchete são minhas).

A dimensão da violação presente no procedimento, que é demarcada pelas organizações de defesa de direitos, coloca-se como ponto fulcral do depoimento: a obrigatoriedade do desnudamento; a dificuldade em desnudar-se diante de uma desconhecida; a relação de tensão com a agente penitenciária que descreve o procedimento da *revista*; o desconhecimento dos procedimentos por parte de quem é revistada; o controle dos gestos e de como e por quanto tempo o corpo da pessoa revistada deve expor-se ao escrutínio da agente. No final de cada gravação, o narrador afirma que “não fazer nada também é um ato de violência”, numa estratégia que busca tornar coletiva a responsabilidade diante das violações perpetradas pela *revista* e incentiva o engajamento das pessoas que acessam o site com a Campanha. Assim, a Campanha tenta materializar a violação da *revista* através de um áudio que a reconstitui, de modo a engajar quem escuta a contrapor-se à violência e a não ser conivente com sua permanência.

A atual campanha da Rede também se vale de uma tentativa de produzir a materialidade da experiência de cárcere. Intitulada *Encarceramento em massa não é Justiça*, a campanha tem como uma das suas ações o uso da realidade virtual para reproduzir no espectador a sensação de estar em uma cela superlotada, como descrito no

¹⁵⁷ A íntegra de todos os áudios disponibilizados no site da Campanha está no Anexo desta tese.

capítulo III. Retomo uma breve descrição da campanha: dentro de um tablado quadrado e com um equipamento que cobre olhos e ouvidos, nós nos vemos transportadas para uma cela superlotada e enxergamos ao nosso lado (e embaixo, à frente e atrás) pessoas com as quais compartilhamos a cela por alguns momentos¹⁵⁸. Ouvimos vozes e pedidos de ajuda. Um dos presos nos entrega um bilhete com relatos dos sofrimentos vivenciados na prisão – um pedaço de papel que é fisicamente colocado em nossa mão pela pessoa responsável pelo funcionamento do equipamento. A ideia é a de que a realidade virtual permita aos usuários “experimentar” a aflição da superlotação.

Relembro que, no dia em que “experimentei” a cela superlotada via realidade virtual, um colega, integrante da Amparar, considerou que as intenções da nova campanha da Rede Justiça Criminal não se concretizavam completamente porque faltava o *cheiro da cadeia*. É evidente que essa crítica específica à produção da experiência de uma cela faz sentido apenas para quem já entrou em uma prisão e sentiu seu cheiro. Quero dizer com isso que a inexistência de um cheiro no equipamento de realidade virtual não impede a atual campanha da Rede de sensibilizar pessoas para a situação e as histórias de quem viveu parte de sua vida em uma cela superlotada.

Ao discutir a noção de experiência, Joan Scott (1998) a entende como uma produção discursiva, individual e coletiva, que faz parte da constituição dos sujeitos. Sendo produção discursiva, a experiência tem significados contestáveis e é constituída politicamente. Se partirmos da perspectiva de Scott para analisar os materiais mobilizados pela campanha, poderíamos dizer que as falas e vídeos constantes no site buscam dar materialidade a pessoas que vivenciam uma experiência que é violenta. A violação subjacente a uma prática que ocorre no sistema penitenciário com pessoas que não deveriam ser punidas por este mesmo sistema é utilizada de modo a constituir um sujeito que, violado, articula politicamente a situação (ou, é articulado pelas organizações) de modo a produzir uma experiência que pode vir a sensibilizar outras pessoas em favor da proibição da revista. No limite, há uma aposta em alargar a experiência para aquelas e aqueles que não vivenciam a revista em seus corpos, mas podem *sentir na pele* a violação por meio dos depoimentos. Passar por uma *revista íntima/vexatória*, que é experiência individual e coletiva (pois compartilhada entre quem visita uma prisão), é algo proposto

¹⁵⁸ No site da campanha é possível encontrar um vídeo, intitulado “Realidade visceral”, que demonstra o uso do equipamento por algumas pessoas e suas reações quando se encontram com um dos participantes da realidade virtual, ele próprio uma pessoa que esteve presa. Para saber sobre essa campanha, ver: <http://www.prisonaojustica.org/>. Acesso em 05/12/2018. Para ver alguns quadros do vídeo, consultar o Anexo da tese.

pela campanha como mais coletivizado, porque pretende captar espectadores que não entram na prisão, mas leem e escutam relatos.

Ambas as campanhas parecem querer que o espectador – dos áudios de *revistas vexatórias* e da superlotação de uma cela – experimente um sofrimento e, impulsionado pela experiência, engaje-se na denúncia e no reconhecimento de que o sofrimento que atravessa a revista é evitável. Ao pensar sobre a ideia de “denúncia”, Luc Boltanski pergunta: “Diante do espetáculo de um infeliz sofrimento distante, o que um espectador moralmente receptivo pode fazer quando é condenado, pelo menos por um momento, à inação? Ele pode ficar indignado” (BOLTANSKI, 2004:57, tradução minha¹⁵⁹). Na perspectiva inspirada pelo autor, entendo que a campanha pelo fim da *revista vexatória* alarga a experiência da revista apostando que a indignação provocada pela experiência pode desencadear um envolvimento com a pauta, ainda que via internet. Nesse caso, os relatos presentes no *site* podem materializar o sofrimento da revista a quem escuta, ainda que nunca tenha passado por uma situação semelhante. Do mesmo modo, a campanha que usa a realidade virtual para nos colocar no centro de uma cela – ainda que sem o *cheiro* da cadeia – pode sensibilizar quem se propõe a passar pela experiência e, como efeito, provocar indignação.

A discussão do autor sobre “sofrimento distante” passa ainda pelo argumento de que uma denúncia deve identificar tanto a pessoa ou grupo submetidos a determinada situação – constituídos então como vítimas – quanto o perpetrador que produz o sofrimento evitável. No caso da campanha, a demanda pela aprovação de leis e o reconhecimento de que a *revista vexatória* é parte da política carcerária definem o Estado como perpetrador. A despeito da campanha produzir uma disputa da narrativa sobre quem são as pessoas submetidas à *revista íntima/vexatória*, colocando-as como vítimas de uma violação por agentes do Estado, é ao próprio Estado que recorrem para pôr fim à violação. Afinal, um núcleo da Defensoria Pública estava envolvido na organização da campanha e parte do conteúdo disponível no *site* (ainda) propõe que seus espectadores enviem uma mensagem ao presidente do Congresso para pressionar em favor da aprovação da lei que proíbe a revista em todo o país¹⁶⁰. No contexto da campanha, o ato de acionar o Estado violador é movimentado a partir do sofrimento das “vítimas” da revista que, interpretado,

¹⁵⁹ No original: “Faced with the spectacle of an unfortunate suffering far away, what can a morally receptive spectator do when he is condemned, at least for the moment, to inaction? He can become indignant”.

¹⁶⁰ A possibilidade de enviar uma mensagem ao presidente do Senado revela que a campanha anda mesmo esquecida: o presidente da Casa mencionado é Renan Calheiros, que deixou o cargo em 2017.

é “sentido na pele” pelas pessoas que visitam o *site*. O sofrimento torna-se mecanismo de acesso ao público e à política.

A proposta de *sentir na pele o drama das vítimas* também levanta a dimensão de vitimização produzida pela *revista íntima/vexatória*. Cynthia Sarti (2011) afirma que:

a noção de vítima configura (...) uma maneira de dar inteligibilidade ao sofrimento de segmentos sociais específicos, em contextos históricos precisos, que se produzem ou são produzidos como tal, conferindo legitimidade moral às suas reivindicações (SARTI, 2011: 54).

Em diálogo com a mesma autora e para falar do contexto do debate sobre relações raciais nos anos 1990 e 2000, Laura Moutinho alude à consolidação do “capital social e político da ‘vítima’ no interior de uma ampla economia moral que articula demandas sociais e identitárias” (MOUTINHO, 2014:214-215). O lugar de vítima que é demandado pela campanha contra a *revista vexatória* coloca-se em um contexto de disputa por legitimidade tanto em relação ao nome da prática, que se contrapõe ao utilizado pela administração penitenciária, quanto em relação à reivindicação de que a prática seja proibida. Se por um lado há um espectro de criminalização que envolve as pessoas que circulam pela prisão na condição de visitas, há também, por outro, uma reiteração de que as práticas de *revista* realizadas são violações que produzem uma experiência vitimizadora.

A *revista íntima/vexatória* é abordada por Rafael Godoi (2015) como um “ritual de degradação que marca a passagem do mundo livre ao prisional, assinalando no corpo da visitante seu necessário e absoluto assujeitamento aos desígnios da administração penitenciária” (GODOI, 2015:188-189). A revista, em sua análise, ocupa um lugar liminar na prisão, pois ocorre dentro dos muros e segue as exigências da instituição; ao mesmo tempo, a revista não significa que a pessoa revistada está dentro da prisão, uma vez que a entrada não foi completada, a visita ainda não ocorreu. Avançando a partir dessa perspectiva, a revista parece ser a inscrição, no corpo, de que as porosidades da prisão encontram limites performados pela instituição prisional.

A discussão sobre a *revista íntima/vexatória* e sua inscrição nos corpos a ela submetidos diz respeito sobretudo ao “assujeitamento” do corpo de mulheres. O fato de que a maioria absoluta das pessoas que vai à prisão para realizar visitas é composta por mulheres já vem sendo levantado por outros pesquisadores e pôde ser percebido nos contextos de produção desta pesquisa do doutorado. Godoi (2015) corrobora a impressão a partir de sua própria experiência de campo. Ao descrever o contexto de sua pesquisa, o

autor afirma que o mundo social estruturado em torno das visitas é absolutamente feminino e que os (poucos) homens presentes parecem tão deslocados quanto o próprio pesquisador. Com efeito, os corpos onde se inscrevem os limites da porosidade da prisão, por meio da *revista íntima/vexatória*, são majoritariamente os femininos. Os poucos corpos masculinos que se submetem ao processo parecem ser feminizados ao constituírem-se enquanto violáveis pelo procedimento da revista. Essa feminização dos corpos remete à ampliação das fronteiras coloniais que, para Anne McClintock, torna feminina a “terra incógnita” como estratégia de exploração e subjugação (MCCLINTOCK, 2010). Há, assim, corpos femininos percebidos também a partir da possibilidade de serem violados e devassados, em uma dimensão que inclui e que também excede o “sexo biológico”.

Para seguir com a discussão, retomo uma das epígrafes deste capítulo: “homem que é homem não se sujeita àquilo não”. A frase foi dita por uma *mãe de preso* em um evento, organizado por uma ONG, que teve a revista *vexatória* como uma de suas pautas. A autora da frase fez uma fala – ou, em sua forma narrativa, deu um testemunho – contando sobre suas experiências com a revista *vexatória*. “Não foi muito bom não (...). Eu, como mãe, passei poucos perrengues lá dentro. Agora, quem é mulher é diferente. Amásia é malvista pra eles [funcionários]”. Em sua participação na conversa sobre a revista, a *mãe* traça duas linhas divisórias em sua reflexão sobre os corpos submetidos à prática: a primeira divide a experiência entre *homens* e *mulheres*; a última a divide entre *mães* e *mulheres* (ou *amásias*). Ambas as linhas divisórias reconhecem que a revista tende a submeter corpos femininos à revista, corpos feminizados ou corpos destituídos de masculinidade – pois há um reconhecimento de que *homem não se sujeita àquilo*. Penso que a discussão não diz respeito aos corpos que suportam (ou aguentam) a violação provocada pela revista, mas fala sobre corpos que suportam a violação e atravessam a portaria das prisões sem serem colocados em xeque em suas posições de gênero. Se *homem que é homem não se sujeita àquilo*, um homem que *se sujeita* é menos homem aos olhos da *mãe* que participava do evento.

A segunda menção evocada pela *mãe* diz respeito a diferentes posições de mulheres na transposição da fronteira marcada pela *revista íntima/vexatória*. A sacralidade da figura das *mães*, também presente nos movimentos em torno da Amparar, é retomada na fala e na presença da mulher apresentada como *mãe* de uma pessoa presa. Em suas considerações, ela estabelece uma hierarquização do sofrimento e da humilhação perpetrados pela instituição prisional em corpos de mulheres que ocupam distintas

posições generificadas. Ambas podem ser incluídas na narrativa de vitimização e na afirmação de que suportam a revista em seus corpos. No entanto, as *amásias*, sendo *malvistas pra elas*, passam mais *perrengues* do que as mães que visitam seus filhos privados de liberdade.

Argumento, então, que tanto a evocação da violência presente na *revista íntima/vexatória* quanto as narrativas de vitimização provocadas pela existência da revista são profundamente marcadas por gênero e por sexualidade. Aqui, entendo que essa marca diz respeito à feminização de corpos, por um lado, e à produção de hierarquias envolvendo corpos considerados femininos, por outro. Os esforços de defensores públicos e de pessoas atuantes em organizações de defesa de direitos – seja para produzir o *caso*, seja para transpor a experiência da revista a quem não a sente na pele, em uma demonstração da dimensão violadora da prática – fazem parte da composição da revista como um “problema de gênero”. A instituição prisional, através dos funcionários que performam a revista – ainda que alguns a questionem –, também atua na elaboração desse “problema”. As próprias mulheres submetidas à revista fazem parte desse processo quando mobilizam diferentes posições de gênero para identificar quem, entre homens e mulheres e entre umas e outras, é mais e menos violada. Agentes públicos, defensores de direitos e familiares produzem e evocam, às suas maneiras, convenções de gênero que dizem sobre violação, violência e vitimização de corpos submetidos à revista.

As informações que busquei sistematizar até aqui são muitas, e de diversas fontes. Há todo um emaranhado de documentos produzidos por distintos órgãos governamentais e por organizações de defesa de direitos que ajudam a compor o complexo quadro em torno das regulações que tiveram a *revista íntima/vexatória* como centro. Ao mesmo tempo em que o debate não se encontra completamente encerrado, sobretudo porque as revistas ainda ocorrem (mesmo após sua proibição, ainda que em menor escala), a efervescência do tema não é mais a mesma. Reconstruir a trama a respeito da *revista íntima/vexatória* parece, agora, lidar com um tema em suspenso – nem vivo, nem morto; carregado de textos, pessoas e tensões sem uma perspectiva de encerramento e num contexto político que parece não deixar espaço para essa discussão.

Penso que a produção e a circulação de projetos de lei, portarias, textos em boletins e campanhas podem dizer sobre os fluxos de documentos, pessoas, instituições e dinheiro que envolvem articulações no Brasil, mas que extrapolam os limites do país e envolvem organismos e debates internacionais. Tal produção também demanda articulações sempre tensas entre organizações. A noção de “trama institucional”, nos

termos de Maria Filomena Gregori (1999), ilumina essas dinâmicas: ao trabalhar com uma variedade de instituições voltadas ao atendimento dos “meninos de rua” na cidade de São Paulo na primeira metade da década de 1990, a autora destaca a disputa entre diferentes entidades pela legitimidade de falar em nome dos “meninos de rua” e a existência de conflitos que compõem essa trama. Ao fim, as relações entre os diversos atores acabavam por dificultar possíveis soluções. Considero que a noção de “trama institucional” pode ser utilizada para pensar as articulações entre diferentes atores em torno da *revista íntima/vexatória* e um certo desencaixe entre as distintas posições que ocupam nessa trama. A noção também nos ajuda a pensar que, nessa complexa negociação, a substituição da *revista* por *scanners* não apresenta uma solução de fato para a violação das mulheres nos procedimentos de visita, acabando por constituir novas formas de *humilhação*. Por fim, o emaranhado institucional-legal que envolve documentos e instituições requer jogar luz para a *humilhação* perpetrada pela revista e a devassa de corpos femininos e feminizados.

Revista é ruim, scanner é pior? Ambivalências em torno da revista

Sofrimento e humilhação são substantivos presentes também na fala de pessoas que passam por *revistas íntimas/vexatórias* quando entram na prisão para visitar familiares presos. Nas visitas a Tamara realizadas desde 2014 (apresentadas na Parte I da tese), tais substantivos sempre eram mobilizados pelas mulheres para fazerem referência à entrada na prisão. No entanto, havia outros sentimentos vinculados às repetidas ocorrências da revista. O alívio era um deles.

Reconheço o desafio em desenhar o limite para discutir questões que passam pelo sentimento de alívio de algumas mulheres presentes no campo em relação à permanência da *revista íntima/vexatória*. Abordar a discussão a partir daí abre um caminho delicado que atravessa parte dos argumentos que se opõem à revista. Preocupo-me com os riscos de colocar a *revista íntima/vexatória* nessa chave de debate e acabar por reiterar sua existência, ou minimizar a dimensão violadora da prática. Ao mesmo tempo, as considerações de *mulheres de preso* a respeito da revista ajudam a aprofundar as nuances na discussão e a entender os processos pelos quais a ideia de violação se desenha de maneira distinta a depender do contexto. Falo de *mulheres de preso* em um contexto específico que não pode ser generalizado para pensarmos no conjunto de pessoas que visitam seus esposos e filhos na prisão. Mas a partir da discussão sobre a *revista*

íntima/vexatória entre algumas *mulheres de preso* com quem conversei, é possível perceber que o que se entende como *violência* e *violação* é contextual e cambiante.

Retorno, então, a Tamara e à pensão de Flora e Fabiana em meados de 2016. Cheguei à cidade na manhã de uma sexta-feira e logo fui à pensão onde ficaria durante o fim de semana. Ao longo do dia, algumas mulheres foram chegando, várias delas vindas da capital, para também se hospedar ali. Relembro que a penitenciária do município permite visitas tanto aos sábados quanto aos domingos, de modo que as mães e esposas dos presos passam o fim de semana na cidade. As donas da pensão me colocaram em um quarto coletivo que seria ocupado por mais duas mulheres, mais velhas do que eu e do que as demais hóspedes. A primeira visitaria o filho; a segunda, que eu chamo de Solange, visitaria o marido. A escolha da ocupação dos quartos não foi trivial: Flora e Fabiana me disseram que o quarto seria *tranquilo*. A tranquilidade afirmada pelas donas da pensão tinha relações com a *revista íntima/vexatória*, ou melhor, tinha relações com eventuais preparativos de mulheres para burlar a revista e entrar na prisão com objetos escondidos em seus corpos – ou seja, a preparação do *corre*. A despeito de não conseguirem controlar o que todas as hóspedes faziam em sua casa e, portanto, não saberem ao certo se hospedavam ou não mulheres que faziam *corre*, as donas da pensão tinham segurança de que no quarto em que me colocaram esses preparativos não ocorreriam.

Corpos podem esconder e transportar uma miríade de coisas que extrapolam celulares e drogas e que possuem usos diversos intramuros. A rigor, tanto os corpos femininos como os masculinos têm essa propriedade do ponto de vista anatômico. Corpos são também invólucros. Por outro lado, não se trata apenas de qualidade anatômica, mas do fato de que se atribui aos corpos femininos a capacidade de esconder e dissimular e, ao mesmo tempo, certa disposição em correr o risco de ser flagrada – o flagra pode apresentar, para algumas mulheres, um risco menor do que o de não corresponder às expectativas dos presos com que se relacionam. Se algumas das minhas interlocutoras argumentavam que o transporte de fios elétricos, entre outros objetos, garantia pagamento para mulheres que se arriscavam, outras mencionavam que colares, escapulários e guias poderiam ser levados como presentes para os maridos presos. Penso que parte dessas relações econômicas que envolvem pagamento às mulheres que transportam objetos para os presos não necessariamente está desvinculada de relações afetivas. Ambas podem se articular enquanto uma motivação ‘econômico-afetiva’ que motiva a mulher a enfrentar uma *revista íntima/vexatória* com objetos escondidos em seu corpo.

De qualquer maneira, é possível levar fios, vendidos a metro no interior da prisão (e, portanto, transportados também a metro no interior dos corpos), *durepoxi*, utilizada para esconder celulares, e até colares, que não poderiam entrar na unidade pelas vias legais. Ainda que a entrada de certas coisas seja expressamente proibida em todas as unidades penitenciárias (como celulares), as administrações prisionais têm alguma autonomia para a definição do que entra e do que não entra em cada unidade, pois um objeto ou alimento pode ser permitido em uma prisão e proibido em outra. Quando visitei uma penitenciária feminina pela Pastoral Carcerária, era permitida a entrada de rosários, por exemplo, mas é possível que os mesmos rosários sejam proibidos em outra prisão. Nesse sentido, não se tratam apenas de proibições, mas de regulações dos fluxos de pessoas e de coisas – tendo em mente que, quando as mulheres levam coisas entranhadas em seu corpos e transportam também afetos e valores, as próprias fronteiras entre pessoas e coisas tornam-se borradas (FRANÇA, 2012; GREGORI, 2016; GELL, 2018).

Após este breve parêntese sobre corpos e coisas, voltemos às percepções sobre a revista e sobre o transporte de coisas em Tamara. Solange, minha companheira de quarto naquele fim de semana, afirmava saber que algumas mulheres se aventuravam nesse transporte de mercadorias de fora para dentro dos muros da prisão e acreditava que a existência destas é o que permitia que a *humilhação* da revista *íntima/vexatória* fosse sofrida por todas. “Todo mundo paga por poucas que fazem”, ela me disse em uma de nossas conversas.

Na manhã de sábado, antes de as visitas começarem, algumas mulheres conversavam sobre a revista porque uma delas estava apreensiva com o procedimento. Aquela seria sua primeira visita na prisão. Solange comentou que achava a revista “a maior humilhação. Depois de adulta tem coisa que a gente não mostra nem pra nossa mãe e tem que mostrar para uma mulher que não conhece”. Outras concordaram e alguém comentou que a prisão da cidade vizinha tinha um *scanner* e que, com isso, as pessoas não precisavam tirar a roupa para serem revistadas. Eu disse a elas que uma lei proibindo as revistas tinha sido aprovada e que todas as unidades penitenciárias deveriam ter *scanners* instalados, mas que o governo era lento para instalar os equipamentos nas prisões. Estava, então, totalmente informada pela “razão humanitária” (FASSIN, 2016) que via nos *scanners* uma saída possível para a violação provocada pela revista. Mal terminei de falar e uma das mulheres participantes da conversa disse um alto *Graças a Deus!!*, em relação à não instalação do *scanner*. Eu fiquei surpresa e constrangida. Solange retrucou, brava, dizendo *Graças a Deus, não!*, emendando uma das histórias de

humilhação relacionadas à permanência da *revista íntima/vexatória* como parte definidora da entrada nas prisões: uma mulher foi impedida de entrar e o filho pequeno, que a acompanhava, chorou pedindo pelo pai, o *preso* que visitariam naquele dia.

A discordância entre as duas mulheres revela que a *humilhação* constante na revista não é a única dimensão considerada em suas avaliações; afinal, a existência da *revista* em detrimento da instalação de *scanners* oportuniza que o processo de entrada na prisão tenha brechas que permitem o transporte de objetos valiosos no interior dos muros e que possibilitam transações econômicas e/ou demonstrações de afeto. A *revista* não deixa de ser um momento de *sofrimento* e de *humilhação*. No entanto, pode ser encarada também como algo que permite escapar de outras formas de controle consideradas menos devassadoras das intimidades dos corpos, mas que dificultam a ocultação de objetos que fazem parte da manutenção das relações entre mulheres e *seus presos*. Se a prisão se propõe a regular fluxos, algumas *mulheres de preso* se movimentam nos pontos cegos dessa mesma regulação. Ainda que não deixe de ser lida como uma situação humilhante, a *revista* é também encarada como possibilidade de burlar a tentativa da prisão de regular os fluxos em suas fronteiras.

A disputa sobre o modo primordial de encarar a revista revela uma disputa pelo controle da narrativa a ela relacionada, uma vez que envolve a própria prática, a aprovação da lei que a proíbe no sistema prisional e a substituição da *revista* pelos *scanners*. Se a narrativa se revela como um texto escrito e reescrito diversas vezes (DAS, 2007), a pequena conversa entre as duas mulheres na pensão indica modos distintos de escrever a narrativa da *revista íntima/vexatória* em seus cotidianos. No diálogo, elas envolvem não somente a si e seus presos, mas também as disputas e esforços legislativos e de organizações de defesa de direitos que combatem a recorrência da revista no sistema penitenciário.

Se a narrativa do Estado é a de que as *revistas íntimas* são necessárias como procedimento que impede a entrada de objetos na prisão, a narrativa da preferência pela *revista* em detrimento do *scanner* produz uma disputa onde o procedimento não é suficiente para impedir a entrada dos objetos; ao contrário, a *revista* é a certeza da *humilhação*, mas é também a possibilidade de burla diante do *scanner*, um equipamento que tudo mostra. Com Donna Haraway (2009), arrisco-me a dizer que o *scanner* tem a pretensão de ser o “olho de Deus” que a tudo vê. A narrativa das organizações de *direitos humanos* envolvidas na campanha pelo fim da *revista vexatória* também é colocada em questão, uma vez que a pressão pela aplicação da lei que requer a instalação de *scanners*

era parte importante da agenda dessas organizações. A disputa, por fim, ganha novos contornos quando a dimensão da *humilhação* presente na *revista* é trazida à conversa por Solange a partir de uma história que busca desvelar a violência da revista não apenas no desnudamento da mulher a ela submetida, mas na tristeza da criança por não poder ver o pai que estava preso.

Solange volta a remeter ao *sofrimento* causado pela revista e alude, ainda, ao sofrimento que persiste para além do momento de nudez e investigação do corpo: a impossibilidade de entrar na prisão e encontrar a pessoa que está presa. A *humilhação* de submeter-se à *revista* faz parte de uma tentativa de manter os laços que foram atravessados pela prisão. Anne McClintock (2010) remete aos esforços de mulheres negras em manter seus laços familiares na primeira metade do século XX na África do Sul a partir de uma análise do livro sobre a vida de uma mulher chamada, na publicação, de Poppie Nongena. Em um período em que as mulheres negras eram proibidas de se fixar nas cidades com os homens, que viviam ali para trabalhar, Nongena movia esforços de modo a garantir um salvo-conduto que permitiria sua presença ao lado do marido, a despeito das formulações da própria Nongena sobre o casamento: “Para Nongena, o casamento é fundamentalmente, na expressão de Christine Delphy, ‘um contrato de trabalho não-pago’”. (MCCLINTOCK, 2010:470). Ainda que o casamento submetesse o *status* civil da mulher ao do marido, a manutenção dessa relação era uma forma de recusa ao sistema aqui ilustrado pela exigência do salvo-conduto às mulheres:

“(...) a determinação de Nongena de manter seu casamento e sua família unida representava uma longa recusa do sistema de trabalho migrante no qual se baseava o *apartheid*. Assim, os esforços das mulheres para manter unidas suas famílias não podem ser descartados como “antissociais” ou conservadores em qualquer sentido mais simples” (MCCLINTOCK, 2010:470).

Ainda que os contextos que proponho articular sejam bastante distintos, a discussão sobre a manutenção da família como modo de recusa e como uma forma de luta com a burocracia, expressa pela leitura que McClintock faz sobre Nongena, relaciona-se com pontos presentes na discussão sobre a *revista íntima/vexatória*. As mulheres se submetem à *revista* e garantem sua presença na vida de *seus presos*. Volto a McClintock, escrevendo sobre o mesmo caso: “sua recusa em abandonar (...) assinala uma recusa profunda em dobrar-se ao poder do Estado” (p. 474). Essa insistência em lidar com situações lidas como *humilhação* nas portarias das prisões surpreende pessoas que observam esses trânsitos e se colocam contra a *revista*. Uma das atuantes em ONGs com quem conversei comentou, com alguma surpresa, que “as mulheres sofrem violência, mas

elas não desistem, né? Estão lá toda semana, passando pelas mesmas coisas”. Enfrentar a fila na porta da prisão, despir-se na frente de desconhecidas, conviver com (e eventualmente burlar) as práticas que são impostas pela administração prisional e que dizem o que se pode ou não carregar no corpo fazem parte do esforço que alimenta a manutenção de vínculos com as pessoas privadas de liberdade.

A “recusa em dobrar-se” a situações de *humilhação* na passagem para encontrar *seus presos* ainda surpreende aquelas que reconhecem a dimensão violenta da *revista*, mas não a enfrentam. Eu me surpreendi quando houve comemoração pela não instalação do *scanner* na penitenciária de Tamara e só a partir daí passei a perceber que a discussão sobre a *revista* demandaria mais nuances. A fala da integrante de ONG indica que o reconhecimento de uma *humilhação* pode ser comum entre *familiares de presos* e ativistas do campo dos direitos, mas a linha que divide o que é aceitável e o que extrapola os limites é contextual e opera a partir de corpos e de relações específicas com o mundo prisional.

A figura da mulher que passa pela revista tentando escapar com objetos escondidos parece, também, a exemplo das *yanggongju* [prostitutas de guerra] tratadas por Grace Cho (2008), uma figura ambígua. A autora retoma sua biografia e suas relações com a mãe, coreana, para discutir a diáspora coreana em direção aos Estados Unidos pós-guerra da Coreia (1950-1953). A *yanggongju* encarna o trauma da guerra e da diáspora e é fundamental para entender as relações Coreia-EUA. Cho argumenta que as *yanggongju* eram desprezadas por servirem (sexual e afetivamente) aos soldados estadunidenses presentes na Coreia, mas traziam dólares para a economia coreana e proviam o sustento das mesmas famílias que as desprezavam. Parte de sua ambiguidade firmava-se no desprezo pela relação com os soldados estrangeiros, em articulação aos ganhos que elas proporcionavam.

No contexto da revista, a mulher que tenta entrar com objetos na prisão é condenada pelas demais mulheres que têm seus corpos submetidos à *revista* e utilizada como justificativa para que a administração prisional siga exigindo o desnudamento das visitantes que entram na prisão. Ao mesmo tempo, garante o funcionamento de fluxos de mercadorias para o interior da prisão. Nesse sentido, as mulheres que se dispõem a transportar os objetos são centrais para a manutenção de determinadas atividades intramuros. Se o *scanner* diminui drasticamente as possibilidades de contornar a *revista*, a existência de mulheres dispostas a transportar esses objetos e a se arriscar no procedimento da *revista* parece requerer, então, que a *revista íntima/vexatória* continue a

existir a despeito do *sofrimento* que a prática impõe. Os presos, por sua vez, dialogam com a administração penitenciária quando ocorrem *abusos*. Karina Biondi relata que os *casos de abuso* das revistas são levados posteriormente às conversas travadas entre integrantes do Primeiro Comando da Capital (PCC) e diretores das penitenciárias. Em uma das falas apresentadas em seu texto, um dos presos diz ao diretor:

“O respeito que temos pelo senhor tem que haver conosco também. Então a revista funciona assim: tira a roupa, agacha três vezes e já era. Não precisa mais do que isso, entendeu?” (BIONDI, 2009:26).

No trecho, o “respeito” é mobilizado pelos presos não para argumentarem pela extinção da revista, mas para estabelecerem limites a seu procedimento. A negociação, portanto, não opera em busca de evitar o desnudamento, ou mesmo o agachamento de mulheres que se submetem à revista. Negociar com o diretor da unidade significa apontar quando o sofrimento da revista se exacerba e cruza as fronteiras do aceitável para quem visita a prisão e para quem é visitado. Da perspectiva de certos familiares de presos e do PCC, parece que a regulação dos limites da *revista íntima/vexatória* é mais estrategicamente vantajosa do que a sua substituição pelo *scanner*. É evidente que as negociações entre prisioneiros e diretores de unidade ocorrem em contextos desiguais e que a extinção completa da *revista* na entrada de prisões pode ser uma pauta inviável. De todo modo, a gestão da revista é o que parece operar nas políticas prisioneiras identificadas com o PCC, considerando desnudamento e agachamento como práticas possíveis, ainda que com limites estabelecidos dentro de uma ideia de “respeito”.

A administração penitenciária e o Governo do estado de São Paulo não parecem se importar se a prática é considerada uma violação de direitos. Considerando a justificativa de que os modos alternativos de revista (como o *scanner*) são custosos, o governo argumenta que a *revista* é necessária para impedir a entrada de objetos proibidos e manter o controle das prisões. Ao mesmo tempo, a *revista* serve como enquadramento que coloca presos e familiares em um mesmo campo, estendendo aos familiares as violações presentes na privação de liberdade e vivenciadas diariamente por pessoas acusadas e condenadas pela prática de crimes.

Para as organizações de defesa de direitos aqui apresentadas, a *revista* é *vexatória* e violadora de direitos; a estratégia de atuação proposta é fazer a disputa no campo do Estado, pressionando pela aprovação e pela implementação de legislações específicas. A *campanha pelo fim da revista*, centrada no *site*, organiza essa disputa a partir do enfoque no sofrimento de familiares que passam pela revista – também em uma

forma de enquadramento do sofrimento que pretende criar identificação, para que todos “sintam na pele” o drama de submeter-se à *revista vexatória*.

Considerações finais: corpos em disputa

Teço algumas considerações finais sobre a *revista íntima/vexatória* e as ambivalências em torno do que se diz sobre a *revista* e sobre o *scanner* como alternativa rechaçada por *mulheres de preso* e *famíliares*. Não penso que o rechaço ao *scanner* e a denúncia pública da *humilhação* inerente à *revista* são elementos contraditórios nos discursos de *famíliares*. O sofrimento e a humilhação presentes nos relatos sobre a revista são elementos agenciadores entre essas mulheres (MAHMOOD, 2006). A *revista vexatória* é técnica já conhecida por *famíliares*, assim como suas possibilidades de manejo e de burla. Mesmo em condições de tamanho constrangimento, o conhecimento da técnica abre possibilidades de contorná-la e parece permitir um certo nível de controle de seus próprios corpos ou, ao menos, uma maior sensação de controle sobre a situação. O *scanner*, apresentada pelo Estado como uma tecnologia mais “limpa”, é percebido por *famíliares* como uma tecnologia “suja”, que invade seus corpos e opera sob o *risco de contaminação*. A pele é desnudada e não mais o corpo.

Se a *revista íntima/vexatória* e o *scanner* são tecnologias, ambas produzem efeitos diferentes nas percepções dos sujeitos escrutinados e os instigam a estabelecer preferências entre uma e outra. Ambas as tecnologias criam um tipo de visão sobre o corpo, no sentido de conhecê-los, explorá-los e manipulá-los. Volto à ideia de que as pessoas e coisas devem se apresentar, nas passagens da prisão, em sua matéria mais transparente, sem opacidades, como explorado no primeiro capítulo da tese. A visão do “olho de Deus” que tudo vê, retomando Haraway (2009), é rechaçada pelas *famíliares* quando elas se contrapõem ao *scanner* e ao seu tipo peculiar de desnudamento. De certa forma, o desnudamento da *revista íntima/vexatória* e o agenciamento da *humilhação* constitutiva da prática ainda permitem alguma sensação de controle sobre o corpo que o *scanner* desarranja com sua radiação.

As ambivalências, corpos e disputas em torno da *revista* não se encerram entre *famíliares* e *mulheres de preso*. Retomo então a afirmação de uma das pessoas que colaborou com a pesquisa: “a luta contra a revista vexatória nos ensina a trabalhar com direitos humanos”. A frase foi dita por uma pessoa atuante no campo dos *direitos humanos* e implicada nos esforços de proibição da *revista*. Sua reflexão seguinte

reconheceu que “a gente ainda não conseguiu mudar essa realidade”. As disputas legislativas e as estratégias para produzir um aparato legal de proibição da *revista* podem ensinar sobre os limites da atuação nos marcos da produção normativa. Afinal, avanços conquistados através de leis, normas e portarias estão condicionados às suas interpretações (que podem ser *desonestas*, como me disse uma atuante de ONG em relação ao *scanner*).

A mobilização em torno de uma pauta específica e o esforço por produzir um *caso* passam pelo reconhecimento de violações e pela identificação de sujeitos que são *vítimas*. Sem um *caso* com *vítimas*, o agenciamento da *humilhação* promovida pela revista poderia tornar-se mais difícil. Os corpos das mulheres que entram na prisão dão carne e substância a uma disputa com diferentes posições implicadas pelo debate em torno da *revista íntima/vexatória*. Seja na tentativa de extinguir a prática, seja na gestão da prática para controlar seus usos e abusos, o centro da discussão se baseia na *humilhação* das submetidas à *revista* e nas formas pelas quais tal *humilhação* é agenciada.

Em tempos como os atuais, em que discussões recentes sobre a ampliação de categorias reconhecidas como sujeitos de direitos viram “relatos históricos” que parecem tratar de um tempo longínquo, reafirmo que meu investimento para apresentar atores, estratégias e debates em torno da *revista íntima/vexatória* buscou sistematizar os esforços de um conjunto amplo de organizações não-governamentais, e jamais desqualificá-lo. Olhar para esse campo complexo de relações e de jogos de força diz sobre nossos modos de produzir conhecimento sempre situados e limitados. Talvez um caminho possível seja seguir identificando perspectivas parciais, situadas, buscando descrever como elas se inserem em campos de raciocínio e de ação política mais amplos. Essa é uma saída possível para entender nossos limites, identificar outras formas de ação e encontrar agenciamentos em contextos que nos parecem, à primeira vista, *casos perdidos*.

Considerações Finais | Fins e recomeços de uma jornada: reencontrar filas, cadeias, movimentos e saberes

“Quando acordamos e percebemos que a CULPA que a gente carrega não é nossa, a gente perde o medo. A gente descobre uma imensidão dentro da gente. A luta vai nos fortalecendo”. As frases com as quais abro as considerações finais da tese foram ditas por Miriam Duarte no I Seminário Internacional “Resistência das familiares: do sofrimento à luta pelo fim das prisões”. O seminário, ocorrido em julho de 2019, ocupou o austero auditório da Faculdade de Direito da USP e cobriu com outras cores os bustos acinzentados dos homens ali expostos e as cortinas vermelhas de veludo que pendiam das janelas. Cartazes e faixas lembravam algumas das frases presentes no contexto do ativismo relacionado às prisões. *Toda prisão é uma prisão política. Pelo fim das prisões.*

O seminário foi uma iniciativa da Associação Amparar e contou com o apoio de diversos movimentos e instituições¹⁶¹. Os inúmeros apoios – e fontes de financiamento, como seu efeito – foram fundamentais para mobilizar pessoas e garantir a presença de *familiares* de diversos lugares do Brasil e de outros países: o evento contou com uma mesa que trouxe perspectivas de *familiares* da Argentina e dos Estados Unidos¹⁶²; em outra mesa, *familiares* da Bahia e do Ceará dividiram falas com mulheres que viviam em São Paulo.

Estive no Seminário ocupando lugares diversos, por assim dizer. Um deles era o de integrante da Amparar, ou seja, fazendo parte da equipe que organizava as mesas do dia, conversava com os palestrantes, ajudava a conter as conversas na antessala do auditório para que os trabalhos do dia prosseguissem. Outro lugar foi o de *integrante de mesa*, representando a Amparar (em uma conexão com a *academia*), na mesa intitulada “Gênero, sexualidade e prisões”. Uma das integrantes da mesa, a deputada estadual Érica

¹⁶¹ As organizações apoiadoras foram: Conectas Direitos Humanos, Frente Estadual pelo Desencarceramento de São Paulo, Fundo Brasil de Direitos Humanos, Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCrim), Instituto Terra, Trabalho e Cidadania (ITTC), Coletivo Kilombagem, Núcleo Especializado de Situação Carcerária da Defensoria Pública do Estado de São Paulo (NESC), Pastoral Carcerária e Saju Cárcere. Todas as organizações que apoiaram o Seminário da Amparar foram apresentadas ao longo da tese, exceto por duas: o Kilombagem é uma organização do movimento negro; o Saju Cárcere é uma iniciativa de alunos da Faculdade de Direito da USP que atua com educação popular em presídios. Mais informações sobre as iniciativas podem ser obtidas em suas páginas: <https://www.kilombagem.net.br/> e https://www.facebook.com/pg/SajuCarcere/about/?ref=page_internal. Acesso em 20/09/2019.

¹⁶² A ativista argentina faz parte da “Asociación de Familiares de Detenidos”; as ativistas estadunidenses compõem as iniciativas nomeadas “Families for Justice as Healing” e “National Council of Incarcerated and Formerly Incarcerated Women and Girls”.

Malunguinho¹⁶³, fez sua intervenção retomando os esforços que ela e sua equipe enfrentavam para debater as dimensões racistas e sexistas do cárcere. Foi ela a principal destinatária das perguntas das *famíliares* que, em fila, demandavam respostas: “E você, deputada, leve esse recado pros seus amigos que vocês têm que fazer alguma coisa por nós”. A deputada repetia “eu não sou eles”; a justificativa, no entanto, não fazia eco. Ela era ali, naquele espaço, a representação da institucionalidade.

A fala mais emocionante da mesa foi feita por uma mulher trans *sobrevivente do sistema prisional*. Ela começou contando como chegou à prisão e, em um dado momento, parou. Não conseguia falar. Pediu desculpas, estava nervosa, não conseguiria seguir. Ela era a própria mulher atravessada em sua garganta. As *mães* começaram a falar e, depois, a gritar incentivando que ela falasse, pois devia *vomit* o que estava dentro dela. *VOMITA!* A mulher não quis vomitar. Seu silêncio foi seguido pela fala de outra integrante da mesa que, tocada pela cena que ocorrera, mencionou, nesses termos, o *terror* produzido pelo sistema penitenciário e sua dimensão *inenarrável*.

A dimensão *inenarrável* do *terror* produzido pela prisão segue a despeito das tentativas de narrá-lo. A tentativa de narrar o *terror* segue a despeito de sua dimensão *inenarrável*. “Medo a gente tem. Mas pra cada medo a gente cria uma coragem”, disse uma das *famíliares* presentes na discussão.

Dou início à costura final da tese com as notas sobre o seminário porque penso que elas trazem questões com as quais trabalhei ao longo dos capítulos e me ajudam a reconectar as jornadas desde Tamara, passando pela Amparar e chegando à discussão sobre a *revista íntima/vexatória*. Ao mesmo tempo, as falas e os cartazes ali expostos sintetizam o horizonte ético e político deste trabalho: *toda prisão é uma prisão política; pelo fim das prisões*. Tal horizonte se constitui justamente em razão das questões trabalhadas ao longo da tese: não é possível tratarmos como aceitável a existência de uma instituição que infiltra medo e terror nas vidas das pessoas que por ela circulam.

Ao longo dos dois primeiros capítulos, segui os caminhos conduzidos por mulheres em meio ao terreno minado da *fila* da prisão de Tamara. As narrativas que contavam e construía um ambiente permeado por tensões também indicavam os

¹⁶³ Érica Malunguinho (PSOL) foi a primeira mulher trans negra a ser eleita para a Assembleia Legislativa de São Paulo, em 2018. Na Alesp, a deputada usa o nome “Mandata” para descrever sua atuação que se insere nos campos da “Luta antirracista, Educação, Saúde, Cultura, Povos tradicionais, Comunidades de terreiro, Mulheres, População LGBTQIA+, População carcerária”. Vale dizer que, em 2016, Malunguinho criou o Aparelha Luzia, um centro cultural, político e um “quilombo urbano” localizado em São Paulo. É possível ver na íntegra o perfil da deputada na Alesp pelo endereço: <https://www.al.sp.gov.br/alesp/deputado/?matricula=300625>. Acesso em 29/09/2019.

diversos modos pelas quais elas perseguiram seus planos e suas relações. Flora agenciava suas redes e mercadorias mantendo uma vida em torno das prisões (e das tensões); *mulheres de preso* mobilizavam esforços para garantir seus esquemas, enredadas por perspectivas de feminilidades e enredando a prisão em seus projetos. Enfocar o terror e a inadmissibilidade das prisões como um horizonte a ser perseguido não é, nesse sentido, um movimento que reduz os esforços dessas mulheres; ao contrário, demonstrei que elas se movimentam em meio a esse terror, a partir dele e apesar dele.

A fabricação de projetos e caminhos em meio à prisão e ao medo encontra um substrato de atuação política de *mães e familiares de preso* na Associação Amparar, apresentada no terceiro capítulo. Os percursos de Railda diante do *sofrimento* de ter um filho preso demonstram que, por meio do vórtex da prisão, ela construiu relações duradouras e um trânsito por organizações de *direitos humanos* e instituições estatais. As parcerias, embates e ideias de *Estado*, agenciadas por *mães e familiares*, compõem tanto as possibilidades quanto os limites de movimentações através das prisões.

O quarto e último capítulo percorreu as disputas e ambivalências em torno da revista *íntima/vexatória* e das atuações no campo dos *direitos humanos* pela sua proibição. O corpo das mulheres que circulam pela prisão é o centro da disputa de diferentes discursos que constroem sentidos de violação e que, ao mesmo tempo, avaliam quais humilhações são mais e menos suportáveis nos contextos prisionais. Perseguir as movimentações de ativistas, organizações, legisladores, familiares e prisioneiros foi o caminho possível para discutir os complexos vetores discursivos acerca da *revista* e de sua dimensão de desnudamento – que persiste nos procedimentos que a substituíram.

Antes de encerrar minhas considerações finais, proponho voltar a alguns dos últimos caminhos percorridos por Railda e que não foram explorados ao longo da tese. A ideia é a de indicar uma discussão sobre os saberes mobilizados e produzidos por *familiares* através das prisões e através de conexões que envolvem contribuições da *academia* e de *familiares* de diferentes contextos nacionais – e envolvem, nesse sentido, formas expandidas de ação política. Se é necessário conviver com o *terror* e sua dimensão *inenarrável*, que seja tentando narrá-lo onde for possível.

Ao longo do Seminário da Amparar ocorrido em julho, algumas mesas dividiram as experiências de *familiares* pelas filas, portarias e corredores prisionais, no Brasil e

alhures. Railda participou de outras iniciativas que uniram *familiares de presos* em contextos distintos. Sua participação em um *workshop* na Universidade de Chicago, em 2017, foi a primeira viagem internacional de Railda que, entre risadas, disse que “pobre só viaja internacional porque o filho foi preso”. O encontro sobre “violência estatal e maternidade negra” reuniu *mães* do Brasil, da Colômbia e dos Estados Unidos compartilhando suas *lutas* e trajetórias. Além de Railda, uma integrante das “Mães de Maio” também participou do *workshop*. Após essa primeira viagem, Railda participou de outros encontros: um de *familiares* na Colômbia, ocorrido em setembro de 2018, e outro no México, em outubro do mesmo ano. A participação nos encontros em Chicago e na Colômbia foi responsável pelo convite de Railda para a atividade da LASA em Boston, em maio de 2019, organizada em torno da *Rede Global de Mães em Resistência*, mencionada no Capítulo III. A *Rede*, como busquei explicitar, agrega “mães de vítimas de violência de estado” brasileiras, colombianas e estadunidenses e tem no *luto* uma forma de resistência. Enquanto concluo estas considerações finais, Railda está a caminho do Equador para outra atividade internacional. Ao voltar de lá, irá mais uma vez aos Estados Unidos – a terceira viagem ao país desde 2017.

Há, dessa forma, uma rede de *familiares* – e esforços narrativos a respeito do *terror* das prisões – que extrapola o contexto brasileiro e que consegue se movimentar por países da América. Parte do que fomenta esse trânsito e essa interlocução de ativistas é a articulação com pesquisadores sediados nos Estados Unidos, que conseguem obter financiamento para o trânsito de Railda e de outras *familiares* pelos eventos. Entendo que esse trânsito envolve não apenas pessoas, como Railda, mas também envolve a troca de experiências, perspectivas e modos de apreender os processos pelos quais passam *familiares de vítimas do Estado* – envolvidos com a pauta do encarceramento, ou imersos em discussões sobre assassinatos perpetrados por forças estatais. As experiências nos Estados Unidos, Colômbia e México também trouxeram para Railda, em suas palavras, uma *perspectiva global*, informações sobre *desigualdade e luta social* nos países. Em conversa sobre as viagens, ela contou que encontrar outras *mães* a fez perceber que seus dilemas são comuns e que a *luta* não está restrita ao Brasil¹⁶⁴.

A circulação de contatos e de informações sobre prisões e sobre a *luta* inclui também a circulação de textos e de produções acadêmicas brasileiras e estadunidenses.

¹⁶⁴ Infelizmente, não acompanhei nenhuma das viagens internacionais de Railda – as verbas para pesquisa de campo disponíveis, ainda que fundamentais para a execução desta pesquisa em muitos de seus momentos, inviabilizaram o pagamento dos custos de qualquer viagem internacional.

Um dos integrantes da Amparar, que está concluindo a formação em Serviço Social, indicou-me, ao longo de nossa convivência, diversos textos que tratam das articulações entre racismo e encarceramento em massa, como os trabalhos de Angela Davis (2018) e Michelle Alexander (2017). Os membros da Associação dialogam com perspectivas que percebem a prisão como instrumento de contenção de pessoas *pretas, pobres e periféricas*, trazendo à tona que a dimensão racial presente em discursos relacionados às pautas do campo da justiça e da segurança pública se faz presente no contexto da Amparar. Refiro-me sobretudo à noção de *genocídio da população negra* e aos modos pelos quais integrantes do movimento negro assumiram o encarceramento como um efeito do racismo no país antes mesmo que a ideia de encarceramento em massa estivesse presente nos contextos da militância em torno das prisões. Com isso, quero dizer que algumas das perspectivas presentes na Amparar são também efeitos de diálogos e da participação de integrantes de movimentos negros em suas ações¹⁶⁵.

Os diálogos travados por integrantes da Amparar extrapolam o estado de São Paulo, envolvem movimentos negros e relativos a prisões e chegam a diálogos com outras *mães* em contextos distintos do brasileiro, sobretudo através da recente circulação de Railda por meio da *Rede Global de Mães em Resistência*. Esses diálogos e trânsitos parecem colaborar para e intensificar a perspectiva presente na Amparar que tem o fim das prisões como horizonte. Railda não fala em termos de “abolicionismo penal”, mas descreve os efeitos de sofrimento que a prisão produz na vida de familiares e reconhece que as pessoas capturadas pela Justiça, criminalizadas e encarceradas, têm *a cor certa*.

Railda comentou, mais de uma vez, sobre as condições para a presença da *academia* na Amparar. Em uma das suas participações num evento sobre prisões, ela disse a mim que foi perguntada sobre isso e que respondeu:

A academia é bem-vinda na Amparar, desde que ponha a mão na massa. Nós não somos ratinhos de laboratório. A gente tem uma antropóloga na Amparar, ela faz a pesquisa dela, mas vem toda semana pra fazer atendimento. E agora a gente tem um formulário para receber as pessoas e entender qual vai ser a contrapartida. Contrapartida não é dinheiro, porque dinheiro é o mal do mundo. A contrapartida é o que você vai fazer na Amparar (Anotação de fala de Railda em caderno de campo, 2018).

¹⁶⁵ Para saber sobre a constituição do movimento negro no país e, especificamente, da organização do Movimento Negro Unificado (MNU), no qual atuam integrantes da Amparar, ver Amílcar Pereira (2010).

Ao rememorar sua resposta para a antropóloga que a escutava, Railda movimentava-se em direção à definição do que seria uma *contrapartida* e à recusa de ocupar um lugar de “objeto de conhecimento” em pesquisas da *academia* que não se envolvam com a associação. Ela reforçava um entendimento de que *contrapartida* não é receber qualquer tipo de ajuda financeira – talvez resida aí, nessa necessidade de sublinhar que seu objetivo não é receber dinheiro, a noção de que “dinheiro é o mal do mundo”. *Contrapartida* não se trata de dinheiro, portanto. Trata-se de envolvimento e participação num grau mais cotidiano que passa por construir uma relação e estar presente. Como seu efeito, essa relação e essa presença cotidianas deslocam a Amparar e suas coordenadoras do lugar de “ratinho de laboratório”. A recusa de Railda em ocupar o lugar de “objeto de conhecimento” me permite propor um salto em direção a uma perspectiva que entende seus esforços – e os das demais *mães e familiares* – como um modo de conhecimento.

Em um texto provocativo, Gwenola Ricordeau (2018) questiona o lugar que movimentos abolicionistas¹⁶⁶ concedem a familiares e amigos de presos nos contextos em que a própria autora circula como militante abolicionista – sobretudo a França e os Estados Unidos. A autora argumenta que familiares são geralmente posicionados – e ouvidos – a partir do que podem testemunhar sobre a vida dentro das prisões e a partir das mensagens (de presos) que podem transmitir. Haveria, portanto, mesmo entre movimentos abolicionistas, uma desconsideração sobre o que familiares vivem, pensam e analisam. Parece-me que essa provocação nos conta sobre reflexões teórico-políticas e sobre enquadramentos que tanto permitem quanto limitam a circulação de saberes *familiares* sobre prisões.

Na Amparar, há o reconhecimento e a reflexão sobre os efeitos do encarceramento não apenas entre presos, mas também entre aquelas e aqueles que acompanham a prisão de alguém. Junto a isso, há a produção de saberes que criticam a dimensão racializada (ou racista) da Justiça que decide por privar uma pessoa de liberdade – nos moldes expostos por Alexander (2017). Há, por fim, a *denúncia* de que as prisões não devem estar no horizonte como instituição a ser aprimorada, mas sim abolida – como argumentado por Davis (2018).

A perspectiva de ocupar um lugar de margem, tanto em relação à *academia* quanto em relação a outros movimentos, não retira dos saberes *familiares* a capacidade imaginativa – sua posição é justamente parte de sua potência. A proposta de bell hooks é

¹⁶⁶ O termo faz referência ao abolicionismo penal: movimentos que lutam pela abolição das prisões.

inspiradora para construir um caminho a partir das tensões e relações de *familiares* na produção e na disseminação de seus saberes:

Era essa marginalidade que eu estava mencionando como um lugar central para a produção de um discurso contra-hegemônico que não é apenas encontrado em palavras, mas em hábitos de ser e na maneira como se vive. Como tal, eu não estava falando de uma marginalidade que se deseja perder - desistir ou se render como parte da mudança para o centro -, mas sim de um local em que se mantém, ou mesmo ao qual se apegamos, porque nutre a capacidade de resistir. Oferece a alguém a possibilidade de perspectiva radical a partir da qual ver e criar, imaginar alternativas, novos mundos” (bell hook, 2015:230, tradução minha)¹⁶⁷.

Quero, com isso, dizer que saberes *familiares* são um modo de conhecimento acerca das prisões que dialoga com e tensiona perspectivas produzidas sobre prisões em diferentes âmbitos. Esses saberes, parciais e localizados, são produzidos no esforço de narrar o *inenarrável* e são por vezes minimizados, ou por não serem percebidos como efeitos de reflexão, ou por serem abordados em enquadramentos pertencentes ao mundo dos *depoimentos*. Eles revelam, contudo, possibilidades de produzir contradiscursos ao “terror”, como formula Taussig (1993).

É potente a “perspectiva radical a partir da qual ver e criar” indicada por bell hooks e conectada aos saberes que *familiares* e *mães* produzem e mobilizam em suas intervenções. Em meio às dificuldades de narrar o *inenarrável*, em tempos cada vez mais emparelhados a uma assustadora “nova era”, as *mães, familiares e sobreviventes do sistema prisional* ocupando espaços com seus corpos, vozes e gritos que falam de dor, sofrimento, medo e culpa reafirmam sua precariedade como condição política (BUTLER, 2018). Como disse Adriana Vianna, é importante “ocupar o espaço da derrota”: reconhecer-se como derrotado permite acessar outra natureza de criação¹⁶⁸.

Optei por encerrar a costura da tese com perspectivas que apontassem para outros caminhos e jornadas. Se, ao longo da tese, descrevi tensões e violações que atravessam vidas e corpos das *mulheres de preso, mães* e demais *familiares*, também atentei para seus esforços de caminhar por entre tensões, em movimentos por vezes limitados, por vezes

¹⁶⁷ No original: “It was this marginality that I was naming as a central location for the production of a counter-hegemonic discourse that is not just found in words but in habits of being and the way one lives. As such, I was not speaking of a marginality one wishes to lose—to give up or surrender as part of moving into the center—but rather of a site one stays in, clings to even, because it nourishes one’s capacity to resist. It offers to one the possibility of radical perspective from which to see and create, to imagine alternatives, new worlds”.

¹⁶⁸ Vianna fez referência a Butler e ao reconhecimento do espaço da derrota na Conferência de Abertura das “Jornadas de Antropologia John Monteiro”, na Universidade Estadual de Campinas, em setembro de 2019.

contraditórios, que, se reiteravam o caráter *inenarrável* das tensões e do *terror* em torno da prisão, também produziam outras narrativas. Esta é uma perspectiva de derrotados – ou melhor, de derrotadas. Isso não quer dizer que as derrotadas estejam imóveis; as possibilidades de criação é que são outras.

Referências Bibliográficas

- ABU-LUGHOD, Lila. As mulheres muçulmanas precisam realmente de salvação? Reflexões antropológicas sobre o relativismo cultural e seus Outros. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 20(2): 451-470, maio-agosto/2012.
- ABU-LUGHOD, Lila. *Veiled Sentiments: Honor and Poetry in a Bedouin Society*. Berkeley: University of California Press, 1986.
- ADORNO, Sérgio; SALLA, Fernando. Criminalidade organizada nas prisões e o ataque do PCC. *Estudos avançados*. São Paulo, Brasil 21 (61), 2007.
- AGUIÃO, Silvia. *Fazer-se no "Estado": uma etnografia sobre o processo de constituição dos "LGBT" como sujeitos de direitos no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2018.
- AHMED, Sarah. *Living a feminist life*. Durham: Duke University Press, 2017.
- ALBUQUERQUE, Fabiane Cristina. Meu corpo em campo: reflexões e desafios no trabalho etnográfico com imigrantes na Itália. *cadernos de campo*, São Paulo, n. 26, v.1, 2017, pp. 309-326.
- ALEXANDER, Michelle. *A nova segregação: racismo e encarceramento em massa*. São Paulo: Boitempo, 2017.
- ALMEIDA, Heloisa B.; SIMÕES, Júlio A.; MOUTINHO, Laura; SCHWARCZ, Lília M. Numas, 10 anos: um exercício de memória coletiva. In: SAGGESE, Gustavo; MARINI, Marisol; LORENZO, Rocío; SIMÕES, Júlio; CANCELA, Cristina D. (Orgs.). *Marcadores sociais da diferença: gênero, sexualidade, raça e classe em perspectiva antropológica*. São Paulo: Terceiro Nome; Editora Gramma, 2018, pp. 9-30.
- ALMEIDA, Heloisa. B. Mulher em campo: reflexões sobre a experiência etnográfica. In: Heloisa Buarque de Almeida, Rosely Gomes Costa, Martha Celia Ramírez, Érica Renata de Souza. (Org.). *Gênero em Matizes*. Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2002, pp. 49-80.
- ANTUNES, Sara Vieira. *Habitar entre grades: táticas de vida no cotidiano de uma penitenciária feminina*. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP, 2017.
- AZEVEDO, Desirée de Lemos. *"A única luta que se perde é aquela que se abandona": Etnografia entre familiares de mortos e desaparecidos políticos no Brasil*. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP, 2016.
- AZEVEDO, Mariana. *Entre institucionalidades e autonomias: reflexões sobre o campo feminista brasileiro contemporâneo*. Mimeo, 2018.
- BECKER, Howard. *Outsiders: estudos de sociologia do desvio*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- bell hooks. *Yearning: Race, Gender, and Cultural Politics*. New York: Routledge, 2015.
- BIONDI, Karina. *Etnografia no movimento: território, hierarquia e lei no PCC*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de São Carlos, 2014.
- BIONDI, Karina. *Junto e Misturado: Imanência e Transcendência no PCC*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de São Carlos, 2009.
- BIRMAN, Patricia; MACHADO, Carly. A violência dos justos: evangélicos, mídia e periferias da metrópole. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 27 (80), 2012, pp. 55–69.
- BOLTANSKI, Luc. *Distant Suffering: Morality, Media and Politics*. Cambridge University Press, 2004.

- BRACKE, Sarah. Bouncing back: Vulnerability and Resistance in times of Resilience. In: BUTLER, Judith; GAMBETTI, Zeynep; SABSAY, Leticia (Orgs.). *Vulnerability in resistance*. Durham: Duke University Press, 2016, pp. 52-75.
- BRASIL. *Relatório da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (da Câmara dos Deputados). Projeto de lei nº 7764 de 2014. Relator Deputado Rubens Pereira Junior*. Brasília, DF, 2018.
- BRASIL. *Relatório da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (da Câmara dos Deputados). Projeto de lei nº 7764 de 2014. Relator Deputado João Campos*. Brasília, DF, 2017.
- BRASIL. *Lei nº 13.271, de 15 de abril de 2016. Dispõe sobre a proibição de revista íntima de funcionárias nos locais de trabalho e trata da revista íntima em ambientes prisionais*. Brasília, DF, 2016.
- BRASIL. *Projeto de lei nº 7764 de 2014. Acrescenta artigos à Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para dispor sobre a revista pessoal*. Brasília, DF, 2014.
- BRASIL. *Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências*. Brasília-DF, 2011.
- BRASIL. *Lei nº 12.015, de 7 de agosto de 2009. Altera o Título VI da Parte Especial do Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e o art. 1º da Lei no 8.072, de 25 de julho de 1990, que dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do inciso XLIII do art. 5º da Constituição Federal e revoga a Lei no 2.252, de 1º de julho de 1954, que trata de corrupção de menores*. Brasília, DF, 2009.
- BRASIL. *Lei nº 10.792, de 1º de dezembro de 2003. Altera a Lei no 7.210, de 11 de junho de 1984 - Lei de Execução Penal e o Decreto-Lei no 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal e dá outras providências*. Brasília, DF, 2003.
- BRASIL. *Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências*. Brasília, DF, 1990.
- BRASIL. *Lei nº 7210, de 11 de julho de 1984. Institui a Lei de Execução Penal*. Brasília, DF, 1984.
- BROWN, Wendy. Finding the man in the state. In: SHARMA, A.; GUPTA, A. (ed.). *The Anthropology of the State: a reader*. Malden, MA, Blackwell, 2006, pp.187-210.
- BUMACHAR, Bruna. *Nem dentro, nem fora: a experiência prisional de estrangeiras em São Paulo*. Tese (Doutorado em Antropologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, 2016.
- BUTLER, Judith. *Corpos em aliança e a política das ruas: Notas para uma teoria performativa de assembleia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
- BUTLER, Judith. *Quadros de guerra: Quando a vida é passível de luto?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Editora 34; Edusp, 2000.
- CALVINO, Ítalo. *As cidades invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- CANO, Ignacio; ALVADIA, Alberto. *Análise dos impactos dos ataques do PCC em São Paulo em maio de 2006*. Relatório final de pesquisa, junho de 2008.
- CARDOSO, Luciana Zaffalon Leme. *Uma espiral elitista de afirmação corporativa: blindagens e criminalizações a partir do imbricamento das disputas do Sistema de*

- Justiça paulista com as disputas da política convencional. Tese (Doutorado em Administração Pública e Governo) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, 2017.
- CARRARA, Sérgio; FRANÇA, Isadora L.; SIMÕES, Júlio A. Conhecimento e práticas científicas na esfera pública: antropologia, gênero e sexualidade. *Revista de Antropologia*, vol.61, no1, São Paulo, 2018, pp. 71-82.
- CARSTEN, Janet. A matéria do parentesco. *R@U*, 6 (2), jul./dez. 2014, pp. 103-118.
- CARSTEN, Janet. *After Kinship*. Cambridge University Press, 2004.
- CARSTEN, Janet (org.). *Cultures of relatedness: new approaches to the study of kinship*. Cambridge University Press, 2000.
- CERNEKA, Heidi; DRIGO, Sonia; LIMA, Raquel. Luta por direitos: a longa mobilização pelo fim da revista vexatória no Brasil. *Boletim IBCCrim*, n. 261, agosto de 2014.
- CHO, Grace M. *Haunting the Korean Diaspora: Shame, secrecy and the forgotten war*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2008.
- CLIFFORD, James. *A experiência etnográfica: Antropologia e Literatura no século XX*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002.
- CNCP. *Resolução nº 5, de 28 de agosto de 2014*. Diário Oficial da União, Brasília, 02 de setembro de 2014.
- COELHO, Maria C. Sobre agradecimentos e desagradados: trocas materiais, relações hierárquicas e sentimentos. In: VELHO, G.; KUSCHNIR, K. (org.). *Mediação, cultura e política*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2001, pp. 265-292.
- COMFORT, Megan. *Doing time together: love and family in the shadow of the prison*. Chicago: The University of Chicago Press, 2008.
- COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. *Relatório nº 38/96. Caso 10.506. Argentina, 15 de outubro de 2006*. Disponível no endereço: <http://www.cidh.oas.org/annualrep/96port/Caso11506.htm>. Acesso em 25/09/2019.
- CORRÊA, Mariza. Fantasias corporais. In: PISCITELLI, Adriana; GREGORI, Maria Filomena; CARRARA, Sérgio (Orgs.). *Sexualidade e saberes: convenções e fronteiras*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
- CUNHA, Christina Vital da. Religião e criminalidade: traficantes e evangélicos entre os anos 1980 e 2000 nas favelas cariocas. *Religião e Sociedade*, 34 (01), 2014, pp. 61-93.
- CUNHA, Manuela Ivone. *Entre o bairro e a prisão: Tráfico e trajetórias*. Lisboa: Fim de Século, 2002.
- CUNHA, Manuela Ivone. *O bairro e a prisão: a erosão de uma fronteira*. Universidade do Minho, CCHS, IDEMEC, 2003. In: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/5225>.
- DAS, Veena. *Life and words: violence and the descent into the ordinary*. University of California Press, 2007.
- DAS, Veena. The Signature of the State: The Paradox of Illegibility. In: DAS, Veena; POOLE, Deborah (Orgs.). *Anthropology in the Margins of the State*. Santa Fe: School of American Research Press, 2004, pp. 225-252.
- DAS, Veena. National honour and practical kinship: Unwanted women and children. In: GINSBURG, F. D.; RAPP, R. (Orgs.). *Conceiving the new world order: the global politics of reproduction*. Berkeley: University of California Press, 1995, pp. 212-233.
- DAS, Veena; POOLE, Deborah. State and Its Margins: Comparative Ethnographies. In: DAS, Veena; POOLE, Deborah (Orgs.). *Anthropology in the Margins of the State*. Santa Fe: School of American Research Press, 2004, pp. 3-34.

- DAVIS, Angela. *Estarão as prisões obsoletas?* Rio de Janeiro: Difel, 2018 [2003].
- DE PAULA E SILVA, Thamires Luz. *"Turismo penitenciário": economia e prisão na consolidação de uma prática de mercado*. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Florianópolis, 2019.
- DEBERT, Guita G.; GREGORI, Maria F. Violência e gênero: novas propostas, velhos dilemas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 23, n. 66, 2008, pp. 165-185.
- DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Dados sobre a apreensão de objetos ilícitos (armas, drogas e celulares) em unidades prisionais e análise da eficácia do procedimento de revista íntima em visitantes de unidades prisionais*. Relatório de pesquisa, 2014.
- "DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO; MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Representação dirigida ao Excelentíssimo Senhor Doutor Desembargador Corregedor-Geral da Justiça do Estado de São Paulo relativa ao cumprimento da Lei Estadual 15.552/2014*. São Paulo, 2016."
- DÍAZ-BENÍTEZ, Maria Elvira. O gênero da humilhação. Afetos, relações e complexos emocionais. *Horiz. antropol.*, Porto Alegre, ano 25, n. 54, maio/ago. 2019, pp. 51-78.
- EFREM FILHO, Roberto. *Mata-mata: reciprocidades constitutivas entre classe, gênero, sexualidade e território*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2017a.
- EFREM FILHO, Roberto. Os Meninos de Rosa: sobre vítimas e algozes, crime e violência. *Cadernos Pagu*, (51), 2017b.
- FACCHINI, Regina. *Entre umas e outras: mulheres, (homo)sexualidades e diferenças na cidade de São Paulo*. 2008. 323p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP.
- FARIAS, Juliana. *Governo de Mortes: Uma etnografia da gestão de populações de favelas no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: UFRJ/PPGSA, 2014.
- FASSIN, Didier. *La razón humanitaria: Una historia moral del tiempo presente*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Prometeo Libros, 2016.
- FASSIN, Didier; RECHTMAN, Richard. *The Empire of Trauma: an inquiry into the condition of victimhood*. Princeton: Princeton University Press, 2009.
- FELTRAN, Gabriel. *Irmãos: uma história do PCC*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- FELTRAN, Gabriel de Santis. *Fronteiras de tensão: política e violência nas periferias de São Paulo*. São Paulo: Editora Unesp; CEM; Cebrap, 2011a.
- FELTRAN, Gabriel. "Trabalhadores" e "bandidos" na mesma família. In: CABANES, Robert; GEORGES, Isabel; RIZEK, Cibele e TELLES, Vera (Orgs.). *Saídas de emergência: ganhar/perder a vida na periferia de São Paulo*. São Paulo: Editora Boitempo, 2011b, pp. 397-417.
- FERRAZ DE LIMA, Jacqueline. *Mulher fiel: as famílias das mulheres dos presos relacionados ao Primeiro Comando da Capital*. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de São Carlos, 2013.
- FONSECA, Claudia. *Família, fofoca e honra: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares*. Porto Alegre: Editora da Ufrgs, 2000.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Rio de Janeiro: Vozes, 2008 [1975].
- FRANÇA, Isadora Lins. "Refugiados LGBTI": direitos e narrativas entrecruzando gênero, sexualidade e violência. *Cadernos Pagu*, (50), 2017.

- FRANÇA, Isadora Lins. *Consumindo lugares, consumindo nos lugares: Homossexualidade, consumo e subjetividades na cidade de São Paulo*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012.
- FRANÇA, Isadora Lins. *Cercas e pontes: o movimento LGBT e o mercado GLS na cidade de São Paulo*. Dissertação (mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2006.
- FREIRE, Marcelino. *BaléRalé*. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2003.
- FREITAS, Caroline Cotta de Mello; PANNAIN, Rafaela Nunes; GIMENEZ, Heloisa Marques; IAMAMOTO, Sue A. S.; AMARAL, Aiko Ikemura. Campo, gênero e academia: notas sobre a experiência de cinco mulheres brasileiras na Bolívia. *cadernos de campo*, São Paulo, n. 26, v.1, 2017, pp. 348-369.
- GALEANO, Eduardo. *Mulheres*. Porto Alegre, LP&M, 1998.
- GELL, Alfred. *Arte e Agência*. São Paulo: Ubu Editora, 2018.
- GLASMEIER, Amy; FARRIGAN, Tracey. The economic impacts of the prison development boom on persistently poor rural places. *International Regional Science Review*, 30, 3, 2007, pp. 274–299.
- GODOI, Rafael. *Fluxos em cadeia: as prisões em São Paulo na virada dos tempos*. São Paulo: Boitempo, 2017.
- GODOI, Rafael. Penar em São Paulo: Sofrimento e mobilização na prisão contemporânea. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 31, n. 92, 2016.
- GODOI, Rafael. *Fluxos em cadeia: as prisões em São Paulo na virada dos tempos*. 2015. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2015.
- GODOI, Rafael. *Ao redor e através da prisão: cartografias do dispositivo carcerário contemporâneo*. 2010. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2010.
- GOFFMAN, Erving. *Estigma: Notas Sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada*. Rio de Janeiro: LTC, 1981.
- GREGORI, Maria Filomena. *Prazeres perigosos: erotismo, gênero e limites da sexualidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.
- GREGORI, Maria Filomena. *Viração: Experiências de meninos de rua*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- GREGORI, Maria F. *Cenas e Queixas*. Um estudo sobre relações violentas, mulheres e feminismo. São Paulo: Paz e Terra/ANPOCS, 1993.
- HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cad. Pagu*, (5), 2009, pp. 7-41.
- HARAWAY, Donna. "Gênero" para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. *Cad. Pagu*, n. 22, 2004, pp. 201-246.
- HARTMAN, Saidiya V. *Scenes of Subjection: Terror, Slavery, and Self-making in Nineteenth-Century America*. New York: Oxford University Press, 1997.
- HIRATA, Daniel Veloso. *Sobreviver na adversidade: entre o mercado e a vida*. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2010.
- IBCCRIM. Editorial. Revista vexatória: o estupro institucionalizado. *Boletim do IBCCrim*, n. 267, fevereiro de 2015.
- JEGHANATAN, Pradeep. Checkpoint: Anthropology, Identity, and the State. DAS, Veena; POOLE, Deborah (Orgs.). *Anthropology in the Margins of the State*. Santa Fe: School of American Research Press, 2004, pp. 67-80.

- JESUS, Maria Gorete Marques. “*O que está no mundo não está nos autos*”: a construção da verdade jurídica nos processos criminais de tráfico de drogas. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2016.
- KATZ, J. Massacre justo. In: COELHO, M. C. (org.). *Estudos sobre interação: textos escolhidos*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2013. p. 211-284.
- KUCINSKI, B. K.: relato de uma busca. São Paulo: Companhia das Letras, 2016 [2011].
- LACERDA, Paula. O sofrer, o narrar, o agir: dimensões da mobilização social de familiares de vítimas. *Horizontes antropológicos*, Dez 2014, vol.20, no.42, p.49-75.
- LACERDA, Paula. *O “caso dos meninos emasculados de Altamira”*: Polícia, Justiça e Movimento Social. Tese (doutorado) – UFRJ/ Museu Nacional/ Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, 2012.
- LAGO, Natália B. Dias e noites em Tamara: prisões e tensões de gênero em conversas com “mulheres de preso”. *Cad. Pagu* (55), 2019 - no prelo.
- LAGO, Natália B. Corajosas e batalhadoras: gênero, classe e família em histórias de mulheres na prisão. *InSURgência - Revista de direitos e movimentos sociais*, v. 3, n. 1, pp. 318-342, 2017a.
- LAGO, Natália B. “Mulher de preso nunca está sozinha”: gênero e violência nas visitas à prisão. *Aracê – Direitos Humanos em Revista*, v. 4, n. 5, pp: 35-53, 2017b.
- LAGO, Natália B. Quando elas aparecem: notas sobre mulheres na prisão, gênero e família. *Novos Debates: Fórum de Debates em Antropologia*, v. 2, n. 1, 2015, pp. 168-177.
- LAGO, Natália B. *Mulheres na prisão: entre famílias, batalhas e a vida normal*. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2014.
- LAGO, Natália; ZAMBONI, Marcio. Políticas sexuais e afetivas da prisão: gênero e sexualidade em contextos de privação de liberdade. Caxambu: *40º Encontro da ANPOCS*, 2016.
- LEITE, Márcia. As mães em movimento. In: LEITE, Márcia; BIRMAN, Patrícia. *Um mural para a dor: movimentos cívico-religiosos por justiça e paz*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004, pp. 141-190.
- LEITE, Márcia; BIRMAN, Patrícia. *Um mural para a dor: movimentos cívico-religiosos por justiça e paz*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- LIMA, Stephanie. “*As bi, as gay, as trava, as sapatão tão tudo organizada pra fazer revolução!*”. Uma análise socioantropológica do Encontro Nacional Universitário da Diversidade Sexual (ENUDS). Dissertação (Mestrado) - Programa de PósGraduação em Saúde Coletiva, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ, 2016.
- LOWENKRON, Laura; FERREIRA, Leticia. Anthropological perspectives on documents: Ethnographic dialogues on the trail of police papers. *Vibrant, Virtual Braz. Anthr.*, Brasília, v. 11, n. 2, pp. 76-112, 2014.
- MACHADO, Carly. Conexões e rupturas urbanas: projetos, populações e territórios em disputa. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 32, n. 93. São Paulo: 2017.
- MACHADO, Lia Zanotta. Interfaces e deslocamentos: feminismos, direitos, sexualidades e antropologia. *Cad. Pagu*, Campinas, n. 42, p. 13-46, Junho de 2014.
- MAHMOOD, Saba. Teoria feminista, agência e sujeito liberatório: algumas reflexões sobre o revivalismo islâmico no Egito. *Etnográfica*, Lisboa, v. 10, n. 1, p. 121-158, 2006.

- MALLART, Fábio. *Findas linhas: circulações e confinamentos pelos subterrâneos de São Paulo*. Tese (Doutorado) - Departamento de Sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.
- MALLART, Fábio. *Cadeias dominadas: a Fundação CASA, suas dinâmicas e as trajetórias de jovens internos*. São Paulo: Terceiro Nome, 2014.
- MARQUES, Adalton. *Crime, proceder, convívio-seguro*. Um experimento antropológico a partir de relações entre ladrões. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, 2009.
- MCCLINTOCK, Anne. *Couro Imperial: raça, gênero e sexualidade no embate colonial*. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.
- MILLER, Daniel Ian. *Humiliation*. Ithaca: Cornell University Press, 1993.
- MITCHELL, Timothy. Society, economy, and the State effect. In: SHARMA, Aradhana; GUPTA, Akhil (Orgs.). *The anthropology of the State: a reader*. Malden, MA, Blackwell, 2006, pp. 169-186.
- MOORE, Henrietta L. Fantasias de poder e fantasias de identidade: gênero, raça e violência. *Cad. Pagu*, (14), 2015, pp. 13-44.
- MOUTINHO, Laura. Diferenças e desigualdades negociadas: raça, sexualidade e gênero em produções acadêmicas recentes. *Cadernos Pagu* (42), 2014, pp. 201-248.
- MOUTINHO, Laura. *Razão, “cor” e desejo: uma análise comparativa sobre relacionamentos afetivo-sexuais “inter-raciais” no Brasil e na África do Sul*. São Paulo: Unesp, 2004.
- NADAI, Larissa. *Entre pedaços, corpos, técnicas e vestígios: o Instituto Médico Legal e suas tramas*. Tese (doutorado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, 2018.
- NADAI, Larissa; VEIGA, Cilmara. *Entre vestígios e moralidades: das materialidades que forjam corpos, crimes e vítimas*. Mimeo, 2019.
- NASCIMENTO, Silvana. O corpo da antropóloga e os desafios da experiência próxima. *Revista de Antropologia*, v. 62 n. 2, 2019, pp. 459-484.
- NEGRETTI, Natália. *Madá e Lena entrecruzadas, dois dramas em trama: entre percursos numa tragédia social e uma constituição possível*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2015.
- NUNES DIAS, Camila Caldeira. *Da pulverização ao monopólio da violência: expansão e consolidação do Primeiro Comando da Capital no sistema carcerário paulista*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, 2011.
- ORTNER, Sherry B. Resistance and the Problem of Ethnographic Refusal. *Comparative Studies in Society and History*, Vol. 37, No. 1, Jan., 1995, pp. 173-193.
- PADOVANI, Natália Corazza. *Sobre casos e casamentos: afetos e amores através de penitenciárias femininas em São Paulo e Barcelona*. São Carlos: EdUFScar, 2018.
- PADOVANI, Natália C. Tráfico de mulheres nas portarias das prisões ou dispositivos de segurança e gênero nos processos de produção das “classes perigosas”. *Cadernos Pagu* (51), 2017.
- PADOVANI, Natália C. *Sobre casos e casamentos: afetos e “amores” através de penitenciárias femininas em São Paulo e Barcelona*. Tese (Doutorado em Antropologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, 2015.
- PADOVANI, Natália C. “No olho do furacão”: conjugalidades homossexuais e o direito à visita íntima na Penitenciária Feminina da Capital. *Cadernos Pagu*, vol. 37, 2011.

- PADOVANI, Natália C. “*Perpétuas Espirais*”: Falas do poder e do prazer sexual em trinta anos na história da Penitenciária Feminina da Capital (1977-2009). Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, 2010.
- PEREIRA, Amílcar Araújo. “*O Mundo Negro*”: a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil. Tese (Doutorado) - Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2010.
- PERLONGHER, Néstor. *O negócio do michê*: A prostituição viril em São Paulo. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2008.
- PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. *Sociedade e Cultura*, v.11, n.2, 2008, pp. 263-274.
- RAMALHO, José Ricardo. *Mundo do crime*: a ordem pelo avesso. Biblioteca Virtual de Ciências Humanas do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008 [1979].
- RICORDEAU, Gwenola. No abolitionist movement without us! Manifest for prisoners’ relatives and friends. In: PAVARINI, M.; FERRARI, L. (Orgs.). *No prison*. EG Press Limited, 2018, pp. 191-205.
- RICORDEAU, Gwénola. Entre dedans et dehors: les parloirs. *Politix*, 2012/1 No 97, p. 101-123.
- RICORDEAU, Gwénola. *Les détenus et leurs proches*: solidarités et sentiments à l’ombre des murs. Paris: Autrement, 2008.
- RUBIN, Gayle. Pensando o sexo (1984). In: RUBIN, Gayle. *Políticas do sexo*. São Paulo: Ubu Editora, 2017.
- RUI, Taniele. Sobre a instrumentalização mútua: pesquisadores e financiadores. DURÃO, Susana; FRANÇA, Isadora Lins (Orgs.). *Pensar com método*. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens, 2018.
- RUI, Taniele. *Nas tramas do crack*: etnografia da abjeção. São Paulo: Terceiro Nome, 2014.
- SAGGESE, Gustavo Santa Roza. *Entre perdas e ganhos*: homossexualidade masculina, geração e transformação social na cidade de São Paulo. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.
- SANDER, Vanessa. Tiranias da intimidade: controvérsias em torno da revista íntima de travestis e transexuais no sistema penitenciário e socioeducativo de Minas Gerais. *Anais do VI Enadir*, São Paulo, 2019.
- SANDER, Vanessa. “O melhor lugar para arrumar marido”: conjugalidades e afetos entre travestis em privação de liberdade. *Anais do VI SAPP GAS*. Museu Nacional, Rio de Janeiro, 2016.
- SÃO PAULO. *Lei nº 15.552, de 12 de agosto de 2014. Proíbe a revista íntima dos visitantes nos estabelecimentos prisionais e dá outras providências*. Diário Oficial do Estado (DOE-I), p.1, 2014.
- SÃO PAULO. *Resolução SAP-155, de 19-6-2009*. Diário Oficial - Poder Executivo - Seção I, 20 de junho de 2009.
- SARTI, Cynthia. A vítima como figura contemporânea. *Caderno CRH* v. 24, n. 61, 2011, pp. 51-61.
- SARTI, Cinthya A. A família como universo moral. In: SARTI, Cinthya A. *A família como espelho*: um estudo sobre a moral dos pobres. São Paulo: Editora Cortez, 2005.
- SCHNEIDER, David M. *Parentesco Americano*: uma exposição cultural. Petrópolis: Vozes, 2016 [1968].
- SCOTT, Joan. A invisibilidade da experiência. *Projeto História* (16), 1998, pp. 297-325.

- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*. Porto Alegre, 16(2), jul.-dez de 1990, pp. 5-22.
- SILVESTRE, Giane. *Dias de visita: uma sociologia da punição e das prisões*. São Paulo: Alameda, 2012.
- SIMÕES, Júlio A. O negócio do desejo. *Cadernos pagu* (31), 2008, pp. 535-546.
- SIMÕES, Júlio A. *Entre o lobby e as ruas: movimento de aposentados e politização da aposentadoria*. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2000.
- SIMÕES, Júlio A.; FRANÇA, Isadora L.; MACEDO, Marcio. Jeitos de corpo: cor/raça, gênero, sexualidade e sociabilidade juvenil no centro de São Paulo. *Cadernos Pagu* (35), 2010, pp. 37-78.
- SINHORETTO, Jacqueline; SILVESTRE, Giane; SCHLITTLER, Maria Carolina. *Desigualdade racial e Segurança Pública em São Paulo: Letalidade policial e prisões em flagrante*. Grupo de Estudos sobre Violência e Administração de Conflitos (GEVAC/UFSCar), 2014.
- TAUSSIG, Michael. *Xamanismo, Colonialismo e o Homem Selvagem: Um estudo sobre o terror e a cura*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.
- TELLES, Vera da Silva. *A cidade nas fronteiras do legal e do ilegal*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2010.
- TELLES, Vera da Silva. Ilegalismos urbanos e a cidade. *Novos estudos Cebrap*, 84, julho 2009, pp. 153-173.
- VEIGA, Cilmara. *O caso do Maníaco Matador de Velhinhas: entre trâmites processuais e diferentes formas de narrar que enredam um crime em série*. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP, 2018.
- VIANNA, Adriana. Violência, Estado e Gênero: considerações sobre corpos e corpus entrecruzados. In: LIMA, Antonio Carlos de Souza; GARCÍA-ACOSTA, Virginia. *Margens da Violência: Subsídios ao estudo do problema da violência nos contextos mexicano e brasileiro*. Brasília: ABA, 2014, pp. 209-237.
- VIANNA, Adriana. Etnografando Documentos: uma antropóloga em meio a processos judiciais. In: CASTILHO, Sérgio; SOUZA LIMA, Antonio Carlos de; TEIXEIRA, Carla Costa (orgs.). *Antropologia das Práticas de Poder: reflexões etnográficas entre burocratas, elites e corporações*. Rio de Janeiro: Contra Capa/FAPERJ, 2014b, p. 43-70.
- VIANNA, Adriana. Introdução: fazendo e desfazendo inquietudes no mundo dos direitos. In: VIANNA, Adriana (org.). *O fazer e o desfazer dos direitos: experiências etnográficas sobre política, administração e moralidades*. Rio de Janeiro: E-papers, 2013, pp. 15-35.
- VIANNA, Adriana. *Limites da Menoridade: tutela, família e autoridade em julgamento*. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional, UFRJ, 2002.
- VIANNA, Adriana. *O Mal que se Adivinha: polícia e menoridade no Rio de Janeiro, 1910-1920*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.
- VIANNA, Adriana e LOWENKRON, Laura. O duplo fazer do gênero e do Estado: interconexões, materialidades e linguagens. *Cadernos Pagu* (51), 2017.
- VIANNA, Adriana e FARIAS, Juliana. A guerra das mães: dor e política em situações de violência institucional. *Cadernos Pagu* (37), 2011, pp. 79-116.
- WESTON, Kath. *Longslowburn: Sexuality and Social Science*. Routledge, 1998.
- WESTON, Kath. *Families we choose: Lesbians, gays, kinship*. New York: Columbia University Press, 1991.

- ZAMBONI, Marcio. O barraco das monas na cadeia dos coisas: notas etnográficas sobre a diversidade sexual e de gênero no sistema penitenciário. *Aracê - Direitos Humanos em Revista*, v. 4, p. 93-115, 2017.
- ZAMBONI, Marcio. Travestis e Transexuais Privadas de Liberdade: a (des)construção de um Sujeito de Direitos. *Revista Euroamericana de Antropologia (REA)*, Nº 2, 2016.

Anexos

Campanha “Fim da revista vexatória”

Frames do site

Campanha organizada pela *Rede Justiça Criminal* em parceria com o Núcleo Especializado de Situação Carcerária da Defensoria Pública de São Paulo (NESC). Todos os *frames* foram obtidos do site da Campanha¹⁶⁹.

Figura 3: página de entrada no site da campanha - há um disclaimer revelando o conteúdo do site.

Figura 4: na primeira página após o disclaimer, uma breve explicação sobre a campanha.

¹⁶⁹ O endereço do site é <http://www.fimdarevistavexatoria.org.br/>. Acesso em 27/09/2019.

Figura 5: lista de áudios com dramatizações de revistas vexatórias convidando quem visita a página a “sentir na pele o drama das vítimas”.

“
AJUDE
A ACABAR
COM A
REVISTA
VEXATÓRIA
”

—envie agora
uma mensagem
para o presidente
do Congresso Renan
Calheiros

NOME	SOBRENOME
RG	EMAIL
ACRE	CIDADE

Eu apoio a campanha contra a revista vexatória nos presídios brasileiros e cobro das autoridades políticas, especialmente do senhor, como presidente do Congresso, que aprove, em regime de urgência, o Projeto de Lei nº PL 7764/2014.

A revista vexatória é o procedimento pelo qual são submetidas as pessoas que pretendem visitar algum familiar na prisão. Essa prática é conhecida como revista vexatória, exatamente pelo seu caráter humilhante e abusivo. Essas pessoas, crianças, adultos ou idosos, são ordenadas a ficar nus, apagar diversas vezes, muitas vezes terem seus órgãos genitais inspecionados (sem observância de qualquer cuidado mínimo de higiene). Essa é a dura realidade que aproximadamente meio milhão de pessoas passa semanalmente no Brasil.

A visita ao preso é direito legalmente garantido e é fundamental para a sua reintegração social. Assim, na esperança de contribuirmos para a construção de um sistema penal e penitenciário menos desumano é necessário dar um basta à revista vexatória, assegurando o respeito à dignidade e privacidade daqueles que buscam manter laços com familiares que se encontram presos.

enviar

Esta campanha é promovida pela Rede de Justiça Criminal, com apoio do Núcleo Especializado de Situação Carcerária da Defensoria Pública de São Paulo.
O material de áudio que compõe esta campanha contém linguagem ofensiva. As dramatizações são baseadas em relatos reais de vítimas.
COPYRIGHT REDE JUSTIÇA CRIMINAL. TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. PARA SABER MAIS: contato@fmdarevistavexatoria.org

Figura 6: caixa para quem visita o site tomar parte na campanha - a menção a Renan Calheiros, então presidente do Senado, revela que a página não é atualizada.

Transcrição de áudios do site

As transcrições foram obtidas no próprio site da Campanha. Meus adendos ao texto estão sinalizados com colchetes.

1)

[som de portão de ferro se fechando]

- Senhora, pode entrar e tirar a roupa toda. Inclusive a da criança
- Mãe, me ajuda?
- Tira também a calcinha e o sutiã. [pausa]. Isso. A cueca do menino também, por favor. Agora eu preciso que a senhora agache 3 vezes, em cima desse espelho que está no chão.
- Assim?
- Não. Assim não tá dando para ver lá dentro. [pausa] Abre a vagina com a mão para que eu possa enxergar direito. [pausa]
- Mas eu não consigo fazer melhor do que isso.
- Então, a senhora vai ter que tossir e fazer força como se estivesse na hora do parto.
- Cof, cof, cof.
- Pronto. Agora é a vez do menino.

[Voz masculina]: isso está acontecendo agora em algum lugar do Brasil. Milhares de pessoas sofrem esse tipo de abuso ao visitar parentes que estão no sistema penitenciário. Revistas Vexatórias: Não fazer nada também é um ato de violência! Acesse fimdarevistavexatoria.org.br e descubra como fazer a sua parte!.

2)

[som de portão de ferro se fechando]

- Ô! Você não pode falar assim comigo!
- Ou você tira toda a roupa, senhora, ou não vai ver seu marido hoje.
- Mas...
- Mas nada!! Adianta meu lado que eu adianto o seu. Eu só tô fazendo o meu trabalho.
- Mãe, manhê. Cadê o papai? A gente vai ver ele?
- Vai sim, filho. Fica calmo, que a mamãe tá aqui, viu? Nós já vamos entrar, mas primeiro a mamãe vai te ajudar a tirar a roupinha que a moça precisa te olhar.

[Voz masculina]: Isso está acontecendo agora, em algum lugar do Brasil. Milhares de pessoas sofrem esse tipo de abuso ao visitar parentes que estão no sistema penitenciário. Revistas Vexatórias: Não fazer nada também é um ato de violência! Acesse fimdarevistavexatoria.org.br e descubra como fazer a sua parte!

3)

[som de portão de ferro se fechando]

- Mas eu só quero ver meu filho.
- Essa é minha obrigação, senhora. Facilita aí. Quanto mais rápido eu te revistar, mais rápido você vai poder ver seu filho e mais rápido eu acabo meu serviço.
- Mas precisa mesmo disso?
- Precisa sim. Aqui o que não falta é gente que tenta entrar com droga e celular, senhora! É simples! Se você não tá escondendo nada, não precisa ter medo. Quem não deve não teme.
- E todo mundo passar por isso?
- É claro. Aqui não tem rei e rainha não.

- A senhora também é revistada assim?
- Eu? Tá achando que sou bandida? Vocês que são familiar de preso que precisam de revista.

[Voz masculina]: Isso está acontecendo agora, em algum lugar do Brasil. Milhares de pessoas sofrem esse tipo de abuso ao visitar parentes que estão no sistema penitenciário. Revistas Vexatórias: Não fazer nada também é um ato de violência! Acesse fimdarevistavexatoria.org.br e descubra como fazer a sua parte!

4)

[som de portão de ferro se fechando]

- Bom dia! Eu disse, bom dia!
- Tira a camiseta, a calça, tira a roupa toda, vamo, vamo.
- Agacha aqui no espelho. Sem conversinha, agacha, agacha.
- É a minha primeira visita, senhora. Eu não tô acostumada a ficar nua na frente dos outros...
- Não posso fazer nada por você. Aqui é assim. Agacha três vezes, fica paradinha em cima daquele espelho pra eu ver se você não tá escondendo nada aí dentro. Bora, bora, bora!
- O que é isso aí? Ei, ei, ei. Por acaso eu mandei colocar a calcinha? Senta no banquinho e só se veste quando eu falar.

[Voz masculina]: Isso está acontecendo agora, em algum lugar do Brasil. Milhares de pessoas sofrem esse tipo de abuso ao visitar parentes que estão no sistema penitenciário. Revistas Vexatórias: Não fazer nada também é um ato de violência! Acesse fimdarevistavexatoria.org.br e descubra como fazer a sua parte!

5)

[som de portão de ferro se fechando]

- Não vou falar de novo, “píiii”. CA-DÊ A “píiii” DO CHIP DE CE-LU-LAR, “píiii”? Eu sei que você tá escondendo essa “píiii” aí, sua filha da “píiii”.
- Não tou não, senhora. Dou minha palavra.
- Tira toda a roupa, anda, agacha 3 vezes, sua porca, que a gente vai ter que revistar. Tira a calcinha também. E reze pra gente não encontrar nada... Porque a coisa vai “píiii” pra seu lado.

[Voz masculina]: Na vida real, não existe “píiii”. Toda semana, milhares de pessoas passam por abusos como esses ao visitarem parentes que estão em diversos presídios no Brasil. Revistas Vexatórias. Não fazer nada também é um ato de violência. Acesse fimdarevistavexatoria.org.br e descubra como fazer a sua parte!

Vídeo “Realidade visceral”

O vídeo é parte da campanha “Encarceramento em massa não é justiça”, da Rede Justiça Criminal. A íntegra do vídeo está disponível no site da campanha: <http://www.prisaonaojustica.org/>¹⁷⁰.

Figura 7: visão da "cela" onde funciona o equipamento de realidade virtual.

Figura 8: mulher usando o equipamento de realidade virtual acompanhada de monitora.

¹⁷⁰ Acesso em 27/09/2019.

Figura 9: monitora da instalação repassa um bilhete à usuária - parte do vídeo de realidade virtual.